



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 93ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 35ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do seminário legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade
- 1.3 – 36ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do seminário legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade
- 1.4 – 37ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do seminário legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade
- 1.5 – 44ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Clan Turismo pelos 40 anos de sua fundação

2 – ORDEM DO DIA

- 2.1 – Comissão

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 – MANIFESTAÇÕES

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/11/2015

Presidência dos Deputados Hely Tarquínio e Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discursos dos deputados João Vítor Xavier e Arnaldo Silva; aprovação – Correspondência: Propostas de Ação Legislativa nºs 2 a 68/2015, de autoria popular – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.073 a 3.079/2015 – Requerimento Ordinário nº 2.347/2015 – Proposições não Recebidas: Requerimento da Comissão do Trabalho – Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Saúde, do Trabalho e de Cultura e do deputado Felipe Attiê – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Fred Costa; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questões de ordem; discursos dos deputados Deiró Marra e João Leite – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Mesa – Decisão da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 2.347/2015; deferimento – Questões de Ordem – Discurso do deputado Rogério Correia – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:



Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Wander Borges, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Sr. Presidente, dentro desse processo de discussão da ata, gostaria que constasse de forma mais cabal, mais clara, na ata tudo aquilo que temos colocado. São questões muito graves que concernem ao funcionamento da Casa. Tenho colocado aqui de maneira constante a necessidade do cumprimento dos acordos que são feitos na Casa, dos posicionamentos de blocos, de grupos. Maioria é maioria, presidente. Maioria não se discute. Se uma Mesa se reúne e decide por um processo, cabe respeitar. Quem discorda disso, discute democraticamente, apresenta seus argumentos, constrói suas ideias e monta o seu processo de dissidência, mas aquilo que é construído dentro de um processo democrático, dentro de uma Casa Legislativa tem de ser construído em consenso, que é o que leva ao que V. Exa. tanto pede e prega nesta Casa: a harmonia entre os pares. Então, é importante que conste em ata tudo aquilo que colocamos sobre a incompreensão da maneira como foram feitas algumas construções nesse processo de criação dessa comissão especial, para que isso conste nos anais de maneira muito clara, a fim de que no futuro não sejamos cobrados nem acusados de omissão. Muitas pessoas têm dito neste momento, presidente, que aqueles que questionam, que criticam tudo o que está acontecendo, deputado Wander Borges, em relação às barragens, aos crimes ambientais no Estado, são oportunistas, porque estão vindo cobrar agora. Isso não é verdade. Eu e o deputado Iran Barbosa, que até há pouco tempo estava aqui, apresentamos no início deste ano um requerimento a respeito disso pedindo todas as licenças ambientais no Estado. Queremos acompanhar de perto. A Comissão das Águas, a Comissão de Minas e Energia e a Comissão de Meio Ambiente agora estão sendo substituídas por essa comissão especial, que não me parece ser o instrumento mais adequado. Obviamente respeitamos o princípio da maioria. Se a Casa, em sua maioria, decidir que esse é o melhor caminho, respeitaremos, mas nos colocaremos como dissidentes desse processo. Por quê? Porque entendemos que hoje a maioria quer outro processo, deputada Marília Campos. A maioria quer uma CPI, que tem poder de polícia; tem poder de convocação, e não de convite; tem poder de determinar a prisão dos que tentarem obstruir seus trabalhos; tem direito de pedir busca e apreensão de documentos; tem direito de construir provas que podem ser muito importantes ao inquérito do Ministério Público e da Polícia Civil sobre esse assunto. É dever desta Casa, é dever deste Parlamento fazer seu trabalho de investigação. Isso está na Constituição do País, está na Constituição do Estado de Minas Gerais e está no Regimento Interno desta Casa. Quando falamos em autoridades competentes para investigar, estamos falando de nós, parlamentares. Isso está na Constituição do País. É importante que esta Casa não abra



mão de seus direitos e das suas prerrogativas. Neste momento, estou olhando nos olhos do presidente da Casa, o deputado Hely Tarquínio, que é um homem altamente experimentado nesse processo e já deu grandes contribuições ao Estado de Minas Gerais em CPIs no passado. V. Exa. já foi membro de CPI nesta Casa, sabe a importância de uma CPI e sabe o que isso pode representar para esta Casa e para o Estado de Minas Gerais. Há muita coisa a ser investigada. O Ministério Público é extremamente competente. Acredito muito no Ministério Público, na Polícia Civil de Minas Gerais e na Polícia Federal de nosso país. São órgãos qualificados, capacitados e gabaritados para investigação. No entanto, presidente, esta Casa também tem sua capacidade. Temos um corpo técnico dos mais qualificados do Brasil, temos experiência, vivência e sensibilidade humana para ir a Mariana, olhar nos olhos da população e dialogar com a população sobre o que estão fazendo. Temos capacidade política de convergir com a sociedade em torno de um processo que pode ser muito benéfico ao nosso estado. Presidente, estamos aqui pedindo mais uma vez que esta Casa repense seu processo, discuta essa questão de maneira democrática. Deputado Rogério Correia, temos a assinatura de V. Exa. e a de mais de 40 colegas para que seja instaurada CPI nesta Casa. CPI é um instrumento democrático. CPI é um instrumento regimental e constitucional, que não pode ser desprezado pelo Parlamento de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Apoiamos a palavra do nosso grande João Vítor Xavier. Seu posicionamento será registrado nos anais da Casa. Com a palavra, para discutir a ata, o deputado Arnaldo Silva.

O deputado Arnaldo Silva – Presidente, ontem nos posicionamos com clareza na Assembleia Legislativa em relação à importância – aliás, parabênizo o deputado João Vítor Xavier por suas afirmações – da ampliação da discussão da proposta da comissão extraordinária e da consequente instalação de uma CPI nesta Casa. Gostaria de trazer ao conhecimento dos colegas deputados que tive uma informação técnica, respaldada por profissionais que atuam na área, em relação às barragens de Mariana. A última barragem que resta lá, que é de potencial muito maior que as duas que foram alvo dessa tragédia, também corre risco de não contenção, podendo ocorrer um desastre maior ainda. Gostaria de registrar essa situação. Não estamos lidando com esse problema aqui na Assembleia da forma como deveríamos, do modesto ponto de vista de um deputado que está acabando de chegar a esta Casa. Mas não podemos perder a oportunidade, Sr. Presidente, diante de um quadro que está aí, do que aconteceu em Mariana, de debater essa questão da mineração em Minas Gerais com uma amplitude e uma grandeza maiores, porque temos tragédias silenciosas que estão acontecendo todos os dias no Estado. É a contaminação dos rios por mercúrio, são os peixes do Jequitinhonha que estão sofrendo até uma verdadeira mutação em virtude das químicas que são despejadas em nossos rios. Temos de enfrentar a questão das concessões, dos licenciamentos, a forma como se vem lidando com a questão principalmente das taxas de licenciamento em Minas Gerais, a questão da tributação em nosso estado. Não podemos perder essa oportunidade. Fica o registro, Sr. Presidente, da preocupação em relação à outra barragem da cidade de Mariana.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Correspondência

– O deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Antonio L. de Miranda (Associação dos Idosos de Conselheiro Lafaiete – Aicol (Conselheiro Lafaiete)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Yuzo Sato (Csl Consultoria de Engenharia e Economia S/C Ltda. (Belo Horizonte)) / Viviane Viana Begati (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Morro das Pedras (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira



Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Antônio de Paula (Autarquia de Trânsito e Transporte de Contagem – TRANSCON (Contagem)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Marcos Antônio Almeida (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Leandro dos Reis Cordeiro (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Cláudia Silva Bernardes Ribeiro (Câmara Municipal de Sarzedo (Sarzedo)) / Edson Silva (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Rina Moreira Cassemiro (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Leonardo Meijon Teixeira (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Cláudia de Souza Rodrigues Oliveira (Comissão de Transporte de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Vitor Bleme do Prado (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Genilson Cruz (Instituição não informada) / João Cesar Santos Reis (Instituição não informada) / Francis Maurice Hubert Mouton (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Juventino Pereira de Souza (Instituição não informada) / Luiz Ricardo Xavier Junior (Instituição não informada) / Gleidson Alves Rodrigues (Instituição não informada) / Neuza Aparecida Ferreira Alves (Instituição não informada) / Lucas Machado de Sales (Instituição não informada) / Hermes Pereira Pinto Neto (Instituição não informada) / Juliao Gomes Filho (Instituição não informada) / Reinaldo da Silva Fernandes (Instituição não informada) / Jane Alves Fernandes (Instituição não informada) / Gibran Silva Dias (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Estabelecer convênio de repasse de recurso para o município de Itaverava para o asfaltamento do trecho que liga Itaverava a Ouro Branco e Itaverava a Santana dos Montes.

EIXO: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 26 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REGIONAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 26-Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Regional, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 3/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arciziomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / David Edward Davis (Escola Esperança e Vida (Ouro Fino)) / Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Vicente de Souza dos Santos (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Sylvania Cecilia da Silva (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Rodrigo dos Santos França (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Mayra de Queiroz Camilo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Liziane Vasconcelos Teixeira Lima (Coord. Reg. Prom. Meio Amb. Bac. Rios das Velhas e Paraopeba (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Edson de Andrade Franco (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Maria de Paula Ribeiro (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Manoel Rodrigues Afonso (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / João Carlos Pio de Souza (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Walter Figueiredo Souza (Centro de Referência de Assistência Social – Cras (Belo Horizonte)) / Tania



Magda de Souza (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Samuel Rodrigues (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Margarida Maria Lins de Sales (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Alex Maciel Teixeira (11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais (Vespasiano)) / Shirley Aparecida Moreira da Silva (Conselho Municipal de Assistência Social (Sarzedo)) / Rejane Maria Tomaz (Centro de Referência da Assistência Social – Cras (Santo Antônio do Amparo)) / Maria Efigênia Ribeiro Soares Mendonça (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Wellington Ricardo Moreira (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Charline Aparecida Martins (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Mário Campos)) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / André Azevedo Sousa (Instituição não informada) / Grécia Mara Borges da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 39: Ampliar metas físicas e financeiras da ação 4444 – Qualifica suas para os anos 2017 e 2019.

Meta física: 15.000

Meta financeira: R\$6.611.210,00

Proposta 40: Alterar meta física e financeira da ação 4446 – Vigilância e apoio técnico aos municípios no aprimoramento do SUAS – para os anos 2017, 2018 e 2019, mantendo os parâmetros de 2015.

Além dessas sugestões produzidas coletivamente, o grupo recomenda à SEDESE a construção de um indicador adicional para o programa, de modo a mensurar melhor a evolução dos serviços do SUAS nos municípios mineiros.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 91 – QUALIFICA SUAS

EMENTA:

Sugere alterações no 91-Qualifica Suas, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 39: Proposta apresentada para adequar as metas físicas e financeiras da ação 4444 a uma expectativa de aumento da demanda por qualificação no exercício de 2017, com elevação correspondente em 2019 para reciclagem e formação continuada. A expectativa de aumento de demanda se refere a entrada de novos gestores, técnicos e conselheiros nos municípios em 2017, primeiro ano dos governos municipais a serem eleitos no pleito de 2016.

Proposta 40: Manter meta física coerente com a meta de 2015.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 4/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Harllen Polidoro Monteiro (Programa Fica Vivo Vila Pinho (Belo Horizonte)) / Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Mayesse Silva Parizi (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Vila Pinho (Belo Horizonte)) / Marina da Cunha Pinto Colares (Centro de Prevenção a Criminalidade – CPC Centro (Belo Horizonte)) / André Henriques Bueno (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / Amauri dos Santos Barra (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Jardim Leblon (Belo Horizonte)) / Rejane Dias Santos (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Pimenta da Cruz (Superintendência de Prevenção à Criminalidade – SEDS (Belo Horizonte)) / Joelson Almeida Souza (Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Belo Horizonte)) / Stephanie Caroline Araújo Silva (Instituto Elo (Belo Horizonte))



Horizonte)) / Rodrigo Gonçalves de Moraes (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Serra (Belo Horizonte)) / Raquel Guimarães Lara (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Taquaril (Belo Horizonte)) / David Emanuel Nunes da Silva (Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Belo Horizonte)) / Jean Carlo de Sousa Mendonça (Viva Livre Comunidade Terapêutica (Jequitinhonha)) / Hugo Leonardo Goes Bento (Programa "Fica Vivo!" (Ribeirão das Neves)) / Ricardo Tamietti Jardim (Instituto Elo Cidadania (Ribeirão das Neves)) / Kate Aparecida Rocha Lacerda (Instituição não informada) / Jaqueline Ferreira do Nascimento (Instituição não informada) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada) / Nathan Luiz Sant Anna Esteveo (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 42: Alterar a finalidade da ação 4535 – APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DOS ENTORPECENTES, que passará a ter a seguinte redação: Possibilitar a obtenção e administração de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações que visem a minimização do uso de drogas e substâncias psicoativas em todo o estado de Minas Gerais, A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES (FUNPREN).

Proposta 45: Emenda 1: Alterar a finalidade da ação 4599 – SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – que passara a ter a seguinte redação: INTEGRAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS E DEPENDENTES QUÍMICOS EM SUAS NECESSIDADES, FORTALECENDO a Rede de Atenção Psicossocial e executar estratégias de promoção de saúde, qualidade de vida, prevenção seletiva e indicada do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, assistindo os usuários e dependentes químicos em suas necessidades.

Emenda 2: Incluir o território Médio e Baixo Jequitinhonha, com as respectivas metas física e financeira, a serem calculadas pelo órgão competente.

Proposta 56:

Emenda 1: Alterar a finalidade da ação 4606 – PREVENÇÃO DO USO E ABUSO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS – que passará a ter a seguinte redação: Desenvolver e fomentar estratégias de prevenção contribuindo para o fortalecimento de habilidades pessoais e sociais com vistas a maximizar os fatores de proteção para o uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, com foco em intervenções universais, seletivas e quaternárias. Ações de inclusão e reinserção social, *(POR MEIO DAS FERRAMENTAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE), a fim de ampliar a autonomia e fortalecer os vínculos familiares, profissionais, culturais e sociais, ATENTANDO PARA AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

* TIRAR O CONTEÚDO EM PARÊNTESE

Emenda 2: Aumentar as metas financeiras totais para os anos de 2016 a 2019, conforme os valores abaixo:

– 2016: 1.500.000

– 2017: 2.100.000

– 2018: 2.940.000

– 2019: 3.500.000

Observação: Esse novo valor total deve ser redistribuído proporcionalmente entre os territórios já previstos.

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 194 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 194 – Políticas Sobre Drogas, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 42: A escolha do programa se deveu à necessidade de fortalecer as ações de políticas sobre drogas, enfatizando e dando maior clareza à ideia principal das políticas por meio das ações.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 5/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Jaime Luiz Rodrigues Jr. (Secretaria Municipal de Assistência Social (Governador Valadares)) / Glêdston Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Angelica Machado Maia Ferrati (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Ana Paula Soares Medina (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Neuza Maria Ferreira (Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – Sedese (Belo Horizonte)) / Francisca Paulina da Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Belmiro Alves de Freitas (Providência Nossa Senhora da Conceição (Belo Horizonte)) / Paloma Gabriela da Silva Araújo (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Samuel da Silva (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Roseny de Almeida (Instituto Marista de Solidariedade (Contagem)) / Manoelina Gomes Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Esmeraldas)) / Gecilma Ribeiro Martins (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Wendel José dos Santos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Vespasiano)) / Aelson Pereira dos Santos (Instituição não informada) / Marlucia Barbosa de Miranda (Instituição não informada) / Francisca Maria da Silva (Instituição não informada) / Camila Eliane Torres Lacerda (Instituição não informada) / Maria da Conceição Rosário Carvalho (Instituição não informada) / Jaquelina Ap. Pena Cardoso (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 43: Alterar os seguintes atributos da ação 4562 – Estruturação de Unidades Produtivas / de Serviços:

- público-alvo, para “empreendimentos econômicos solidários da população economicamente ativa (PEA)”;
- produto, para “empreendimentos econômicos solidários apoiados (equipamentos e insumos fornecidos)”;
- unidade de medida, para “empreendimentos econômicos solidários”;
- meta física, para 75 empreendimentos;
- meta financeira, para R\$1.500.000,00 para o ano de 2016 (obs.: R\$20.000 por empreendimento, sendo R\$15.000 para equipamentos e R\$5.000 para insumos).

Proposta 50: Alterar os seguintes atributos da ação 4564 – Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos:

- finalidade, para “implementar e estruturar espaços de comercialização da economia solidária”;
- produto, para “espaço de comercialização implantado” (no lugar de “ponto de atenção implantado”);
- unidade de medida, para “espaço de comercialização”;
- meta física, para 36*; e meta financeira, para R\$2.000.000,00, em 2016.

* 36 espaços de comercialização: 25 pontos fixos implantados e 11 feiras regionais.

Proposta 54: Incluir ação, com os seguintes atributos:

- Nome: FINANCIAMENTO, CRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS
- Descrição IAG: AÇÃO DE ACOMPANHAMENTO INTENSIVO



– Finalidade: FINANCIAR EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS UTILIZANDO AS METODOLOGIAS FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO E BANCOS COMUNITÁRIOS.

– Público-alvo: FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO E BANCOS COMUNITÁRIOS.

– Produto: APORTES FINANCEIROS REALIZADOS.

– Unidade de medida do produto: APORTES FINANCEIROS.

– Unidade orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

– METAS:

Territórios: Multiterritorial

Metas físicas/financeiras:

2016: 18* / R\$500.000

2017: 34 / R\$944.000

2018: 50 / R\$1.350.000

2019: 71 / R\$1.917.000

* 2016: São 18 aportes para 15 fundos solidários e 3 bancos comunitários.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária , do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 43: As metas físicas ficaram abaixo das demandas da economia popular solidária e as metas financeiras são insuficientes para a execução das ações.

O grupo entende que se deve usar o termo “empreendimentos” no lugar de “empreendedores”, pois isso expressa melhor o caráter coletivo da iniciativa.

Proposta 50: Possibilitar a realização das 11 feiras regionais em 2016.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 6/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arcizomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / David Edward Davis (Escola Esperança e Vida (Ouro Fino)) / Walter Figueiredo Souza (Centro de Referência de Assistência Social – Cras (Belo Horizonte)) / Rodrigo dos Santos França (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Edson de Andrade Franco (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Vicente de Souza dos Santos (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Tania Magda de Souza (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Samuel Rodrigues (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Manoel Rodrigues Afonso (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Silvania



Cecilia da Silva (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Mayra de Queiroz Camilo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Maria de Paula Ribeiro (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Liziane Vasconcelos Teixeira Lima (Coord. Reg. Prom. Meio Amb. Bac. Rios das Velhas e Paraopeba (Belo Horizonte)) / João Carlos Pio de Souza (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Margarida Maria Lins de Sales (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Alex Maciel Teixeira (11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais (Vespasiano)) / Shirley Aparecida Moreira da Silva (Conselho Municipal de Assistência Social (Sarzedo)) / Vanívia Gonçalves Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social (Santo Antônio do Amparo)) / Rejane Maria Tomaz (Centro de Referência da Assistência Social – Cras (Santo Antônio do Amparo)) / Edmê Gonçalves Oliveira Tobias (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Mário Campos)) / Wellington Ricardo Moreira (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Maria Efigênia Ribeiro Soares Mendonça (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Charline Aparecida Martins (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Mário Campos)) / Grécia Mara Borges da Silva (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Marisa Barletto (Instituição não informada) / André Azevedo Sousa (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 46: Na ação 4311 – Piso Mineiro de Assistência Social Fixo – atualizar a base de cálculo do piso mineiro de assistência social fixo, considerando o CADÚNICO 2015, ou seja, antecipar os valores previstos em 2019 para 2016.

Proposta 49: Na Ação 4312 – Piso Mineiro de Assistência Social Variável – alterar metas físicas e financeiras para os anos 2016 a 2019:

2016 – meta física: 206 meta financeira: 17.739.000

2017 – meta física:361 meta financeira: 31.758.000

2018 – meta física: 516 meta financeira: 45.777.000

2019 – meta física: 674 meta financeira: 59.796.000

Obs:

1) 620 municípios que possuem menos de 20 mil habitantes e que não possuem CREAS, deverão ter cofinanciamento de R\$2000,00 mês, sendo 155 municípios em 2016, 310 municípios em 2017, 465 municípios em 2018 e 620 municípios em 2019.

2) 175 municípios que não possuem cofinanciamento federal para serviços de convivência e fortalecimento de vínculos deverão receber R\$9000,00 mês, sendo 44 municípios em 2016, 88 municípios em 2017, 132 municípios em 2018 e 175 municípios em 2019.

3)164 municípios que possuem 50% de população rural ou mais, de acordo com os dados do IBGE, receberão R\$4500,00 mês, sendo 41 municípios em 2016, 82 municípios em 2017, 123 municípios em 2018 e 164 municípios em 2019.

4) 28 municípios de grande porte deverão receber R\$40.000,00 mês, como cofinanciamento do Centro-Dia do governo federal, sendo 7 municípios em 2016, 14 municípios em 2017, 21 municípios em 2018 e 28 municípios em 2019.

Proposta 52: Ampliar a meta física e financeira da Ação 4447 – Implantação e manutenção de serviços regionais de media e alta complexidade – destinando o recurso acrescido para acolhimento institucional regional de crianças e adolescentes.

Sendo meta física 40 e meta financeira R\$13.132.224,00 para os anos de 2016 a 2019.

Proposta 55: Alterar a meta financeira da Ação 4564 – Estruturação e manutenção de espaços para comercialização dos produtos – para R\$8.500.000,00 para os anos 2016 a 2019.

Proposta 60: Incluir ação com os atributos que se seguem.

NOME: COFINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES E EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Finalidade: COFINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES E EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DISTRITOS DA ZONA RURAL E QUE DEMANDE A CONSTRUÇÃO.

Meta física 2016: 41

Meta financeira 2016: R\$10.250.000,00

Obs.: Iniciar em 41 municípios, em 2016, ampliando nos demais anos, mediante estudo de demanda a ser elaborado pela Sedese.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 114 – OFERTA DE PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 114-Oferta de Proteção Socioassistencial, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 52: destinação do recurso acrescido para acolhimento institucional regional de crianças e adolescentes.

Proposta 55: Acréscimo de recurso destinado à aquisição de veículos (caminhonetes) equipados para atendimento na área rural para 164 municípios que possuem 50% ou mais de população rural, sendo 41 municípios por ano e 100000,00 por município.

40 entidades beneficiadas por ano com recursos para estruturação de sua unidade (reforma, ampliação), aquisição de mobiliário ou veículos dentre outros. 50 mil por entidade.

Proposta 60: Atender população da zona rural nos municípios que demandam a construção de Cras para efetivar esse atendimento.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 7/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Rodrigo Ferreira de Aguiar e Sá (Federação Mineira de Esportes Radicais (Belo Horizonte)) / Sabrina de Oliveira Marçal Rabelo Bié (Ministério Público – CAO SAÚDE (Belo Horizonte)) / Arnor Jose Trindade Filho (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Antônio Alves da Silva (Associação de Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria Fernanda de Lima Simão (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Mara Cristina Silva Reis Rabelo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Adriana Chagas Corrêa (Sesc Saúde São Francisco (Belo Horizonte)) / Maria de Nazareth Barreto de Carvalho (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Soane Pereira de Souza (Secretaria de Estado de Saúde – Ses (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Vaner Citty Martins da Costa (Gerência Regional de Saúde – Núcleo de Atenção à Saúde (Itabira)) / Ana Carolina R. Moreira (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Euripedes Tobias (Faculdade Atenas – Centro Educacional Hyart MI Ltda (Paracatu)) / Doralice Barbosa (Conselho Municipal de Saúde (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / José Santos Silva (Instituição não



informada) / Viviane Tavares de Abreu (Instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Bárbara Quintela Zanette Reis (Instituição não informada) / Denise Martins Ferreira (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Cledisson Fernandes dos Reis (Instituição não informada) / Gideão Cardoso Mendes (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Magdiel Layson Torres Morais (Instituição não informada) / Maria da Penha Sousa Fagundes (Instituição não informada) / Jivago Alvim Lacerda (Instituição não informada)

PROPOSTA:

O grupo recomenda que sejam realizados estudos técnicos para a definição da localização onde será construído o Hospital Regional do Território Médio e Baixo Jequitinhonha.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 174 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração da Ação 1151 – Implantação de Hospitais Regionais, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2016, para O grupo recomenda que sejam realizados estudos técnicos para a definição da localização onde será construído o Hospital Regional do Território Médio e Baixo Jequitinhonha.

AÇÃO: 1151 – IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAIS REGIONAIS

JUSTIFICAÇÃO:

Atualmente a construção está prevista para Novo Cruzeiro, local de difícil acesso para os municípios que serão atendidos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 8/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Maria Fernanda de Lima Simão (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Arnor Jose Trindade Filho (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Mara Cristina Silva Reis Rabelo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Maria de Nazareth Barreto de Carvalho (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Rodrigo Ferreira de Aguiar e Sá (Federação Mineira de Esportes Radicais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Sabrina de Oliveira Marçal Rabelo Bié (Ministério Público – CAO SAÚDE (Belo Horizonte)) / Soane Pereira de Souza (Secretaria de Estado de Saúde – Ses (Belo Horizonte)) / Adriana Chagas Corrêa (Sesc Saúde São Francisco (Belo Horizonte)) / Antônio Alves da Silva (Associação de Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Vaner Citty Martins da Costa (Gerência Regional de Saúde – Núcleo de Atenção à Saúde (Itabira)) / Ana Carolina R. Moreira (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Euripedes Tobias (Faculdade Atenas – Centro Educacional Hyart MI Ltda (Paracatu)) / Doralice Barbosa (Conselho Municipal de Saúde (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Denise Martins Ferreira (Instituição não informada) / Jivago Alvim Lacerda (Instituição não informada) / Magdiel Layson Torres Morais (Instituição não informada) /



Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Gideão Cardoso Mendes (Instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Maria da Penha Sousa Fagundes (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Cledisson Fernandes dos Reis (Instituição não informada) / Viviane Tavares de Abreu (Instituição não informada) / Bárbara Quintela Zanette Reis (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / José Santos Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 58: Aumento de 30% das metas financeiras na ação 4485 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa Com Deficiência –, redistribuindo esse valor proporcionalmente entre os territórios previstos, com ajuste nas metas físicas estabelecido a partir de cálculo das áreas técnicas responsáveis pela ação.

O grupo apresentou também a seguinte recomendação:

– Utilizar a regionalização do PDR vigente da saúde para todas as ações do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde.

Proposta 84: Sugestão do grupo: Aumento de 30% das metas financeiras da ação 4490 – Complementação e Apoio à Atenção Especializada –, redistribuindo esse valor proporcionalmente entre os territórios previstos, com ajuste nas metas físicas estabelecido a partir de cálculo das áreas técnicas responsáveis pela ação.

O grupo apresentou também a seguinte recomendação:

– Utilizar a regionalização do PDR vigente da saúde para todas as ações do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde.

Proposta 85: Sugestão do grupo: Aumento de 30% das metas financeiras da Ação 4491 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência –, redistribuindo esse valor proporcionalmente entre os territórios previstos, com ajuste nas metas físicas estabelecido a partir de cálculo das áreas técnicas responsáveis pela ação.

O grupo também apresentou a seguinte recomendação:

– Utilizar a regionalização do PDR vigente da saúde para todas as ações do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde.

Proposta 87: Aumento de 30% das metas financeiras da Ação 4494 – Apoio e Fortalecimento da Rede Cegonha, redistribuindo esse valor proporcionalmente entre os territórios previstos, com ajuste nas metas físicas estabelecido a partir de cálculo das áreas técnicas responsáveis pela ação.

O grupo também apresentou a seguinte recomendação:

– Utilizar a regionalização do PDR vigente da saúde para todas as ações do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde.

Proposta 88:

– Alterar a finalidade da ação 4578 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial – para: Implantar e consolidar a reforma Psiquiátrica antimanicomial do Estado, organizando em Minas Gerais o modelo de Atenção em saúde mental: usuário centrado, multiprofissional, de base territorial definida, resolutiva e de qualidade, CONFORME DISPOSITIVOS DA PORTARIA MS 3088/2011, CONTEMPLANDO, PRIORITARIAMENTE, AS REGIÕES DE MAIOR CARÊNCIA EM OFERTA DESSES SERVIÇOS, E APRIMORANDO A POLÍTICA DE INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS POR PARTE DOS MUNICÍPIOS.

– Aumento de 30% das metas financeiras, redistribuindo esse valor proporcionalmente entre os territórios previstos, com ajuste nas metas físicas estabelecido a partir de cálculo das áreas técnicas responsáveis pela ação.

O grupo também apresentou a seguinte recomendação:



– Utilizar a regionalização do PDR vigente da saúde para todas as ações do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 58: A escolha do programa se deveu à necessidade de contribuir para a melhor adequação das prioridades e metas, proporcionando uma melhor distribuição dos dispositivos e dos recursos, buscando uma melhor clareza na definição dos objetivos.

Segundo os participantes do grupo, com a nova regionalização houve uma redução de 30% nos recursos destinados ao desenvolvimento das ações do programa 179 – Redes de Atenção à Saúde.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 9/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Jaime Luiz Rodrigues Jr. (Secretaria Municipal de Assistência Social (Governador Valadares)) / Glêdston Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Paloma Gabriela da Silva Araújo (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Francisca Paulina da Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Ana Paula Soares Medina (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Samuel da Silva (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Neuza Maria Ferreira (Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – Sedese (Belo Horizonte)) / Belmiro Alves de Freitas (Providência Nossa Senhora da Conceição (Belo Horizonte)) / Angelica Machado Maia Ferrati (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Roseny de Almeida (Instituto Marista de Solidariedade (Contagem)) / Manoelina Gomes Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Esmeraldas)) / Wendel José dos Santos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Vespasiano)) / Gecilma Ribeiro Martins (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Marlucia Barbosa de Miranda (Instituição não informada) / Francisca Maria da Silva (Instituição não informada) / Camila Eliane Torres Lacerda (Instituição não informada) / Maria da Conceição Rosário Carvalho (Instituição não informada) / Jaquelina Ap. Pena Cardoso (Instituição não informada) / Aelson Pereira dos Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 61: Incluir no final do objetivo do programa 127 a expressão “e em economia solidária”.

Proposta 62: Na Ação 4568 – Implantação e Manutenção dos Centros de Referência do Trabalho – ampliar em 2018 a meta física para 5 centros e a meta financeira para R\$4.116.797,00.

Proposta 63: Na Ação 4570 – Implantação, Melhoria e Manutenção das Unidades de Atendimento SINE – ampliar a meta física para o território do Vale do Rio Doce para 7.457 (2016-2019).

Proposta 66: Na Ação 4571 – Observatório do Mercado de Trabalho – acrescentar R\$500.000 na meta financeira para cada ano:

2016: R\$2.369.496



2017: R\$2.462.971

2018: R\$2.561.119

2019: R\$2.664.175

Proposta 67: Na Ação 4681 – Fortalecimento dos Conselhos de Trabalho e Economia Solidária – ampliar a meta física de 2018 para 5 conselhos e ampliar a meta financeira para R\$449.663,00.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 127 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 127-Ampliação e Melhoria da Qualidade dos Serviços de Atendimento ao Trabalhador, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de dar maior abrangência aos seus objetivos. O coletivo também indicou a equalização de atendimentos e metas físicas no Vale do Rio Doce em relação às demais regiões (ação 4570). Em relação às ações 4568 e 4681, o coletivo solicita a inclusão de mais duas unidades do CRT e duas para o Conselho Regional. A ação 4568 precisa de um milhão e quinhentos mil reais para financiar a abertura e manutenção das duas novas unidades. A ação 4681 precisa de cento e setenta mil reais para a criação dos dois novos conselhos. Na ação 4571 solicitou-se acréscimo para a retomada de execução da PED e que o Estado e o Dieese pensem em replicá-la em todas as regiões metropolitanas do estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 10/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arciziomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / David Edward Davis (Escola Esperança e Vida (Ouro Fino)) / Sylvania Cecilia da Silva (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Rodrigo dos Santos França (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Vicente de Souza dos Santos (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Tania Magda de Souza (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Samuel Rodrigues (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Mayra de Queiroz Camilo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / João Carlos Pio de Souza (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Maria de Paula Ribeiro (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Manoel Rodrigues Afonso (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Walter Figueiredo Souza (Centro de Referência de Assistência Social – Cras (Belo Horizonte)) / Liziane Vasconcelos Teixeira Lima (Coord. Reg. Prom. Meio Amb. Bac. Rios das Velhas e Paraopeba (Belo Horizonte)) / Edson de Andrade Franco (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Margarida Maria Lins de Sales (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Alex Maciel Teixeira (11º RPM – Polícia Militar de Minas Gerais (Vespasiano)) / Shirley Aparecida Moreira da Silva (Conselho Municipal de Assistência Social (Sarzedo)) / Vanívia Gonçalves Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social (Santo Antônio do Amparo)) / Rejane Maria Tomaz (Centro de Referência da



Assistência Social – Cras (Santo Antônio do Amparo)) / Wellington Ricardo Moreira (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Maria Efigênia Ribeiro Soares Mendonça (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Charline Aparecida Martins (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Mário Campos)) / Edmê Gonçalves Oliveira Tobias (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Mário Campos)) / Marisa Barletto (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / André Azevedo Sousa (Instituição não informada) / Grécia Mara Borges da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 68: Na Ação 4319 – Operacionalização da Gestão Compartilhada e Participativa do SUAS –

Alterar finalidade para: FORTALECER A GESTÃO COMPARTILHADA DO SOCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MINAS GERAIS através da ação nos 17 territórios de desenvolvimento construindo instâncias de participação social com iniciativa estadual tais como: plenárias descentralizadas do CEAS, fóruns, audiências públicas locais e outras, como espaços de estímulo e controle social além de gestão compartilhada do SUAS de acordo com as especificidades de cada território.

Alterar meta física para 17 e meta financeira para R\$1.000.000,00

Obs.: valor médio de R\$58.823,53 mil por território.

Obs.: promover interface desta ação com a ação 4444 do programa 91 – Qualifica Suas, garantindo capacitação e educação continuada voltadas para participação social para lideranças comunitárias e usuários indicados nas instâncias de participação previstas nesta ação.

Proposta 71: Na Ação 4320 – Manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social e Conferências de Assistência Social – acrescentar a região multiterritorial, mantendo a região metropolitana, com meta física de 17 e meta financeira de R\$145.000,00 com destinação do recurso para

a) R\$25.000 ano para financiar visitas do CEAS aos polos/União Regional dos Conselhos Municipais de Assistência Social;

b) R\$100.000 destinado a financiar duas reuniões anuais para presidentes das 17 URCMAS;

c) R\$20.000 ano destinado a financiar a elaboração de material gráfico e audiovisual.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 115 – APOIO AO CONTROLE SOCIAL E À GESTÃO COMPARTILHADA DO SUAS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 115 – Apoio ao Controle Social e à Gestão Compartilhada do Suas, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 11/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sebastião Gonçalves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Emanuelle Roberta Rodrigues Viana (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas



Gerais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Heloisa Ferreira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Sergio Evandro de Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Filipe Condé Alves (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais– Fecitur (Três Marias)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Circuito Turístico Serra do Cabral (Buenópolis)) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Alfredo Meirelles Rezende (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 83: INCLUSÃO DE NOVA AÇÃO para implantação de centros logísticos regionais no estado, com ênfase na alocação de recursos físicos e financeiros nos territórios de desenvolvimento Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri.

Proposta 86: INCLUSÃO DE NOVA AÇÃO para realizar estudos de viabilidade para implantação de parques tecnológicos espalhados por diversos territórios de desenvolvimento do estado.

Título da Ação: INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS REGIONAIS

Descrição IAG: AÇÃO DE ACOMPANHAMENTO INTENSIVO

Finalidade da Ação: ALOCAÇÃO DE RECURSO PARA ESTUDOS E OU PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, CENTRO INDUSTRIAL.

Público-alvo: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: ESTUDO/PROJETO REALIZADO

Unidade de Medida do Produto: ESTUDO/PROJETO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Região

2016

2017

2018

2019

M. Física

M. Financeira

Alto Jequitinhonha

1

180.000,00

1

180.000,00

1

180.000,00

1

180.000,00

Médio e Baixo Jequitinhonha

1



180.000,00

0

0,00

0

0,00

0

0,00

Mucuri

1

180.000,00

0

0,00

0

0,00

0

0,00

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 184 – AVANÇA MINAS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 184-Avança Minas, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 83: Induzir a propulsão econômica no Norte e Nordeste de Minas Gerais por meio da potencial implantação de estações logísticas e aduaneiras regionais.

Proposta 86: Objetivo de integrar regiões de baixo dinamismo econômico a cadeias de valor regionais, nacionais e internacionais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e induzindo a diversificação da pauta produtiva do estado por meio de incentivos à geração de maior conteúdo tecnológico e inovativo a bens e serviços já produzidos e àqueles potencialmente produzíveis.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 12/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Jaime Luiz Rodrigues Jr. (Secretaria Municipal de Assistência Social (Governador Valadares)) / Marcia Inês Mendes dos Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Bernardino Soares de Oliveira Cunha (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Elisa de Santa Cecília Massa (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Fabio Antonio de Almeida (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Gerson Raimundo da Silva (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Andressa do Carmo Pereira (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Claudia Valéria Fonseca Andrade (23ª Promotoria de Justiça da Infância



e Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Érica Luciana Ribeiro de Miranda Caputo (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Rômulo Francisco de Souza Assis (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Keifferson Magela Pedrosa Belchiôr (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Paulo Roberto de Almeida (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Juliana Pinto Martins Gonçalves (Centro de Internação Provisória São Benedito – Ceip (Belo Horizonte)) / Poliane Marcia da Silva de Sousa Figueiredo (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Rosália Cristina Gomes Tacchi (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Eleni Andrade de Oliveira (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Flavio Lucio Batista Rocha (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Maria das Graças Fonseca Cruz (Instituição não informada) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Alex Batista Gomes (Instituição não informada) / André Azevedo Sousa (Instituição não informada) / Emanuelle Lopes Miranda (Instituição não informada) / Paula Luisa Rodrigues Franck (Instituição não informada) / Irani Kaiser de Souza (Instituição não informada) / José Maria dos Santos Júnior (Instituição não informada) / Márcio Rogério de Oliveira (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 92: Desmembrar a AÇÃO 1127 Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo em três novas ações.

Proposta 97: Alterar o nome e a finalidade da Ação 4582.

Proposta 102: Alterar a regionalização e aumentar as metas física e financeira da Ação 4583. A sugestão é passar de 11 para 17 territórios, com aumento das metas física e financeira nos quatro anos.

Proposta 104: Alterar nome, finalidade, produto e unidade de medida, além de passar a regionalização para Multiterritorial, com alteração nas metas física e financeira da Ação 4595.

Proposta 109: Incluir ação nova: Título da Ação: Atendimento a saúde do servidor Suase.

Proposta 116: Incluir ação nova no Programa 204, em decorrência do desmembramento proposto pelo grupo da Ação 1127 (Proposta 92): Expansão do atendimento às medidas socioeducativas de internação, internação-provisória e internação-sanção.

Proposta 122: A proposta sugere inclusão de ação nova no Programa 204, em decorrência do desmembramento, proposto pelo grupo, da Ação 1127 (Proposta: 92): Reforma, manutenção e adequação das unidades socioeducativas de internação por prazo indeterminado, internação provisória e internação-sanção.

Proposta 132: A proposta sugere inclusão de ação nova no Programa 204, em decorrência do desmembramento, proposto pelo grupo, da Ação 1127 (Proposta: 92): Título da Ação: Modernização das unidades socioeducativas de internação por prazo indeterminado, internação-provisória e internação-sanção.

Proposta 137: A proposta sugere inclusão de ação nova no Programa 204: Título da Ação: Ampliação e aprimoramento do atendimento aos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.

Proposta 142: A proposta sugere inclusão de ação nova no Programa 204: Título da Ação: Implantação e manutenção de centros integrados de atendimento ao adolescente autor de ato infracional (CIA's).

Proposta 294: A proposta sugere alteração na finalidade da Ação 4581 e acréscimo na meta financeira.

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

EMENTA:



Sugere alterações no Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 92: Proporcionar mais transparência no acompanhamento da execução das ações.

Proposta 97:

Proposta 102: Contemplar cada município-sede de centros de internação com novas vagas de semiliberdade na proporção de 1 vaga de semiliberdade para cada 2 vagas de internação (tendo em mente a ampliação das vagas de internação conforme demanda de 2104 do Estado, ou seja, 15 vagas para cada 100mil habitantes).

Proposta 104: Proposta 109: Proposta 116: Proposta 122: Proposta 132: Proposta 137: Proposta 142: Proposta 294:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 13/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Heranice de Freitas Torquato (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Luciana Miranda López Fantaguzzi (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Maria da Conceição de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Nathan Luiz Sant Anna Esteveao (Instituição não informada) / Luiz Pedro Dias Moreira (Instituição não informada) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada)

PROPOSTA:

PROPOSTA 96: Alterar as metas financeiras do território “Norte” da ação 4031 – Atendimento à Criança, Adolescente e Jovens em Situação de Vulnerabilidade –, conforme se segue:

2016 – R\$2.500.000,00

2017 – R\$3.000.000,00

2018 – R\$3.500.000,00

2019 – R\$4.000.000,00

PROPOSTA 99: Alterar as metas financeiras da Ação 4373 – Educação Complementar e Ações Comunitárias – para:

2016 – R\$76.000,00

2017 – R\$131.284,00

2018 – R\$212.248,00

2019 – R\$282.960,00

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 19 – PROMOÇÃO SOCIAL DE JOVENS NO CAMPO E PERIFERIAS URBANAS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 19-Promoção Social de Jovens no Campo e Periferias Urbanas, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 14/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas (Bicas)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Jose Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Raphaela Receputi da Silva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Erica do Socorro Leao (Psf Iaia Perpetuo (Peçanha)) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Aquires José dos Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Ermelinda de Fátima Ireno de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Leandro de Paiva (Fórum Mineiro de Religiões de Matriz Africana (Belo Horizonte)) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Márcia Teresinha Cardoso Soares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Adriana de Castro Pereira Martins (Associação Mineira de Epilepsia (Belo Horizonte)) / Adriane Cristina da Cruz (Associação Mães Que Informam (Belo Horizonte)) / Alaide Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Álvaro Boechat Chiarello (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Andrea Leite Rios (Sec. Est. Des. Reg., Política Urb. e Gestão Metropol./Sedru (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Denio Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Antonioni Afonso (Instituto DH (Belo Horizonte)) / Ariel Lima de Almeida (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Beatrice Corrêa de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude (Belo Horizonte)) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Contagem)) / Lucas



Henrique da Silva Santos (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Marcia Espindula da Silva (Casa de Apoio a Criança Carente (Contagem)) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! (Vespasiano)) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (Chapada Gaúcha)) / José Eustáquio dos Reis (PsoI– Uberaba (Uberaba)) / Lúcia Helena de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba (Uberaba)) / Luciano de Sousa (Centro Pop (Uberaba)) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Uberaba)) / Fernanda Clara Gutierrez da Silva (Coletivo de Direitos Humanos d (Uberaba)) / Jaine Irene Basílio Teodoro M Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Uberaba)) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Uberaba)) / Jeanete Assad Mazzeiro (CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília)) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Agnelo de Paiva Braga (Instituição não informada) / Antônio Augusto Garcia Veríssimo (Instituição não informada) / Camila Aparecida Oliveira da Costa (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Rita Aparecida Marques Reis (Instituição não informada) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 103: alterar metas físicas e financeiras na AÇÃO 4546 nos anos de 2016 a 2019.

Proposta 114: alterar metas físicas e financeiras na Ação 4547 (para manutenção e implantação de Centros de Referência) para os anos de 2017, 2018 e 2019:

Proposta 196: ampliar as metas financeiras na Ação 4548 (mantendo-se as metas físicas e a regionalização multiterritorial previstas) para os anos de 2017 a 2019.

Proposta 197: aumentar as metas financeiras na Ação 4624 de 300.000 para 2.500.000 nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Proposta 198: alterar a finalidade, o produto, a regionalização e as metas financeiras na Ação 4663.

Proposta 202: incluir nova ação: Centro de Referência de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais Circences.

Proposta 204: incluir nova ação: Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Minas sem Homofobia.

Proposta 206: incluir nova ação: Criar, implementar e monitorar o plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes e os planos temáticos de convivência familiar e comunitária, enfrentamento ao trabalho infantil e enfrentamento à violência sexual.

Proposta 207: incluir nova ação: Protagonismo Juvenil e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente.

Proposta 208: incluir nova ação: Centro de Referência da Juventude.

Proposta 209: incluir nova ação: Apoio e fortalecimento dos conselhos tutelares e de direitos municipais (todos os vinculados à Secretaria de Direitos Humanos)

Proposta 210: incluir nova ação: Erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica

Proposta 211: incluir nova ação: Promoção da autonomia das mulheres

Proposta 213: incluir nova ação: Formação, pesquisa, campanhas e publicações para a garantia e promoção dos direitos humanos de mulheres do campo e da cidade, jovens, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, LGBT, população de rua, negros, povos tradicionais, indígenas, idosos, etc.

Proposta 217: Recomendar a garantia da implementação/execução do Decreto nº 40.404/1999, que dispõe sobre a contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência, especialmente no que se refere à destinação de 1% do imposto de renda das empresas públicas do Estado de Minas Gerais (como Copasa, Cemig e Gasmig) para o FIA estadual.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 36 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 36-Promoção da Cidadania e Participação Social., do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 103: As metas físicas e financeiras variam quanto à quantidade de conferências a serem realizadas em cada ano, número de participantes e custos.

Proposta 114: Por meio da sugestão, os proponentes pretendem indicar quais Centros de Referência devem ser criados em cada ano, bem como garantir recursos para a implantação dessas novas unidades e a manutenção daquelas já instaladas.

Proposta 196: Necessidade de ampliar recursos para as ações de promoção de direitos humanos no Estado.

Proposta 197: Necessidade de ampliação dos recursos para a manutenção dos conselhos estaduais de direitos humanos, considerando-se a insuficiência dos recursos previstos.

Proposta 198: Necessidade de previsão de maiores recursos para os anos de 2016 e 2017, considerando-se que a Comissão da Verdade em Minas Gerais funcionará até agosto de 2017, sendo também importante a criação, com maior brevidade, do Centro de Memória. A Covemg necessitará de 1.000.000 no ano de 2016 e 350.000 em 2017. Já os recursos destinados ao Centro de Memória seriam assim distribuídos: em 2016: 500.000 para projeto e obras de restauração ou adaptação; em 2017: 150.000; em 2018: 150.000; em 2018: 100.000.

Proposta 202: Necessidade de implantação de espaço específico para memória e apoio aos povos e comunidades tradicionais no Estado. De acordo com Sula Kyriacos Mavrudis (uma das proponentes) o Centro seria implantado em Belo Horizonte, haja vista a existência de um terreno disponibilizado na antiga Estação da Gameleira. A proponente informa que o Centro será criado após intervenção do Ministério Público, por convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Rede de Apoio ao Circo, a ser assinado no próximo mês de novembro. As metas físicas e financeiras foram especificadas pensando-se na implantação do Centro no ano de 2016 (destinando-se 720.000) e na manutenção da unidade nos demais anos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 15/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Maria Luzia Roza (Escola Estadual Maria Isabel Vieira (Caratinga)) / Joaquim de Sousa Neto (Escola Estadual José Augusto Ferreira (Caratinga)) / Teresa Cristina Dâmaso Gusmão (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Silvério do Prado (Fed.Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) /

Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria Tereza Lara (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / José Romário Rodrigues da Silva (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Janecléide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Flávio Jackson Ferreira Santiago (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Diego Severino Rossi de Oliveira (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Diego da Silva (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Conrado Ramos Rezende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Antonia Puertas Jimenez (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Ana Paula do Carmo (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Aelton Aleixo Fernandes (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Heranice de Freitas Torquato (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Luciana Miranda López Fantaguzzi (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Maria da Conceição de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Miriam Miranda Motta Alkmim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Marluce Elias Machado Rodrigues (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Mario Guimarães Filho (Associação Comunitária Ouro Branco (Contagem)) / Marilda Francisca Silveira de Brito (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Maria Geralda das Graças Souza da Silva (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Evanildo Augusto da Silva (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Dulce Mara Neves Maliere (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Arnaldo Alves (Procon Municipal (Contagem)) / Ana Paula Fernandes Pinto (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Alice Mourão Veloso Quintão (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Agda Aparecida Silva Batinga (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Roselane Amaral de Andrade (Fundação Educacional Caio Martins (Esmeraldas)) / Erlandio Nunes da Silva (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Daniel Ramos (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Joubert Bustamante Junior (Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Jaqueline Barbosa Miranda (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada) / Nathan Luiz Sant Anna Esteveo (Instituição não informada) / Luiz Pedro Dias Moreira (Instituição não informada) / Wagner de Castro Dal Ferro (Instituição não informada)

PROPOSTA:

PROPOSTA 105: Alterar o objetivo do programa para: “Disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros aos municípios, visando à melhoria dos padrões de qualidade da educação e capacitar os gestores municipais de ensino, visando à universalização da educação básica, NOTADAMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO.” (Alteração em maiúsculas)

PROPOSTA 108: Acrescentar objetivo estratégico no atributo “Área x objetivos estratégicos”, com o seguinte teor: “Desenvolver projetos de educação infantil no campo em cooperação com os municípios e governo federal em caráter experimental nos municípios com IDH e IDEB baixos.”

PROPOSTA 110: Alterar os seguintes atributos da Ação 4640:

– Finalidade: Disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e recursos financeiros aos municípios mineiros visando a melhoria dos padrões da qualidade da educação básica, E AMPLIANDO AOS MUNICÍPIOS AINDA NÃO ATENDIDOS. (Alteração em maiúsculas)

– Metas físicas de 2016 a 2019: alterar para 230.

PROPOSTA 111: Incluir ação com os seguintes atributos:

– Título: Atendimento à educação infantil em escolas do campo nos municípios mineiros

– IAG: Intensivo

– Finalidade: Disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e recursos financeiros para os municípios mineiros estruturando o atendimento de educação infantil nas escolas do campo, visando a melhoria dos padrões de qualidade da educação básica.

– Público-alvo: Alunos dos municípios dos territórios da educação

– Produto: Município Atendido

– Unidade de Medida do Produto: Município

– Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: Secretaria de Estado de Educação

– Metas físicas e financeiras de 2016 a 2019:

Alto Jequitinhonha, Caparaó, Central, Mata, Metropolitano, Sudoeste, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul, Vale do Aço, Vale do Rio Doce, Vertentes: 2 / R\$10.000,00

Mucuri, Noroeste, Oeste: 3 / R\$10.000,00

Médio e Baixo Jequitinhonha, Norte: 4 / R\$10.000,00

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 210 – COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 210-Cooperação Estado Município na Área Educacional, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

PROPOSTA 105: A escolha do programa se deu em decorrência da importância da cooperação do Estado em fortalecimento aos municípios, haja vista que muitos deles sequer conseguem se manter. Por isso o Estado deve atuar respeitando as normas constitucionais e infraconstitucional, mas, sobretudo, prezando pelo desenvolvimento de seu estado. Neste sentido conclui que a retificação desse programa é um precedente para que o êxito seja logrado.

PROPOSTA 111: Essa ação foi criada para contribuir com a meta 1 do PNE da universalização do atendimento da educação infantil, visando a sua implantação nas escolas do campo já existentes, ou em novas unidades para assegurar uma pedagogia coerente e peculiar ao meio familiar, ambiental e territorial. Espera-se também contribuir para a erradicação do analfabetismo no Estado de Minas Gerais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 16/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arciziomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Luana Aparecida Teixeira (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Rogério Moreira de Faria (Sindicato Unico dos Trabalhadores em Educação – SIND-UTE (Caratinga)) / Ismael Carlos da Silva (Associação Min. das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar (Conceição de Ipanema)) / Glêdston Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Andrea Callegari (Associação das Obras Pavonianas de Assistência (Belo Horizonte)) / Ellen Vieira Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Márcia Cristina de Carvalho



(Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Everi Lopes da Silva (Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Leste (Belo Horizonte)) / Silvana Inácia Andresa (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Onestalda Atanázio (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Edson Gomes de Lima (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Elionai Malagoli (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Keli Cristina de Lima Carneiro (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Guilherme Henrique Proença (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Luciane Sepúlveda Viana (Instituição não informada) / Aleff Diego Santos de Oliveira (Instituição não informada) / Nilcéia Maria de Souza Genelhu (Instituição não informada)

PROPOSTA:

PROPOSTA 106: Alterar o objetivo do programa para: "Promover, por meio de projetos específicos, a discussão entre os integrantes da comunidade escolar sobre a diversidade no ambiente da escola, de forma a conscientizá-los para a importância de reconhecer e respeitar as peculiaridades de cada segmento, em suas características físicas, étnicas, socioculturais, etárias e de gênero, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, MULHERES DO CAMPO, DE FLORESTAS, DAS ÁGUAS E INDÍGENAS. Contribuir para a ampliação da postura cidadã e protagonista do jovem em Minas Gerais, por meio da articulação e desenvolvimento de ações conjuntas voltadas para a juventude, NOTADAMENTE JOVENS NEGRAS E NEGROS, entre diversos órgãos do governo e entidades da sociedade civil."

PROPOSTA 115: Incluir ação no Programa, com os atributos que se seguem.

– TÍTULO: Comunidade Escolar e Direitos Humanos.

– FINALIDADE: Incentivar, apoiar, criar e realizar atividades, tais como grupos de trabalho permanentes, seminários, palestras, e etc., com a participação da comunidade escolar das escolas estaduais e sociedade civil organizada, abordando as temáticas de gênero, orientação sexual, étnico-racial, diversidade religiosa, educação inclusiva e direitos humanos, por meio da implementação de ações educativas de promoção dos direitos humanos e inclusão social.

– PÚBLICO-ALVO: comunidade escolar.

– PRODUTO: curso ofertado.

– UNIDADE DE MEDIDA: curso.

– UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL: Secretaria de Estado de Educação.

– Metas físicas e financeiras por território e por ano (repete 2016 nos anos de 2017 a 2019)

Multiterritorial / 17 / R\$3.400.000,00

PROPOSTA 180: Incluir ação no Programa, com os atributos que se seguem.

– TÍTULO: Justiça restaurativa e segurança nas escolas.

– FINALIDADE: Criação no âmbito das escolas de programas de justiça restaurativa, como forma de intervenção em situações de violência e conflitos escolares. Dotar os estabelecimentos escolares de equipamentos e serviços de segurança, garantindo a segurança de toda a comunidade escolar.

– PÚBLICO ALVO: comunidade escolar.

– PRODUTO: escola atendida.

– UNIDADE DE MEDIDA: escola

– UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL: SEE.



OBS.: meta física, número total de escolas da rede estadual, meta financeira, a calcular.

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 213 – CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 213-Convivência Democrática, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 17/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Selson Gomes Ferraz (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Mezaque Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Leonário Rosa da Silva Felix (Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos (Belo Horizonte)) / José Moreira de Souza (Comissão Mineira de Folclore (Belo Horizonte)) / Gislande Maria de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gilmar de Souza Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Gabriela Martins Durães Brandão (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Fernando Alexandre de Souza (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Diogo Horta Miguel (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Danielle dos Santos Januário (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Bruna Fioravante de Matos (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA –Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Renata de Sousa Lima (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Pedro Henrique Guedes Oliveira (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Mírian Coelho Lott (Conselho Municipal de Cultura de Contagem (Contagem)) / Marcos Vinicius Rodrigues Tinoco da Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Gustavo Henrique de Souza Costa (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Gabriel Henrique Freitas Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Franklin Wagner da Silva (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Sheila Rosa Oliveira de Jesus (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Marcionília Tôres Nunes (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / João Roberto de Souza Silva – Jotaerre (Instituição não informada) / Ione Amaral Cruz (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada)

PROPOSTA:

PROPOSTA 107: Alterar as metas físicas e financeiras da Ação 4325 conforme se segue (replica 2016 de 2017 a 2019):

- Alto Jequitinhonha: 20 / R\$200.000,00
- Médio e Baixo Jequitinhonha: 30 / R\$300.000,00
- Metropolitano: 31 / R\$583.995,00
- Mucuri: 50 / R\$500.000,00

PROPOSTA 112: Alterar a regionalização da Ação, excluir “Metropolitano” e “Noroeste” e acrescentar “Multiterritorial”, com as seguintes metas para 2016: 15 / R\$156.794,00

PROPOSTA 113: Incluir ação com os seguintes atributos:

- Título: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DE ORGANIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DO ARTESANATO



- Finalidade: TRABALHAR PELA ORGANIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DO ARTESANATO
- Público-alvo: ASSOCIAÇÕES, ARTESÃOS, LIDERANÇAS REGIONAIS, PESQUISADORES E ENTIDADES
- Produto: SEMINÁRIO REALIZADO
- Unidade de Medida do Produto: SEMINÁRIO
- Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: IDENE
- Metas físicas e financeiras:

Multiterritorial

2016: 1 / R\$250.000,00

2017: 1 / R\$150.000,00

2018: 1 / R\$100.000,00

PROPOSTA 117: Alterar os seguintes atributos da Ação 4337.

– Finalidade: Acrescentar a expressão “COM AÇÕES DESCENTRALIZADAS E INTERIORIZADAS” ao final da finalidade da ação.

- Regionalização e metas físicas:

2016 / Multiterritorial / 121 / R\$4.253.875,00

PROPOSTA 119: Incluir ação com os seguintes atributos:

- Título: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

– Finalidade: AÇÕES EDUCATIVAS NAS ESCOLAS COM PERSONAGENS LÚDICOS SELECIONADOS POR MEIO DE EDITAL QUE CONTEMPLE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM.

- Público-alvo: Estudantes da rede pública de ensino

- Produto: Evento realizado

- Unidade de Medida do Produto: Evento

- Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: IEPHA

- Metas físicas e financeiras:

2016 / Metropolitano / 120 / R\$250.000,00

PROPOSTA 120: Incluir ação com os seguintes atributos:

- Título: APOIO ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

- Finalidade: APOIAR A CRIAÇÃO DE UMA REDE ESTADUAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS

- Público-alvo: POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- Produto: PROGRAMA RADIOFÔNICO COMUNITÁRIO

- Unidade de Medida do Produto: HORA DE PROGRAMA

- Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SEC

- Metas físicas e financeiras:

Território: Multiterritorial

2016: 34.000 / R\$1.000.000,00

2017: 34.000 / R\$900.000,00

2018: 34.000 / R\$800.000,00

2019: 34.000 / R\$800.000,00

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 130 – PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 130 – Promoção e Difusão Cultural, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

— PROPOSTA 107: O programa prevê ações, na sua maioria, centralizadas no território metropolitano, com a maioria dos recursos na Fundação Clóvis Salgado em detrimento do interior. Fomentar ações pelo Estado com recursos estabelecidos no PPAG é fundamental para permitir atividades culturais descentralizadas.

No território metropolitano, suplementar a meta física em uma unidade e as metas financeiras em R\$500 mil para promover o II Festival Nacional de Músicas e Poesia e a IV Semana da Arte e Cultura da Reforma Agrária em Belo Horizonte (O grupo anexa documento com proposta do evento).

No território Mucuri, Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha, os recursos acrescidos se destinam a eventos de apoio à cultura e à arte dessas regiões, sendo voltados para o artesanato, festas tradicionais, oficinas, música e teatro.

— PROPOSTA 112: Transferência das metas dos territórios Metropolitano e Noroeste para Multiterritorial por entender que sua finalidade deve se aplicar a todo o Estado.

— PROPOSTA 113: O seminário pretende discutir a situação do artesão em Minas Gerais, tendo em vista a construção do plano estadual do artesanato e organização da categoria em uma entidade estadual. O seminário será realizado em Belo Horizonte em 2016, com a perspectiva de 500 pessoas representando os diversos territórios de desenvolvimento. Além disso, terá desdobramentos em pequenas reuniões e/ou seminários em Belo Horizonte ou em cidades-polo.

— PROPOSTA 117: Alteração da regionalização, transferindo as metas do território Metropolitano para o Multiterritorial por entender que sua finalidade deve se aplicar a todo o Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 18/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Joaquim de Sousa Neto (Escola Estadual José Augusto Ferreira (Caratinga)) / Maria Luzia Roza (Escola Estadual Maria Isabel Vieira (Caratinga)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / José Romário Rodrigues da Silva (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Ana Paula do Carmo (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Teresa Cristina Dâmaso Gusmão (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Conrado Ramos Rezende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Flávio Jackson Ferreira Santiago (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Antonia Puertas Jimenez (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Janeclide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Diego Severino Rossi de Oliveira (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Maria Tereza Lara (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Aelton Aleixo Fernandes (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Diego da Silva (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Miriam Miranda Motta Alkmim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Marluce Elias Machado Rodrigues (Secretaria Municipal de



Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Ana Paula Fernandes Pinto (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Arnaldo Alves (Procon Municipal (Contagem)) / Dulce Mara Neves Maliere (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Mario Guimarães Filho (Associação Comunitária Ouro Branco (Contagem)) / Agda Aparecida Silva Batinga (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Alice Mourão Veloso Quintão (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Heranice de Freitas Torquato (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Maria da Conceição de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Luciana Miranda López Fantaguzzi (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Maria Geralda das Graças Souza da Silva (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Marilda Francisca Silveira de Brito (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Evanildo Augusto da Silva (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Roselane Amaral de Andrade (Fundação Educacional Caio Martins (Esmeraldas)) / Erlandio Nunes da Silva (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Daniel Ramos (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Jaqueline Barbosa Miranda (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Joubert Bustamante Junior (Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (Ribeirão das Neves)) / Nathan Luiz Sant Anna Esteveo (Instituição não informada) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada) / Luiz Pedro Dias Moreira (Instituição não informada) / Wagner de Castro Dal Ferro (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 118: Alterar indicadores, objetivo e valor do Programa 211 – Infraestrutura, Custeio e Organização Escolar.

Proposta 121: Alterar a finalidade e as metas física e financeira da Ação 2129.

Proposta 123: Alterar a finalidade e as metas física e financeira da Ação 2130.

Proposta 125: Alterar a finalidade e as metas física e financeira da Ação 4643.

Proposta 126: Alterar a finalidade e as metas física e financeira da Ação 4645.

Proposta 128: Alterar o nome da Ação 4646.

Proposta 129: Alterar o nome da Ação 4647.

Proposta 130: Incluir ação de gestão intensiva no Programa 211 – Infraestrutura, Custeio e Organização Escolar –, destinada à manutenção estruturante e funcional das unidades escolares da educação básica.

Proposta 131: Incluir ação de acompanhamento geral no Programa 211 – Infraestrutura, Custeio e Organização Escolar –, destinada à manutenção estruturante e funcional das unidades escolares da educação básica.

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 211 – INFRAESTRUTURA, CUSTEIO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

EMENTA:

Sugere alterações no 211 – Infraestrutura, Custeio e Organização Escolar, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

PROPOSTA 118:

O Estado de Minas já está debatendo o seu Plano Estadual de Educação, à luz dos eixos e metas aprovados no novo PNE. Neste documento de planejamento das políticas educacionais nacionais e estaduais, o Custo Aluno Qualidade Inicial é o instrumento que agora define o novo padrão de atendimento na educação básica, em cada etapa e modalidade de ensino, em acordo com o Parecer CNE/CEB no 08/2010 e nesta perspectiva o novo PPAG 2016-2019 deveria se nortear por ele, na perspectiva de prover com qualidade a infraestrutura para garantir a formação cidadã em sua rede pública.

PROPOSTAS 121 E 123:

Obs.: A SEE_MG poderá elaborar um questionário suplementar ao do Censo escolar/MEC, na perspectiva de obter as informações necessárias, para instrumentalizar e qualificar o planejamento de vários programas e ações propostos na PPAG 2016-2019, na abrangência dos 17 territórios e criar seus indicadores de resultados.

POPORSTA 131: Obs.: equacionar a qualidade do atendimento no estado para evitar a precarização e o desperdício de recursos públicos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 19/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arcizomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Luana Aparecida Teixeira (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Rogério Moreira de Faria (Sindicato Unico dos Trabalhadores em Educação – SIND-UTE (Caratinga)) / Ismael Carlos da Silva (Associação Min. das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar (Conceição de Ipanema)) / Glêdston Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Márcia Cristina de Carvalho (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Andrea Callegari (Associação das Obras Pavonianas de Assistência (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ellen Vieira Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Everi Lopes da Silva (Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Leste (Belo Horizonte)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Elionai Malagoli (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Guilherme Henrique Proença (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Keli Cristina de Lima Carneiro (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Edson Gomes de Lima (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Onestalda Atanázio (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Silvana Inácia Andresa (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Nilcéia Maria de Souza Genelhu (Instituição não informada) / Aleff Diego Santos de Oliveira (Instituição não informada) / Luciane Sepúlveda Viana (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 124: Acrescentar no objetivo do programa o seguinte: "IMPLEMENTAR DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO, FORTALECER A EDUCAÇÃO INDÍGENA, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, CONSIDERANDO RAÇA, ETNIA E GÊNERO. FORTALECER AS ESCOLAS QUE ATENDEM JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA E SISTEMA PRISIONAL. FORTALECER AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EXISTENTES, ATRAVÉS DAS ESCOLAS DE ENSINO ESPECIAL E MANUTENÇÃO DESTAS INSTITUIÇÕES. AUMENTAR O TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS REGULARES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA."

Proposta 157: Alterar a meta do indicador "Percentual de Alimentos adquiridos da agricultura familiar" para 35,000 nos anos 2016, 2017, 2018 e 2019. Proposta 158: Ampliação dos recursos financeiros da ação 4653.

Proposta 159: Recomendação para reestruturação da metodologia do SIMAVE, incluindo-se nesse sistema a avaliação das condições de trabalho dos trabalhadores em educação, condição socioeconômica do aluno, e a infraestrutura da escola.

Proposta 160: Recomendação de adoção das seguintes diretrizes para a execução da ação: fortalecer as instituições de educação especial, mantendo-as e não as excluindo; garantir a participação dos movimentos sociais e sindicais para a educação do campo; apoiar e garantir a educação especial em Centros de Apoio às pessoas com deficiência, com repasse de recursos humanos e financeiros pelo Estado. Proposta 161: Alterar finalidade da ação de modo que passe a ser educação em TEMPO integral e ACRESCENTANDO, ONDE CONVIER, A EXPRESSÃO “REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO PEDAGÓGICO SIGNIFICATIVAS, TAIS COMO VISITAS A PARQUES E MUSEUS, GRATUITAMENTE, PARA OS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL”.

Proposta 162: Alterar a finalidade da ação, ACRESCENTANDO ONDE CONVIER “IMPLEMENTAR BIBLIOTECAS EM TODAS AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, EJA E DO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO; DESENVOLVER PROJETOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DESTINADOS AOS JOVENS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL; AMPLIAR A EQUIPE PEDAGÓGICA PARA O ACOMPANHAMENTO DESSE PÚBLICO”

Proposta 163: Alterar a finalidade da ação, público-alvo, o produto, a unidade de medida e ampliar a meta física e financeira, de modo a prever a alimentação para os profissionais da educação na escola.

Proposta 166: Alteração meta física e financeira, ampliando os recursos para as escolas família agrícola na região do Médio e Baixo Jequitinhonha.

Proposta 168: Nova ação. Título da Ação: Apoio à manutenção da Rede Mineira de Educação do Campo

Finalidade da Ação: Apoiar os eventos – reuniões ampliadas e seminário anual – realizados pela Rede Mineira de Educação do Campo.

Proposta 170: Nova ação. Título da Ação: EJA e profissionalização do campo Finalidade da Ação: Promover a alfabetização e a elevação da escolaridade, integrada à profissionalização de jovens e adultos do campo.

Proposta 172: NOVA AÇÃO. Título da Ação: Educação Ambiental. Finalidade da Ação: Implementar em todas as escolas de educação básica de conteúdo referente à educação ambiental.

Proposta 177: NOVA AÇÃO. Título da Ação: Apoio aos cursos técnicos em agropecuária nas EFAs. Finalidade da Ação: Aquisição de livros, materiais e equipamentos técnico e pedagógicos para utilização em cursos técnicos em agropecuária nas EFAs.

Proposta 179: NOVA AÇÃO. Título da Ação: Educação de Jovens e Adultos – EJA – nas EFAs. Finalidade da Ação: Repassar recursos financeiros para a AMEFA para a manutenção dos cursos de EJA para alfabetização e nos níveis fundamental e médio, com formação técnica.

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 214 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 214 – Desenvolvimento da Educação Básica, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 20/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Gislande Maria de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gilmar de Souza Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Gabriela Martins Durães Brandão (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemiais (Belo Horizonte)) / Fernando Alexandre de Souza (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Diogo Horta Miguel (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Danielle dos Santos Januário (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Bruna Fioravante de Matos (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Selson Gomes Ferraz (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Mezaque Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Leonário Rosa da Silva Felix (Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos (Belo Horizonte)) / José Moreira de Souza (Comissão Mineira de Folclore (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Gustavo Henrique de Souza Costa (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Gabriel Henrique Freitas Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Franklin Wagner da Silva (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Renata de Sousa Lima (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Pedro Henrique Guedes Oliveira (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Mirian Coelho Lott (Conselho Municipal de Cultura de Contagem (Contagem)) / Marcos Vinicius Rodrigues Tinoco da Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Sheila Rosa Oliveira de Jesus (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Marcionilia Tôrres Nunes (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / João Roberto de Souza Silva – Jotaerre (Instituição não informada) / Ione Amaral Cruz (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Alterar os seguintes atributos da Ação 4342:

– Finalidade: “INCENTIVAR A ADESÃO DAS BIBLIOTECAS AO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, ESTRUTURANDO-AS, visando implementar políticas públicas de incentivo à leitura, ampliando o acesso aos serviços bibliotecários e ao patrimônio bibliográfico.” (Alterações em maiúsculas)

– Regionalização: acrescentar os territórios Caparaó, Mata, Sudoeste, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul, e Vertentes.

– Metas físicas e financeiras para cada território acrescentado: 3.600 / R\$22.350,00.

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 135 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 135 – Democratização do Acesso à Cultura , do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

AÇÃO: 4342 – CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

JUSTIFICAÇÃO:

Necessário acrescentar à regionalização os sete territórios de desenvolvimento que não estavam previstos na ação (Caparaó, Mata, Vertentes, Sul, Sudeste, Triângulo Norte, Triângulo Sul), replicando as metas físicas e financeiras indicadas para os demais territórios.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 21/2015****(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Selson Gomes Ferraz (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Mezaque Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Leonário Rosa da Silva Felix (Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos (Belo Horizonte)) / José Moreira de Souza (Comissão Mineira de Folclore (Belo Horizonte)) / Gislande Maria de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gilmar de Souza Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Gabriela Martins Durães Brandão (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Fernando Alexandre de Souza (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Diogo Horta Miguel (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Danielle dos Santos Januário (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Bruna Fioravante de Matos (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Renata de Sousa Lima (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Pedro Henrique Guedes Oliveira (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Mírian Coelho Lott (Conselho Municipal de Cultura de Contagem (Contagem)) / Marcos Vinicius Rodrigues Tinoco da Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Gustavo Henrique de Souza Costa (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Gabriel Henrique Freitas Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Franklin Wagner da Silva (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Sheila Rosa Oliveira de Jesus (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Marcionília Tôres Nunes (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / João Roberto de Souza Silva – Jotaerre (Instituição não informada) / Ione Amaral Cruz (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Alterar os seguintes atributos da Ação 4345:

- Título, alterar para “REFORMA, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E GRUPOS”
- Finalidade, alterar para “REFORMAR, modernizar, preservar e manter espaços e grupos culturais geridos por entidades sem fins lucrativos e MUNICÍPIOS, visando fortalecer identidades culturais no estado de Minas Gerais.” (Alterações em maiúsculas)
- Regionalização, metas físicas e financeiras como se segue:

2016

Metropolitano: 10 / R\$38.800.000,00

Vale do Rio Doce: 1 / R\$4.500.000,00

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 138 – MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

AÇÃO: 4345 – MANUTENÇÃO DE GRUPOS E ESPAÇOS CULTURAIS

JUSTIFICAÇÃO:

A sugestão de intervenção no programa se deveu à necessidade de buscar ampliar o atendimento, mais precisamente da ação 4345, diante das

condições em que estão os bens culturais já existentes

As alterações propostas na regionalização e metas físicas objetivam atingir projetos de reforma e adequações do Museu dos Militares Mineiros (Belo Horizonte), Casa da Cultura de Vespasiano, Cine-Teatro de Contagem e Teatro Atiaia de Governador Valadares.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 22/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Joaquim de Sousa Neto (Escola Estadual José Augusto Ferreira (Caratinga)) / Maria Luzia Roza (Escola Estadual Maria Isabel Vieira (Caratinga)) / Janecleide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Ameфа (Belo Horizonte)) / José Romário Rodrigues da Silva (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Teresa Cristina Dâmaso Gusmão (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Antonia Puertas Jimenez (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Aelton Aleixo Fernandes (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Flávio Jackson Ferreira Santiago (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púб. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Ana Paula do Carmo (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Diego da Silva (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Diego Severino Rossi de Oliveira (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Conrado Ramos Rezende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria Tereza Lara (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Marluce Elias Machado Rodrigues (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Agda Aparecida Silva Batinga (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Evanildo Augusto da Silva (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Maria da Conceição de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Heranice de Freitas Torquato (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Luciana Miranda López Fantaguzzi (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Mario Guimarães Filho (Associação Comunitária Ouro Branco (Contagem)) / Arnaldo Alves (Procon Municipal (Contagem)) / Maria GERALDA das Graças Souza da Silva (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Marilda Francisca Silveira de Brito (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Alice Mourão Veloso Quintão (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Miriam Miranda Motta Alkmim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Ana Paula Fernandes Pinto (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Dulce Mara Neves Maliere (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Roselane Amaral de Andrade (Fundação Educacional Caio Martins (Esmeraldas)) / Erlandio Nunes da Silva (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Daniel Ramos (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Jaqueline Barbosa Miranda (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Joubert Bustamante Junior (Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (Ribeirão das Neves)) / Wagner de Castro Dal Ferro (Instituição não informada) / Nathan Luiz Sant Anna Estevao (Instituição não informada) / Luiz Pedro Dias Moreira (Instituição não informada) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada)

PROPOSTA:



PROPOSTA 134: Alterar o objetivo do programa para "Qualificar o servidor por meio de curso de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão. Capacitar de forma continuada os profissionais da educação nos diferentes campos de atuação por meio de programas presenciais, semipresenciais e virtuais, de maneira a promover a melhoria da qualidade do sistema público de educação de Minas Gerais. GARANTIR O CUMPRIMENTO DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, INCLUSIVE O DISPOSTO NA LEI ESTADUAL Nº 21.710/15, BEM COMO QUALIFICAR O SERVIDOR POR MEIO DE PROGRAMAS PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E VIRTUAIS, CURSOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL, EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, SUPERIOR, MESTRADO E DOUTORADO." (Alterações em maiúsculas)

PROPOSTA 135: Alterar a finalidade da Ação 2139 para: "Qualificar o servidor por meio de curso de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão, EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO, DESTACANDO A FORMAÇÃO NAS TEMÁTICAS DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, ÉTNICO-RACIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE RELIGIOSA, DIREITOS HUMANOS E NA EDUCAÇÃO INTEGRAL." (Alterações em maiúsculas)

– Obs.: há erros na meta financeira do ano de 2018 da respectiva ação 2139. Pede-se a revisão.

PROPOSTA 136: Incluir nova ação no Programa 212 com os seguintes atributos:

– Título: Valorização e formação dos profissionais das Escolas Família Agrícola

– IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

– Finalidade: Qualificar o servidor por meio de curso de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão.

– Público-alvo: Profissionais das Escolas Família Agrícola do estado de Minas Gerais

– Produto: Profissional capacitado

– Unidade de Medida do Produto: Profissional

– Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: Secretaria de Estado de Educação – Regionalização, metas físicas e financeiras:

2016: Multiterritorial / 150 / R\$240.000,00

2017: Multiterritorial / 150 / R\$250.000,00

2018: Multiterritorial / 150 / R\$260.000,00

2019: Multiterritorial / 150 / R\$270.000,00

PROPOSTA 143: Alterar os valores do atributo "Despesas Correntes", no campo "Valor do Programa" do Programa 212:

Ano 2016: R\$7.722.403.579,00

Ano 2017: R\$8.145.060.752,00

Ano 2018: R\$9.005.711.737,00

Ano 2019: R\$9.005.615.083,00

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 212 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 212-Valorização e Formação dos Profissionais da Educação, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.



JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu ao fato de que o orçamento proposto para as ações deste programa, em comparação com o orçamento de 2015, é insuficiente para atender à legislação vigente como disposto na Lei 21.710/2015

PROPOSTA 143: Acréscimo de recurso no programa, subtraindo o valor das novas ações, o valor restante acrescentado visa garantir que sejam pagas as despesas já prevista, uma vez que o valor total dedicado ao programa não é suficiente para a previsão de gastos já feita.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 23/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Alexandre Borges de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / José Moreira de Souza (Comissão Mineira de Folclore (Belo Horizonte)) / Gislande Maria de Oliveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gabriela Martins Durães Brandão (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Bruna Fioravante de Matos (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Leonário Rosa da Silva Felix (Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos (Belo Horizonte)) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemias (Belo Horizonte)) / Gilmar de Souza Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Danielle dos Santos Januário (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Fernando Alexandre de Souza (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Selson Gomes Ferraz (Secretaria de Estado de Cultura – Sec (Belo Horizonte)) / Mezaque Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Diogo Horta Miguel (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Gabriel Henrique Freitas Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Marcos Vinicius Rodrigues Tinoco da Silva (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Mírian Coelho Lott (Conselho Municipal de Cultura de Contagem (Contagem)) / Franklin Wagner da Silva (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Pedro Henrique Guedes Oliveira (Orquestra Jovem das Gerais (Contagem)) / Gustavo Henrique de Souza Costa (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Renata de Sousa Lima (Fundação Cultural do Município de Contagem (Contagem)) / Sheila Rosa Oliveira de Jesus (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / João Roberto de Souza Silva – Jotaerre (Instituição não informada) / Marcionilia Tôres Nunes (Instituição não informada) / Ione Amaral Cruz (Instituição não informada)

PROPOSTA:

PROPOSTA 138: Alterar o título da Ação 4348

Proposta 139: Alteração da regionalização da ação, transferindo as metas físicas e financeiras que atualmente estão previstas para o território metropolitano para a regionalização multiterritorial.

PROPOSTA 140: Alterar metas físicas e financeiras da Ação 4356

PROPOSTA 144: Alteração de regionalização, metas físicas e financeiras da Ação 4360 e especificação de objeto de gasto

PROPOSTA 145: Alteração da finalidade da ação 4364

PROPOSTA 146: Alteração dos seguintes atributos da Ação 4366: Título, Finalidade, e Metas físicas e financeiras

PROPOSTA 147: Alteração dos seguintes atributos da Ação 4371: Público-alvo, Metas físicas e financeiras

PROPOSTA 148: Inclusão da ação “DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DE CULTURA POPULAR NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS ” no Programa 140

PROPOSTA 149: Criação de comissão permanente de cultura popular, junto à Secretaria Estadual de Cultura para acompanhar a efetivação das políticas públicas de cultura.

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 140 – FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu a necessidade de ampliar as metas física e financeira das ações, buscando a EFETIVA democratização do acesso à cultura como instrumento de inclusão social e protagonismo das populações envolvidas, propiciando geração de emprego e renda, promovendo a igualdade racial e considerando ser a cultura propulsora da universalização da dignidade humana, preceito da Constituição Cidadã de 1988.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 24/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada) / Luiz Pedro Dias Moreira (Instituição não informada) / Nathan Luiz Sant Anna Esteveao (Instituição não informada) / Maria da Conceição de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Luciana Miranda López Fantaguzzi (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Heranice de Freitas Torquato (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Alice Mourão Veloso Quintão (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Antonia Puertas Jimenez (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Flávio Jackson Ferreira Santiago (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Diego da Silva (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Teresa Cristina Dâmaso Gusmão (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Aelton Aleixo Fernandes (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Roselane Amaral de Andrade (Fundação Educacional Caio Martins (Esmeraldas)) / Ana Paula do Carmo (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Maria Tereza Lara (Fundação Educacional Caio Martins – Fucam (Belo Horizonte)) / Diego Severino Rossi de Oliveira (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Wagner de Castro Dal Ferro (Instituição não informada) / Evanildo Augusto da Silva (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Silvério do Prado (Fed.Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Marilda Francisca Silveira de Brito (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Dulce Mara Neves Maliere (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Erlandio Nunes da Silva (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / José Romário Rodrigues da Silva (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Maria Geralda das Graças Souza da Silva (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Daniel Ramos (Prefeitura Municipal de Águas Formosas (Águas Formosas)) / Maria Luzia Roza (Escola Estadual Maria Isabel Vieira (Caratinga)) / Joaquim de Sousa Neto (Escola Estadual José Augusto Ferreira (Caratinga)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Conrado Ramos Rezende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Arnaldo Alves (Procon Municipal (Contagem)) / Ana Paula Fernandes Pinto (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Marluce Elias Machado Rodrigues (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC



(Contagem)) / Joubert Bustamante Junior (Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (Ribeirão das Neves)) / Agda Aparecida Silva Batinga (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Jaqueline Barbosa Miranda (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Miriam Miranda Motta Alkmim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Janecléide Lima de Matos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Mario Guimarães Filho (Associação Comunitária Ouro Branco (Contagem))

PROPOSTA:

Incluir ação no Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação –, com os seguintes atributos:

– Título: Promoção da saúde ocupacional dos trabalhadores da educação

– IAG: Geral

– Finalidade: Implantar e desenvolver uma política de saúde ocupacional e bem-estar para os profissionais da educação por meio de ações de sensibilização, prevenção e promoção da saúde.

– Público-alvo: Profissionais da educação

– Produto: Profissional beneficiado

– Unidade de Medida do Produto: Profissional

– Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: Secretaria de Estado de Educação

– Metas físicas e financeiras:

2016 a 2019: Multiterritorial / 200.000 / R\$1.400.000,00.

Obs.: estimativa com base na ação 4526.

EIXO: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 212 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

EMENTA:

Sugere inclusão de ação no Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 25/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arciziomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Luana Aparecida Teixeira (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Rogério Moreira de Faria (Sindicato Unico dos Trabalhadores em Educação – SIND-UTE (Caratinga)) / Ismael Carlos da Silva (Associação Min. das Escolas Famílias Agrícolas Carlos Saar (Conceição de Ipanema)) / Glêdston Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Márcia Cristina de Carvalho (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Everi Lopes da Silva (Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Leste (Belo Horizonte)) / Ellen Vieira Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M.



Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Andrea Callegari (Associação das Obras Pavonianas de Assistência (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Sergio Evandro de Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Sebastião Gonçalves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Heloisa Ferreira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Emanuelle Roberta Rodrigues Viana (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Silvana Inácia Andresa (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Onestalda Atanázio (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Keli Cristina de Lima Carneiro (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Guilherme Henrique Proença (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Elionai Malagoli (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Edson Gomes de Lima (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Filipe Condé Alves (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais– Fecitur (Três Marias)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Circuito Turístico Serra do Cabral (Buenópolis)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Nilcéia Maria de Souza Genelhu (Instituição não informada) / Luciane Sepúlveda Viana (Instituição não informada) / Aleff Diego Santos de Oliveira (Instituição não informada) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Alfredo Meirelles Rezende (Instituição não informada)

PROPOSTA:

PROPOSTA 150: Alteração do nome do programa para “EXPANSÃO E consolidação do ensino profissionalizante e superior” (alteração em maiúscula)

PROPOSTA 151: Modificar os seguintes atributos da Ação 1081:

– Público-alvo: “Populações onde há pouca oferta do ensino técnico, profissionalizante e superior, microrregiões mineiras que abrigam o programa e instituições de ensino participantes E EXPANDINDO PARA OS TERRITÓRIOS QUE AINDA NÃO ABRIGAM OS PROGRAMAS, PRINCIPALMENTE CONTEMPLANDO AS REGIÕES ALTO, MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA, VALE DO MUCURI, RIO DOCE E VALE DO AÇO” (Alterações em maiúsculas)

– Metas físicas e financeiras:

2016 a 2019: 17 / R\$12.500.000,00

– Destinar recursos da Ação para a construção de uma Escola Agrícola em Caratinga.

PROPOSTA 152: Recomenda-se à Uemg, Unimontes e SECTES a revisão dos critérios adotados para a política de cotas, ampliando para cotas étnico-raciais, e não somente socioeconômicas.

PROPOSTA 153: Inclusão de nova ação no Programa 164, com os seguintes atributos:

– Título: IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DA UEMG

– IAG: Geral

– Finalidade: IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DA UEMG NOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO ONDE NÃO EXISTEM UNIDADES DESSA INSTITUIÇÃO (CAPARAÓ, VALE DO RIO DOCE, VALE DO AÇO E MUCURI).



– Público-alvo: CIDADÃOS E CIDADÃS INTERESSADAS EM CONCLUIR O ENSINO SUPERIOR.

– Produto: CAMPUS IMPLANTADO

– Unidade de Medida do Produto: CAMPUS

– Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: UEMG

– Regionalização, metas físicas e financeiras

2016 a 2019: 1 / R\$250.000,00 para cada ano e para cada uma das seguintes regiões: Caparaó, Mucuri, Vale do Aço e Vale do Rio Doce

PROPOSTA 154: Exclusão da Ação 1083 a fim de potencializar a Ação 1084.

Enquanto não houver uma decisão formal por parte das autoridades competentes sobre a viabilidade de execução da nova ação, somos pela manutenção da ação original.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 164 – CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 164-Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu a falta de instituições públicas de ensino técnico na maioria dos territórios, o que ocasiona baixa qualificação profissional e poucas oportunidades de emprego/ trabalho para atender a juventude. Trata-se de colocar o ensino técnico profissionalizante como estratégia inclusive de desenvolvimento econômico e social e de combater as desigualdades territoriais. Tendo em vista o intenso processo de transformação que estamos vivendo, torna-se necessário o acesso universal e uma educação de mais qualidade do ensino básico

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 26/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Marcia Inês Mendes dos Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Gerson Raimundo da Silva (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Rosália Cristina Gomes Tacchi (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Fabio Antonio de Almeida (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Rômulo Francisco de Souza Assis (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Érica Luciana Ribeiro de Miranda Caputo (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Poliane Marcia da Silva de Sousa Figueiredo (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Paulo Roberto de Almeida (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Elisa de Santa Cecília Massa (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Bernardino Soares de Oliveira Cunha (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Andressa do Carmo Pereira (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Keifferson Magela Pedrosa Belchiôr (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Juliana Pinto Martins Gonçalves (Centro de Internação Provisória São Benedito – Ceip (Belo Horizonte)) / Flavio Lucio Batista Rocha (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Eleni Andrade de Oliveira (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Antônio Carlos de Jesus Fuzatto



(Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Irani Kaiser de Souza (Instituição não informada) / Emanuelle Lopes Miranda (Instituição não informada) / Paula Luisa Rodrigues Franck (Instituição não informada) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Maria das Graças Fonseca Cruz (Instituição não informada) / Márcio Rogério de Oliveira (Instituição não informada) / André Azevedo Sousa (Instituição não informada) / Alex Batista Gomes (Instituição não informada) / José Maria dos Santos Júnior (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 164: incluir nas áreas x objetivos estratégicos do Programa 205, o seguinte objetivo:

Intensificar as ações de capacitação e formação dos servidores dos sistemas socioeducativo, prisional e agentes de defesa social

Proposta 174: recomenda-se que o sistema de videomonitoramento seja implantado na área externa das unidades prisionais e socioeducativas, especialmente em localidades de alta concentração de unidades.

Além disso, a proposta sugere aumento da meta financeira da Ação 1145, sem indicar a meta física (municípios atendidos): Multiterritorial 56.000.000 para 2016; 58.800.000 para 2017; 61.740.000 para 2018; e 64.827.000 para 2019. Recomenda-se que a meta financeira de 2016 seja 20.000.000 para custeio e 36.000.000 para despesas de capital, e que esse valor seja corrigido proporcionalmente para os anos posteriores.

OBS: os valores propostos foram baseados em informações trazidas por participante do grupo que atua na área da defesa social no Estado, a partir dos gastos com o videomonitoramento nos anos anteriores.

Proposta 181: alterar a regionalização, com aumento das metas física e financeira, da ação 1146: Multiterritorial 3 e 15.516.000 para 2016; 5 e 27.163.000 para 2017; 6 e 31.200.000 para 2018; 6 e 32.760.000 e para 2019; Alto Jequitinhonha 1 e 5.172.000 para 2016; Médio e Baixo Jequitinhonha 1 e 5.172.000 para 2016.

Proposta 182: alterar a finalidade e ampliar a meta financeira da Ação 4610

– Finalidade: CONSOLIDAR O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA DOS servidores dos sistemas socioeducativo e prisional e AGENTES DE DEFESA SOCIAL, ALÉM DE PROMOVER AO AGENTE PÚBLICO DO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO, O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS QUE O HABILITE PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.

– Territórios e meta Financeira para 2016: Central – 1.440.000; Mata – 1.350.000; Metropolitano – 8.250.000; Mucuri – 1.440.000; Noroeste – 2.880.000; Norte – 1.440.000; Oeste – 1.440.000; Sul – 4.320.000; Triângulo Norte – 1.434.000; Triângulo Sul – 1.434.000; Vale do Aço – 1.440.000; Vale do Rio Doce – 1.440.000; Vertentes – 1.440.000.

Sugere-se que a meta financeira seja acrescida de 5% para 2017, 2018 e 2019, mantida a meta física de 2016.

Proposta 183: ampliar a meta financeira da ação 4620: Multiterritorial – 10.000.000 – 2016; 10.500.000 – 2017; 5.000.000 – 2018; 5.500.000 – 2019.

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 205-Gestão Integrada de Defesa Social, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de melhoria do sistema integrado de defesa social por meio da implementação de equipamentos e aparelhos públicos, bem como o aprimoramento da formação e qualificação dos recursos humanos que compõem o sistema de defesa social visando à melhoria e excelência do atendimento à sociedade mineira.



– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 27/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas (Bicas)) / Raphaela Receptuti da Silva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Jose Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Erica do Socorro Leao (Psf Iaia Perpetuo (Peçanha)) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ermelinda de Fátima Ireneo de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Denio Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Leandro de Paiva (Fórum Mineiro de Religiões de Matriz Africana (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Beatrice Corrêa de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ariel Lima de Almeida (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Aquires José dos Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Antonioni Afonso (Instituto DH (Belo Horizonte)) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Andrea Leite Rios (Sec. Est. Des. Reg., Política Urb. e Gestão Metropol./Sedru (Belo Horizonte)) / Álvaro Boechat Chiarello (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Alaide Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude (Belo Horizonte)) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Adriane Cristina da Cruz (Associação Mães Que Informam (Belo Horizonte)) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Adriana de Castro Pereira Martins (Associação Mineira de Epilepsia (Belo Horizonte))



Horizonte)) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marcia Espindula da Silva (Casa de Apoio a Criança Carente (Contagem)) / Lucas Henrique da Silva Santos (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! (Vespasiano)) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (Chapada Gaúcha)) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Uberaba)) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Uberaba)) / Fernanda Clara Gutierrez da Silva (Coletivo de Direitos Humanos d (Uberaba)) / Luciano de Sousa (Centro Pop (Uberaba)) / Lúcia Helena de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba (Uberaba)) / José Eustáquio dos Reis (PsoI– Uberaba (Uberaba)) / Jaine Irene Basílio Teodoro M Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Uberaba)) / Jeanete Assad Mazzeiro (CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília)) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Camila Aparecida Oliveira da Costa (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Antônio Augusto Garcia Veríssimo (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Agnelo de Paiva Braga (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 165:

– Modificar o objetivo do programa:

Trocar o termo “Contribuir” por “Promover” e acrescentar ao final a expressão “nas áreas rurais e urbanas e reduzir sua vitimização, garantindo a defesa e promoção dos direitos humanos”.

Redação do objetivo modificado: “Promover a emancipação, a autonomia e a inclusão social de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nas áreas rurais e urbanas e reduzir sua vitimização, garantindo a defesa e promoção dos direitos humanos”.

Proposta 167:

Inserir nova ação com os seguintes atributos:

– Título: Fomento e provisão de serviços e projetos para adolescentes e jovens vítimas de violência sexual

– IAG: Intensivo

– Finalidade: Criação de abrigamentos para adolescentes e jovens vítimas de violência

– Público-alvo: Adolescentes e jovens vítimas de violência sexual

– Produto: Município atendido

– Unidade de Medida: Município

– Unidade Orçamentária: SEDPAC/ SUBJUV

– Metas físicas e financeiras por território

1 / R\$500.000,00 para cada um dos 17 territórios de 2016 a 2019

Proposta 169:

– Modificação do público-alvo da Ação 4685 para “MUNICÍPIO DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE HOMICÍDIOS DE JOVENS DE CADA TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ATENDIDO”.

– Modificação do produto da Ação 4685 para “TERRITÓRIO ATENDIDO INTRAURBANO”

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 220 – INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 220-Integração, Coordenação e Ampliação da Oferta de Serviços e Ações para a Juventude, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A ESCOLHA DO PROGRAMA SE DEVEU À NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO TEXTO E AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRIORIZANDO AÇÕES PARA UM PÚBLICO ESPECÍFICO QUE DEMANDA MAIOR ATENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 28/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Mara Cristina Silva Reis Rabelo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Rodrigo Ferreira de Aguiar e Sá (Federação Mineira de Esportes Radicais (Belo Horizonte)) / Sabrina de Oliveira Marçal Rabelo Bié (Ministério Público – CAO SAÚDE (Belo Horizonte)) / Maria Fernanda de Lima Simão (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Arnor Jose Trindade Filho (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Soane Pereira de Souza (Secretaria de Estado de Saúde – Ses (Belo Horizonte)) / Adriana Chagas Corrêa (Sesc Saúde São Francisco (Belo Horizonte)) / Maria de Nazareth Barreto de Carvalho (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Antônio Alves da Silva (Associação de Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Frediano Olimpico Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Vaner Citty Martins da Costa (Gerência Regional de Saúde – Núcleo de Atenção à Saúde (Itabira)) / Ana Carolina R. Moreira (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Euripedes Tobias (Faculdade Atenas – Centro Educacional Hyart MI Ltda (Paracatu)) / Doralice Barbosa (Conselho Municipal de Saúde (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Maria da Penha Sousa Fagundes (Instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Viviane Tavares de Abreu (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Jivago Alvim Lacerda (Instituição não informada) / Bárbara Quintela Zanette Reis (Instituição não informada) / Denise Martins Ferreira (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Magdiel Layson Torres Morais (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Cledisson Fernandes dos Reis (Instituição não informada) / Gideão Cardoso Mendes (Instituição não informada)



PROPOSTA:

PROPOSTA 171: Alterar os seguintes atributos da Ação 4507:

– Finalidade: “Modernização de espaços esportivos, BUSCANDO PRIORIZAR COMPLEXOS ESPORTIVOS QUE ATENDAM A MAIS DE UMA MODALIDADE ESPORTIVA, com o objetivo de estimular a prática de atividade física e de esportes, por meio de apoio financeiro para a reforma, estruturação e construção de instalações esportivas e de lazer, assim como apoio para a aquisição de equipamentos necessários para a utilização destes espaços.” (Alterações em maiúsculas)

– Territorialidade: de “Metropolitano” para “Multiterritorial”

PROPOSTA 173: Alterar a regionalização, metas físicas e financeiras da Ação 4508:

Multiterritorial / 34 / R\$1.020.000,00

PROPOSTA 175: Alterar a territorialidade da Ação 4509 de “Metropolitano” para “Multiterritorial”.

PROPOSTA 176: Alterar a territorialidade da Ação 4510: de “Metropolitano” para “Multiterritorial”.

PROPOSTA 178: Inclusão de nova ação no Programa 189 com os seguintes atributos:

– Título: Promoção do esporte indígena

– Finalidade: Propiciar condições para a prática esportiva das comunidades indígenas, inclusive dos esportes que fazem parte da cultura indígena, e realizar os jogos indígenas de Minas Gerais.

– Produto: Evento Realizado

– Unidade de Medida: Evento

– Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Esportes

– Metas físicas e financeiras (2016):

– Multiterritorial / 1 / R\$300.000,00

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 189 – Incentivo ao Esporte, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de garantir a efetivação do programa de forma multiterritorial, de reforçar a necessidade de reforma e modernização de complexos esportivos existentes e de buscar maior apoio aos eventos esportivos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 29/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Jaime Luiz Rodrigues Jr. (Secretaria Municipal de Assistência Social (Governador Valadares)) / Marcia Inês Mendes dos Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Bernardino Soares de Oliveira Cunha (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Claudia Valéria Fonseca Andrade (23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional (Belo Horizonte)) / Elisa de Santa Cecília Massa (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte))



Horizonte)) / Érica Luciana Ribeiro de Miranda Caputo (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Gerson Raimundo da Silva (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Juliana Pinto Martins Gonçalves (Centro de Internação Provisória São Benedito – Ceip (Belo Horizonte)) / Keifferson Magela Pedrosa Belchiôr (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Rômulo Francisco de Souza Assis (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Selmara Mamede Simões Ferreira (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Andressa do Carmo Pereira (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Fabio Antonio de Almeida (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Paulo Roberto de Almeida (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Poliane Marcia da Silva de Sousa Figueiredo (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Rosália Cristina Gomes Tacchi (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Eleni Andrade de Oliveira (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / Flavio Lucio Batista Rocha (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna)) / José Maria dos Santos Júnior (Instituição não informada) / Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth (Instituição não informada) / Alex Batista Gomes (Instituição não informada) / André Azevedo Sousa (Instituição não informada) / Emanuelle Lopes Miranda (Instituição não informada) / Irani Kaiser de Souza (Instituição não informada) / Márcio Rogério de Oliveira (Instituição não informada) / Maria das Graças Fonseca Cruz (Instituição não informada) / Paula Luisa Rodrigues Franck (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 184: alterar a finalidade e aumentar as metas física e financeira da Ação 1135 – HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL, IMPLANTAÇÃO DE APAC.

Finalidade: GARANTIR A MANUTENÇÃO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS PELAS APACS E FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE reintegração social NO ESTADO DE MINAS GERAIS, POSSIBILITANDO UM PERCENTUAL MAIOR DE recuperandos ATENDIDOS PELA METODOLOGIA APAC, e, ASSIM, UMA HUMANIZAÇÃO MAIS EFICAZ E MENOS ONEROSA PARA O ESTADO. AMPLIAR O ATENDIMENTO HUMANIZADO AO PRESO, INVESTINDO EM AÇÕES DE NATUREZA SOCIAL, VOLTADAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO

Territórios 2016 2017 2018 2019

Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras

Multiterritorial 680 12.105.478 816 14.526.573 979 17.431.888 1.175 20.918.266

2016: Alto Jequitinhonha 25 e 479.073; Caparaó 164 e 3.142.719; Médio e Baixo Jequitinhonha 42 e 804.843; Metropolitan 441 e 8.450.848; Mucuri 44 e 843.168; Noroeste 183 e 3.506.814; Norte 200 e 3.832.584; Oeste 460 e 8.814.943; Sudoeste 126 e 2.414.528; Sul 350 e 6.707.022; Triângulo Norte 218 e 4.177.517; Triângulo Sul 200 e 3.832.584; Vale do Aço 190 e 3.640.955; Vale do Rio Doce 54 e 1.034.798;

Vertentes 541 e 10.367.140; TOTAL: 3.918 e 74.155.013

Proposta 185: Aumento de meta financeira da Ação 1136 para R\$5.500.000,00 no Multiterritorial para 2016.

Proposta 186: Inclusão de ação nova no Programa 208

Nome: IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE APACs

Descrição IAG: AÇÃO DE ACOMPANHAMENTO INTENSIVO

Finalidade: GARANTIR A CRIAÇÃO DE NOVAS APACs.

Público-alvo: CUSTODIADOS DO SISTEMA PRISIONAL

Produto: APAC CRIADA



Unidade de Medida do Produto: APAC

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SEDS

Metas físicas e financeiras:

Territórios 2016 2017 2018 2019

Multiterritorial Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras

10 60.000.000 1 6.000.000 1 6.000.000 1 6.000.000

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 208 – INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 208 – Infraestrutura do Sistema Prisional, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Necessidade de expansão da metodologia; melhoria no sistema de segurança no Estado; redução do custo no sistema prisional; contribuir para melhoria na ressocialização e para resultados mais efetivos visando a excelência no cumprimento da execução penal.

Alterações metas financeiras para 2016, exceto multiterritorial: mantidas metas físicas e multiplicadas pelo valor mensal de R\$1.596,91 (valor per capita geral do orçamento proposto pela FBAC). A multiterritorial inclui a conclusão da construção de oito APACs já em andamento num total de 680 novas vagas. Em 2017 a 2019, há previsão de aumento de 20% em novas vagas em novas APACs e respectivo aumento nas metas financeiras.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 30/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Maria Aparecida Pimenta da Cruz (Superintendência de Prevenção à Criminalidade – SEDS (Belo Horizonte)) / Marina da Cunha Pinto Colares (Centro de Prevenção a Criminalidade – CPC Centro (Belo Horizonte)) / Mayesse Silva Parizi (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Vila Pinho (Belo Horizonte)) / Rodrigo Gonçalves de Moraes (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Serra (Belo Horizonte)) / Joelson Almeida Souza (Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Belo Horizonte)) / Raquel Guimarães Lara (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Taquaril (Belo Horizonte)) / Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Stephanie Caroline Araújo Silva (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / Amauri dos Santos Barra (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Jardim Leblon (Belo Horizonte)) / André Henriques Bueno (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / David Emanuel Nunes da Silva (Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Belo Horizonte)) / Rejane Dias Santos (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / Harllen Polidoro Monteiro (Programa Fica Vivo Vila Pinho (Belo Horizonte)) / Jean Carlo de Sousa Mendonça (Viva Livre Comunidade Terapêutica (Jequitinhonha)) / Hugo Leonardo Goes Bento (Programa "Fica Vivo!" (Ribeirão das Neves)) / Ricardo Tamietti Jardim (Instituto Elo Cidadania (Ribeirão das Neves)) / Kate Aparecida Rocha Lacerda (Instituição não informada) / Nathan Luiz Sant Anna Estevao (Instituição não informada) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada) / Jaqueline Ferreira do Nascimento (Instituição não informada)

PROPOSTA:



Proposta 187: aumentar as metas física e financeira da AÇÃO 1124, recomendando-se que a implantação das novas unidades se dê nos municípios com mais de 100 mil habitantes e em territórios (aglomerados) com altos índices de homicídios e criminalidade violenta.

Territórios	2016	2017	2018	2019				
Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	
Multiterritorial	1	1.500.000	1	1.500.000	1	1.500.000	1	1.500.000

Proposta 189: alterar a finalidade e aumento das metas física e financeira da Ação 1140, recomendando-se que as metas sejam destinadas à reestruturação de 63 GEPAR's, para despesas de capital e de custeio e para capacitação de 189 policiais militares.

Finalidade: REDUZIR A INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS EM ÁREAS DE RISCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO e da capacitação DOS GRUPOS ESPECIALIZADOS EM POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO – GEPAR.

Metas física e financeira por território e por ano:

Territórios	2016	2017	2018	2019				
Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	
Multiterritorial	16	3.035.880	16	3.035.880	16	3.035.880	15	2.846.146

Proposta 192: aumentar a meta financeira na Ação 4579, redistribuindo os valores proporcionalmente entre os territórios já previstos:

Territórios	2016	2017	2018	2019				
Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	
Total	71.280	39.000.000	72.320	41.000.000	73.467	43.000.000	74.621	45.000.000

A proposta sugere, ainda, a atualização dos índices do indicador "Média de participação mensal de jovens no Programa Fica Vivo! (média)" e para isso sugere: 2016, o valor de 10.700; 2017, 10.800; 2018, 11.000; e 2019, 11.200.

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 203 – PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu ao fato de que a criminalidade violenta é um fenômeno complexo e multicausal. Sendo assim, programas, ações e projetos

dotados de metodologias que considerem ações preventivas e de policiamento comunitário podem contribuir para o controle e a resolução de crimes e delitos violentos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 31/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!



PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Rodrigo Ferreira de Aguiar e Sá (Federação Mineira de Esportes Radicais (Belo Horizonte)) / Soane Pereira de Souza (Secretaria de Estado de Saúde – Ses (Belo Horizonte)) / Mara Cristina Silva Reis Rabelo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Arnor Jose Trindade Filho (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria Fernanda de Lima Simão (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Adriana Chagas Corrêa (Sesc Saúde São Francisco (Belo Horizonte)) / Maria de Nazareth Barreto de Carvalho (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Antônio Alves da Silva (Associação de Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais (Belo Horizonte)) / Sabrina de Oliveira Marçal Rabelo Bié (Ministério Público – CAO SAÚDE (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Vaner City Martins da Costa (Gerência Regional de Saúde – Núcleo de Atenção à Saúde (Itabira)) / Ana Carolina R. Moreira (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Euripedes Tobias (Faculdade Atenas – Centro Educacional Hyart MI Ltda (Paracatu)) / Doralice Barbosa (Conselho Municipal de Saúde (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / José Santos Silva (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Denise Martins Ferreira (Instituição não informada) / Maria da Penha Sousa Fagundes (Instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Bárbara Quintela Zanette Reis (Instituição não informada) / Cledisson Fernandes dos Reis (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Gideão Cardoso Mendes (Instituição não informada) / Viviane Tavares de Abreu (Instituição não informada) / Jivago Alvim Lacerda (Instituição não informada) / Magdiel Layson Torres Morais (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Alterar finalidade da Ação 4430 – Produção de Medicamentos para o Componente Básico e Estratégico da Assistência Farmacêutica para:

Fornecer medicamentos para os componentes básico e estratégico da assistência farmacêutica do sistema único de saúde. o componente básico está relacionado aos medicamentos e insumos da assistência farmacêutica no âmbito da atenção básica à saúde e o componente estratégico está relacionado com medicamentos utilizados para o tratamento de agravos específicos, que possuam perfil endêmico e tenham impacto socioeconômico E OS QUE AS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS NÃO TÊM INTERESSE EM PRODUZIR.

Alterar metas financeiras de 2016, 2017, 2018 e 2019 para:

2016 – 300.000

2017 – 306.000

2018 – 312.120

2019 – 318.362

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 75 – DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 75 – Desenvolvimento e Produção de Medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS), do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.



JUSTIFICAÇÃO:

A alteração deve-se ao fato de as indústrias farmacêuticas não terem interesse em produzir e comercializar determinados medicamentos, como penicilina, clobazam (componente especializado) e hidantal, causando desabastecimento e agravamento das doenças com maior custo e impacto social.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 32/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sabrina de Oliveira Marçal Rabelo Bié (Ministério Público – CAO SAÚDE (Belo Horizonte)) / Maria Fernanda de Lima Simão (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Soane Pereira de Souza (Secretaria de Estado de Saúde – Ses (Belo Horizonte)) / Antônio Alves da Silva (Associação de Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Adriana Chagas Corrêa (Sesc Saúde São Francisco (Belo Horizonte)) / Mara Cristina Silva Reis Rabelo (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Rodrigo Ferreira de Aguiar e Sá (Federação Mineira de Esportes Radicais (Belo Horizonte)) / Arnor Jose Trindade Filho (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Maria de Nazareth Barreto de Carvalho (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Vaner Citty Martins da Costa (Gerência Regional de Saúde – Núcleo de Atenção à Saúde (Itabira)) / Ana Carolina R. Moreira (Hospital Imaculada Conceição (Curvelo)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Euripedes Tobias (Faculdade Atenas – Centro Educacional Hyart MI Ltda (Paracatu)) / Doralice Barbosa (Conselho Municipal de Saúde (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / José Santos Silva (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Bárbara Quintela Zanette Reis (Instituição não informada) / Jivago Alvim Lacerda (Instituição não informada) / Denise Martins Ferreira (Instituição não informada) / Magdiel Layson Torres Moraes (Instituição não informada) / Viviane Tavares de Abreu (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Cledisson Fernandes dos Reis (Instituição não informada) / Gideão Cardoso Mendes (Instituição não informada) / Maria da Penha Sousa Fagundes (Instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 191: Na Ação 4527 – Fortalecimento da Atenção Básica – aumentar as metas físicas de todas as regiões em 1% ao ano.

Aumentar as metas financeiras de todas as regiões em 10% a cada ano.

Proposta 193: Na Ação 4531 – Apoio ao Desenvolvimento da Atenção Básica Integra e Resolutiva – aumentar as metas físicas das regiões Metropolitana, Oeste, Alto Jequitinhonha e Vertentes em 40%.

Aumentar as metas financeiras das regiões Metropolitana, Oeste, Alto Jequitinhonha e Vertentes em 10%.

Proposta 194: Ação NOVA:

Título da Ação: ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS



Finalidade da Ação: ORGANIZAR O ACESSO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS ÀS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICIDADES DE MORBIMORTALIDADE DESSES GRUPOS POPULACIONAIS.

Público-alvo: POPULAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA

Produto: MUNICÍPIO COM COMUNIDADE QUILOMBOLA/INDÍGENA BENEFICIADO

Unidade de Medida do Produto: MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Metas físicas e financeiras por território e por ano

Territórios 2016

Físicas Financeiras

Multiterritorial 167 1.000.000

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 192 – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 192 – Atenção Básica à Saúde, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 191: Em virtude da necessidade de melhorar e ampliar o atendimento da atenção primária, a fim de reduzir a necessidade pelos serviços de média e alta complexidade.

Proposta 193: Em virtude da necessidade de melhorar e ampliar o atendimento da atenção primária, a fim de reduzir a necessidade pelos serviços de média e alta complexidade.

Proposta 194: No PPAG 2012-2015 havia ações específicas para essas populações, com metas físicas de 152 municípios com comunidades quilombolas e 15 municípios com comunidades indígenas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 33/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas (Bicas)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Jose Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Raphaela Receputi da Silva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Erica do Socorro Leao (Psf Iaia Perpetuo (Peçanha)) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / João Paulo Rocha Cirne (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Denio Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ermelinda de Fátima Ireno de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da



Cidadania Mulheres das Gerais (Belo Horizonte)) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude (Belo Horizonte)) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Leandro de Paiva (Fórum Mineiro de Religiões de Matriz Africana (Belo Horizonte)) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Márcia Teresinha Cardoso Soares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas (Belo Horizonte)) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Amauri dos Santos Barra (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Jardim Leblon (Belo Horizonte)) / André Henriques Bueno (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / David Emanuel Nunes da Silva (Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Belo Horizonte)) / Marina da Cunha Pinto Colares (Centro de Prevenção a Criminalidade – CPC Centro (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Pimenta da Cruz (Superintendência de Prevenção à Criminalidade – SEDS (Belo Horizonte)) / Raquel Guimarães Lara (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Taquaril (Belo Horizonte)) / Roberta de Mesquita Ribeiro (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Harllen Polidoro Monteiro (Programa Fica Vivo Vila Pinho (Belo Horizonte)) / Joelson Almeida Souza (Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Belo Horizonte)) / Mayesse Silva Parizi (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Vila Pinho (Belo Horizonte)) / Rejane Dias Santos (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / Stephanie Caroline Araújo Silva (Instituto Elo (Belo Horizonte)) / Rodrigo Gonçalves de Moraes (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Serra (Belo Horizonte)) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Contagem)) / Lucas Henrique da Silva Santos (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marcia Espindula da Silva (Casa de Apoio a Criança Carente (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Jean Carlo de Sousa Mendonça (Viva Livre Comunidade Terapêutica (Jequitinhonha)) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! (Vespasiano)) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (Chapada Gaúcha)) / Ricardo Tamietti Jardim (Instituto Elo Cidadania (Ribeirão das Neves)) / Hugo Leonardo Goes Bento (Programa "Fica Vivo!" (Ribeirão das Neves)) / Fernanda Clara Gutierrez da Silva (Coletivo de Direitos Humanos d (Uberaba)) / Jaine Irene Basílio Teodoro M Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Uberaba)) / José Eustáquio dos Reis (Psol– Uberaba (Uberaba)) / Lúcia Helena de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba (Uberaba)) / Luciano de Sousa (Centro Pop (Uberaba)) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Uberaba)) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Uberaba)) / Jeanete Assad Mazzeiro (CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília)) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista



(Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Rita Aparecida Marques Reis (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada) / Jaqueline Ferreira do Nascimento (Instituição não informada) / Kate Aparecida Rocha Lacerda (Instituição não informada) / Nathan Luiz Sant Anna Esteveao (Instituição não informada) / Ramon Rodrigues Soares (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 195: sugere-se na AÇÃO 1050, além de manter a previsão original, alterar a regionalização, com inclusão de territórios e metas física e financeira da seguinte forma:

Metas físicas e financeiras por território e por ano: Mucuri, Norte e Vale do Rio Doce: 1 e 1.000 para 2016, 2017, 2018 e 2019; Caparaó, Central, Noroeste e Vale do Aço: 1 e 1.000 para 2017, 2018 e 2019; Mata, Sudoeste, Sul, Triângulo do Norte, Triângulo do Sul e Vertentes: 1 e 1.000

Proposta 199: sugere-se alteração da finalidade da Ação 1099

Finalidade: IMPLANTAR NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA, EM PARTICULAR NÚCLEOS ITINERANTES, TENDO EM VISTA O ATENDIMENTO AOS PÚBLICOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS POR SUA VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO MULHERES, IDOSOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, CONSUMIDORES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, LGBTs, QUILOMBOLAS, negros, índios, povos e comunidades tradicionais, pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional, ETC

Proposta 200: sugere-se alteração da finalidade e aumento das metas física de 250 para 350 defensor/servidor capacitado e financeira de R\$200.000,00 para R\$500.000,00

Finalidade: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES E SERVIDORES, COM FOCO NOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS, tais como a conciliação, a mediação, justiça restaurativa e arbitragem, bem como em medidas cautelares penais, penas e medidas alternativas, VISANDO À PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MAIS EFICIENTE E QUALIFICADA À POPULAÇÃO HIPOSSUFICIENTE, À DIMINUIÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS E À MELHORIA DA GESTÃO DAS ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA

Proposta 201: A proposta sugere inclusão de nova ação

Título da Ação: Ampliação do número de estagiários da Defensoria Pública

Descrição: IAG

Finalidade da Ação: Ampliar e potencializar o atendimento da Defensoria Pública ao cidadão hipossuficiente nas unidades jurisdicionais providas de Defensor Público com a contratação de estagiários em Direito, Psicologia e Serviço Social.

Público-alvo: Cidadãos hipossuficientes do Estado de Minas Gerais

Produto: Estagiário contratado

Unidade de Medida do Produto: Estagiário

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Metas físicas e financeiras por território e por ano: Metropolitano 30 e 300.000 para 2016, 2017, 2018 e 2019; Mucuri 5 e 50.000 para 2016, 2017, 2018 e 2019; Norte 10 e 100.000 para 2016, 2017, 2018 e 2019; e Vale do Rio Doce 5 e 50.000 para 2016, 2017, 2018 e 2019;



Proposta 203: A proposta sugere criação de nova ação

Título da Ação: Criação e ampliação da Casa da Mulher Mineira

Descrição: IAG – Ação de acompanhamento intensiva

Finalidade da Ação: Proporcionar atendimento integral e multidisciplinar (psicossocial, jurídico, entre outros) nos moldes da Casa da Mulher Brasileira, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Público-alvo: Mulheres do campo e da cidade em situação de violência doméstica e familiar

Produto: Casa da mulher mineira criada e implementada

Unidade de Medida do Produto: Casa da mulher mineira

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: Sedpac

Metas físicas e financeiras por território e por ano: Mata 1 e 100.000 para 2016; Norte 1 e 100.000 para 2016; Triângulo Norte 1 e 100.000 para 2016; Vale do Aço 1 e 100.000 para 2016; Vale do Rio Doce 1 e 100.000 para 2016; Multiterritorial 5 e 500.000 para 2016, 2017, 2018 e 2019

EIXO: 70 – Especial

PROGRAMA: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 726-Acesso à Justiça, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de fortalecer a Defensoria Pública por meio da democratização do acesso à justiça, possibilitando ao cidadão hipossuficiente a defesa integral e gratuita em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 80/2014, que prevê que a Defensoria Pública tem que estar presente, em um prazo de oito anos, em todas as unidades jurisdicionais. O objetivo é reduzir as desigualdades sociais, efetivar os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 34/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arcizomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Hugo Leonardo Lúcio Duarte (Movimento Sos Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Ronildo Alves da Cunha (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Azilton Viane (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Donizete Gonçalves da Silva (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Moisés Abud Neto (Academia de Polícia Civil do Estado (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Francisco Roque da Rocha (Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Camila Ramos Cobucci (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Danilo Fernandes de Oliveira (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Gustavo Portela Lages (Instituição não informada) / Heirischy Biazini Santana de Oliveira (Instituição não informada) / Jerusa Gomes (Instituição não informada) / Marcia Barsottelli Procopio (Instituição não informada) / Meirielle Lacerda Silva (Instituição não informada) / Ronísia Angélica da Silva (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Paulo Henrique Oliveira Safli (Instituição não informada) /



Paulo Henrique Pereira Braga (Instituição não informada) / Allan Siqueira Machado (Instituição não informada) / Camila de Miranda (Instituição não informada) / Jonatas Rodrigo Alves Barroso (Instituição não informada) / Klemens Vitoriano Duarte Pessoa (Instituição não informada) / Renata Lopes Xavier (Instituição não informada) / Vandir Panido (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 205: sugere-se alteração finalidade (produto, unidade medida produto) e regionalização, incluindo Vale do Aço e Multiterritorial, e acréscimo metas física e financeira do Metropolitan

Vale do Aço – previsão construção um PPI em 2016, terreno já disponibilizado (Ipatinga) Metropolitan – previsão construção um PPI em 2017 (Contagem)

Multiterritorial – previsão construção delegacias de mulheres em cada território

Finalidade: PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, assegurando a criação de estrutura voltada para o atendimento às mulheres, com instalação predial (DEAM) para cada território, e PPI

Produto: Construção, adequação e REFORMA REALIZADA

Unidade de Medida do Produto: Construção, adequação e REFORMA

Metas físicas e financeiras

– Inclusão Multiterritorial, metas física 17 (construção, adequação e reforma realizada) e financeira 10.000.000 por ano (2016, 2017, 2018, 2019)

– Inclusão Vale do Aço, metas física 1 e financeira 5.000.000

– Metropolitan: acréscimo de 1 (de 5 para 6) e financeira 5.000.000 (de 1.154.429 para 6.154.429)

Proposta 212: sugere-se alteração metas física e financeira no Multiterritorial – acréscimo 700 viaturas e 30.000.000 em 2016 e 700 viaturas e 31.000.000 em 2017, 2018, 2019

Também: recursos venham da Ação 4246, Programa 110 (sequência trabalho combate à criminalidade da PCMG)

Proposta 214: Alteração metas física e financeira, com acréscimo no Multiterritorial:

– 2016: física 2 serviços disponibilizados e 64.000.000

– 2017: física 2 e 58.000.000

– 2018: física 2 e 60.000.000

– 2019: física 2 e 62.000.000

Proposta 216: Alteração regionalização, de Metropolitan para Multiterritorial, e das metas física e financeira

– 2016: acréscimo de 1.093 meta física e de 100.000.000

– 2017, 2018, 2019: acréscimo de 99.999.000 em cada ano

Proposta 219: Alteração finalidade e regionalização, mantendo Multiterritorial e acrescentando Metropolitan e Vale do Aço, e aumentar meta financeira Multiterritorial

Finalidade da ação: PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE TRABALHO ADEQUADAS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, NO QUE TANGE ÀS CONDIÇÕES DE USO DAS MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE USO ADMINISTRATIVO, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, em especial instrumentos de tecnologia relacionados à medicina legal e sexologia forense.

Metas físicas e financeiras



– Multiterritorial: acréscimo meta financeira de 11.999.000 em 2016; de 23.999.000 em 2017; de 35.999.000 em 2018 e de 47.999.000 em 2019; mantendo metas físicas

– Metropolitano: meta financeira 2.800.000 em 2018

– Vale do Aço: meta financeira 2.500.000 em 2017

Obs: Previsão Vale do Aço de construção de um PPI em 2016, o terreno já disponibilizado (Ipatinga). No Metropolitano, previsão de construção de um PPI em 2017 (Contagem)

Proposta 222: INCLUSÃO DE AÇÃO NOVA no Programa 4

Nome: Infraestrutura e Gestão de Pessoal

Descrição: IAG

Finalidade: Suprir a Polícia Civil de MG com instrumentos tecnológicos, recomposição e gestão de pessoal a fim de garantir a efetividade da prestação de serviços à população, com a periódica reposição e alocação de quadros em todas as carreiras.

Público-alvo: servidores da Polícia Civil

Produto: Sistemas e programas de gestão desenvolvidos e servidores integrados

Unidade de Medida do Produto: Unidade

Unidade Orçamentária Responsável: PCMG

Metas físicas e financeiras

Territórios 2016 2017 2018 2019

Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras

Multiterritorial 1.000 10.000.000 1.000 11.000.000 1.000 12.000.000 1.000 13.000.000

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 4 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 4-Infraestrutura e Logística da Polícia Civil, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 35/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Antonioni Afonso (Instituto DH (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

O participante apresentou individualmente à Comissão de Participação Popular a seguinte sugestão:

Incluir nova ação no Programa 36.

Título da Ação: Diagnóstico e Mapeamento de Organizações com Atuação na Área de Direitos Humanos

Finalidade da Ação: mapear e diagnosticar toda a rede de organizações da sociedade civil e poder público que trabalham direta e indiretamente com direitos humanos no Estado

Público-alvo: população do Estado de Minas Gerais

Produto: mapeamento/diagnóstico realizado



Unidade de Medida do Produto: mapeamento/diagnóstico

Unidade Orçamentária Responsável: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Metas físicas e financeiras:

Multiterritorial

1 meta física e meta financeira de 200.000 em 2016

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 36 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 36/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas (Bicas)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Jose Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Raphaela Recepti da Silva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Erica do Socorro Leao (Psf Iaia Perpetuo (Peçanha)) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Álvaro Boechat Chiarello (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Márcia Teresinha Cardoso Soares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antonioni Afonso (Instituto DH (Belo Horizonte)) / Ariel Lima de Almeida (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude (Belo Horizonte)) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ermelinda de Fátima Ireno de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Adriana de Castro Pereira Martins (Associação Mineira de Epilepsia (Belo Horizonte)) / Adriane Cristina da Cruz (Associação Mães Que Informam (Belo Horizonte)) / Alaide Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Andrea Leite Rios (Sec. Est. Des. Reg., Política Urb. e Gestão Metropol./Sedru (Belo Horizonte)) / Aquires José dos Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Beatrice Corrêa de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Denio



Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Leandro de Paiva (Fórum Mineiro de Religiões de Matriz Africana (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas (Belo Horizonte)) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Willian Leis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Contagem)) / Lucas Henrique da Silva Santos (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marcia Espindula da Silva (Casa de Apoio a Criança Carente (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! (Vespasiano)) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (Chapada Gaúcha)) / Jaine Irene Basílio Teodoro M Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Uberaba)) / José Eustáquio dos Reis (PsoI– Uberaba (Uberaba)) / Luciano de Sousa (Centro Pop (Uberaba)) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Uberaba)) / Lúcia Helena de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba (Uberaba)) / Fernanda Clara Gutierrez da Silva (Coletivo de Direitos Humanos d (Uberaba)) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Uberaba)) / Jeanete Assad Mazzeiro (CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília)) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Agnelo de Paiva Braga (Instituição não informada) / Antônio Augusto Garcia Veríssimo (Instituição não informada) / Camila Aparecida Oliveira da Costa (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Rita Aparecida Marques Reis (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:**Proposta 218:**

Sugere-se a ampliação do valor do Programa 022 para, no mínimo, 10.000.000, com o incremento progressivo desses recursos, aumentando-se os valores previstos em todas as ações para, no mínimo, 2.000.000 por ano.

Proposta 220: Sugestão de inclusão de nova ação:

Título da Ação: Programa de Proteção da Juventude Negra



Finalidade da Ação: proteger o jovem de 15 a 29 anos ameaçados de morte e/ou com seus direitos violados, garantindo sua integridade física e psicológica com ações específicas de enfrentamento à violência letal contra a juventude negra e seus familiares.

Público-alvo: pessoa ameaçada jovem de 15 a 29 anos

Produto: pessoa atendida/protegida

Unidade de Medida do Produto: pessoa

Unidade Orçamentária Responsável: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Metas físicas e financeiras: Multiterritorial

– Em 2016 e 2017: 200 metas físicas e meta financeira de 2.000.000

– Em 2018 e 2019: 300 metas físicas e meta financeira de 3.000.000

Proposta 221: Sugestão de inclusão de nova ação:

Título da Ação: Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Finalidade da Ação: promover ações de enfrentamento a todas as formas de violências contra as mulheres do campo e da cidade

Público-alvo: mulheres vítimas de violência

Produto: mulher atendida

Unidade de Medida do Produto: mulher

Unidade Orçamentária Responsável: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Metas físicas e financeiras: Multiterritorial

– 200 metas físicas e meta financeira de 2.000.000 em 2016 e 2017

– 300 metas físicas e meta financeira de 3.000.000 em 2018 e 2019

Proposta 223: Sugestão de inclusão de nova ação:

Título da Ação: Programa de Proteção de Pessoas com Deficiência

Finalidade da Ação: proteger a pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade e exploração familiar para garantir sua integridade física e psicológica e o exercício de direitos

Público-alvo: pessoas com deficiência

Produto: pessoa com deficiência atendida/protegida

Unidade de Medida do Produto: pessoa com deficiência

Unidade Orçamentária Responsável: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Metas físicas e financeiras: Multiterritorial

– Em 2016 e 2017: 200 metas físicas e meta financeira de 2.000.000

– Em 2018 e 2019: 300 metas físicas e meta financeira de 3.000.000

Proposta 225: Sugestão de inclusão de nova ação:

Título da Ação: Proteção à Vida de Jovens e Familiares em Contexto de Violência Institucional

Finalidade da Ação: promover a proteção de jovens negros de 15 a 29 anos e seus familiares em situação de violência institucional

Público-alvo: jovens e familiares

Produto: pessoa atendida/protegida



Unidade de Medida do Produto: pessoa

Unidade Orçamentária Responsável: 1651 – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania.

Metas físicas e financeiras: Multiterritorial

– Em 2016 e 2017: 200 metas físicas e meta financeira de 2.000.000

– Em 2018 e 2019: 300 metas físicas e meta financeira de 3.000.000

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 22 – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 37/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arcizomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Hugo Leonardo Lúcio Duarte (Movimento Sos Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Azilton Viane (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Donizete Gonçalves da Silva (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Moisés Abud Neto (Academia de Polícia Civil do Estado (Belo Horizonte)) / Ronildo Alves da Cunha (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Francisco Roque da Rocha (Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Camila Ramos Cobucci (Instituição não informada) / Klemens Vitoriano Duarte Pessoa (Instituição não informada) / Allan Siqueira Machado (Instituição não informada) / Camila de Miranda (Instituição não informada) / Danilo Fernandes de Oliveira (Instituição não informada) / Heirischy Biazini Santana de Oliveira (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Gustavo Portela Lages (Instituição não informada) / Jerusa Gomes (Instituição não informada) / Jonatas Rodrigo Alves Barroso (Instituição não informada) / Marcia Barsottelli Procopio (Instituição não informada) / Meirielle Lacerda Silva (Instituição não informada) / Paulo Henrique Oliveira Safli (Instituição não informada) / Paulo Henrique Pereira Braga (Instituição não informada) / Renata Lopes Xavier (Instituição não informada) / Ronísia Angélica da Silva (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Vandir Panido (Instituição não informada)

PROPOSTA:

INCLUSÃO DE AÇÃO no Programa 006 – Academia de Polícia Civil –, destinada à implantação do protocolo de humanização do atendimento à vítima de violência sexual.:

NOME: Protocolo de humanização do atendimento à vítima de violência sexual

Finalidade da Ação: Desenvolver o protocolo de humanização do atendimento à vítima de violência sexual por meio de ações de capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente para o atendimento humanizado das vítimas de violência sexual.

Público-alvo: servidores da Polícia Civil

Produto: protocolo implementado

Unidade de Medida do Produto: protocolo

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Metas físicas e financeiras por território e por ano:

Territórios 2016 2017 2018 2019

Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras Físicas Financeiras

Multiterritorial 500 150.000 500 200.000 500 250.000 500 300.000

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 6 – ACADEMIA DE POLICIA CIVIL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 6 – Academia de Polícia Civil, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 38/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Arcizomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Ronildo Alves da Cunha (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Moisés Abud Neto (Academia de Polícia Civil do Estado (Belo Horizonte)) / Azilton Viane (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Donizete Gonçalves da Silva (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Hugo Leonardo Lúcio Duarte (Movimento Sos Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Francisco Roque da Rocha (Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Danilo Fernandes de Oliveira (Instituição não informada) / Renata Lopes Xavier (Instituição não informada) / Ronísia Angélica da Silva (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Vandir Panido (Instituição não informada) / Paulo Henrique Oliveira Safli (Instituição não informada) / Paulo Henrique Pereira Braga (Instituição não informada) / Allan Siqueira Machado (Instituição não informada) / Camila de Miranda (Instituição não informada) / Camila Ramos Cobucci (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Gustavo Portela Lages (Instituição não informada) / Heirischy Biazini Santana de Oliveira (Instituição não informada) / Jerusa Gomes (Instituição não informada) / Jonatas Rodrigo Alves Barroso (Instituição não informada) / Klemens Vitoriano Duarte Pessoa (Instituição não informada) / Marcia Barsottelli Procopio (Instituição não informada) / Meirielle Lacerda Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Alterar nome, finalidade e produto da ação 2093 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DO CBMMG – e, ainda, alterar regionalização, incluindo os territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Central, e acrescentando metas física e financeira nos territórios Metropolitano e Norte.



Sugere acréscimo de recursos para reforma estrutural do pelotão BM de Venda Nova e do Bairro Ipiranga (Metropolitano) e para instalação de pelotão completo no Baixo e Médio Jequitinhonha que não possui nenhuma fração do CBMMG.

Título da Ação: CONSTRUÇÃO, reforma e ampliação de unidades prediais do CBMMG

Finalidade da Ação: CONSTRUIR, ampliar, manter e adequar os espaços físicos destinados às unidades do CBMMG.

Produto: Unidade predial CONSTRUÍDA/reformada/ampliada

Metas físicas e financeiras por território e por ano:

- Alto Jequitinhonha: 1 meta física e 5.176.000 para 2017 e para 2018;
- Médio e Baixo Jequitinhonha: 1 meta física e 5.176.000 para 2016;
- Central: 1 meta física e 5.176.000 para 2019;
- Metropolitano: acréscimo de 2 metas físicas e 3.000.000 para 2016; 1 meta física e 1.500.000 para 2017, 2018 e 2019;
- Norte: acréscimo de 1 meta física e 5.176.000 para 2018.

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 80 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 80 – Promoção de Defesa Civil, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 39/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas (Bicas)) / Jose Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Raphaela Recepti da Silva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Erica do Socorro Leao (Psf Iaia Perpetuo (Peçanha)) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Adriana de Castro Pereira Martins (Associação Mineira de Epilepsia (Belo Horizonte)) / Ariel Lima de Almeida (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Denio Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude (Belo Horizonte)) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Márcia Teresinha Cardoso Soares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Adriane Cristina da Cruz (Associação Mães Que Informam (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Alaide Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Álvaro Boechat Chiarello (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Antonioni Afonso (Instituto DH (Belo Horizonte)) / Aquires José dos Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de



M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ermelinda de Fátima Ireno de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covermg (Belo Horizonte)) / Leandro de Paiva (Fórum Mineiro de Religiões de Matriz Africana (Belo Horizonte)) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Andrea Leite Rios (Sec. Est. Des. Reg., Política Urb. e Gestão Metropol./Sedru (Belo Horizonte)) / Beatrice Corrêa de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covermg (Belo Horizonte)) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Lucas Henrique da Silva Santos (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Contagem)) / Marcia Espindula da Silva (Casa de Apoio a Criança Carent (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Marilene Alves de Souza (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (Montes Claros)) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! (Vespasiano)) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (Chapada Gaúcha)) / Lúcia Helena de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba (Uberaba)) / Luciano de Sousa (Centro Pop (Uberaba)) / José Eustáquio dos Reis (PsoI–Uberaba (Uberaba)) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Uberaba)) / Jaine Irene Basílio Teodoro M Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Uberaba)) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Uberaba)) / Jeanete Assad Mazzeiro (CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília)) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Agnelo de Paiva Braga (Instituição não informada) / Antônio Augusto Garcia Veríssimo (Instituição não informada) / Camila Aparecida Oliveira da Costa (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Rita Aparecida Marques Reis (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:



Proposta 227: Sugere-se alterar o título, a finalidade e o público-alvo da AÇÃO 2115, bem como acrescentar metas físicas e financeiras para os territórios Triângulo Sul e Triângulo Norte.

Título da Ação: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS URBANOS e rurais

Finalidade da Ação: PROMOVER A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE POR MEIO DE APOIO LOGÍSTICO E SUPORTE ÀS ATIVIDADES DECORRENTES DAS PROPOSIÇÕES DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS, inclusive com a demarcação dessas propriedades, promovendo a inclusão de todos os cidadãos.

Público-alvo: OCUPANTES DE ÁREAS URBANAS e rurais IRREGULARES e cidadãos que aguardam sua colocação.

Acrescentar metas físicas e financeiras:

– 1 meta física e meta financeira de 316.250 em 2016, 2017, 2018 e 2019 para o território Triângulo Sul.

– 1 meta física e meta financeira de 316.250 em 2016, 2017, 2018 e 2019 para o território Triângulo Norte.

Proposta 238: Sugestão de inclusão de nova ação.

Título da Ação: Destinação de terra para aldeamento de diversas etnias indígenas

Finalidade da Ação: Propiciar às diversas etnias indígenas, moradoras na região metropolitana de Belo Horizonte, condições de aldeamento e produção agrícola

Público-alvo: famílias indígenas desaldeadas residentes na RMBH

Produto: aquisição de terra e apoio à produção agrícola

Unidade de Medida do Produto:

Unidade Orçamentária Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Metas físicas e financeiras para o território Metropolitano

– Em 2016: 1 meta física e meta financeira de 50.000

– Em 2017: 1 meta física e meta financeira de 80.000

– Em 2018: 1 meta física e meta financeira de 2.000.000

– Em 2019: 1 meta física e meta financeira de 250.000

OBS: O grupo apresentou um "cronograma" de aplicação das metas: em 2016: identificação das famílias e da terra; em 2017: início da desapropriação da terra e elaboração de projeto de ocupação; em 2018: desapropriação e em 2019: implantação do projeto

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 46 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 46-Regularização Fundiária e Acesso a Terra, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 40/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!



PROPONENTE: Arciziomar Lacerda do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação (Divisópolis)) / Hugo Leonardo Lúcio Duarte (Movimento Sos Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Azilton Viane (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Donizete Gonçalves da Silva (Conselho de Segurança Pública (Belo Horizonte)) / Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema (Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Moisés Abud Neto (Academia de Polícia Civil do Estado (Belo Horizonte)) / Ronildo Alves da Cunha (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Walter Eustáquio de Jesus (Conselho Municipal de Saúde (Betim)) / Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Francisco Roque da Rocha (Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Jerusa Gomes (Instituição não informada) / Paulo Henrique Oliveira Safli (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Klemens Vitoriano Duarte Pessoa (Instituição não informada) / Renata Lopes Xavier (Instituição não informada) / Ronísia Angélica da Silva (Instituição não informada) / Allan Siqueira Machado (Instituição não informada) / Vandir Panido (Instituição não informada) / Camila de Miranda (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Danilo Fernandes de Oliveira (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Gustavo Portela Lages (Instituição não informada) / Heirischy Biazini Santana de Oliveira (Instituição não informada) / Meirielle Lacerda Silva (Instituição não informada) / Paulo Henrique Pereira Braga (Instituição não informada) / Camila Ramos Cobucci (Instituição não informada) / Jonatas Rodrigo Alves Barroso (Instituição não informada) / Marcia Barsottelli Procopio (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 228: A proposta sugere alteração na regionalização da AÇÃO 1067, incluindo o Multiterritorial, com acréscimo de meta física de 256 policiais capacitados e 7.600.000 para cada ano (2016, 2017, 2018 e 2019).

Obs.: acréscimo de recursos é para capacitação de policiais militares em 64 municípios. A lista dos municípios será encaminhada pela PMMG, com prioridade para os municípios mais vulneráveis e com maior índice de criminalidade.

Proposta 229: A proposta sugere realocação de recursos da Ação 4246 para a Ação 2004, do Programa 4, de forma a transferir 700 viaturas da meta física e R\$30.000.000,00 da meta financeira.

Proposta 292: A proposta é uma recomendação de nomeação e posse de 2.472 investigadores de polícia, de 180 peritos, de 64 médicos legistas e aumento do efetivo de delegados e escrivães a fim de recompor o efetivo com prioridade para os municípios com maior índice de criminalidade.

Proposta 293: A proposta sugere inclusão de ação nova voltada para a gestão da Polícia Civil, a fim de viabilizar a distribuição adequada de efetivo (escrivão, investigador, perito criminal, médico legista e delegado, priorizando os municípios com maior índice de criminalidade).

EIXO: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 110 – POLÍCIA OSTENSIVA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 110 – Polícia Ostensiva, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 41/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Sérgio



Evandro de Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Sebastião Gonçalves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Heloisa Ferreira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Emanuelle Roberta Rodrigues Viana (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Filipe Condé Alves (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais– Fecitur (Três Marias)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Circuito Turístico Serra do Cabral (Buenópolis)) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Alfredo Meirelles Rezende (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 231: Aumento das metas financeiras para 2016, 2017, 2018 e 2019 para R\$100.000

Proposta 232: Alterar título da ação para “qualificação da gestão pública do turismo nos municípios”

Alterar finalidade para "POTENCIALIZAR A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS EM TURISMO VISANDO O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA E MELHORIA DA SATISFAÇÃO DOS VISITANTES E, CONSEQUENTEMENTE, AUMENTAR A GERAÇÃO DE NEGÓCIOS E RENDA EM ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS AO TURISMO. Potencializar a qualificação dos gestores municipais do turismo a fim de trabalhar a competitividade dos destinos e valorizar as vocações regionais." Proposta 233: Alterar título para “Fomento à Política de Regionalização e Fortalecimento dos Circuitos Turísticos”

Mudar IAG para “Ação de Acompanhamento Intensivo”

Aumentar metas físicas 2016-2019 para R\$1.000.000,00 Proposta 234: Incluir na regionalização “Norte, Sul e Vale do Rio Doce”

Incluir para essas regiões meta física de 1 para 2016-2019

Incluir para essas regiões metas financeiras 2016-2019 de R\$30.000;31500;33075;34728 Proposta 235: Alterar regionalização para "multiterritorial"

Mudar meta física para 10

Mudar meta financeira para 110.000

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 34 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 34-Turismo Como Fator de Sustentabilidade Regional, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 42/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Sergio Evandro de Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Sebastião Gonçalves



de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Heloisa Ferreira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Emanuelle Roberta Rodrigues Viana (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Filipe Condé Alves (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais– Fecitur (Três Marias)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Circuito Turístico Serra do Cabral (Buenópolis)) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Alfredo Meirelles Rezende (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 236: Alterar meta física da Ação 4087 para 5 .

Proposta 237: Mudar finalidade para “FOMENTAR A ECONOMIA CRIATIVA, A GASTRONOMIA E O EMPREENDEDORISMO NO ESTADO, ORGANIZAR A PRODUÇÃO DE DIFERENTES SEGMENTOS DA INDÚSTRIA CRIATIVA MINEIRA, FORTALECER A IDENTIDADE DE MINAS GERAIS, PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO TURISMO COM OS SETORES CULTURA, MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA, CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES E NOVOS NEGÓCIOS NO ESTADO POR MEIO DO TURISMO, CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO FLUXO DE TURISTAS E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, MELHORAR A SATISFAÇÃO DOS VISITANTES, fomentar o turismo de base comunitária, por meio da produção associada ao turismo.”

Alterar metas financeiras 2016-2019 para 500.000

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 35 – IDENTIDADE TURÍSTICA DE MINAS GERAIS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 35-Identidade Turística de Minas Gerais, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 43/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Watson Wilton de Azevedo Rocha (Loja Maçônica Nova Luz (Paracatu)) / Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena))

PROPOSTA:

Proposta 239: Sugere as seguintes alterações nos programas do eixo Segurança Pública:

- 1) Ampliação da unidade socioeducativa em Patos de Minas, criação da unidade de semiliberdade socioeducativa em Unai e efetiva regionalização de ambas.
- 2) Implantação do Programa Fica Vivo abrangendo municípios de grande porte no território Noroeste.
- 3) Efetivar a regionalização do sistema prisional.
- 4) Polícia Militar:



4. 1 – Em todo o território, é necessário o aumento do efetivo e maior estrutura logística, com a consequente ampliação da patrulha familiar, escolar e rural. A priorização para a cidade de Paracatu, onde o índice de criminalidade é o maior da região Noroeste e Alto Paranaíba.

4. 2 – Ampliar as áreas de monitoramento do Olho Vivo em Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas

5) Polícia Civil:

5.1 – Em todo o território, é necessário o aumento do efetivo e maior estrutura logística. A priorização para a cidade de Paracatu, onde o índice de criminalidade é o maior da Região Noroeste e Alto Paranaíba.

5.2 – Aumento do efetivo, em todo o território Noroeste.

Proposta 276: Sugere as seguintes alterações no PMDI e nos programas do eixo Segurança Pública:

1) Criação do 6º eixo Meio Ambiente

2) Nos programas do Eixo Especial agrupados por destinatários (negros, índios, mulheres, idosos, LGBT, pessoas com deficiência etc), incluir os animais não humanos, considerando a Declaração de Cambridge (Inglaterra, 2012), comprovar cientificamente sua senciência.

3) Programa 4 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil. Aumentar proporcionalmente todas as metas físicas e financeiras de todas as ações desse programa, para que atendam também a Delegacia de Crimes Contra a Fauna, criada em janeiro de 2013, instalada na Rua Piratininga, Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte, bem como as outras duas a serem criadas no Estado, em municípios estratégicos. Destaque para a necessidade de se estruturar adequadamente essa instituição existente em Belo Horizonte, com pessoal suficiente e vocacionado, bem como para a necessidade da criação de espaço físico adequado para destinar os animais resgatados de maus-tratos por essa delegacia de Belo Horizonte (assim como as demais a serem criadas).

4) Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública. Destinação de R\$50.000,00/ano (2016 a 2019) para capacitação dos militares das Polícias Militar, Ambiental, Bombeiros e Civil, que usam cães e cavalos para policiamento, bem como dos demais, para que tenham condições de identificar maus-tratos praticados pela população contra esses seres sencientes. Tal justificativa tem amparo constitucional (art. 225, §1º, inciso VII da CF/88 e art. 32 da Lei de Crimes Ambientais – Lei 9.605/98).

5) Criação do Programa “Animais usados para policiamento (cães e cavalos)”, destinado a todas as Polícias (Militar, Bombeiros, Ambiental e Civil).

EIXO: 4 –

EMENTA:

Sugere alterações nos programas do Eixo Segurança Pública, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 44/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: João Luiz de Souza (Conselho da Comunidade Carcerária da Comarca de Bicas (Bicas)) / Raphaela Receptuti da Silva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Flávia Rabelo Beghini (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Jose Agnaldo Cantarino de Paiva (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) /



Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Erica do Socorro Leao (Psf Iaia Perpetuo (Peçanha)) / Carlos Henrique Viveiros Santos (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Adriana de Castro Pereira Martins (Associação Mineira de Epilepsia (Belo Horizonte)) / Celso Gomes Travassos (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Margareth da Silva Gonçalves (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Álvaro Boechat Chiarello (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Dehonara de Almeida Silveira (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Marinalva Maria de Jesus (Associação dos Povos Indigenas (Belo Horizonte)) / Moisés Barbosa Ferreira Costa (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Renata Nazaré Magalhães (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Adriane Cristina da Cruz (Associação Mães Que Informam (Belo Horizonte)) / Aline Ferreira Santos Vieira Maia (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Aquires José dos Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Ariel Lima de Almeida (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / Denio Sebastião Martins de Carvalho (1º Batalhão da PMMG (Belo Horizonte)) / Guilherme Alves de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Márcia Teresinha Cardoso Soares (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Alaide Lúcia Bagetto Moraes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Andrea Leite Rios (Sec. Est. Des. Reg., Política Urb. e Gestão Metropol./Sedru (Belo Horizonte)) / Antonioni Afonso (Instituto DH (Belo Horizonte)) / Beatrice Corrêa de Oliveira (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Dhiancesar Pinto Lopes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Ermelinda de Fátima Ireno de Melo (Consórcio Regi. de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Belo Horizonte)) / Flávio Alexandre Lima Ribeiro (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Guilherme Rocha de Freitas (Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Gustavo Faria da Cruz (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Gustavo Garcia Vieira de Almeida (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Ingrid Mirelly de Oliveira Araújo (Associação Circo Belô (Belo Horizonte)) / José Alexandre Salles (Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Sedese – Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Leonardo Soares Nader (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Rayane Mara Nunes (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Gustavo Aguiar Pinto (Subsecretaria de Juventude (Belo Horizonte)) / Rita de Cassia M. Calazans (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Romerito Costa Nascimento (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Vanessa Rodrigues Cardoso (Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds (Belo Horizonte)) / Willian Lelis Brás Nascentes (Ministério Público de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marta de Faria Vieira (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Mulheres – Copom (Contagem)) / Thainara do Nascimento Reis (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Andressa França Amorim (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem)) / Gabriel da Silva Oliveira Costa (Casa de Apoio a Criança Carente de Contagem (Contagem)) / Leticia da Penha Guimarães (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Contagem)) / Marcia Espindula da Silva (Casa de Apoio a Criança Carente (Contagem)) / Jacimara Reis Sousa (Fica Vivo! (Vespasiano)) / José Cardoso de Menezes Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (Chapada Gaúcha)) / Maria Virginia Borges Ribeiro (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Uberaba)) / Jaine Irene Basílio Teodoro M Silva (Conselho Municipal de Direitos da Mulher (Uberaba)) / Luciano de Sousa (Centro Pop (Uberaba)) / Renata Aparecida da Trindade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Uberaba)) / Fernanda Clara Gutierrez da Silva (Coletivo de Direitos Humanos d (Uberaba)) / Lúcia Helena



de Oliveira (Prefeitura Municipal de Uberaba (Uberaba)) / Jeanete Assad Mazzeiro (CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasília)) / Maria da Penha Correa Liborio (Instituição não informada) / Maria Salete dos Santos (Instituição não informada) / Marina Elizabete Rodrigues da Cruz (Instituição não informada) / Antônio Augusto Garcia Veríssimo (Instituição não informada) / Daniela Tiffany Prado de Carvalho (Instituição não informada) / Marina Rosa Almeida (Instituição não informada) / Ricardo Teixeira Silva Junior (Instituição não informada) / Rita Aparecida Marques Reis (Instituição não informada) / Agnelo de Paiva Braga (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Instituição não informada) / Maria Cristina Fonseca (Instituição não informada) / Vanilda Francisca da Silva (Instituição não informada) / Wesley de Assis Costa (Instituição não informada) / Camila Aparecida Oliveira da Costa (Instituição não informada) / Dilson José de Oliveira (Instituição não informada) / Elisangela Alves Mariano (Instituição não informada) / Elvis Wellington de Melo (Instituição não informada) / Flávia Roberta Martins (Instituição não informada) / Manoel Aleçandro M. dos Santos (Instituição não informada) / Heráclita Ramos de Jesus (Instituição não informada) / Jonathan Félix de Souza (Instituição não informada) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Sandra Rosa da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 240: Sugere-se alterar a finalidade da AÇÃO 2109 para:

OFERECER E APRIMORAR A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES do sistema de justiça, garantindo a perspectiva de gênero, raça, etnia, geracional e orientação sexual COM O PROPÓSITO DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Proposta 263: Sugestão de inclusão de nova ação.

Título da Ação: Criação e Ampliação das Varas Especializadas da Lei Maria da Penha

Finalidade da Ação: destinar recursos para a criação e a ampliação das varas especializadas da Lei Maria da Penha nos 17 territórios com vistas à aplicação efetiva da Lei 11.340/06

Público-alvo: mulheres em situação de violência doméstica e familiar

Produto: vara especializada da Lei Maria da Penha criada e/ou ampliada

Unidade de Medida do Produto: vara especializada da Lei Maria da Penha

Unidade Orçamentária Responsável: Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Metas físicas e financeiras:

1 meta física e meta financeira de 100.000 para os 17 territórios nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

EIXO: 70 – Especial

PROGRAMA: 706 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 706-Prestação Jurisdicional, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 45/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Romerson Pereira Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Eliana Auxiliadora Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Anderson Luiz Carvalho Inocência (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Roberto Rodrigues

Muniz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Marco Antonio Domingos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Altino Rodrigues Neto (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Lucas Rocha Carneiro (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Valdecir Lopes Viana (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Ricardo Alves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Beatriz Cordenonsi Lopes (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / João Ricardo Albanes (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Flávia Alves Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Andreia Roseno da Silva (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / André Luiz Marinho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Myrian Fontes Santos (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Fernando Rabelo Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG – Fetaemg (Montes Claros)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Ernandes José da Silva (Fed. Ent. Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Joáima)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Lucas Martins Ferreira (Instituição não informada) / Bruno Gomes de Freitas (Instituição não informada) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada) / José Lourenço Ribeiro Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Acrescentar R\$15.000.000,00, de fonte 10 (recursos do Tesouro), além do que já está aportado em fonte 60 (recursos diretamente arrecadados), distribuídos proporcionalmente entre as ações do Programa 25 – Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária..

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 25 – GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 25 – Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 46/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Ronaldo Resende Pereira (Diretoria Executiva da Copasa/MG (Belo Horizonte)) / Rodrigo Paiva Alvarenga (Assembleia



Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antônio Orlando Macedo Ferreira (Companhia de Desenv. Econômico de Minas Gerais – Codemig (Belo Horizonte)) / Eduardo Augusto Pereira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Raquel Cenachi Barroso Couri (Diretoria Executiva da Copasa/MG (Belo Horizonte)) / Carlos Renato Almeida (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Iranildo Macieira da Silva (Diocese Anglicana de Esmeraldas (Esmeraldas)) / Ana Márcia de Moraes Pinto (Câmara Municipal de Esmeraldas (Esmeraldas)) / Luania Ludmilla Castro (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Josselane Lopes R Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 242: Alterar a regionalização e as metas física e financeira da Ação 1056, e recomendar à Sednor aporte de recursos para implantação de barraginhas no Vale do Jequitinhonha.

Proposta 244: Alterar a regionalização e as metas física e financeira da ação 1059, e recomendar à Sednor aporte de recursos para implantação de cisternas no Alto Jequitinhonha.

Proposta 245: Alterar a regionalização e as metas Física e Financeira da ação 1060, e recomendar à Sednor a porte de recursos para implantação de sistemas de abastecimento de água no Médio e Baixo Jequitinhonha.

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 122 – ÁGUA PARA TODOS – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 122 – Água para Todos – Universalização do Acesso e Uso da Água, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de revisão das metas físicas e financeiras de suas ações, bem como a regionalização, com inclusão de aporte financeiro para o Vale do Jequitinhonha. Proposta 244: . Proposta 245:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 47/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Anderson Luiz Carvalho Inocência (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Romerson Pereira Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Eliana Auxiliadora Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Roberto Rodrigues Muniz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Marco Antonio Domingos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / André Luiz Marinho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Valdecir Lopes Viana (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Lucas Rocha Carneiro (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Flávia Alves Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Fernando Rabelo Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Ricardo Alves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Myrian Fontes Santos (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / João Ricardo Albanex (Secretaria Est. de Agric.,



Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Altino Rodrigues Neto (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Vanderley Antônio Chilise (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Beatriz Cordenosi Lopes (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Andreia Roseno da Silva (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG – Fetaemg (Montes Claros)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Ernandes José da Silva (Fed. Ent. Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Joaíma)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Lucas Martins Ferreira (Instituição não informada) / José Lourenço Ribeiro Santos (Instituição não informada) / Bruno Gomes de Freitas (Instituição não informada) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 246: Solicita alteração da regionalização da Ação 4158 para Multiterritorial, além de ampliar as metas física e financeira em todos os anos.

Proposta 247: Incluir ação no programa 68– Assistência Técnica e Extensão Rural, destinada à promoção de Ater para acesso, captação, armazenamento e produção de água nas regiões mineiras do semiárido.

Proposta 248: Incluir ação no programa 68– Assistência Técnica e Extensão Rural –, destinada à promoção de Ater para jovens e mulheres, e recomendar à Emater, o atendimento diferenciado para jovens e mulheres do campo, adequando suas atividades à realidade desses grupos e destinando um percentual mínimo dos atendimentos para esses segmentos

Proposta 89: Transferir a Ação 4420 do Programa 104 – Segurança de Alimentos –, para o Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, com meta financeira de R\$120.000,00 por ano e regionalização multiterritorial.

Proposta 90: Transferir a ação 4677 do Programa 55 – Certifica Minas Café –, para o Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, com meta financeira de R\$250.000, em 2016, 300.000, em 2017, 350.000, em 2018 e 400.000, em 2019, e regionalização multiterritorial.

Proposta 155: Transferir a Ação 4254 do programa 104 –Segurança de Alimentos –, para o Programa 68 Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, com meta financeira de R\$300.000, por ano.(multiterritorial).

Essa transferência objetiva aproximar as ações que contribuem para inserção dos produtores nos mercados nacionais e internacionais de produtos certificados às ações de assistência técnica e extensão rural, tão necessárias ao sucesso da regulamentação.

Proposta 156: Recomendar à Seapa e à Seda, solicitando que a prestação de serviços de ATER seja feita não apenas por meio da EMATER, mas também por um percentual mínimo de organizações da sociedade civil, garantindo a participação do terceiro setor e promovendo a utilização da mão-de-obra formada nas Escolas Família Agrícola e dos IFES.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 68 – ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA:



Sugere alterações no Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 155:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 48/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Ronaldo Resende Pereira (Diretoria Executiva da Copasa/MG (Belo Horizonte)) / Rodrigo Paiva Alvarenga (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Raquel Cenachi Barroso Couri (Diretoria Executiva da Copasa/MG (Belo Horizonte)) / Antônio Orlando Macedo Ferreira (Companhia de Desenv. Econômico de Minas Gerais – Codemig (Belo Horizonte)) / Carlos Renato Almeida (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Eduardo Augusto Pereira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Iranildo Macieira da Silva (Diocese Anglicana de Esmeraldas (Esmeraldas)) / Ana Márcia de Moraes Pinto (Câmara Municipal de Esmeraldas (Esmeraldas)) / Luania Ludmilla Castro (Instituição não informada) / Josselane Lopes R Silva (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 249: Sugerimos alterar o território de abrangência da Ação 181 para que atenda a todos os territórios do Estado de Minas Gerais conforme público-alvo descrito. Além disso, sugerimos abertura de janelas para recursos também para os anos de 2017 a 2019, acrescentando metas físicas e financeiras, tendo em vista a proposta de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica.

Metas Físicas e Financeiras:

1. Multiterritorial (2016, 2017, 2018 e 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 1.000,00

Proposta 82: Encaminhar pedido de providências para a Cemig para que priorize, nessa ação, o distrito industrial do Vale do Rio Doce.

Além disso, o grupo sugere encaminhar pedido de providências para a Cemig para que os recursos destinados à política de eficiência energética, aplicados pela Cemig, sejam empregados nos serviços de iluminação pública de municípios de baixo IDH dos territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 181 – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 181-Distribuição de Energia Elétrica, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:



O Programa 181, “Distribuição de Energia Elétrica”, tem o objetivo de aumentar a extensão em km de linhas de subtransmissão, a capacidade instalada de subestações em MVA (mega volt ampere), o número de novos consumidores ligados e o aumento da venda de energia, bem como atender aos requisitos do contrato de concessão e do órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica – (Aneel).

Por seu objetivo, justifica-se a proposta de alteração das ações que o integram, em especial por meio da ampliação do território de abrangência da ação 1110 (Multiterritorial), para atender o Estado de Minas Gerais como um todo, conforme público-alvo descrito. Além disso, propõe-se fixar a abertura de janelas para recursos também para os anos de 2017 a 2019, acrescentando metas físicas e financeiras, tendo em vista a proposta de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica.

Como complemento às alterações propostas, é preciso encaminhar pedido de providências para a Cemig para que esta priorize, nessa ação, o distrito industrial do Vale do Rio Doce, pois as constantes quedas de energia elétrica no distrito industrial dificultam a produção atual das empresas, a ampliação produtiva dessas unidades, e também a instalação de novas plantas industriais.

Entende-se, também, como necessário encaminhar pedido de providências à Cemig, para que os recursos destinados à política de eficiência energética, aplicados pela empresa, sejam empregados nos serviços de iluminação pública de municípios de baixo IDH dos territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce. Proposta 82: Justificativa: As constantes quedas de energia elétrica no distrito industrial dificultam a produção atual das empresas, a ampliação produtiva dessas unidades, e também a instalação de novas plantas industriais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 49/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Romerson Pereira Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Eliana Auxiliadora Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Anderson Luiz Carvalho Inocêncio (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Roberto Rodrigues Muniz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Marco Antonio Domingos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Myrian Fontes Santos (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Flávia Alves Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Lucas Rocha Carneiro (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Altino Rodrigues Neto (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Valdecir Lopes Viana (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Ricardo Alves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / João Ricardo Albanez (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Fernando Rabelo Ribeiro (Secretaria de



Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Beatriz Cordenonsi Lopes (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Andreia Roseno da Silva (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / André Luiz Marinho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG – Fetaemg (Montes Claros)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Ernandes José da Silva (Fed. Ent. Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Joaíma)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Lucas Martins Ferreira (Instituição não informada) / José Lourenço Ribeiro Santos (Instituição não informada) / Bruno Gomes de Freitas (Instituição não informada) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 250: Retirar os objetivos estratégicos vinculados à área de Desenvolvimento de Cidades e Regiões Metropolitanas, em razão da proposta de transferência das ações 2115 e 4112, do programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra –, para o programa 147 – Nossa Cidade Melhor.

Proposta 251: Transferir a Ação 2115 do Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra –, para o Programa 147 – Nossa Cidade Melhor –, por se tratar de acesso à terra urbana.

Proposta 252: Alterar a regionalização da ação 4106 para multiterritorial, preservando as mesmas metas física e financeira.

Proposta 253: Dobrar a meta financeira da Ação 4107, em todos os anos, mantendo-se a meta física.

Proposta 254: Alterar a regionalização da ação 4108 para multiterritorial, com alteração da meta financeira no valor de 1.000 reais por imóvel georreferenciado, mantendo-se a meta física.

Proposta 255: Alterar o público-alvo da ação 4112, incluindo as escolas família agrícola.

Proposta 256: Transferir a Ação 4549 do Programa 46– Regularização Fundiária e Acesso à Terra – para o programa 147 – Nossa Cidade Melhor –, por se tratar de acesso à terra urbana.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 46 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso a Terra, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

O grupo discutiu o Programa 46 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA. As alterações apresentadas pelo grupo estão centradas na ampliação de recursos financeiros, por tratar-se de uma questão muito importante, que, ao longo da história de Minas Gerais, não foram priorizados. O órgão gestor SEDA é uma potencialidade do diferencial para executar o desenvolvimento agrário no Estado. Por ser um programa de extrema importância, propomos que seja executado em todos os territórios do Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 50/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!



PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Raquel Cenachi Barroso Couri (Diretoria Executiva da Copasa/MG (Belo Horizonte)) / Antônio Orlando Macedo Ferreira (Companhia de Desenv. Econômico de Minas Gerais – Codemig (Belo Horizonte)) / Ronaldo Resende Pereira (Diretoria Executiva da Copasa/MG (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Coop. Metropolitana Habitação Popular de BH Ltda – COOHABEL (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Rodrigo Paiva Alvarenga (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Eduardo Augusto Pereira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Carlos Renato Almeida (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Iranildo Macieira da Silva (Diocese Anglicana de Esmeraldas (Esmeraldas)) / Ana Márcia de Moraes Pinto (Câmara Municipal de Esmeraldas (Esmeraldas)) / Luania Ludmilla Castro (Instituição não informada) / Josselane Lopes R Silva (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 257: Alterar a unidade de medida do produto da ação 1112 e recomendar à Sedru pedido de providência para aumentar o aporte de recursos para atender os municípios e comunidades não atendidos pela Copasa e pela Copanor, inclusive nas áreas rurais.

Proposta 18: Alterar a regionalização e metas físicas e financeiras da ação 1113 com vistas a aumentar os recursos para a implantação de sistemas de destinação final de resíduos sólidos, com prioridade para os consórcios intermunicipais, em especial para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental do Alto Vale do Jequitinhonha (Cidasaje) e promover a Implantação de aterros sanitários no Estado de Minas Gerais, em especial naqueles territórios que não estão sendo atendidos pelas PPPs de resíduos sólidos da RMBH.

Proposta 19: Alterar a meta financeira da ação 2107, com vistas a aportar recursos para a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico, que norteará as ações do Estado para os próximos anos. Essa elaboração deverá ser feita por meio de processo participativo. Sugere-se o valor de R\$2.500.000,00.

Proposta 258:

Inclusão de ação no Programa 145– Saneamento é Vida, para UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ESMERALDAS, RIBEIRÃO DAS NEVES, SANTA LUZIA, SABARÁ, MATEUS LEME, SARZEDO, IBIRITÉ, IGARAPÉ, BRUMADINHO, MÁRIO CAMPOS, SÃO JOAQUIM DE BICAS E DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.

Título da ação: SANEAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Descrição IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da ação: UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ESMERALDAS, RIBEIRÃO DAS NEVES, SANTA LUZIA, SABARÁ, MATEUS LEME, SARZEDO, IBIRITÉ, IGARAPÉ, BRUMADINHO, MÁRIO CAMPOS, SÃO JOAQUIM DE BICAS E DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.

Público-alvo: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SEUS MUNICÍPIOS E AS EMPRESAS, EM QUE TAIS ENTES FEDERADOS POSSUAM PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA NO CAPITAL SOCIAL.

Produto: PLANO ELABORADO E IMPLANTADO

Unidade de medida do produto: PLANO

Unidade orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POLÍTICA URBANA E GESTÃO METROPOLITANA

Metas Físicas e Financeiras:

1. Multiterritorial (anos 2016, 2017, 2018 e 2019):

Metas Físicas: 11

Metas Financeiras: 33.000.000,00

Especificação do objeto do gasto: Destinar recursos para os municípios de ESMERALDAS, RIBEIRÃO DAS NEVES, SANTA LUZIA, SABARÁ, MATEUS LEME, SARZEDO, IBIRITÉ, IGARAPÉ, BRUMADINHO, MÁRIO CAMPOS, SÃO JOAQUIM DE BICAS.

RECOMENDAÇÃO: A partir de 2017, focar investimentos nos municípios com menor IDH.

EIXO: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 145 – SANEAMENTO É VIDA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 145-Saneamento É Vida, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

O grupo discutiu o Programa 145 –Saneamento é Vida. A escolha do programa se deveu ao grupo ter identificado a necessidade de reforçar as ações e obras de saneamento básico nos municípios que ainda têm atendimento precário na RMBH e demais territórios, inclusive naqueles que já são atendidos pela Copasa e Copanor, mas que ainda não tem o serviço de qualidade, inclusive nas áreas rurais. O grupo também identificou a necessidade de implementação de sistema de destinação de resíduos sólidos e aterros sanitários em diversos territórios do Estado, e, em especial, na RMBH.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 51/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Eliana Auxiliadora Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Romerson Pereira Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Anderson Luiz Carvalho Inocêncio (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Roberto Rodrigues Muniz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Marco Antonio Domingos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Lucas Rocha Carneiro (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / João Ricardo Albanes (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Myrian Fontes Santos (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Valdecir Lopes Viana (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Ricardo Alves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Andreia Roseno da Silva (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov.

Intersecretorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte) / Flávia Alves Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Fernando Rabelo Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Beatriz Cordenonsi Lopes (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / André Luiz Marinho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Altino Rodrigues Neto (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG – Fetaemg (Montes Claros)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Ernandes José da Silva (Fed. Ent. Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Joaíma)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Bruno Gomes de Freitas (Instituição não informada) / Lucas Martins Ferreira (Instituição não informada) / José Lourenço Ribeiro Santos (Instituição não informada) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 259: Adequar a meta financeira à meta física proposta da Ação 4182, considerando até 2 visitas por mês, por propriedade rural assistida.

Metas Físicas e Financeiras:

– Multiterritorial (ano 2016):

Metas Físicas: 600

Metas Financeiras: 1.200.000,00

– Território Norte (ano 2017):

Metas Físicas: 646

Metas Financeiras: 1.300.000,00

– Território Norte (ano 2018):

Metas Físicas: 699

Metas Financeiras: 1.400.000,00

-Território Norte (ano 2019):

Metas Físicas: 753

Metas Financeiras: 1.500.000,00

Proposta 261: Na Ação 4226, distribuir R\$2.900.000,00 entre os 8 territórios previstos.

Metas Físicas e Financeiras:

– Território Alto Jequitinhonha (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

– Território Central (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

– Território Metropolitano (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00



– Território Oeste (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

– Território Caparaó (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

– Território Mata (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

– Território Sul (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

– Território Triângulo Sul (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 362.500,00

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 57 – MINAS PECUÁRIA – COMPETITIVIDADE DA PECUÁRIA BOVINA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 57 – Minas Pecuária – Competitividade da Pecuária Bovina, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 261: Necessidade de adequação da infraestrutura existente das unidades demonstrativas e de referência tecnológica para ageração de tecnologias e capacitação de extensionistas/produtores. Valores baseados em orçamentos realizados pela Epamig.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 52/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Antonio L. de Miranda (Associação dos Idosos de Conselheiro Lafaiete – Aicol (Conselheiro Lafaiete)) / Yuzo Sato (Csl Consultoria de Engenharia e Economia S/C Ltda. (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Viviane Gonçalves Porto Nascimento (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag (Belo Horizonte)) / Viviane Viana Begati (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Morro das Pedras (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Antônio de Paula (Autarquia de Trânsito e Transporte de Contagem – TRANSCON (Contagem)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Marcos Antônio Almeida (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Cláudia Silva Bernardes Ribeiro (Câmara Municipal de Sarzedo (Sarzedo)) / Edson Silva (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Leandro dos Reis Cordeiro (Associação Trem Bão de Minas

www.almg.gov.br Página 80 de 253



(Sarzedo) / Rina Moreira Cassemiro (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Leonardo Meijon Teixeira (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Cláudia de Souza Rodrigues Oliveira (Comissão de Transporte de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Vitor Bleme do Prado (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Reinaldo da Silva Fernandes (Instituição não informada) / Neuza Aparecida Ferreira Alves (Instituição não informada) / Luiz Ricardo Xavier Junior (Instituição não informada) / Lucas Machado de Sales (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Juventino Pereira de Souza (Instituição não informada) / João Cesar Santos Reis (Instituição não informada) / Jane Alves Fernandes (Instituição não informada) / Gleidson Alves Rodrigues (Instituição não informada) / Gibran Silva Dias (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Genilson Cruz (Instituição não informada) / Hermes Pereira Pinto Neto (Instituição não informada) / Francis Maurice Hubert Mouton (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Juliao Gomes Filho (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 260: Incluir o território das Vertentes na Ação desenvolvimento aeroviário, especificamente o aeroporto Bandeirinhas, com meta física de 1 e meta financeira de R\$2.000.000,00 para 2016. (Obs: sugere-se retirar o recurso do disponível para o território Sul)

Proposta 4: INCLUSÃO DE AÇÃO

Título da Ação: Segurança dos terminais e estações do move metropolitano

Finalidade da Ação: equipar todas as estações e terminais do move metropolitano com câmeras de segurança interligadas ao monitoramento da PMMG, com melhoria da iluminação

Público-alvo: usuários do transporte público da região metropolitana

Produto: kits de CFTV instalados

Unidade de Medida do Produto: unidade

Metas física e financeira a definir após estudo Seplag

Proposta 5: INCLUSÃO DE AÇÃO

Título da Ação: Modernização tecnológica da fiscalização do transporte público metropolitano

Finalidade da Ação: Desenvolvimento de aplicativo para a modernização tecnológica da fiscalização do DER-MG sobre o transporte público metropolitano

Público-alvo: usuários do transporte público da região metropolitana

Produto: aplicativo desenvolvido e em operação

Unidade de Medida do Produto: unidade

Metas física e financeira a definir após estudo Seplag

EIXO: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 66 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 66-Desenvolvimento e Integração da Infraestrutura de Transportes, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 53/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Anderson Luiz Carvalho Inocêncio (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Eliana Auxiliadora Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Romerson Pereira Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Roberto Rodrigues Muniz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Marco Antonio Domingos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / João Ricardo Albanez (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / André Luiz Marinho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Altino Rodrigues Neto (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Fernando Rabelo Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Beatriz Cordenonsi Lopes (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Andreia Roseno da Silva (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Myrian Fontes Santos (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Luiz Ronaldo Carvalho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Lucas Rocha Carneiro (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersetorial Seg. Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Flávia Alves Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Valdecir Lopes Viana (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Ricardo Alves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG – Fetaemg (Montes Claros)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Ernandes José da Silva (Fed. Ent. Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Joaíma)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada) / Lucas Martins Ferreira (Instituição não informada) / José Lourenço Ribeiro Santos (Instituição não informada) / Bruno Gomes de Freitas (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 262: Alterar o título , a finalidade e as metas física e financeira da ação 1058. Proposta 264: Alterar a finalidade e o público alvo da Ação 4129.

Proposta 265: Adequar as metas financeiras da Ação 4132 às metas físicas, uma vez que os recursos são insuficientes.

Proposta 267: Alterar as metas físicas e financeiras da Ação 4135, uma vez que os projetos apoiados e os recursos disponibilizados são insuficientes.

Proposta 268: Alterar a regionalização e as metas física e financeira da ação 4136.

Proposta 269: Incluir ação no Programa 58 – Cidadania no Campo: Construindo do Desenvolvimento Sustentável, destinada à inclusão produtiva para autonomia das mulheres do campo, e recomendar à SEDA a instituição de uma Diretoria de Políticas para as Mulheres na Secretaria de Desenvolvimento Agrário.



Proposta 271: Incluir ação no Programa 58 – Cidadania no Campo: Construindo o Desenvolvimento Sustentável –, destinada à inclusão produtiva do jovem no campo.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 58 – CIDADANIA NO CAMPO: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 58 – Cidadania no Campo: Construindo o Desenvolvimento Sustentável, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

O programa 58, “cidadania no campo: construindo o desenvolvimento sustentável”, tem objetivo de diminuir a pobreza rural e garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável da população de Minas Gerais. Para a realização desse objetivo, são necessárias as ações intersetoriais de fomento, atuando com foco nos municípios de menor IDH-m, e conhecimento da realidade socioeconômica das mulheres, dos jovens, dos agricultores do campo e dos povos e comunidades tradicionais, que necessitam ter acesso ao desenvolvimento sustentável.

Para tanto, tornam-se imprescindíveis as ações, asseguradas a todos os territórios do Estado de Minas Gerais, que promovam o acesso à terra, especialmente por meio de políticas públicas de segurança alimentar e sustentável, o que justifica o incremento de metas físicas e financeiras, além das ações novas que atendem as mulheres e os jovens do campo.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 54/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Antonio L. de Miranda (Associação dos Idosos de Conselheiro Lafaiete – Aicol (Conselheiro Lafaiete)) / Yuzo Sato (Csl Consultoria de Engenharia e Economia S/C Ltda. (Belo Horizonte)) / Viviane Viana Begati (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Morro das Pedras (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Antônio de Paula (Autarquia de Trânsito e Transporte de Contagem – TRANSCON (Contagem)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Marcos Antônio Almeida (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Leandro dos Reis Cordeiro (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Edson Silva (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Cláudia Silva Bernardes Ribeiro (Câmara Municipal de Sarzedo (Sarzedo)) / Rina Moreira Cassemiro (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Leonardo Meijon Teixeira (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Cláudia de Souza Rodrigues Oliveira (Comissão de Transporte de Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Vitor Bleme do Prado (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Reinaldo da Silva Fernandes (Instituição não informada) / Neuza Aparecida Ferreira Alves (Instituição não informada) / Luiz Ricardo Xavier Junior (Instituição não informada) / Lucas Machado de Sales (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Juliao Gomes Filho (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Juventino Pereira de Souza (Instituição não informada) / Jane Alves Fernandes (Instituição não informada) / Hermes Pereira Pinto Neto (Instituição não informada) /



Gleudson Alves Rodrigues (Instituição não informada) / Gibran Silva Dias (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Genilson Cruz (Instituição não informada) / Francis Maurice Hubert Mouton (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 266: Alterar as metas física e financeira da Ação, com acréscimo de meta física de 1 e financeira de R\$7.000.000,00 no território metropolitano (para ramal de trem de passageiros Betim e Contagem) e acréscimo de meta física de 1 e financeira de R\$3.000.000,00 no território Vertentes (para ramal de trem de passageiros Paraopeba)

Proposta 7: INCLUSÃO DE AÇÃO

Título da Ação: Transporte sobre trilhos

Finalidade da Ação: implementar o transporte ferroviário por trem de passageiro, com a realização de projeto básico que atenda todos os ramais ferroviários do colar metropolitano, com ênfase na integração entre os modais ferroviário e rodoviário, priorizando a realização do ramal Vale do Paraopeba, por contemplar um número maior de municípios de médio porte.

Público-alvo: usuários do transporte público da região metropolitana.

Produto: projeto básico concluído

Unidade de Medida do Produto: %

em 2016 meta física de 50% e meta financeira de R\$500.000,00(por km de projeto) e para 2017 meta física de 50% e meta financeira de R\$500.000,00(por km de projeto), no território metropolitano.

EIXO: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 67 – PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 67-Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transportes, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 55/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Antonio L. de Miranda (Associação dos Idosos de Conselheiro Lafaiete – Aicol (Conselheiro Lafaiete)) / Yuzo Sato (Csl Consultoria de Engenharia e Economia S/C Ltda. (Belo Horizonte)) / Viviane Viana Begati (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Morro das Pedras (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Antônio de Paula (Autarquia de Trânsito e Transporte de Contagem – TRANSCON (Contagem)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Marcos Antônio Almeida (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Leandro dos Reis Cordeiro (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Edson Silva (Associação Trem Bão de Minas (Sarzedo)) / Cláudia Silva Bernardes Ribeiro (Câmara Municipal de Sarzedo (Sarzedo)) / Rina Moreira Cassemiro (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Leonardo Meijon Teixeira (Prefeitura Municipal de Congonhas (Congonhas)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Cláudia de Souza Rodrigues Oliveira (Comissão de Transporte de



Ribeirão das Neves (Ribeirão das Neves)) / Vitor Bleme do Prado (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Maria Efigênia Nogueira Braga (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Reinaldo da Silva Fernandes (Instituição não informada) / Neuza Aparecida Ferreira Alves (Instituição não informada) / Luiz Ricardo Xavier Junior (Instituição não informada) / Lucas Machado de Sales (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Juventino Pereira de Souza (Instituição não informada) / João Cesar Santos Reis (Instituição não informada) / Jane Alves Fernandes (Instituição não informada) / Hermes Pereira Pinto Neto (Instituição não informada) / Gleidson Alves Rodrigues (Instituição não informada) / Gibran Silva Dias (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Genilson Cruz (Instituição não informada) / Francis Maurice Hubert Mouton (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 270: Incluir os seguintes trechos aos seguintes territórios:

1) Alto Jequitinhonha – Pavimentação do trecho de 52 km que liga Capelinha a Itamarandiba

2) Central – Pavimentação do trecho de 40 km que liga Papagaios a Pompéu (MG 060) (metas físicas e financeiras: 10/ R\$20.000.00,00 para 2016, 10/ R\$20.000.00,00 para 2017 e 20/ R\$28.000.00,00 para 2018

3) Médio e baixo Jequitinhonha – Pavimentação dos seguintes trechos:

– BR 367, entre Minas Novas e Virgem da Lapa – 59,7 km

– LMG 677, entre José Gonçalves de Minas (Ijicatu) e Virgem da Lapa – 40 km

– rodovia entre Pedra Azul e Almenara – 90 km

– rodovia entre Novo Cruzeiro e Araçuaí – 92 km

4) Metropolitano:

– Ponte sobre o rio Paraopeba e a extensão de 4 km com ciclovias ligando a MG 040 à avenida Inhotim. Meta financeira: R\$39.000.000,00

– Asfaltamento do trecho entre Casa Branca e Brumadinho – 18,4 km – Meta financeira: R\$31.000.000,00

Pavimentação da estrada que liga Sete Lagoas a Araçuaí – 34 km

– Retomada da obra de duplicação da LMG 806, que liga Justinópolis a Ribeirão das Neves.

5) Vale do Rio Doce – Pavimentação de 3,6 km em Governador Valadares (extensão da avenida Minas Gerais entre MG 259 e BR 116)

Proposta 9: Retomada da contratação de conservação e recuperação de rodovias no modelo Pró-MG, utilizando recurso da CIDE.

Proposta 10: Recomendar a retomada das negociações de contratação de financiamento junto ao BID no valor de US\$ 1 bilhão (700 milhões de partida e 300 milhões de contrapartida) para construção, adequação, recuperação e manutenção de rodovias.

EIXO: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 79 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 79-Estradas de Minas: Infraestrutura Logística, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 56/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Patrícia Carvalho da Silva (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Helbert Bruno de Paula Santana (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Guilherme da Silva Oliveira (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Vicente Paulo Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Nilson Sergio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Instituição não informada) / Valdir Gonçalves de Castro (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Joaquim Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Especificação do objeto do gasto: Readequar e conservar os leitos das estradas vicinais com enfoque ambiental nos Municípios de Divinópolis (80km), São Sebastião (70km) e Pedras do Indaiá (70km), incluindo nesse escopo e no valor previsto a pavimentação, com calçamentos, dos pontos críticos das estradas (morros), a exemplo do Município de Divinópolis. Além disso, como previsto no escopo da ação, pede-se a construção de bacias de captação no Município de Divinópolis.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 61 – ESTRADAS VICINAIS DE MINAS

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 61-Estradas Vicinais de Minas, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu ao fato de que as estradas mal conservadas são causadoras de assoreamento nos córregos, nascentes e rios. A readequação das estradas vicinais de forma ambientalmente correta traria um ganho ambiental. Com a construção de bacias e a pavimentação dos topos de morro, haveria uma redução das enxurradas e um aumento do fluxo de água no rio Itapecerica, que atende a uma população de 120 mil habitantes.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 57/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Márcia Cristina de Carvalho (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte))



PROPOSTA:

A participante apresentou individualmente à Comissão de Participação Popular as seguintes sugestões:

— PROPOSTA 273:

Criar no âmbito das Superintendências Regionais de Ensino, equipe de acompanhamento pedagógico dos adolescentes que apresentam situação de defasagem idade/ano de escolaridade, baixo rendimento escolar ou analfabetismo, envolvimento em situações reiteradas de indisciplina ou cometimento de atos infracionais, oferecendo suporte pedagógico às escolas e promovendo uma articulação com a rede de atendimento que favoreça o acolhimento desses adolescentes e assegure o cumprimento de seus direitos e deveres.

Secretaria Executora: Secretaria de Estado de Educação

Público Alvo: Adolescentes que apresentam baixo rendimento escolar, defasagem idade/série, analfabetismo, envolvimento reiterado em situações de indisciplina ou cometimentos de atos infracionais.

— PROPOSTA 274:

Desenvolver projeto de alfabetização e letramento destinado aos adolescentes em conflito com a lei inseridos no sistema socioeducativo.

Secretaria Executora: Secretaria de Estado de Educação

Público Alvo: Adolescentes em conflito com a lei

— PROPOSTA 275:

Capacitar os educadores que atuam no sistema socioeducativo em alfabetização e letramento.

Secretaria Executora: Secretaria de Estado de Educação

Público Alvo: Educadores do sistema socioeducativo

— PROPOSTA 277:

Promover encontro de formação, que envolvam os educadores dos sistemas de ensino estadual e municipal, bem como dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo, contribuindo para a difusão de informações, conhecimentos e articulação em rede, que favoreça um melhor atendimento dos adolescentes em conflito com a lei nas escolas e demais serviços.

Secretaria Executora: Secretaria de Estado de Educação

Público Alvo: Educadores das escolas estaduais e municipais, profissionais que atuam no sistema socioeducativo

— PROPOSTA 279:

Disponibilizar Professor de reforço que deverá ser lotado nas Unidades que executam a medida socioeducativa de semiliberdade.

Secretaria Executora: Secretaria de Estado de Educação

Público Alvo: Adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade

EIXO: 5 –

EMENTA:

Sugere alterações nos programas do Eixo Educação e Cultura, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

— PROPOSTA 273: Um quantitativo significativo de adolescentes apresentam dificuldades de aprendizagem, defasagem idade/ano de escolaridade, analfabetismo, o que contribui para seu envolvimento em situações de indisciplina ou



cometimento de atos infracionais no interior das escolas, e essas instituições não possuem o suporte adequado para fazer frente a essa dificuldade trazida pelos alunos, tornando necessário um acompanhamento por parte das Superintendências Regionais de Ensino, que favoreçam a inserção desses adolescentes e assegure seu direito à aprendizagem.

— PROPOSTA 274: Grande parte dos adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas é analfabeta, se encontra em um processo inicial de aquisição das competências de leitura e escrita e apresenta dificuldades de aprendizagem, defasagem idade/ano de escolaridade.

— PROPOSTA 275: O analfabetismo ou aquisição rudimentar das competências de leitura e escrita são situações muito recorrentes trazidas pelos adolescentes que cometem ato infracional e inicia o cumprimento de uma medida restritiva de liberdade. Diante desse quadro, é necessário que os educadores que atuam no sistema socioeducativo estejam em constante formação, a fim de diagnosticar essas situações e realizar as intervenções adequadas, que favoreçam a aquisição dessa competência por parte dos adolescentes, favorecendo também sua autonomia e exercício da cidadania.

— PROPOSTA 277: O diálogo constante através de encontros de formação ou seminários, que contemple os mais diversos atores que trabalham com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e protetivas, é fundamental para a articulação da rede de atendimentos desses sujeitos, favorecendo a aproximação dos mais diversos serviços e instituições como as escolas, envolvidas no atendimento desse público, contribuindo para um atendimento mais qualificado através da troca de vivências e conhecimentos, desmistificando preconceitos, possibilitando a construção de uma sociedade com oportunidades para todos.

— PROPOSTA 279: Grande parte dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, apresenta defasagem idade/ano de escolaridade, analfabetismo funcional e dificuldade de aprendizagem. Esse quadro compromete a permanência desses adolescentes, que são matriculados nas escolas da comunidade e, em parte pela dificuldade para acompanhar os conteúdos que são ministrados, se envolvem em situações de indisciplina e atos infracionais no interior das escolas, comprometendo também o desenvolvimento das atividades da instituição de ensino.

Assim, a lotação de um Professor de reforço em cada Unidade de semiliberdade, que atuará conjuntamente com os profissionais da escola em que o adolescente estiver matriculado, favorecerá a aquisição do conhecimento, desenvolvimento e acompanhamento da aprendizagem dos adolescentes em cumprimento da medida de semiliberdade, contribuindo também com o trabalho desenvolvido pelas escolas e favorecendo a permanência desses educandos, ao propiciar melhores oportunidades para seu desenvolvimento cognitivo.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 58/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Guilherme da Silva Oliveira (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg (Belo Horizonte)) / Patrícia Carvalho da Silva (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Helbert Bruno de Paula Santana (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Frediano Olímpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Edvânia



Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Vicente Paulo Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Nilson Sergio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / Joaquim Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Valdir Gonçalves de Castro (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 278 – Alteração de metas físicas e financeiras da Ação 4322 – Fomento Florestal

(1) Aumento total das metas físicas da ação para 1.500 em 2016, 2017, 2018 e 2019. Aumento total dos recursos destinados à ação para R\$9.109.900 em 2016, e R\$8.800.000 em 2017, 2018 e 2019.

(2) Inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha nos anos de 2016 a 2019, com meta física de 107 em todos os anos e meta financeira de R\$500.000,00 em 2016, R\$525.000,00 em 2017, R\$551.250,00 em 2018 e R\$578.813,00 em 2019.

Proposta 284: Alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4380 – Criação, gestão e implantação das unidades de conservação.

(1) Aumento total das metas financeiras de 2016 para R\$28.360.572,00. Esse valor deve ser distribuído proporcionalmente entre os territórios já previstos.

(2) Além disso, há demanda por inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha com as seguintes metas: 2016 – metas Físicas: 9; Metas Financeiras: 1.750.000,00.

2017 – Metas Físicas: 9; Metas Financeiras: 1.837.500,00

2018 – Metas Físicas: 10; Metas Financeiras: 1.929.375,00

2019 – Metas Físicas: 10; Metas Financeiras: 2.025.843,00

Proposta 286:

Ação 4417 – Regularização fundiária de unidades de conservação. (1) Aumentar os valores da meta física e financeira em cinco vezes, todos os anos, distribuindo esse acréscimo proporcionalmente entre os territórios já previstos. Esse acréscimo corresponde, em 2016, a 20.000 de meta física, e R\$90.336.000 de meta financeira,

(2) Além disso, há demanda por inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha com as seguintes metas: 2016 – meta física 385; meta financeira R\$1.613.143.

2017 – meta física 769; meta financeira R\$1.693.800

2018 – meta física 1154; meta financeira R\$1.778.490.

2019 – meta física 1538; meta financeira R\$3.571.428

Proposta 287: Incluir o território Médio e Baixo Jequitinhonha com metas físicas de 3571 nos anos 2016-2019 e metas físicas de R\$71.428,00 em 2016; R\$75.000,00 para 2017; R\$78.750,00 para 2018; e R\$82.687,00 para 2019.

Proposta 299: Alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4433 – PROTEÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

(1) Acréscimo de R\$3.000.000 nas metas financeiras da ação, distribuindo-se o valor proporcionalmente entre os territórios já previstos.

(2) Alteração das metas físicas das regiões Mata, Metropolitano e Norte, passando para 1.000 cada uma.

(3) Além disso, há demanda por inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha, sem metas físicas (entendendo-se que o território não possui centro de triagem e que os animais ali resgatados serão soltos em outros territórios), e com metas financeiras de: R\$250.000 em 2016, R\$352.000 em 2017; R\$275.625 em 2018; e 289.406 em 2019.



Proposta 300: Acréscimo de R\$1.700.000 nas metas financeiras da ação nos anos de 2016 a 2018, distribuindo-se o valor proporcionalmente entre os territórios já previstos.

Proposta 301: Alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4488

(1) Acréscimo de R\$80.000.000 nas metas financeiras da ação nos anos de 2016 e 2017, distribuindo-se o valor proporcionalmente entre os territórios já previstos.

(2) Acréscimo de R\$50.000.000 nas metas financeiras da ação nos anos de 2018 e 2019, distribuindo-se o valor proporcionalmente entre os territórios já previstos.

(3) Inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha, com as seguintes metas:

2016: metas físicas 7264; meta financeira R\$2.325.038

2017: metas físicas 4815; meta financeira R\$1.608.863

2018: metas físicas 4809; meta financeira R\$1.685.592

2019: metas físicas 307; meta financeira R\$1.920.653

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 143 – PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL.

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, a Fauna e a Biodiversidade Florestal, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade identificada pelo grupo de inclusão do Território Médio e Baixo Jequitinhonha nas ações que estão previstas para o Território Alto Jequitinhonha, com o mesmo valor previsto. Ou seja, propõe-se a suplementação orçamentária do mesmo valor destinado ao Alto Jequitinhonha ao Território Médio e Baixo Jequitinhonha (não dividir o recurso originalmente previsto entre os dois territórios). Justifica-se

tal suplementação (para inclusão do Território Médio e Baixo Jequitinhonha) devido ao fato de que nos últimos anos verifica-se nesse Território a ocorrência de graves e crescentes degradações ambientais. O grupo sugeriu, também, alteração na ação 4322, suplementando suas metas físicas totais (o aumento das metas anuais totais para 1500 hectares).

A solicitação de aumento dos recursos se deve ao fato de que nessa ação estão incluídos os gastos com pagamento de MG (viveristas), aquisição de insumos, diárias para coletas e prestação de assistência técnica aos produtores ruais. Só os gastos com esse MGS alcançam 4 milhões de reais. Já a ação 4380 sofreu alteração de metas física e financeira, tendo-se em vista que as sub-ações previstas representam o mínimo necessário à existência das unidades de conservação de proteção integral estaduais, em sua maior parte, semi-abandonadas. Pelo menos 20 delas não têm sequer gerentes. Do valor de suplementação então proposto ao orçamento da SEMAD, R\$8.360.552,00, 21 milhões destinam-se ao pagamento dos guardas-parques contratados pelas empresas Cristal e Versus, que excepcionalmente, até março de 2016, serão pagos com recursos da compensação ambiental, conforme autorização da Câmara de Proteção da Biodiversidade do Copam.

Registra-se que a SEMAD não recebe nem 1 real do Tesouro do Estado para pagamento de pessoal. Se este aumento não for aprovado, nossos parques e reservas ficarão completamente desprotegidos. Proposta 284: Proposta 286: Proposta 287: Proposta 299: Proposta 300: Proposta 301:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 59/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Helbert Bruno de Paula Santana (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Patrícia Carvalho da Silva (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Guilherme da Silva Oliveira (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Nilson Sergio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Vicente Paulo Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Joaquim Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Valdir Gonçalves de Castro (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 280: Ação 4592 – RECOMENDAÇÃO: Assegurar que a APA Várzea das Flores e que o Vale do Jequitinhonha tenham suas nascentes protegidas.

Alterar a finalidade da ação incluindo o texto em maiúsculo: Proteção de nascentes, desenvolvimento de agricultura sustentável para a conservação do solo, água e floresta bem como melhoria da qualidade ambiental e manutenção do ciclo hidrológico, INCLUINDO APA VÁZERA DAS FLORES, QUE ABRANGE OS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM E BETIM, E O VALE DO JEQUITINHONHA.

Alterar território incluindo Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Metropolitano com as respectivas metas físicas e financeiras.

Metas Físicas e Financeiras:

1. Região Médio e Baixo Jequitinhonha (ano 2016):

Metas Físicas: 100

Metas Financeiras: 804.000,00

1.2 Região Médio e Baixo Jequitinhonha (ano 2017):

Metas Físicas: 100

Metas Financeiras: 804.000,00

1.3 Região Médio e Baixo Jequitinhonha (ano 2018):

Metas Físicas: 100

Metas Financeiras: 804.000,00

1.4 Região Médio e Baixo Jequitinhonha (ano 2019):



Metas Físicas: 100

Metas Financeiras: 804.000,00

2. Região Alto Jequitinhonha (ano 2016):

Metas Físicas: 50

Metas Financeiras: 402.000,00

2.1 Região Alto Jequitinhonha (ano 2017):

Metas Físicas: 50

Metas Financeiras: 402.000,00

2.2 Região Alto Jequitinhonha (ano 2018):

Metas Físicas: 50

Metas Financeiras: 402.000,00

2.3 Região Alto Jequitinhonha (ano 2019):

Metas Físicas: 50

Metas Financeiras: 402.000,00

3. Região Alto Jequitinhonha (ano 2016):

Metas Físicas: 80

Metas Financeiras: 804.000,00

3.1 Região Alto Jequitinhonha (ano 2017):

Metas Físicas: 80

Metas Financeiras: 804.000,00

3.2 Região Alto Jequitinhonha (ano 2018):

Metas Físicas: 80

Metas Financeiras: 804.000,00

3.3 Região Alto Jequitinhonha (ano 2019):

Metas Físicas: 80

Metas Financeiras: 804.000,00

Proposta 281: Inclusão de ação no Programa 206:

Título da ação: REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS DO VALE DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS

Descrição IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da Ação: VIABILIZAR A REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS DO VALE DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS

Público-alvo: EMPREENDIMIENTOS SEDIADOS NOS MUNICÍPIOS DOS TERRITÓRIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS E A POPULAÇÃO

Produto: PLANO DE MELHORIA DA GESTÃO DE EFLUENTES LÍQUIDOS INDUSTRIAIS ELABORADO

Unidade de Medida do Produto: PLANO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Metas Físicas e Financeiras:

1. Território Norte (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 1.500.000,00

2. Território Médio e Baixo Jequitinhonha (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 1.500.000,00

3. Território Mucuri (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 1.500.000,00

4. Território Alto Jequitinhonha (anos 2016, 2017, 2018, 2019):

Metas Físicas: 1

Metas Financeiras: 1.500.000,00

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 206 – CULTIVANDO ÁGUA BOA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 206-Cultivando Água Boa, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

PROTEÇÃO DE NASCENTES, DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL PARA A CONSERVAÇÃO DO SOLO, ÁGUA E FLORESTA BEM COMO MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL E MANUTENÇÃO DO CICLO HIDROLÓGICO, INCLUINDO APA VÁZERA DAS FLORES, QUE ABRANGE OS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM E BETIM, E O VALE DO JEQUITINHONHA.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 60/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme da Silva Oliveira (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg (Belo Horizonte)) / Patrícia Carvalho da Silva (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Helbert Bruno de Paula Santana (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Nilson Sergio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Vicente Paulo Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Valdir Gonçalves de



Castro (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / Joaquim Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Título da ação: OTIMIZAÇÃO (REDESENHO) DOS FLUXOS PROCESSUAIS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL.

Finalidade da Ação: OTIMIZAR E APERFEIÇOAR OS FLUXOS PROCESSUAIS; ELIMINAR REDUNDÂNCIAS DE ATOS ADMINISTRATIVOS; INTEGRAR INSTRUMENTOS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL NOS PROCESSOS DE ANÁLISE (AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA, ZEE, ZAP, ISA/SEAPA, GTA/SEMAD)

Público-alvo: TÉCNICOS E GESTORES; USUÁRIOS DO SISEMA E SOCIEDADE CIVIL

Produto: PROCESSO DE ATOS

Unidade de Medida do Produto: PROCESSO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Metas Físicas e Financeiras:

1. Metropolitano (anos 2016 e 2017)

Metas Físicas: 10

Metas Financeiras: 300.000,00

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 169 – REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 169-Regularização Ambiental, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

O grupo discutiu o Programa 169 – REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. A escolha do programa se deveu ao fato de que o processo de regularização ambiental deve ser aperfeiçoado na perspectiva da agilização dos fluxos e procedimentos, garantindo-se, ao mesmo tempo, a viabilidade e qualidade ambiental.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 61/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Claudio de Melo Rocha (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU (Belo Horizonte)) / Mezaque Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antônio Ramos da Rocha (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Vivian Cristina dos Santos Silva (Movimento Acorda Povo (Contagem)) / Luciana R. Braga de Freitas (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Antonio Candido Sobrinho (F5 Informática Ltda (Contagem)) / Mario Guimarães Filho (Associação Comunitária Ouro Branco (Contagem)) / Elza Ferreira O. Silveira (Câmara Municipal de Contagem (Contagem)) / Danilo Afonso de CAires (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação



Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Nilca de Oliveira de Almeida (Instituição não informada) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Francisco Naldo de Assis Silva Filho (Instituição não informada) / Wander Batista Silva (Instituição não informada) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 283: Inclusão da seguinte ação:

Título da Ação REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EXISTENTES COM INFRAESTRUTURA PARCIAL E POPULAÇÃO URBANA OU RURAL PREDOMINANTEMENTE DE BAIXA RENDA

Descrição IAG ACOMPANHAMENTO INTENSIVO

Finalidade da Ação PROPORCIONAR ÀS FAMÍLIAS DE BAIXAR RENDA SEGURANÇA HABITACIONAL E ACESSO A TERRA REGULAR

Público-alvo POPULAÇÃO COM RENDA DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

Produto PROJETO FINALIZADO

Unidade de Medida do Produto PROJETO

Territórios 2016 2017 2018 2019

Físicas Financ. Físicas Financ. Físicas Financ. Físicas Financ.

A. Jeq.	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Caparaó	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Central	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Mata	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Méd. Jeq.	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Metrop.	3	1,5 mi	3	1,5 mi	3	1,5 mi	3	1,5mi
Mucuri	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Noroeste	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Norte	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Oeste	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Sudoeste	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Sul	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
T. Norte	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
T. Sul	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
V. Aço	2	1 mi	2	1 mi	2	1 mi	2	1 mi
Rio Doce	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
Vertentes	1	500.000	1	500.000	1	500.000	1	500.000
TOTAL	20	10 mi	20	10 mi	20	10 mi	20	10 mi

Proposta 285: Inclusão da seguinte ação:

Título da Ação REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS TERRITÓRIOS INDIGENAS, QUILOMBOLAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS URBANAS E RURAIS

Descrição IAG ACOMPANHAMENTO INTENSIVO

Finalidade da Ação PROPORCIONAR ÀS FAMÍLIAS SEGURANÇA HABITACIONAL E ACESSO A TERRA REGULAR

Público-alvo POPULAÇÃO INDIGENA, QUILOMBOLA E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Produto PROJETO FINALIZADO

Unidade de Medida do Produto PROJETO

Territórios 2016 2017 2018 2019

Físicas Financ. Físicas Financ. Físicas Financ. Físicas Financ.

Multit. 3 1500000 3 1500000 3 1500000 3 1500000

TOTAL 3 1500000 3 1500000 3 1500000 3 1500000

EIXO: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 147 – NOSSA CIDADE MELHOR

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 147-Nossa Cidade Melhor, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

Proposta 283: Os participantes julgaram necessário acrescentar ações para incrementar o programa, promovendo o acesso à terra e à habitação regular das pessoas de baixa renda que vivem no ambiente urbano ou rural.

Proposta 285: Os participantes julgaram necessário acrescentar ações para incrementar o programa, promovendo o acesso à terra e à habitação regular dos povos tradicionais que vivem no ambiente urbano ou rural.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 62/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme da Silva Oliveira (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg (Belo Horizonte)) / Patrícia Carvalho da Silva (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Helbert Bruno de Paula Santana (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Nilson Sergio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Vicente Paulo Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada) / Joaquim Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Valdir Gonçalves de Castro (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada)



PROPOSTA:

Proposta 288: Alterar as metas financeiras da Ação 4416. Acréscimo de R\$6.000.000 no valor total da ação, distribuindo esses recursos proporcionalmente entre os territórios já previstos. O grupo entendeu que a meta financeira prevista originalmente não seria suficiente para realizar a meta física proposta.

Proposta 290: O grupo sugeriu a suplementação da Ação 4422 em 500 mil reais para cada ano. A meta física não foi alterada, tendo-se em vista que os recursos previstos na proposta do PPAG são insuficientes para custear as metas físicas já previstas.

Proposta 291: Alterar metas financeiras da Ação 4424. O grupo sugeriu a suplementação de R\$15,5 milhões no valor total da ação, para cada ano. A meta física não foi alterada. O acréscimo deve ser distribuído proporcionalmente entre os territórios já previstos.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 166 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 166-Monitoramento, Controle e Fiscalização Ambiental, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha para alterar a Ação 4416, do programa 166 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Ambiental, se deveu ao fato de os recursos previstos na proposta serem suficientes apenas para manter as ações rotineiras de fiscalização. Os resultados atuais, por exemplo, crise hídrica e avanço do desmatamento, demonstram a necessidade do aprimoramento e intensificação das ações. A suplementação orçamentária de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) para cada ano na ação 4416 (R\$666.667,00 para cada território previsto) permitirá a incorporação de ações estratégicas voltadas para a inibição das infrações ambientais, com a aquisição de equipamentos e ferramentas tecnológicas que subsidiarão as ações de fiscalização. Deverá ser usada para implementar o plano de prevenção e combate ao desmatamento dos biomas mineiros e combate ao uso irregular dos recursos hídricos. Identificou-se também a necessidade de suplementação de R\$500.000, 00 (quinhentos mil reais), para cada ano (multiterritorial) da ação 4422 com vistas a aportar recursos para a continuidade do Programa de prevenção aos ilícitos ambientais, aos moldes do Programa “Navegando com o Theo pelo Rio das Velhas”. Outra proposta foi a suplementação de R\$15.562.315,00 (quinze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e quinze reais) na ação 4424 para 2016 (multiterritorial). O grupo entendeu que essa suplementação da ação 4424 é necessária tendo-se em vista que os incêndios podem ser considerados tão devastadores para o clima, água, fauna e flora quanto o desmatamento. As alterações climáticas, conforme alertas insistentes do painel de mudanças climáticas da ONU trarão aumentos vertiginosos dos mesmos. O valor previsto no orçamento para esta ação mal cobre um terço do total de recursos necessários ao PrevIncêndio, fato já comprovado na prática. Se o valor for mantido, em janeiro a SEMAD começará a implorar recursos à SEPLAG. A suplementação proposta na ação 4424 foi definido pela própria SEMAD e tem como fonte proposta a taxa de fiscalização minerária criada pela Lei 19.976/2011, que tem por finalidade custear as atividades dos órgãos públicos que atuam junto aos setores de mineração. Proposta 290: Proposta 291:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 63/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!



PROPONENTE: Adriana Cristina Araújo (Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais (Barbacena)) / Jorge Ibrahim Abdalla Neto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Geraldo Ferreira Pinto (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Patrícia Carvalho da Silva (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Helbert Bruno de Paula Santana (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Guilherme da Silva Oliveira (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Frediano Olimpio Martins (ARCA – Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (Betim)) / Edvânia Lopes Sodé (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina)) / Nilson Sergio Pereira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Vicente Paulo Soares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis (Divinópolis)) / Magno Rosa Nonato (Ass. Moradores Bairro Verônica, Rosimeire e Adjacentes (Ribeirão das Neves)) / Lindomar Diamantino Segundo (Instituição não informada) / Joaquim Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Juracy Ferreira Pinto (Instituição não informada) / Valdir Gonçalves de Castro (Instituição não informada) / Valdemir Batista Oliveira (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Instituição não informada) / Gil Martins Saldanha (Instituição não informada) / Geraldo Cristino Assunção (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 289 – Solicita alteração na Finalidade da Ação 4587 – Desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental. Finalidade da ação: promover a modernização dos instrumentos de gestão ambiental visando à otimização, agilidade e qualidade, das atividades que subsidiam o desenvolvimento econômico sustentável, ESPECIFICAMENTE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MEIO AMBIENTE E INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS.

Proposta 296: -----Inclusão de ação nova-----

Título: Educação e extensão ambiental

IAG: Ação de acompanhamento geral

Finalidade: Desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de educação e extensão ambiental por meio de parcerias, visando à conscientização, à mobilização e à formação da sociedade para práticas ambientalmente sustentáveis.

Público-alvo: sociedade civil e municípios. Produto: projeto coordenado e apoiado. Unidade de medida: Unidade. UO: Semad

Metas físicas 5; metas financeiras R\$500.000.

Regionalização: 2016 – só território Metropolitano; 2017 só território Mucuri; 2018 só território Mata; 2019 só território Norte

Proposta 297: -----Inclusão de ação nova-----

Título: Revitalização, conservação e preservação do Parque Fernão Dias.

Finalidade: REVITALIZAR, CONSERVAR E PRESERVAR O PARQUE FERNÃO DIAS VISANDO AO EQUILÍBRIO AMBIENTAL E ECOLÓGICO, BEM COMO A PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES, FAUNA E FLORA E A UTILIZAÇÃO DA REFERIDA ÁREA PARA O LAZER, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE METROPOLITANA.

Público-alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Produto: ÁREA REVITALIZADA, CONSERVADA E PRESERVADA,

Unidade de medida: HECTARES



UO: Semad

Regionalização: Território Metropolitano. Ano 2016. Meta física 127. Meta financeira: 3.000.000

Proposta 298: ----- Demanda para alteração do PMDI -----

Criação do Eixo Meio Ambiente no âmbito do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, com consequente compatibilização no PPAG, para concentrar os programas de meio ambiente, tendo em vista a relevância do tema.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 121-Gestão Ambiental Integrada, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de esclarecer a finalidade real da ação 4587 para a sociedade civil e à necessidade de desmembramento do Programa Gestão Ambiental Integrada, criando uma nova ação, para uma melhor e efetiva gestão, pois a educação ambiental e o apoio aos municípios não ficaram esclarecidos e devidamente abordados na ação. Além disso, o Parque Fernão Dias está em grande situação de risco, servindo para despejo de entulhos, retirada de madeira, supressão de árvores, ocupação irregular e depredação dos equipamentos existentes.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 64/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Eliana Auxiliadora Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Anderson Luiz Carvalho Inocêncio (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Romerson Pereira Gomes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro do Melo (Desterro do Melo)) / Roberto Rodrigues Muniz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Marco Antonio Domingos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu (Manhuaçu)) / Altino Rodrigues Neto (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Valdecir Lopes Viana (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Ricardo Alves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Myrian Fontes Santos (Gabinete Militar do Governador (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marilene Faustino Pereira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / João Ricardo Albanez (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Flávia Alves Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Beatriz Cordenonsi Lopes (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / André Luiz Marinho (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Lucas Rocha Carneiro (Secretaria Est. de Agric., Pecuária e Abastecimento – Seapa (Belo Horizonte)) / João Batista Góis Pinto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Fernando Rabelo Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda (Belo Horizonte)) / Tatiane Aparecida Gomes (Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese (Belo Horizonte)) / Gláucia Gomes Tinôco (Câmara Gov. Intersectorial Seg.



Alimentar e Nutricional de MG (Belo Horizonte)) / Andreia Roseno da Silva (Marcha Mundial de Mulheres (Belo Horizonte)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Sandra Maria da Silva Andrade (Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo (Bom Despacho)) / Naiara Oliveira Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG – Fetaemg (Montes Claros)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Ernandes José da Silva (Fed. Ent. Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Joáima)) / Claudio Cardoso de Almeida (Prefeitura Municipal de Mario Campos (Mário Campos)) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada) / Lucas Martins Ferreira (Instituição não informada) / José Lourenço Ribeiro Santos (Instituição não informada) / Bruno Gomes de Freitas (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Alterar a ação 4351, do programa 150 –Tecnocampo, com o aporte de R\$200.000,00, para melhoramento genético da ovinocaprinocultura para pequenos e médios produtores para difusão tecnológica de bem estar animal.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 150 – TECNOCAMPO

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 150 – Tecnocampo, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

AÇÃO: 4351 – DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NOS TERRITÓRIOS

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 65/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Sergio Evandro de Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Sebastião Gonçalves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Heloisa Ferreira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Emanuelle Roberta Rodrigues Viana (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Filipe Condé Alves (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais– Fecitur (Três Marias)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Circuito Turístico Serra do Cabral (Buenópolis)) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Alfredo Meirelles Rezende (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 302: Alterar a finalidade do Programa 59.

Finalidade: FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL e solidária, POR MEIO DO APOIO À TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, DA AGREGAÇÃO DE VALOR, DA PROMOÇÃO DA AGROINDÚSTRIA E DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA, DO ASSOCIATIVISMO E DO ACESSO AOS MERCADOS, GARANTINDO QUE OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CHEGUEM À MESA DOS MINEIROS E MINEIRAS.



Proposta 306: Alteração das metas físicas e financeiras da Ação 2034 – Apoio, Adequação e Construção de Agroindústrias Familiares. Alterar meta física para 10 e meta financeira para 1.000.000 (como despesas de capital para viabilizar construções e reformas).

Proposta 307: Alterar metas físicas e financeiras da Ação 4131. Alterar regionalização para multiterritorial, meta física para 40 e meta financeira para 600.000.

Proposta 308: Alterar meta física para 72 e financeira para R\$800.000

Proposta 310: Alterar regionalização, transferindo as metas dos territórios Metropolitano e Norte para Multiterritorial, e aumentar metas físicas para 48 e metas financeiras para 1.500.000.

Proposta 312: Alterar metas físicas para 20.000 e as financeiras para 1.000.000.

Proposta 314: Alterar meta física para 1.800 e meta financeira para R\$1.500.000

Proposta 315: Incluir ação nova:

Título da Ação: CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICO

Descrição IAG: Ação de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da Ação: Promover a conscientização dos efeitos nocivos advindos do uso de agrotóxico para os agricultores familiares e à sociedade em geral, principalmente através da contaminação dos alimentos.

Público-alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem terra, atingidos por barragens e grandes empreendimentos.

Produto: EVENTO REALIZADO

Unidade de Medida do Produto: EVENTO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Regionalização: multiterritorial

Metas físicas (2016 a 2019): 17

Metas financeiras (2016-2019): 500.000

Proposta 316: Inclusão de ação:

Título da Ação: FEIRA ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Descrição IAG: Ação de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da Ação: Realizar uma feira estadual da agricultura familiar, tendo como objetivo fortalecer a comercialização de seus produtos e expandir o acesso aos mercados

Público-alvo: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, trabalhadores rurais sem terra, atingidos por barragens e grandes empreendimentos, cooperativas e associações de agricultores

Produto: Feira realizada

Unidade de Medida do Produto: EVENTO

Unidade Orçamentária Responsável pela Ação: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Regionalização: multiterritorial

Meta física (2016 a 2019): 1

Meta financeira: R\$600.000 para 2016; R\$700.000 para 2017; R\$800.000 para 2018 e R\$900.000 para 2019.

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico



PROGRAMA: 59 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 59 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do campo à Mesa, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 66/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Jaime Luiz Rodrigues Jr. (Secretaria Municipal de Assistência Social (Governador Valadares)) / Glêdston Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Samuel da Silva (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Paloma Gabriela da Silva Araújo (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Neuza Maria Ferreira (Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – Sedese (Belo Horizonte)) / Francisca Paulina da Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Belmiro Alves de Freitas (Providência Nossa Senhora da Conceição (Belo Horizonte)) / Angelica Machado Maia Ferrati (Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte)) / Ana Paula Soares Medina (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Belo Horizonte)) / Roseny de Almeida (Instituto Marista de Solidariedade (Contagem)) / Manoelina Gomes Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (Esmeraldas)) / Wendel José dos Santos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Vespasiano)) / Gecilma Ribeiro Martins (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / MarluCIA Barbosa de Miranda (Instituição não informada) / Maria da Conceição Rosário Carvalho (Instituição não informada) / Jaqueline Ap. Pena Cardoso (Instituição não informada) / Francisca Maria da Silva (Instituição não informada) / Camila Eliane Torres Lacerda (Instituição não informada) / Aelson Pereira dos Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 303: Acrescentar ao final do texto do objetivo do Programa 126 – Políticas de Educação Profissional – o seguinte texto: ", como a economia solidária.",

Proposta 309: Acrescentar os territórios Mucuri e Vale do Rio Doce na ação 4538 – Qualificação para o Trabalho –, om as seguintes metas física e financeira:

– Mucuri

Meta física: 165 (2016); 210 (2017); 210 (2018) e 210 (2019);

Meta Financeira (R\$1,00): 327.401 (2016); 343.770 (2017); 360.960 (2018); 379.006 (2019).

– Vale do Rio Doce

Meta física: 165 (2016); 210 (2017); 210 (2018) e 210 (2019);

Meta Financeira (R\$1,00): 327.401 (2016); 343.770 (2017); 360.960 (2018); 379.006 (2019).

EIXO: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 126 – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 126 – Políticas de Educação Profissional, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.



JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do Programa 126 – Políticas de Educação Profissional – foi devida ao entendimento do grupo sobre a importância da inclusão de dois novos territórios (Vale do Rio Doce e Mucuri) em suas ações, pois são extremamente pobres. E também a mudança do nome do programa, indo de encontro ao anseio de atender às demandas do movimento de economia solidária. Proposta 309:

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 67/2015**(Outros)**

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Renato de Oliveira Silva (Prefeitura Municipal de Governador Valadares (Governador Valadares)) / Sérgio Rodrigues Lima (Coop. Ltda. de Consumo do Pessoal Emp. Minas-Goiás – COPEMIG (Belo Horizonte)) / Sergio Evandro de Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Sebastião Gonçalves de Oliveira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (Belo Horizonte)) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Heloisa Ferreira (Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (Belo Horizonte)) / Fábio Fernandes Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – Segov (Belo Horizonte)) / Emanuelle Roberta Rodrigues Viana (Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL (Belo Horizonte)) / Albano Silveira Machado (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Filipe Condé Alves (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais– Fecitur (Três Marias)) / Eduardo Henrique de Oliveira (Circuito Turístico Serra do Cabral (Buenópolis)) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Alfredo Meirelles Rezende (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Altera territorialização, metas físicas e financeiras da Ação 4459, no ano 2016, de Metropolitano para:

Alto Jequitinhonha: física 1; financeira R\$10100,00

Médio e Baixo Jequitinhonha: física 1; financeira R\$10100,00

Mucuri: física 1; financeira R\$10100,00

Norte: física 1; financeira R\$10100,00

Vale do Rio Doce: física 1; financeira R\$10100,00

EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 157 – ENERGIA COMPETITIVA E SUSTENTÁVEL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 157 – Energia Competitiva e Sustentável, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

AÇÃO: 4459 – PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM MINAS GERAIS

– À Comissão de Participação Popular.



PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 68/2015

(Outros)

EVENTO: PPAG 2016-2019: em Discussão!

PROPONENTE: Mezaque Silva de Jesus (Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Claudio de Melo Rocha (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU (Belo Horizonte)) / Carla Grossi Ferreira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Antônio Ramos da Rocha (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Vivian Cristina dos Santos Silva (Movimento Acorda Povo (Contagem)) / Mario Guimarães Filho (Associação Comunitária Ouro Branco (Contagem)) / Luciana R. Braga de Freitas (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Elza Ferreira O. Silveira (Câmara Municipal de Contagem (Contagem)) / Danilo Afonso de CAires (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Antonio Candido Sobrinho (F5 Informática Ltda (Contagem)) / José Faria Julio (Associação Pelos Melhoramentos do Bairro Três Corações (Santa Luzia)) / Fabíola Cordeiro da Silva (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Wander Batista Silva (Instituição não informada) / Nilca de Oliveira de Almeida (Instituição não informada) / Maria do Carmo Gonçalves (Instituição não informada) / Jéssica Gomes da Silva (Instituição não informada) / Francisco Naldo de Assis Silva Filho (Instituição não informada) / Beatriz Fernandes Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 305: Alterar regionalização e metas físicas e financeiras da ação 4149:

Incluir o território Alto Jequitinhonha e acrescentar meta física 1 e meta financeira R\$1.000,00 nos anos de 2016 a 2019;

Incluir o território Médio e Baixo Jequitinhonha e acrescentar meta física 1 e meta financeira R\$1.000,00 nos anos de 2016 a 2019.

Proposta 311: Alterar regionalização e metas físicas e financeiras da ação 4672:

Incluir o território Alto Jequitinhonha e acrescentar meta física 1 e meta financeira R\$1.000,00 nos anos de 2016 a 2019;

Incluir o território Médio e Baixo Jequitinhonha e acrescentar meta física 1 e meta financeira R\$1.000,00 nos anos de 2016 a 2019;

Incluir o território Mucuri e acrescentar meta física 1 e meta financeira R\$1.000,00 nos anos de 2016 a 2019.

Proposta 313: Incluir nova ação no programa 62 com os atributos que seguem:

Nome da ação: Apicultura

Descrição IAG: Ação de Acompanhamento Intensivo

Finalidade da ação: IMPLANTAR E CONSOLIDAR ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO DE MEL E DERIVADOS PROPORCIONANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA SEGURANÇA ALIMENTAR E FIXAÇÃO DO PRODUTOR NO MEIO RURAL

Público-alvo: PRODUTOR E TRABALHADOR RURAL

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de medida do produto: FAMÍLIA

Territórios, Metas físicas e financeiras:

Alto Jequitinhonha, meta física 50 e meta financeira R\$25.000,00 para os anos de 2016 a 2019;

Médio e Baixo Jequitinhonha, meta física 50 e meta financeira R\$25.000,00 para os anos de 2016 a 2019;

Mucuri, meta física 50 e meta financeira R\$25.000,00 para os anos de 2016 a 2019;

Norte, meta física 60 e meta financeira R\$30.000,00 para os anos de 2016 a 2019.



EIXO: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 62 – INFRAESTRUTURA RURAL

EMENTA:

Sugere alterações no Programa 62 – Infraestrutura Rural, do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019.

JUSTIFICAÇÃO:

A escolha do programa se deveu à necessidade de recuperação, preservação e conservação da bacia do Jequitinhonha, e à necessidade de incentivar o desenvolvimento da apicultura nos territórios gerando oportunidade de trabalho sustentável nas regiões.

– À Comissão de Participação Popular.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.073/2015

Altera a Lei nº 11.046, de 15 de janeiro de 1993, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra Diocesana de Divinópolis imóvel de propriedade do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.046, de 15 de janeiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)

Parágrafo único – O imóvel de que trata este artigo destina-se ao uso da Igreja para atividades sociais e pastorais.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Fabiano Tolentino

Justificação: A Mitra Diocesana de Divinópolis, Paróquia Nossa Senhora do Carmo, cumpriu a condicionante do parágrafo único da Lei nº 11.046, de 15 de janeiro de 1993, que é a instalação de uma creche. Como detentora da posse do imóvel onde funciona a Creche Divino Espírito Santo, sugere que, em caso de mudança da creche para outro espaço físico ou mesmo sua dissolução, a Igreja possa dar uso para que ali possam funcionar atividades sociais e pastorais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.074/2015

Declara de utilidade pública a Associação Renovadora do Bairro Novo Horizonte, com sede no Município de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Renovadora do Bairro Novo Horizonte, com sede no Município de Unaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Fábio Avelar Oliveira

Justificação: A Associação Renovadora do Bairro Novo Horizonte, do Município de Unaí, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social e socioeducativo. Tem por finalidades a proteção da saúde da família, da maternidade e da velhice, zelar pela qualidade de vida de seus associados, bem como criar e desenvolver em suas bases atividades culturais, esportivas e recreativas, religiosas, assistenciais, entre outras atividades.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Pelo importante trabalho desenvolvido por essa entidade em sua região, conto com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.075/2015

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Campo Redondo – Aprucare –, com sede no Município de Itamonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Campo Redondo – Aprucare --, com sede no Município de Itamonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Campo Redondo – Aprucare –, com sede no Município de Itamonte, sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada em pleno funcionamento desde sua fundação.

A entidade tem como finalidade negociar, por interesse comum, a venda de leite dos associados, bem como apoiar sua produção e conservação, além de orientar nas compras de insumos gerais, criando e mantendo, na medida do possível, serviços de assistência médica, dentária recreativa e educacional, para tanto, celebrando convênios com respectivos órgãos.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 3.076/2015

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Bocaina de Minas – Aprobom –, com sede no Município de Bocaina de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Bocaina de Minas – Aprobom –, com sede no Município de Bocaina de Minas.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar como de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Bocaina de Minas – Aprobom –, com sede no Município de Bocaina de Minas, sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, em pleno funcionamento desde sua fundação.

A entidade tem como objetivo negociar, por interesse comum, a venda de produtos dos associados, bem como apoiar sua produção e conservação, além de orientar nas compras de insumos gerais, criando e mantendo, na medida do possível, serviços de assistência médica, dentária, recreativa e educacional, para tanto, celebrando convênios com os respectivos órgãos.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei n° 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 3.077/2015

Dispõe sobre a destinação dos cães da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – que não estão aptos para o serviço na corporação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Todos os cães da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – que não estiverem aptos para serem utilizados pela corporação deverão ser castrados e disponibilizados para adoção.

Art. 2° – A adoção do animal será válida após assinatura do adotante no “Termo de Posse Responsável”, o qual se responsabilizará por:

I – alimentar o animal diariamente com ração de qualidade (Premium ou Super Premium), sendo vedado o uso de ração de combate;

II – disponibilizar água limpa, devendo esta ser trocada, no mínimo, duas vezes ao dia;

III – manter o cão adotado livre, sendo vedado o uso de correntes ou qualquer outro meio que impeça o animal de se locomover;

IV – levar o animal adotado para passeios em ruas ou locais públicos, no mínimo três vezes por semana e apenas em companhia do adotante ou de pessoa por ele autorizada, devendo o cão estar sempre na coleira e guia;

V – manter o animal limpo e asseado, respeitando as peculiaridades da raça;



VI – conceder ao cão um local onde ele possa dormir e ficar protegido de sol, chuva, frio e outras intempéries;

VII – garantir a sua segurança, mantendo-o longe de animais que ofereçam riscos à sua integridade e protegido de trabalhos forçados ou qualquer tipo de violência física e psicológica;

VIII – levar o animal ao veterinário para consulta anual ou quando manifestamente necessário;

IX – dar vermífugos de seis em seis meses aproximadamente, ou conforme indicação de médico-veterinário;

X – administrar todas as vacinas necessárias em clínicas veterinárias ou estabelecimentos congêneres;

Parágrafo único – O descumprimento de qualquer inciso deste artigo acarretará no pagamento de uma multa de R\$500,00 (quinhentos reais). No caso de reincidência, o adotante perderá a propriedade do animal, além de responder penalmente por crime ambiental, nos termos da Lei nº 9.605, de 2008.

Art. 3º – O adotante deverá autorizar uma visita de membros do canil da PMMG ou de instituição autorizada expressamente pela PMMG, com data e horário previamente estabelecido, no local em que o animal adotado se encontrar abrigado, a fim de que sejam avaliadas as condições do local e do cão adotado;

Art. 4º – É vedado ao adotante submeter o cão a situações de maus-tratos, punições com agressões físicas e abandonar o animal, independentemente de qualquer situação.

§ 1º – Caso ocorra problemas graves de adaptação entre o adotante e o animal adotado, o adotante deverá entrar em contato imediatamente com o Canil da PMMG para que seja feito o cancelamento da adoção, sob pena de perda imediata da posse do animal e multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 2º – Caso o adotante seja denunciado por descumprimento deste artigo, será instaurado inquérito policial a fim de que mesmo seja responsabilizado nos termos da Lei nº 9.605, de 2008.

Art. 5º – É vedado ao adotante vender o cão adotado, sob pena de anulação do negócio, perda da guarda do animal e multa de R\$2.000,00 (dois mil reais).

Art. 6º – Na hipótese de fuga do cão adotado, o adotante deverá comunicar o fato imediatamente ao Canil da PMMG para dar início às buscas do animal através de distribuição de panfletos, divulgação por meio midiático ou por outros meios, sendo todos os custos de responsabilidade do adotante.

Parágrafo único – Caso o animal seja encontrado, e ficando configurada culpa, seja por negligência, seja por imprudência do responsável, caberá aos membros do Canil da PMMG tomarem as medidas cabíveis, como recolher o animal, por meio extrajudicial ou judicialmente, através de busca e apreensão, ficando o adotante responsável pelo pagamento de custas processuais.

Art. 7º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Noraldino Júnior

Justificação: A luta em prol da proteção animal tem ganho espaço nos últimos anos, e um dos pilares dessa causa é o incentivo à adoção de animais. Neste sentido, a venda de animais deve ser, sempre que possível, dificultada, ao passo que a adoção deve ser promovida e estimulada.

A Polícia Militar de Minas Gerais tem como procedimento leiloar os cães que estão em perfeita saúde, porém não apresentam aptidão para o trabalho policial. No entanto, essa prática se mostra perigosa, uma vez que os compradores provavelmente considerarão o animal como mero investimento, pois podem revendê-lo objetivando lucro ou, até mesmo, utilizá-lo para reprodução indiscriminada, formando as fábricas clandestinas de filhotes.



Esses fatos podem contribuir para o aumento de animais abandonados e também situações de maus-tratos, nas quais os famosos “melhores amigos do homem” se tornam máquinas de reprodução malcuidadas e exploradas.

Caso sejam adotados, os adotantes deverão assinar um termo de posse responsável, comprometendo-se aos cuidados demandados por esses animais, como manutenção de vacinas e correta alimentação e acondicionamento, sob pena de responsabilização penal.

Além disso, os animais serão disponibilizados para adoção após a castração e assim não serão explorados para reprodução indiscriminada por estarem esterilizados.

Assim sendo, solicito aos nobres pares a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.078/2015

Altera a Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, que dispõe sobre normas de execução penal e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os §§ 2º e 3º do art. 72 da Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72 – (...)

§ 2º – A pessoa recolhida em prisão provisória que ao tempo do delito era policial civil, militar, agente de segurança penitenciária ou agente de segurança socioeducativo do Estado ficará em dependência distinta e isolada da dos demais presos.

§ 3º – A garantia prevista no § 2º deste artigo estende-se ao condenado em sentença transitada em julgado que ao tempo do delito era policial civil, militar, agente de segurança penitenciária ou agente de segurança socioeducativo do Estado.”.

Art. 2º – O *caput* do art. 75 da Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 75 – Podem ser previstas seções independentes, de segurança reforçada, para internamento de condenado que tenha exercido função policial, de agente de segurança penitenciária ou de agente de segurança socioeducativo e que, por essa condição, esteja ou possa vir a estar ameaçado em sua integridade física, bem como para internamento de condenado por crime hediondo e de rebelde ou opositor ao regime do estabelecimento.”.

Art. 3º – O *caput* do art. 81 da Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81 – No presídio e na cadeia pública, haverá unidades independentes para a mulher, para o jovem adulto, para o preso que tenha exercido função policial, de agente de segurança penitenciária ou de agente de segurança socioeducativo e para o cumprimento de pena privativa de liberdade e de limitação de fim de semana.”.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Lafayette de Andrada

Justificação: O projeto de lei que apresentamos tem por objetivo assegurar aos agentes penitenciários e socioeducativos que cumprem pena em estabelecimento prisional do Estado o direito de serem alocados em dependências distintas e isoladas daquelas dos demais presos.

Embora uma parte considerável da magistratura criminal já adote tal prática, apoiada no princípio da razoabilidade, este projeto é importante para positivar esse direito, que visa garantir a integridade dos agentes que se encontram nessa situação.

Com base no exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.



– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.079/2015

Declara de utilidade pública a entidade Abrace a Serra da Moeda, com sede no Município de Brumadinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Abrace a Serra da Moeda, com sede no Município de Brumadinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2015.

Braulio Braz

Justificação: A ONG Abrace a Serra da Moeda, com sede no Município de Brumadinho, tem como objetivo principal apoiar e promover ações que visem à ampliação da unidade de conservação de proteção integral do tipo monumento natural, na cordilheira denominada Serra da Moeda, assim como apoiar outros movimentos e organizações pelas montanhas de Minas Gerais, visando à defesa do meio ambiente.

A associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano. Sua diretoria é constituída de membros de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone sua conduta. Outrossim, a entidade não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício de suas funções e não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO

Nº 2.347/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.640/2013.

Proposições não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Da Comissão do Trabalho em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Pe. Pierre Maurício de Almeida Cantarino pelo trabalho social em defesa dos mais necessitados, das crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos, bem como na recuperação de dependentes químicos, em Juiz de Fora.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Saúde, do Trabalho e de Cultura e do deputado Felipe Attiê.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, quero agradecer a V. Exa. Queria aproveitar para agradecer aqui aos líderes e, fazendo-o, agradeço os 47 votos que obtivemos hoje na votação do Projeto de Lei nº 1.078/2015, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido



em junho de 1997. Vou pedir, pela enésima vez, que a Mesa da Assembleia e as comissões corrijam a ementa do projeto, Carlos Navarro, secretário-geral da Mesa. Fiz esse pedido várias vezes: não é de julho de 1997, é de junho de 1997 o movimento. Fiz esse pedido quando da tramitação do projeto. Está errada a ementa. Peço à Mesa que faça a correção novamente. Estamos tratando de história, não podemos deixar de fazer essa correção. Presidente, tivemos 47 votos. Agradeço aos líderes deputados Agostinho Patrus Filho, Durval Ângelo, Rogério Correia, Vanderlei Miranda, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, que representam os deputados desta Casa. Esses líderes proporcionaram a votação de 47 votos favoráveis ao projeto de anistia, com nenhum voto contrário. Esse projeto, deputado Wander Borges, tem um simbolismo muito forte para as praças da Polícia Militar que foram expulsas na reivindicação em 1997. Não há que se reivindicar aqui nada em espécie; o que era para ser tratado de reivindicação em espécie já ocorreu em três leis aprovadas por esta Casa. A primeira foi a Emenda à Constituição nº 39, de junho de 2002, que reintegrou as praças expulsas da PM ao Corpo de Bombeiros. Na verdade, não usaram nem a palavra “reintegração”, o texto disse: “ficam integradas ao Corpo de Bombeiros”. Com a separação do bombeiro, as praças vieram da Polícia Militar para o Corpo de Bombeiros. Depois, tivemos a Lei Complementar nº 95, art. 18, e, em ato concomitante, a Lei nº 17.720, que determinou o pagamento do lapso temporal dos salários da data da expulsão até a data da anistia. Na verdade, não foi uma anistia. É por isso que temos insistido nessa tese, deputado Hely Tarquínio, de que, naquela época, em 1999 – V. Exa. estava aqui junto comigo -, não houve anistia. A Emenda à Constituição nº 39 diz o seguinte: “Ficam integrados ao Corpo de Bombeiros Militar as praças excluídas da Polícia Militar que participaram do movimento reivindicatório”. A emenda não usou a palavra “anistia”. Muitas vezes as pessoas me questionam: “Deputado, vocês não foram para o Corpo de Bombeiros?”. Fomos. Naquele momento, deputado Hely Tarquínio, o que o Dr. Itamar Franco, nosso governador à época, conseguiu fazer avançar foi isso, porque a resistência dos coronéis da Polícia Militar era muito forte. Eles resistiam muito em receber, que as praças retornassem à instituição Polícia Militar. Portanto era muito forte a resistência, e a solução política naquele momento foi aquela. De fato, não houve anistia. Com a edição da Lei nº 12.505, sancionada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, em 2011, iniciamos de fato a anistia. De fato e de direito, mas o comando da Polícia Militar ainda resiste em cumprir a lei federal. Portanto, ao aprovar essa lei, estamos copiando exatamente o texto da Lei Federal nº 12.505. Fique registrado publicamente meu agradecimento aos 47 parlamentares que votaram favoravelmente. Obviamente, sob orientação dos líderes já nominados, Agostinho Patrus Filho, Durval Ângelo, Rogério Correia, Vanderlei Miranda, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Fiquem registrados nos anais desta Casa os nossos agradecimentos. O agradecimento que faço não é em meu nome, mas faço público esse agradecimento em nome de todas as praças que participaram daquele movimento. Obrigado, presidente.

O presidente – Parabéns ao deputado por essa aprovação. Congratulamo-nos com sua vitória, que é a vitória de todos.

Oradores Inscritos

– O deputado Fred Costa profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, visto que temos agora 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 deputados, peço o encerramento, de plano, da reunião.

O presidente – A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 28 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questões de Ordem

O deputado Agostinho Patrus Filho – Sr. Presidente, fui citado na fala do orador anterior, por isso quero trazer aqui as informações. Ontem, nesta Casa, o presidente da Assembleia, assumindo aqui a presidência, deputado Adalclever Lopes,



anunciou a criação da comissão extraordinária para tratar dos fatos ocorridos em Mariana. Ao anunciar a criação dessa comissão, por duas ou três vezes, o presidente Adalclever solicitou aos líderes desta Casa que integrassem essa comissão. Ele solicitou e reiterou o pedido a cada um dos líderes para que participassem. Como ele disse muito bem, os líderes representam todos os membros dos blocos. Por esse motivo, coloquei o meu nome, a pedido do presidente, assim como os demais líderes desta Casa, os deputados Rogério Correia, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, para integrar essa comissão. Além disso, indiquei também como membro efetivo, representando o Bloco Compromisso com Minas Gerais, o deputado Thiago Cota, votado majoritariamente em Mariana, onde aconteceu essa tragédia. Sinto-me tranquilo também pela indicação do deputado Thiago Cota, porque sei que, como legítimo representante daquela localidade, nada mais justo do que participar dessa comissão. Ele está, há vários dias, lá, acompanhando o dia a dia dessa tragédia que abalou todos nós em Minas Gerais. Além disso, Sr. Presidente, foi aqui dito que o Bloco Compromisso com Minas Gerais não fez nenhuma reunião para indicação dos membros. Essa questão foi tratada no almoço de ontem, quando, infelizmente, o parlamentar que disse aqui que o assunto não estava sendo tratado não estava presente. Assim como também não estava presente na reunião ordinária de ontem à tarde, quando o presidente Adalclever fez essas observações. Por esses motivos, por saber e ter ciência do desconhecimento do que foi dito aqui, quero dizer a V. Exa. que faço esses esclarecimentos, mas que entendo também as observações do deputado que me antecedeu, porque ele desconhece, pela ausência, os fatos aqui ocorridos. Muito obrigado.

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, questão de ordem. Quero só deixar registrado que o deputado que me antecedeu, que está aqui há muito tempo, mostrou através da sua fala dominar muito o Regimento Interno, mas não atentou em ler o art. 164, que diz: “Cabe aos deputados ou partido político que tenha sido citado em pronunciamento...”. Quero registrar que eu, em momento nenhum, citei o nome dele. Talvez ele esteja com desconhecimento do Regimento Interno e também tenham passado alguns fatos despercebidos por ele, como a minha presença aqui ontem. Está registrada nos anais da Casa a minha presença. De qualquer forma, fica aqui externada a minha admiração, o meu apreço a V. Exa., como líder. Considero estes dois lados: o desconhecimento do Regimento Interno e o fato de talvez não ter me visto aqui. Mas está registrado na Casa.

O presidente – Deputado Fred Costa, concedi a palavra a V. Exa. para questão de ordem. Foi dada a palavra pela ordem, e não pelo art. 164, porque não houve citação de maus-tratos ou qualquer falta de cortesia. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Deiró Marra

– Os deputados Deiró Marra e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – A presidência registra a presença, nas galerias, do nobre vereador da nossa querida cidade de Itajubá Professor Rui Malacacheta. Também quero registrar, com alegria, a presença, nas galerias, do vereador Roberto do Bar, de Sabará, grande parceiro desse nobre e grande deputado Wander Borges. É uma alegria a sua participação em parceria com o deputado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

A presidência vai ler a seguinte decisão da Mesa da Assembleia (– Lê):



DECISÃO DA MESA

– A Decisão da Mesa foi publicada na edição anterior.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que a Comissão de Saúde emitiu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 579/2015, do deputado Fred Costa, na data de ontem, dia 11/11/2015, torna sem efeito o deferimento, na 92ª Reunião Ordinária, realizada na mesma data, do Requerimento Ordinário nº 2.324/2015, do deputado Fred Costa, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 579/2015, e informa que o referido requerimento ordinário será submetido a votação em momento oportuno.

Mesa da Assembleia, 12 de novembro de 2015.

Ulysses Gomes, 1º-secretário, no exercício da presidência.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Direitos Humanos – aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 11/11/2015, do Requerimento nº 2.750/2015, da Comissão de Participação Popular;

de Saúde – aprovação, na 31ª Reunião Ordinária, em 11/11/2015, dos Requerimentos nºs 2.592 a 2.595, 2.597, 2.607, 2.611, 2.615, 2.623, 2.624 e 2.629/2015, do deputado Noraldino Júnior;

do Trabalho – aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 11/11/2015, dos Projetos de Lei nºs 1.212/2015, do deputado Elismar Prado, 1.276/2015, do deputado Gilberto Abramo, 1.845/2015, do deputado Ivair Nogueira, 1.919/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 2.316/2015, do deputado Deiró Marra, 2.408/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, 2.568/2015, do deputado Douglas Melo, 2.677/2015, do deputado Fábio Cherem, 2.689/2015, da deputada Rosângela Reis, e 2.735/2015, do deputado Iran Barbosa, e do Requerimento nº 2.877/2015, do deputado Isauro Calais;

e de Cultura – aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 11/11/2015, do Projeto de Lei nº 2.782/2015, do deputado Leonídio Bouças, e do Requerimento nº 2.869/2015, do deputado Léo Portela (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.347/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.640/2013.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia – Presidente, art. 164, pois fui citado; o meu partido foi citado.

O deputado Gustavo Corrêa – Solicito a palavra, pela ordem, para falar das comunicações da Mesa. V. Exa. poderia me priorizar?

O presidente – Deputado Rogério Correia, 1 minuto por favor. Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Tenho a certeza de que o deputado Rogério Correia vai ficar extremamente satisfeito com a minha fala. V. Exa. acabou de fazer a leitura da composição da comissão especial criada nesta Casa. Ora, o art. 118 do Regimento Interno da Casa determina que o parlamentar mais idoso presida e convoque a reunião. Mas, a partir do momento em que houve uma alteração de composição, o deputado Bonifácio Mourão passa a ser o presidente *ad hoc*. Sendo assim, este parlamentar entende que a convocação para a reunião em que seria instalada a comissão, amanhã, se torna inválida, porque cabe ao deputado Bonifácio Mourão fazer a convocação da reunião. É a questão de ordem que queria levantar. Tenho a certeza de que o deputado Rogério Correia vai gostar, porque ele vai deixar de ser o mais idoso da comissão neste



momento. Ele estava um pouco preocupado com isso. Então, quero levantar essa questão e dizer que o deputado Bonifácio Mourão, que é o mais idoso, é quem deve convocar a reunião.

O presidente – Esclareço a V. Exa. que, no momento da convocação, o presidente, de forma legal... Ou seja, a convocação da reunião não foi alterada, e, no ato da convocação, ela estava legalmente constituída. Assim, a Mesa entende que cumpriu os termos legais e regimentais no momento da convocação. Mas ficam registradas...

O deputado Gustavo Corrêa – Estou querendo evitar problemas futuros, presidente, para que não haja questionamentos. Já disse hoje por inúmeras vezes que neste momento a prudência e a tranquilidade são importantes. Temos percebido que todos os parlamentares estão com o mesmo objetivo, que é diminuir de alguma forma os problemas causados pelo rompimento da barragem. Então, para que fazer uma reunião amanhã, sendo regimentalmente presidente o deputado Bonifácio Mourão? Vamos fazer essa reunião na segunda-feira ou na terça-feira. Não vai alterar absolutamente nada, presidente. Fica a sugestão de alguém que, repito, quer fazer todo o procedimento de forma correta para evitar equívocos e futuros questionamentos, que poderiam tornar sem efeito essa comissão, que visa, volto a dizer, a enfrentar os problemas das barragens de nosso estado e os problemas causados pelo rompimento da barragem de Mariana. Fica, então, presidente, a minha ponderação em vista do que é previsto no Regimento Interno.

O presidente – Sua ponderação faz sentido, deputado, e vou levá-la à Mesa. Mas quero registrar novamente que, no momento da convocação, o deputado mais idoso nomeado era o deputado Rogério Correia, que fez a convocação dentro dos procedimentos regimentais. Ou seja, ela tem sua legalidade. No entanto, sua ponderação será levada à Mesa para qualquer outro encaminhamento.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, tenho uma questão de ordem sobre o mesmo assunto ou seu desdobramento.

O presidente – Certo. Com a palavra, para questão de ordem, o deputado João Vítor Xavier. Em seguida, pelo art. 164, o deputado Rogério Correia.

O deputado João Vítor Xavier – Também percebi essa questão e desci aqui para tratar dela. Havia uma reunião convocada, e a Mesa entende legal a manutenção – o termo é esse – dessa reunião, haja vista que, no momento em que ela foi convocada... Gostaria de merecer a atenção do presidente para a minha questão. Vou aguardar que o presidente termine de ouvir a assessoria. Até para que as pessoas que estão em casa entendam, isso faz parte do processo: o presidente estava recebendo informações da assessoria. Para que V. Exa. possa entender, presidente, munido agora das informações, o entendimento regimental que faço é o seguinte: naquele momento, pela leitura que a Mesa fez, era regimental que fosse mantida a convocação, haja vista que o presidente convocou estando empoderado da condição de presidente naquele eventual momento. A pergunta que faço é se o presidente *ad hoc*, do momento, passa a ter o poder e a condição de desconvocar a eventual reunião marcada para amanhã, haja vista que, neste momento, ele está empoderado da sua condição de presidente *ad hoc* da comissão. Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

O presidente – V. Exa. tem total entendimento. É exatamente nesse sentido. O ato feito até o momento não tem nenhuma ilegalidade. Está convocada pelos termos regimentais daquele momento. No entanto, com a mudança atual, o novo presidente tem autonomia e poder para permanecer ou não. Diante do ato dele, pode-se alterar ou não. Até que ele não se manifeste, continuará o ato do anterior, que, regimentalmente, estava regido pelo momento em que foi nomeado. Então V. Exa. tem razão quanto ao que apresentou. Obviamente a Mesa consultará o novo deputado que presidirá, o nobre deputado Bonifácio Mourão, para saber dele se continuará ou não.

O deputado João Vítor Xavier – Então nós temos o compromisso do presidente da Casa, da Mesa, de que o deputado Bonifácio Mourão será consultado?

O presidente – Até que ele não se manifeste, vale a posição do presidente mais idoso naquele momento, o deputado Rogério Correia.



O deputado João Vítor Xavier – Era o mais velho, Rogério. Agora deixou de ser. A minha pergunta persiste: V. Exa. tomará, como presidente da Mesa, a iniciativa de consultar o deputado Bonifácio Mourão sobre a manutenção ou não da reunião de amanhã? É esse o compromisso que nós temos registrado nos anais da Casa?

O presidente – Esse é o encaminhamento. Registrado nos anais da Casa. Farei diretamente essa consulta.

O deputado João Vítor Xavier – O.K., presidente.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Rogério Correia.

– O deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião por absoluta inexistência de quórum.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1/10/2015

Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Iran Barbosa

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Ernani Ciríaco de Miranda – Palavras do Sr. Hubert Brant Moraes – Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa – Palavras da Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Palavras da Sra. Andréa Zhouri Laschefski – Palavras do Sr. Wagner Soares Costa – Palavras do Sr. Amarildo José Brumano Kalil – Palavras do Sr. João Luiz Lani – Palavras do Sr. Eduardo Nascimento – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Celinho do Sinttrocel – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues.

Abertura

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Doutor Jean Freire, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade. Nesta manhã, teremos três painéis, cada um com seus três expositores: “Saneamento e Saúde”, “Atividade Minerária, Indústria e Energia” e “Agricultura, Pecuária e Piscicultura”.



Composição da Mesa

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ernani Ciríaco de Miranda, diretor do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e coordenador do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico – GTI-Plansab; Hubert Brant Moraes, diretor da Agência Reguladora do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário de Minas Gerais – Arsae; e Apolo Heringer Lisboa, idealizador do Projeto Manuelzão e professor da Faculdade de Medicina da UFMG; as Exmas. Sras. Maria Teresa Viana Freitas Corujo, representante do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela e do Movimento pelas Serras e Águas de Minas; e Andréa Zhouri Laschefski, coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG; e os Exmos. Srs. Wagner Soares Costa, gerente de meio ambiente do Sistema Fiemg e vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Amarildo José Brumano Kalil, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater-MG; João Luiz Lani, coordenador do Núcleo de Estudos de Planejamento e Uso da Terra da Universidade Federal de Viçosa – Neput-UFV; Eduardo Nascimento, consultor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o presidente, Vilson Luiz da Silva; e deputado Doutor Jean Freire.

Palavras do Presidente

Gostaríamos de agradecer a presença de todos que vieram discutir esse tema, talvez o mais importante da face do planeta, pois, sem água, não conseguimos ter vida.

Queria me apresentar rapidamente. Sou de Jacuí, Sul de Minas, cidade que faz divisa com São Paulo, em direção a Ribeirão Preto, a Divinópolis, 400km. Sou da zona rural, fui presidente de associação de produtores – o Augusto César, da Emater, está aqui e conhece bem as histórias de lá, já esteve conosco desde os tempos de 4S – e fui prefeito da minha cidade por três mandatos. Em 1992, no Rio de Janeiro, oito municípios do Brasil ganharam prêmio de preservação ambiental, e Jacuí foi um deles. Fui o único prefeito que teve 20 minutos para apresentar o projeto, e ganhamos, na época, com uma premiação de US\$500.000,00. O Ênio, da Emater, conhece bem e nos ajudou muito. O nosso projeto começou no primeiro dia do nosso mandato: destinação correta do lixo, conscientização ambiental, destinação do esgoto de forma mais correta, objetivando sempre a conscientização, a preservação de nascentes, a construção de barraginhas. Na época, se falássemos em construir uma barraginha, o produtor apelava “não vai fazer buraco na minha terra, não”, então passávamos para o próximo. Um ano depois, aquele produtor já queria que fizéssemos no terreno dele também, pois tinha entendido a importância daquela barraginha – e foram mais de 2 mil em um município de 418km².

Um dos nossos projetos foi questionado na época, mas depois foi compreendido: o incentivo ao plantio de eucalipto. Mas como fazer um plantio de eucalipto para preservar o meio ambiente? Era um viveiro de 2 milhões de mudas, e distribuimos para cada produtor 500, 1 mil, 2 mil para ele fazer seu capãozinho, sua moitinha, deixando de cortar a mata nativa. Se vocês forem a Jacuí hoje, passarão por uma serra de 1.150m de altitude e verão o vale cheio de florestas, preservadas graças a essas moitas de eucalipto, que permitiram que o produtor não usasse mais matas nativas.

Depois, ganhamos também o prêmio de melhor projeto de preservação da água de Minas Gerais, em 1999. Fizemos um programa com sete municípios para preservar os Rios São João e Santana – o Rio Santana abastece também São Sebastião do Paraíso, cidade em que resido. Foi um dos poucos rios que, apesar dessa seca de praticamente três anos – a chuva diminuiu muito, principalmente no ano passado -, não teve problema de grande diminuição. E quem afirma isso não sou eu, mas o pessoal da Emater, os fazendeiros. Graças ao programa de preservação da cabeceira do Rio Santana, temos água ainda para abastecer o município e os produtores, sem nenhum problema.

Então, falo porque vivo a prática. Faço caminhadas aqui de madrugada, todos os dias, e apanho sementes de ipê. As pessoas brigam: “O que você está apanhando aí nessa arvorezinha seca?”. Perguntam, mas elas não estão secas; agora é que estão voltando. Respondo: “Estou pegando sementes de ipê e plantando no jardim da minha casa para, depois, fazer a



muda e espalhar. Tenho uma paixão pela natureza, mas confesso que estou com dó dela: coitada da natureza! Coitados dos nossos rios! Coitadas das nossas florestas! Sou o deputado mais votado na cabeceira do São Francisco – em São Roque de Minas, onde ele nasce, de cada 10 votos, 6 são meus, e já estamos na terceira eleição – e não tenho apenas paixão pelo rio, mas também pelo povo, pelo queijo, pelas famílias, pela seriedade dos políticos da cidade, mas vou falar algo para vocês: falam tanto no São Francisco, usam tanto o São Francisco para captar recursos, mas o que têm devolvido para ele, na prática? Alguns alegam que fizeram um belo projeto para preservar a sua cabeceira, mas eu os convido a ir até lá e ver: são coisas insignificantes diante do tamanho dos problemas, da grande importância desse rio.

Conheci Pirapora por volta de 1997, com o Rio São Francisco cheio, lindo, maravilhoso. Há pouco tempo, estive lá, e me veio uma grande tristeza: gente de Deus, onde fomos parar? Passar em Três Marias é um desespero. Aliás, não precisa sequer passar por lá, basta ir por perto: Lagoa da Prata, Iguatama, Bambuí, para vermos a situação do rio. O gado ainda está entrando nele para tomar água. Falou-se tanto em cercarem as nascentes, mas pouquíssimas estão com cercas; falou-se muito em combater a erosão, mas existe cada uma em que nem acreditamos; falou-se tanto em saneamento básico, mas vocês podem ir ver quantas cidades já trataram seu esgoto. E sabem por que não trataram?

Existe esse modelo de pegar dinheiro dos cidadãos. Ontem aqui houve o maior assalto a eles: aumentaram a energia em 38% para o comércio, principalmente, e tiraram um grande público, mais de 3 milhões, das tabelas de pessoas que teriam incentivo. Ontem, para mim, o governador Pimentel chamou o povo de sujo, sabem por quê? Ele apresentou um projeto para aumentar impostos dos produtos supérfluos, que são os desnecessários: pasta de dente, fraldas, sabonetes, xampu, artigos para as mulheres ficarem mais bonitas e cuidadas. A mulher mineira tem que andar feia? O homem tem que andar cheirando mal? E sem escovar dentes? São produtos supérfluos, por isso eles aumentaram os impostos; uma loucura.

Então, há esse modelo de se gastar mal o dinheiro, por isso ele falta, e dão mais uma facada no povo, cobrando mais impostos, sem devolver. Os municípios estão cada dia mais sufocados e não conseguem usar recursos próprios para fazer conservação ambiental. Mas, em muitos deles, há falta de conscientização, às vezes do próprio prefeito, do próprio secretário de Meio Ambiente – quando existe. O maior problema no meu país – e fico triste – é o mau uso do dinheiro público. Vejam os custos dos projetos de tratamento de esgoto. Estão fazendo em minha cidade, São Sebastião do Paraíso, ao preço de quarenta e tantos milhões; se tivessem colocado R\$20.000.000,00 nas minhas mãos, eu teria feito. Falei para o prefeito na época, que era muito honesto, para fazer com a metade. Eu fazia isso quando era prefeito.

Estive em Seattle, nos Estados Unidos, há pouco tempo, cidade do tamanho de Belo Horizonte e menor que a região metropolitana, e vi que seu tratamento de esgoto é perfeito, barato e simples: lagoas, com um sistema em que quase não vemos concreto. É um tratamento ambiental de forma ambiental, com o mínimo de concreto e ferragens, o mínimo de agressão. Assim fica muito mais barato; o custo para o cidadão é mínimo. O que falta no Brasil é um choque de competência e respeito pelo dinheiro público. Está acontecendo muito desrespeito, e espero que haja mais respeito com o meio ambiente.

É impressionante, a natureza reage: se a agredimos, ela nos dá a resposta, e está dando. Nos meus municípios, Jacuí e São Sebastião do Paraíso, a média da chuva era 1.400mm por ano; chegou-se até a 2.400mm; no ano passado choveu por volta de 700mm, 750mm, e mal distribuídos. Em lugares, como Candeias, em um período em que chovia mais de 1.000mm, choveu 243mm – isso foi pertinho de Formiga, não estou falando da região Norte, mas do Centro-Oeste. No meu entendimento, essa é a reação da natureza, que responde muito rápido à agressão; já, para recuperá-la, é difícil.

Adotei a principal nascente do Rio Santana. Na semana em que tomei posse como deputado, reuni a juventude; nós a cercamos, plantamos. Este foi um gesto para mostrar que o deputado Antônio Carlos Arantes vai continuar lutando pela defesa das nascentes e do meio ambiente. Isso já faz oito anos e nove meses, e ela ainda não está como sonhamos, precisa de mais tempo. Mas, se fazemos uma ação positiva, a reação é positiva; se a ação for negativa, a reação será negativa. Se fizermos uma bacia de captação de enxurrada acima da nascente, ela vai ampliar, aumentar. Em minha propriedade, existe uma que fizemos há quase 30 anos, e ela voltou. Meu vizinho me disse que, há 50 anos, desmataram a região e pensaram que ela não voltaria nunca, mas voltou; entretanto não como era. Eu até sonhava que voltaria.



A verdade é que se fala muito e se usa muito. É o exemplo do São Francisco, em que iam gastar 3 bilhões com a transposição, mas, no fim, parece que o custo foi mais de 20 bilhões. Gastou-se muito dinheiro, mas até agora não transpuseram nem 1m3 de água. “Ah, mas vai ter uma compensação de preservação”. Os bilhões para investir na transposição saíram, mas não saíram para a preservação – se saíram, foram muito poucos. E fico pensando: transpor o Rio São Francisco? Mas transpor o quê? O rio está morrendo. A nascente do Rio São Francisco secou no ano passado, ela desapareceu pela primeira vez. Então, gente, temos que reagir. Estamos muito tristes e assustados, mas não podemos desanimar; temos que cumprir o nosso papel, provocar, mobilizar. Espero que ações como esta tenham resultados positivos. A natureza agradece. Peço desculpas por ter me alongado, mas foi até um desabafo.

Concedo a palavra ao Ernani, diretor do Departamento de Articulação institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Palavras do Sr. Ernani Ciriaco de Miranda

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos os membros da Mesa na pessoa do deputado Antônio Carlos Arantes. Agradeço pelo convite feito para participar deste seminário. Falarei como alguém que trabalha na secretaria que cuida do tema saneamento ambiental do Ministério das Cidades. É uma satisfação especial estar aqui. Moro em Brasília, mas sou de Minas Gerais. Toda a minha família mora em Belo Horizonte. Vejo aqui, no Plenário, pessoas conhecidas com quem tive muitas relações enquanto estive aqui.

Neste mesmo Plenário, participei de um seminário nos anos 1990. Soube que o Prof. Leo Heller citou o seminário Saneamento é Básico na sua fala de ontem, que, na ocasião, possibilitou a aprovação de uma lei sobre saneamento básico em Minas Gerais. A convite da Assembleia Legislativa, tive a satisfação de participar de audiências públicas, na época da criação da Copanor, há alguns anos. Estive em Almenara, em Teófilo Ottoni e também aqui na Assembleia Legislativa. Mesmo estando fora de Minas, tenho participado de alguns eventos a respeito de saneamento básico.

Vou fazer uma apresentação utilizando o PowerPoint, uma breve abordagem a respeito do tema dos recursos hídricos, que é amplo. Também tratarei, de forma específica, do tema saneamento básico, enfocando especialmente a parte dos serviços de água e esgoto.

Em dezembro de 2013, o Brasil aprovou o Plano Nacional de Saneamento básico – Plansab -, que tem a pretensão de fixar metas, diretrizes e estratégias para avançarmos com o serviço de saneamento no Brasil, rumo à universalização do acesso a esses serviços, com qualidade e atendimento adequado à população. Trago um breve panorama com indicadores extraídos do plano. Depois vou apontar, nas diversas passagens do plano, aquilo que podemos abstrair como oportunidades e desafios para o avanço do saneamento no Brasil, dando alguns destaques para o Sudeste e para Minas Gerais.

Esses são indicadores que dizem respeito ao atendimento dos serviços de água, adotando-se o índice de acesso dos domicílios totais do País, portanto envolvem área urbana e rural. Segundo dados do censo, fazíamos 90% de atendimento em 2010. Em 2013, a Pnad aponta 95%, e a meta do Plansab para 2018 é de 93%. Então, dá a impressão de que já atendemos à meta de 2018 em 2013, mas a verdade é que a Pnad é uma pesquisa do IBGE que trabalha com amostra de domicílios nas maiores cidades brasileiras. Então, tem a tendência de dar resultados mais elevados. No relatório de avaliação do Plansab, a nossa intenção é fazer uma correção da curva da Pnad, considerando a série histórica do censo, de forma que o resultado deverá ser um valor inferior àquele de 95%, mas ainda numa situação boa, no que diz respeito a serviço de água no Brasil, lembrando que esse índice considera o acesso a rede e a soluções individuais adequadas.

A Região Sudeste é a mais bem servida do Brasil, comparando-a às demais. Em 2010, o índice foi 96%. Em 2011, a Pnad acusa 99%. Em 2013, 99%. A meta da Pnad é alcançar 98% em 2018.

Em Minas Gerais, a situação é muito parecida com a média do Sudeste: estamos com 98%, segundo a Pnad. Esse número será corrigido no relatório final de avaliação do plano. A meta para 2018 seria de 97%, quase a universalização do serviço, no que diz respeito à água.

No que diz respeito a esgotos, a situação no Brasil é pior, digamos assim, quando comparamos com a situação da água. Os índices de acesso são inferiores. Esses números também consideram o acesso à rede coletora e ao uso de soluções individuais por meio de fossas sépticas, sanitárias e ambientalmente adequadas, sobretudo em áreas mais dispersas dos municípios brasileiros, considerando-se também as áreas rurais. O índice brasileiro era de 67% em 2010. A Pnad traz o índice de 76% em 2013, e a meta para 2018 seria de 76%. Estamos avaliando que, com esse índice da Pnad, corrigido, provavelmente devemos cair para a faixa de 71% em 2013.

No que diz respeito ao Sudeste, os indicadores são bem melhores. Estamos próximos dos 90% de cobertura, e a meta de 2018 seria também de 91%. Estamos bem na foto no que diz respeito ao atendimento com esgoto. Mas é bom frisar que, no Brasil, regimentalmente, temos diferenças muito grandes. As Regiões Norte e Nordeste, especialmente, têm apresentado índices bem inferiores aos das Regiões Sul e Sudeste, sendo que o Centro-Oeste fica num nível intermediário, exceto Brasília. Esses índices refletem um panorama atual do acesso ao serviço e, em Minas, a situação é uma média de 80% de atendimento dos serviços. Considerando o Estado como um todo, Belo Horizonte e região metropolitana têm uma situação melhor.

Esses são alguns indicadores de qualificação do acesso. Aqueles números que apresentei antes dão uma dimensão quantitativa, sem nenhuma referência qualitativa. Quando falamos em acesso a coleta de esgoto, percebemos que muitas vezes o esgoto não é tratado. Quando falamos em acesso a atendimento com água, muitos dos sistemas têm intermitência, o que faz com que tenhamos uma qualidade de atendimento inferior, prejudicando também a qualidade da água. Havendo intermitência, quando esvaziamos a rede, podemos trazer contaminação. Um desses indicadores tem muito a ver com o tema dos recursos hídricos, da escassez hídrica, da situação de dificuldade que o País vive por falta de recursos hídricos em várias regiões. Há alguns anos nem se pensava em enfrentar a dificuldade na oferta, mas agora estamos enfrentando grandes dificuldades no Sudeste brasileiro.

O índice de perdas chama a nossa atenção, porque a água é tirada do manancial para se perder nas áreas urbanas, em especial nas cidades, e, muitas vezes, se perder até em outras bacias. A água sai de uma bacia e vai ser distribuída em outra, porque a área urbana muda de bacia e se perde. A partir dos índices brasileiros colocados aqui, em 2010 estávamos com 39% de perda de água. Em 2013, esse índice é de 37%, e a meta do Plansab é alcançar 36% de perdas. No que diz respeito ao Sudeste, os índices são melhores: 34% em 2010 e 33% em 2013. A meta são os mesmos 33%. Minas está numa situação que acompanha a média do Sudeste.

No que diz respeito à intermitência de água, esses indicadores são preliminares. Esse é um índice muito difícil de ser preciso, as informações são de baixa precisão. Essa é uma média aproximada do que ocorre com os domicílios brasileiros no Sudeste e em Minas Gerais. Em 2013, há uma situação em que 37% dos domicílios brasileiros sofrem ao menos uma intermitência ao mês no atendimento de água. Intermitência significa deixar de ser atendido num determinado período do mês. Muitas vezes essa intermitência ocorre mais de uma vez ao mês. Em Minas, a situação é de 28% de intermitência nos sistemas.

Este é o último índice que trago para fechar esse panorama, que é o de tratamento dos esgotos. Essa é a situação em que o País mais precisa avançar. Estamos em uma situação mais precária, no que diz respeito a tratamento de esgoto. Esse índice se refere ao esgoto que é coletado e tratado; não entra nesse índice aquela parte que não é coletada e que também não é tratada. Então, significa que a situação é pior que esse índice. A média no País é da ordem de 56% de atendimentos. Na Região Sudeste, é 50%. A meta do Plansab é elevar esses índices para a ordem de 70% em 2018.

Esse é o panorama. Se os senhores tiverem interesse, podem acessar o documento do plano e todos os documentos técnicos que embasaram a sua elaboração, que estão na internet, no *site* do Ministério das Cidades.

Para melhorar a situação, vencer as fragilidades atuais e, sobretudo, alcançar a universalização do acesso ao serviço, destacamos algumas oportunidades e alguns desafios que, a nosso ver, estão postos para nós no que diz respeito a planejamento das políticas públicas para o serviço de saneamento no Brasil. Vou dar destaque a alguns deles, começando pela questão do marco legal e regulatório. Hoje, o País tem um marco legal para o serviço de saneamento básico tanto para o www.almg.gov.br Página 119 de 253



abastecimento de água e esgoto quanto para a parte de resíduos sólidos e drenagem urbana, com regulamentação feita, orientações e diretrizes para a prestação de serviço e para a contratação desse serviço, caso os municípios brasileiros queiram delegá-lo. Temos também um plano nacional, que, a nosso ver, é fundamental para orientar os Estados e municípios brasileiros na elaboração de seus planos.

Temos fontes de recurso específicas. Agora estamos vivendo uma crise fiscal. No momento, o nosso desafio é assegurar que as obras contratadas tenham andamento. Temos cerca de R\$100.000.000.000,00 investidos em obras contratadas para saneamento básico no Brasil, e o nosso desafio é conseguir assegurá-las.

Como oportunidade, temos as pressões de outras políticas públicas, em especial na área de habitação, porque o Minha Casa Minha Vida construiu mais de 3 milhões de habitações e temos que ver a questão atual da segurança hídrica. A escassez hídrica se apresenta como uma oportunidade para que, uma vez solucionado o problema, possamos investir no sistema de saneamento básico. O mais importante é destacar que, embora tenhamos hoje, com o PAC, muitos recursos para investimento, os estados e os municípios brasileiros também estão aportando recursos, sobretudo como contrapartida e como complementação ao PAC. Mas ainda assim, para os próximos 20 anos, precisamos trabalhar com o dobro dos investimentos que estamos trabalhando hoje. Precisamos chegar a médias de R\$18.000.000.000,00 a R\$20.000.000.000,00 por ano para, nos próximos 20 anos, alcançar as metas do Plansab.

Outro desafio que quero destacar é a implementação dos instrumentos da lei, em especial os planos municipais e estaduais de saneamento básico. A lei é de 2007, já se passaram oito anos, e avaliamos que temos cerca de 20% dos municípios com plano de saneamento básico no Brasil. Isso é ruim porque o plano é um instrumento fundamental para se ter uma visão de médio e longo prazo para as políticas públicas nessa área, inclusive para se orientar a atuação da companhia de saneamento, da autarquia municipal, da empresa que cuida da prestação de serviço.

Outro destaque é vencermos esse problema nacional das perdas elevadas de água no sistema brasileiro. Essas perdas trazem um prejuízo ambiental, um prejuízo hídrico muito grande, mas trazem também um prejuízo financeiro, tanto para quem opera o sistema quanto para a população que paga pelo serviço, porque o custo dessa perda está embutido na tarifa. O serviço de saneamento é um serviço tarifado. Portanto, isso acaba implicando em prejuízo. Um tempo atrás um especialista fez uma conta cujo resultado foi que as perdas trazem um prejuízo de R\$8.000.000.000,00 a R\$9.000.000.000,00 para o Brasil, tanto naquilo que se perde quanto naquilo que se deixa de ganhar com a cobrança pelo serviço.

Há outro desafio – e o deputado citou muito bem – é a melhoria do gasto público. Temos que enfrentar esse problema e melhorar, cada vez mais, o gasto público, para qualificarmos o empreendimento, termos condições de melhorar a qualidade deles. Entre os itens que podemos destacar, temos a necessidade de reduzir o ciclo de execução dos empreendimentos em saneamento básico, que está muito elevado. Estamos na faixa média de oito anos entre projeto e conclusão da obra, o que é muito elevado. Precisamos pensar em planos de contingência e emergência, sobretudo com a lição que estamos aprendendo com a crise hídrica no Brasil. Não se deu no País muita ênfase ao planejamento hídrico, a um plano de segurança hídrica no País e nos estados. E estamos pagando um preço caro por isso, porque, se trabalhássemos com esse planejamento, poderíamos ter antecipado empreendimentos importantes para trazer essa segurança hídrica. Atualmente estamos elaborando, no governo federal, o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que vai trazer para as diversas regiões do País, principalmente aquelas mais críticas, uma visão da situação e algumas diretrizes e estratégias de enfrentamento do problema em nível federal.

No que diz respeito à capacidade dos municípios como titulares dos serviços de saneamento no País, temos dificuldade com o desenvolvimento institucional e a capacidade desses municípios de trabalharem nessa área de saneamento básico. É muito comum esses municípios que delegaram o serviço de saneamento para as companhias ou que têm uma autarquia ou uma empresa municipal não terem sequer um técnico da área de saneamento básico. Uma vez delegado o serviço, o município considera que acabou o seu papel, o que não é verdade. A gestão, a fiscalização, o planejamento é uma competência indelegável do município, que precisa trabalhar isso.



Outra questão para a qual chamamos a atenção é a cadeia produtiva do setor de saneamento. Em meados dos anos de 1980 e com o fim do Planasa, os investimentos no setor cessaram. Criou-se um vácuo de falta de investimento que veio a ser vencido em 2003, mais especialmente em 2007, com o PAC. Retomaram-se e foram recolocados na agenda da política pública os investimentos em saneamento. Essa falta de investimentos, em meados dos anos de 1980 e 2010, fez com que a cadeia produtiva do setor se esvaziasse. A cadeia que faz projeto, que faz as obras, que faz as licitações passa por um processo de baixa qualidade, de baixa produtividade. Isso está sendo vencido, mas ainda temos problemas nessa área. Por exemplo, o País sempre foi altamente qualificado em projeto de saneamento básico, mas hoje convive com o problema grave de qualidade dos projetos.

Encerrando, na área rural temos um grande desafio. Talvez o déficit histórico do País em política pública para saneamento se concentra na área rural. É um desafio que precisamos enfrentar para que não tenhamos mais de ouvir o que ouvi uma vez de uma pessoa que fez uma brincadeira: a solução para o saneamento rural seria não fazer nada, porque, assim, o povo iria para a cidade e resolveria o problema. Evidentemente não é essa a solução; temos que investir na área rural. O Plansab prevê um programa para saneamento rural. Para mim é uma satisfação ver pessoas que têm uma luta histórica pelo saneamento rural aqui em Minas Gerais, como a Mônica e o Sávio. Eu trabalhei no saneamento rural na região de Patos de Minas, João Pinheiro, Brasilândia, Dom Bosco, Bonfinópolis e tive a felicidade de dar uma boa contribuição, na época. Então, esse é um déficit do País que precisa ser enfrentado, tanto na gestão como do ponto de vista dos empreendimentos.

Eram essas as pinceladas que queria dar sobre a questão de saneamento básico. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Hubert Brant Moraes

Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar os diretores e os companheiros da Mesa na pessoa do deputado Antônio Carlos Arantes. Quero dizer da nossa grande satisfação em estar aqui, em nome da Arsae, para apresentar aos senhores a nossa visão de saneamento, levando em consideração os olhos do regulador.

A regulação é uma atividade nova, foi introduzida no setor de saneamento, por isso é importante analisarmos essas questões que a envolvem, para que possa melhorar seu desempenho e as condições de saneamento. Visto sob essa ótica, podemos afirmar que o ano de 2007 pode ser considerado o divisor de águas no setor de saneamento. Antes de 2007, não havia regras definidas. Então, os próprios prestadores de serviço definiam os seus próprios processos e seus procedimentos, seus regulamentos de serviço; estabeleciam suas próprias tarifas a serem aplicadas aos usuários, os preços dos serviços; estabeleciam ainda as metas de expansão e de ampliação, tanto de curto quanto de médio e longo prazos. E também estabeleciam seus prazos de atendimento ao serviço da forma que fosse mais conveniente, que viesse mais ao encontro do seu próprio interesse. Então, essa era a situação anterior ao ano de 2007.

A promulgação da Lei Federal nº 11.445 foi feita em janeiro de 2007 – e seus conteúdos já foram abordados aqui, por isso não entraremos em detalhes. Ela é considerada o marco regulatório do saneamento. A partir daí o setor passou a conter uma política federal e algumas diretrizes nacionais para prestação de serviço e saneamento. É uma mudança bem significativa desse conceito. Também a partir daí se estabelece a obrigatoriedade de que todos os contratos que forem transferidos, tanto para a iniciativa privada quanto para as companhias de saneamento, terem a figura da regulação para disciplinar a sua prestação e orientar a forma como os serviços serão prestados. Além disso, oferece-se uma obrigatoriedade, ou seja, qualquer alteração tarifária, qualquer mexida na sua estrutura, no regime tarifário, nas revisões e nos reajustes tarifários também tem que ser feita com metodologias estabelecidas pela regulação.

A lei ainda prevê as competências do titular do serviço: planejamento, organização, prestação, regulação e fiscalização e controle social. No que tange a planejamento, essa definição de competência traz como indelegável a responsabilidade de o próprio município fazer os seus planos. O Ernani acabou de comentar que o nível brasileiro ainda é muito baixo em termos de



planos municipais de saneamento. Apenas 20% dos planos estão concluídos, razão pela qual essa atribuição específica do município tem que ser implementada, porque ela é justamente o fator orientador que possibilita o desenvolvimento das demais etapas. Sem um plano específico que defina os processos, os procedimentos, as metas, os objetivos, não tem como falar em prestação de serviço. E essa prestação também pode ser direta ou delegada. No caso da delegada tem-se hoje as companhias de saneamento estaduais e também alguns casos da iniciativa que têm se oferecido, cada vez mais, para participar desse processo. Então, a parte de regulação e fiscalização tem que ser definida pelo município: se será fiscalização local, estadual ou através de consórcios intermunicipais. E além do mais ele também deve estabelecer os mecanismos de controle social, aquelas ações voltadas para a representação em termos de conselho para acompanhar e até mesmo balizar o trabalho que vem sendo desenvolvido em nível de delegação de serviço.

Com relação à regulação, é importante dizermos que as suas competências estabelecem os padrões e as normas para a adequada prestação de serviço e a satisfação do usuário.

Aqui é importante dizer que esses padrões, normas e procedimentos não têm a ver com a parte técnico-operacional especificamente. Todos sabem que os prestadores de serviço têm, em seu corpo técnico, pessoas capacitadas para desenvolver esses trabalhos. Contudo, toda parte relacionada aos métodos de prestação de serviços, ou seja, prazos de atendimento, condições, medições, faturamentos, cobranças, esses critérios, é absorvida pela parte de regulação de serviços. Permite ainda garantir o cumprimento das metas estabelecidas, o controle social do serviço. Na verdade, é a regulação que define essas tarifas, e já fizemos referência a isso, no sentido de assegurar esse equilíbrio econômico-financeiro do serviço, que consideramos uma etapa muito delicada do trabalho de regulação, porque o regulador precisa estar ali sempre preocupado e avaliando principalmente os interesses desses três agentes que compõem o setor de saneamento: o poder concedente em si, o titular do serviço; o prestador do serviço; e os usuários. Normalmente, esse equilíbrio tem de ser feito para facilitar o trabalho de todos e principalmente para se obter modicidade tarifária. Esse é o grande objetivo, porque os usuários são realmente a parte mais frágil desse contexto. Ainda vou falar sobre induzir os mecanismos de eficiência, que é uma outra atribuição na prestação do serviço e que resulta em ganhos de produtividade. Esses ganhos de produtividade, quando obtidos, podem ser revestidos não só em parte para o prestador, como também para favorecer a modicidade tarifária. Então essas principais atribuições que delimitamos aqui são atribuições que visam facilitar e proporcionar melhor prestação de serviço ao saneamento e aos usuários.

No tocante à regulação, a legislação estabelece alguns objetivos principais. Um é contribuir para a universalização do serviço, para o acesso ao serviço pelos usuários. O Ernani até já comentou que, nessa condição, e acredito nisso, as agências reguladoras poderão ter participação efetiva na busca da universalização do serviço porque elas têm mecanismos que possibilitam incentivar e até mesmo favorecer algumas condições de prestação de serviço, como é o caso das tarifas sociais, para ampliar o campo delas e favorecer o acesso de pessoas de menor renda ao serviço de saneamento e às vezes tornar gratuito algum serviço de ligação ou de água em algumas regiões. Esses são meios que a regulação tem para favorecer e contribuir para a universalização e para o aumento da cobertura do serviço.

Outro objetivo principal é promover a melhoria da qualidade, que já foi abordada pelo *slide* anterior, estimular a eficiência dos prestadores com vistas à modicidade tarifária, e aproximar a sociedade da prestação do serviço. Depois vamos mostrar algumas ações que foram implementadas pela Arsae, que visam justamente cumprir esse objetivo e facilitar o acesso da sociedade à prestação do serviço. Essa é uma das atribuições principais da agência reguladora. A partir do momento em que se estabelece esses novos procedimentos, esse novo arcabouço legal para o setor do saneamento, essas novas posturas e esse novo paradigma, os prestadores de serviço são obrigados a adotarem uma nova postura, não só em termos de redução de custos, mas também de prazo de atendimento e de perda de sistema, como comentado aqui, já que os índices de perdas são bastante elevados não só no Brasil como um todo, como também nos estados federados e até mesmo nos municípios. Temos acompanhado alguns municípios do Estado de Minas Gerais e visto que essa ação precisa ser uma ação que pode ter a contribuição e a colaboração da agência reguladora. Vamos mostrar que temos feito esse trabalho em alguns serviços de



saneamento municipais para colaborar e promover mecanismos que visem favorecer e até mesmo facilitar a busca da redução e do controle de perdas.

Outro. Racionalizar processos e reduzir perdas, com vistas a buscar a inovação e principalmente a modernização dos sistemas, também é uma postura com que os próprios prestadores passarão a se preocupar a partir de agora. A busca pela eficiência nos resultados e a transparência nas ações é outro fator muito importante também. É preciso prestar contas do serviço que está sendo feito. Também é fundamental fornecer informações e abrir canais de comunicação. Essas três atividades são fundamentais para que o usuário possa ter conhecimento de tudo aquilo que está sendo colocado e disponível para ele.

Por fim, vem a adequação desses investimentos e das práticas operacionais às realidades locais. Esse também foi um conceito introduzido a partir da lei, para simplificar esses processos, simplificar a implantação de sistemas, simplificar os aspectos operacionais dos sistemas, para, não só nos projetos e nas obras, mas principalmente na operação, colocar essas práticas compatíveis às realidades locais e regionais.

Em síntese, tudo isso vem proporcionar ganhos à sociedade, caso tudo seja realmente aplicado e implementado. Quem sairá ganhando é a sociedade como um todo, que passará a ter serviços de qualidade, confiabilidade na prestação do serviço, tarifas justas, transparência nas ações e ampliação dos seus canais de comunicação e preservação da saúde do meio ambiente.

Portanto, a partir da promulgação da lei, vou falar o que aconteceu com o saneamento como um todo. Os estados e os municípios passaram a criar suas próprias agências reguladoras. Hoje podemos ver, por esse mapa, que praticamente todos os estados da federação já têm suas agências reguladoras. Alguns estados já têm até mais agências estaduais e municipais e agências de consórcios. No Estado de São Paulo, existem três consórcios públicos. Dessa forma, hoje, em termos de regulação, já existem 44 milhões de economias atendidas por processos regulamentados, o que favorece uma população de 120 milhões de pessoas, que estão sendo contempladas com o trabalho da regulação.

Esse quadro revela o crescente gráfico do número de agências criadas em nível de Brasil, a partir do momento em que foi estabelecida a nova legislação a partir de 2007. Saímos de um total de 23 agências para 54 agências. Depois, se vocês tiverem oportunidade de conferir, verão que existem agências estaduais, municipais e de consórcio. Então, a partir de 2009, é que foi criada a Agência Reguladora de Serviço de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae. Atualmente, a Arsae possui mais de 650 municípios para serem regulados e fiscalizados, sendo que esses municípios são atendidos pela Copasa e pela Copanor. Também há os municípios conveniados, os Saaes de Itabira e Passos, a Cesama de Juiz de Fora, e o Saae de Ituiutaba.

Essa área mostra a área de atuação, onde estão distribuídos os municípios com concessão da Copasa, os municípios que só têm água e esgoto, a Copanor, os Saaes e os municípios não conveniados. A partir do momento em que esse trabalho é desenvolvido, duas ações básicas passam a ser implementadas. A primeira é a chamada ação técnico-operacional, que vai regulamentar e fiscalizar no campo a forma como o serviço está sendo prestado. Em termos de número de municípios, a Arsae já conseguiu fiscalizar 212 municípios no Estado no período de 2011 a 2015. Aliás, 2011 foi um ano muito inicial, em que apenas tivemos oportunidade de implementar as primeiras fiscalizações-piloto, mas, a partir de 2012, um incremento foi feito, e, hoje, esses municípios contemplam 9,9 milhões de pessoas.

Aí colocamos os municípios em racionamento, que é um aporte que vou citar mais à frente como condição de racionamento, tendo em vista esse problema da crise hídrica. Portanto, também na parte técnica e econômica, as atividades são muito mais voltadas aos reajustes tarifários. Fizemos uma metodologia de reajuste, que é aplicada para todos os serviços regulados pela agência. Trata-se de uma metodologia que foi discutida em audiência pública, e, a partir dela, é que são feitos os reajustes anuais para todos os prestadores. Além disso, existem as revisões tarifárias periódicas, extraordinárias e com destinações específicas, como é o caso da Cesama, em que hoje estamos implementando uma consulta pública para tornar



possível uma interligação de sistemas entre os sistemas produtores de Juiz de Fora. O Saae de Itabira também está sendo contemplado com o programa de perda.

A partir daí, aparecem alguns resultados e alterações produzidos dentro do contexto, principalmente da Copasa. Podemos ver que essa ampliação do atendimento telefônico da empresa, que antigamente era restrito a determinadas áreas, hoje foi estendido a todo o Estado. Todas aquelas ligações que eram cobradas, o acesso às ligações cobradas, se tornaram gratuitas. Então, hoje, o atendimento é de 24 horas todos os dias, com ligações gratuitas para reclamações, solicitações e novas informações.

Outra aplicação muito importante foi a tarifa social. Quando analisamos a Copasa, constatamos que, anteriormente, o critério da tarifa social da Copasa era para uma área de imóveis de 44m² com um limite de consumo de 15m³. Havia lá cerca de 300 mil famílias cadastradas, que eram beneficiadas. Com o novo critério estabelecido pela agência, que é voltado às famílias inscritas no cadastro único, com renda *per capita* de até meio salário mínimo, foi possível beneficiar cerca de 850 mil famílias de um total potencial de 1.200.000. Praticamente triplicamos o número de pessoas assistidas com tarifa social.

Há ainda outra questão importante que visa justamente atender esses pleitos e essas solicitações feitas em termos da escassez hídrica e da crise hídrica que vivemos. Os prestadores de serviço normalmente têm uma tarifa mínima, um consumo mínimo estabelecido e, se a pessoa consome abaixo daquele consumo mínimo, ainda paga o mesmo valor. No caso da Copasa, são 6 mil litros por mês. Então se a pessoa consumir quatro ou três ou dois vai pagar pelos mesmos seis. O que estamos implementando, já fizemos essas revisões nos Saaes de Passos e de Itabira, é justamente a substituição do consumo mínimo por uma tarifa de disponibilidade, por volume real consumido. Somente o que foi realmente consumido é que será cobrado. Logicamente, haverá todo um mecanismo de compensação para evitar que o prestador seja prejudicado por essa condição.

Outro assunto bastante importante, a que pretendemos dar ênfase, já terminando a nossa apresentação, diz respeito à crise hídrica. Vou falar como foi e como está sendo a nossa participação nesse processo. Recentemente, integramos essa força-tarefa que o Estado criou para o gerenciamento dos recursos hídricos, e tivemos uma participação efetiva. Também participamos das discussões que foram feitas no tocante ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para a declaração de escassez hídrica e elaboramos a chamada resolução de saneamento e de racionamento. Aliás, essa resolução de racionamento é pioneira em nível de Brasil, tanto é que todas as outras agências têm nos procurado para obter informações a seu respeito.

E essa resolução de racionamento nada mais é que regras estabelecidas justamente para, nos casos de adoção de racionamento de sistema, serem seguidas. Isso visa justamente obter, por parte do prestador de serviço, que essa ação de redução da oferta de água seja feita de forma disciplinada, clara, justa e transparente. É fundamental realçar esse ponto dentro das medidas que o Saae vem desenvolvendo nesse segmento – estudos também – para a definição da tarifa de contingência, caso seja necessária. Todos nós sabemos que a legislação estabelece, no caso de declaração de escassez hídrica, a possibilidade da implementação de tarifa de contingência. Fizemos o nosso estudo, já o deixamos preparado para os casos necessários. A agência vem participando também do programa Cultivando Água Boa, com a presença até mesmo do nosso diretor-geral, que aqui se encontra, o Dr. Gustavo Corgosinho, que tem participado ativamente das discussões.

Quanto à participação no Plano Estadual de Saneamento Básico, temos um grupo de trabalho interno na agência justamente para contribuir e colaborar com as discussões e com a implementação do plano estadual. Também está sendo dado um incentivo aos programas de redução de perda, tanto em Itabira, como no Cesama, na Copasa, ou seja, fazendo com que isso siga uma determinada metodologia, para que se possa, nas revisões tarifárias, considerar a possibilidade de ajudar e contribuir com investimentos nesse setor. Nos casos de revisões tarifárias extraordinárias, citamos o caso da Cesama, que hoje tem um período de cobrança tarifária suplementar para possibilitar que esses recursos sejam aplicados nessas obras de interligação de dois sistemas, fazendo com que consigamos minimizar os efeitos da falta de água e da crise hídrica da cidade



de Juiz de Fora. Com relação ao Saae de Itabira, que hoje passa por racionamento, o nosso programa de redução de perda, portanto, vai contribuir – e muito – para minimizar essa condição.

Ficam aí dois aspectos que achamos muito importantes para reflexão, principalmente para os grupos de trabalho que vão se reunir à tarde. Fazemos menção rápida aos dois artigos da lei, que estabelecem a necessidade da integração entre serviço de saúde pública e proteção do meio ambiente e até mesmo das estruturas desse serviço. Essa integração é fundamental, apesar de o art. 4º dizer que recursos hídricos não integram saneamento. Então, é importante, em se tratando do fato de que água bruta é uma matéria-prima para o setor de abastecimento e de que a parte de lançamento de esgoto também interfere, causando impactos ambientais, que essas ações de integração sejam implementadas. Fica para a nossa reflexão que a articulação é fundamental para a proteção da saúde, para a proteção ambiental, especialmente as relacionadas com mananciais de abastecimento público.

Por fim, o que chamamos de visão de futuro, que é justamente dentro dessa ótica, desse contexto de mudança climática, de alterações de regimes pluviométricos, de eventos externos, de escassez hídrica, o setor tem de se adaptar a ela, inclusive com mudanças de paradigma. E aí consideramos a necessidade da existência de uma valoração mais intensa da água como recurso natural, estimulando o seu uso consciente, a recuperação e conservação das matas ciliares e o aprimoramento das áreas de recarga. Aqui separamos essas duas atividades para dizer que o setor tem de pensar um pouco além do que faz hoje. O setor hoje pensa da captação para a frente, mas a sua matéria-prima também tem de ser vista e analisada. E, para isso, temos mecanismos para considerar e ajudar a esse segmento: pagamento por serviço ambiental – a exemplo de Nova Iorque; integração e uso urbanístico; planejamento, redundância, segurança e integração.

Para finalizar, é importante deixar claro que, nesses problemas com que estamos convivendo, o planejamento é fundamental tanto na parte que consideramos como redundância – essa redundância é ter outras fontes de abastecimento previstas para o caso de essa fonte natural secar -, como na segurança, na integração, na interligação dos sistemas e na transparência dos dados. Em síntese, é isso.

Referendando as palavras do deputado Antônio Carlos Arantes, quando disse “coitada da natureza”, é importante lembrar que Albert Einstein já dizia: “quando agredida, a natureza não se defende. Apenas se vinga”. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente (deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Hubert. Uma das maiores preocupações que as pessoas têm apresentado a mim é o Fhidro. E, ontem, pode ter sido começada a construção de uma solução para isso. Com a aprovação do art. 10 do Projeto nº 2.178, de minha autoria, Minas Gerais passará a ter 7,5% sobre a taxaçoão do único monopólio mineral que até hoje não era taxado no Estado, que é o nióbio. Isso representará R\$2.250.000.000,00 a mais, ajudando a garantir fundos, principalmente para o meio ambiente, para a segurança pública e para os órgãos fiscalizadores, entre outras áreas, garantindo, também, repasses ao Fhidro que, neste ano, foram totalmente prejudicados. Acredito que, ontem, conseguimos uma grande vitória.

Chamo agora, com muita honra, essa pessoa que respeito muito, o Sr. Apolo Heringer Lisboa, idealizador do projeto Manuelão e professor da faculdade de medicina da UFMG.

Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Bom dia a todos e a todas – se eu esquecesse todas seria criticado, então fiz questão até de anotar aqui –, deputado Iran Barbosa, deputado Antônio Carlos Arantes, Hubert, Teca, Andrea Zhouri, Wagner, Eduardo Arantes do Nascimento – Pelé –, Amarildo, João Luiz, e, sobretudo, público presente e o que nos assiste pela televisão em todo o interior do Estado de Minas Gerais – talvez até fora do nosso Estado.

Uma bacia hidrográfica recebe tudo que está em sua volta: erosão, resíduos etc. Então, a água é um bom eixo de monitoramento para o estudo da ação dos órgãos ambientais. Isso porque o espelho d'água mostra a nossa cara. E não adianta relatório, interessa ver se a água está boa, se é própria para nadar, se tem peixe – esse é o melhor relatório. Eu não



acredito, papel aceita tudo. Então, esse é o método de fazermos gestão ambiental: conhecer a qualidade da água, para, dessa forma, saber se o secretário, se o ministro ou quem seja está sendo bom ou não. Isso porque, além de o papel aceitar tudo, hoje os órgãos públicos gastam muito dinheiro com propaganda, que, em geral, é enganosa.

O espírito do Vale: tudo que acontece na região aparece na água. É fundamental entendermos essa mensagem. Mina que flui é informação. Lá atrás, havia dito: rio é conhecimento que flui; tudo o que acontece está no rio. E mina que flui é informação; aí diz tudo sobre a situação do nosso saneamento.

A crise hídrica, em São Paulo, é esgoto, água em excesso transbordando em esgoto. Quer dizer, a crise hídrica, em São Paulo, não é por falta d'água, é excesso de água, portanto, um problema de gestão.

A crise hídrica em Belo Horizonte, essa tal de avenida sanitária é um fracasso. Tenho muito medo quando pessoas provenientes do interior vêm a Belo Horizonte e ficam copiando canalização de córrego achando que é progresso. Vão a São Paulo, e copiem o Tietê. Então, estão levando ideias ao interior do Brasil, sem serem críticas, porque sempre há empresas propondo canalização e que convencem prefeitos que pensam: estamos modernos pois canalizamos o nosso rio. Isso mostra o modelo. Por que não há parques ciliares ao longo de todos os rios? Toda a malha rodoviária... Imaginem uma praia do Rio de Janeiro, do Espírito Santo. Se toda margem dos rios do Brasil tivessem 50m de parques, com a vegetação nativa, algum paisagismo, ciclovia para a pessoa passear, nadar e pescar – porque todo rio urbano é para se nadar e pescar, não é lugar de esgoto nem de lixo –, o mundo seria outro. E saneamento tem a ver com saúde. A nossa mentalidade acadêmica e civilizatória separa as coisas, então, não conseguimos pensar que saúde está junto a todas as outras ações.

Há uma legislação básica, na Constituição, dizendo que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado – não só nós, mas as futuras gerações. Mas vejam, lá embaixo, o art. 20 daquela lei. Nunca vi um negócio desses funcionar, não adianta preparar em casa. Vejam lá embaixo, art. 20: as bacias hidrográficas constituem-se unidades básicas de planejamento do uso, conservação e recuperação de recursos naturais. Essa lei não é a 9.433, é a Lei nº 8.171/1991, é a lei agrícola brasileira. No debate sobre o Código Florestal, não vi isso aparecer, houve uma polarização que acho que mais prejudicou que ajudou. Então, essa lei é fundamental.

Vejam que bacana essa lei complementar do SUS – Lei nº 8.080: a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso aos bens e serviços essenciais. Isso quer dizer que saúde quase não tem nada a ver com o Ministério da Saúde porque, na verdade, o Ministério da Saúde é para assistência médica.

Confundimos assistência médica com saúde. Se fôssemos aplicar o SUS no Rio das Velhas, teríamos de construir hospitais ao longo do rio, tratar dos peixes doentes, com câncer, e, depois, soltá-los no rio poluído novamente. Essa é a lógica do SUS. Ao final, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

3º - Lei nº 8.080. Questões polêmicas. Procuo evitar polêmica, mas não tem jeito. O que fazem os *lobbies* do saneamento? Um dos *lobbies* mais famosos no Congresso Nacional, que tem muita grana, é o *lobby* do saneamento. Eles estão preocupados em ganhar dinheiro com o saneamento, mas não estão ligados à saúde. Um dos maiores líderes do saneamento no Nordeste é o senador Fernando Bezerra, de Petrolina. Ele é um dos maiores líderes do *lobby* do saneamento. Um dia perguntei a ele, numa reunião, por que ele gostava tanto da saúde e do saneamento. Ele foi ministro da Integração Nacional. Está envolvido nisso aí.

Segundo ponto: por que o Ministério da Saúde tem esse nome se saúde não é basicamente uma questão médica? Outra coisa: por que em nossa sociedade o meio ambiente aceita rios poluídos? Está previsto na resolução do Conama, cujo número esqueci, que os rios podem ser de classe especial, onde se pode nadar, como a nascente do Rio Cipó, por exemplo, classe 1 e classe 2. O classe 2 ainda dá para nadar, mas é poluído. Seria a pior das hipóteses aceitar um rio classe 2.

De acordo com a Meta 2010, que lançamos para o Rio das Velhas, seria possível nadar na RMBH. Não conseguimos isso. Mas não poderíamos ser mais condescendentes aceitando um rio poluído, um rio-esgoto. Seria impossível aceitar isso.



Acho que não adianta ter lei, não adianta fazer mais reuniões, não adianta nada o Encob estar reunido agora em Goiás, uma região muito bonita, com água quente, Caldas. Parei de ir a quase todas essas reuniões, pois considero que agora temos de partir para outro tipo de ação. Estou decretando aqui: vou impetrar *impeachment* da gestão ambiental do Brasil. Temos de impetrar esse *impeachment* para salvar nossos rios, animais e peixes.

Estava ouvindo todo mundo falar, mas vejo que só falamos de saneamento para o ser humano. Só pensamos em gente. Vou perguntar a vocês: onde o peixe vai beber água? Onde o passarinho vai beber água? Onde os animais silvestres vão beber água? Por que o ser humano só pensou em saneamento para as pessoas, sendo que ele é um animal como outro, não digo qualquer, mas o ser humano é um pouco pior, por ser o único que destrói tudo. Mas o ser humano tem capacidade, tem inteligência, então o pecado dele é muito maior.

O pecado maior da humanidade – por isso foram expulsos do Jardim do Éden – foi quando o homem achou que era Deus e não tinha nada a ver com o macaco, com os animais; foi a ruptura com a natureza. A queda do homem se deu com a ruptura do homem com a natureza, com a sua origem natural. Ele achou que o mundo da cultura era um mundo divino e passou a trabalhar mais com Deus e ter raiva dos animais, ter vergonha da macaca. Tem gente que olha para um orangotango e fica assustado com a semelhança dele com o ser humano. Mesmo com vaca, porque vaca tem olho, tem boca, tem estômago. Vivemos uma contradição por não encarar que somos animais. Não gosto de falar do caso da vaca e do boi por causa do chifre. Mas não foi por isso que falei.

Empresas de saneamento são empresas de saúde, e saneamento é saúde. Por que elas lançam esgoto nos rios? Como uma empresa de saúde lança esgoto nos rios? Por que não são multadas? Por que o Ministério Público não manda fechá-las? Nesse ponto a empresa privada tem razão, a empresa privada tem de seguir mais ou menos a lei. Não segue, mas teria de seguir. As empresas públicas jogam esgoto nos rios e chamam isso de saneamento.

Outra questão: jogar agrotóxico de avião em uma região não prejudica o saneamento do ar? Saneamento é do ar também. Como é que deixam avião lançar agrotóxico em cima de crianças indo para a escola em ônibus rurais? Vi isso em Tocantins, estive lá recentemente, e um motorista me fez esse relatório.

No Norte de Minas também? No Triângulo, não? E ninguém faz nada. Temos secretário de Meio Ambiente, governador, presidente da República, e por que a Secretaria de Saúde e o Ministério da Saúde não abrem o bico sobre poluição do rio e sobre agrotóxico? Que saúde é essa?

Concederam para minha exposição apenas 20 minutos. Acho isso um absurdo. Teria de ser, no mínimo, uma hora. Quando vi essa fotografia, falei: descobri. É o colapso da civilização, é a Torre de Babel. A Torre de Babel não foi para frente porque o homem queria construir uma torre até Deus. Já falei do pecado original, da ruptura do homem com a natureza. Não é nada de transar. Vocês podem transar à vontade, se tiverem forças e inspiração para isso, porque, com o estresse que está aí, as pessoas estão brochando.

O colapso de um sistema é isso aí. Não é quando a sociedade está pobrezinha que há o colapso, mas quando a sociedade humana atinge o auge. Isso vale para uma empresa, para uma família, vale para um garimpeiro que descobriu pedra preciosa, quando está no auge, com dinheiro, com muito projeto, com tecnologia, quando o homem se sente muito poderoso é que acontece o colapso. Ele não dá conta de fazer a gestão. Esse colapso que o Brasil está vivendo se deu no auge. Com muitos bilhões e com tudo isso aí, ele começou a fazer besteira, por falta de capacidade de gestão. É a lei da entropia, falta energia para manter o ritmo. O colapso acontece por falta de metodologia, de conhecimento. Nossa sociedade, com todo esse farol que tem, não tem uma coisa básica: conhecimento e sabedoria. Tem muito dinheiro, muita tecnologia, muita gente poderosa, mas não tem o essencial. Não sei quantos minutos faltam, mas estou até com muito tempo: ainda tenho 6 minutos. Estou fazendo um milagre aqui, porque nem comecei ainda.

Duas visões de gestão. Quando converso com Olavo Machado, presidente da Fiemg, com o Wagner, principal assessor da Fiemg, e com a Patrícia Boson, pergunto a eles: quando vocês estão no comitê de bacias, em uma reunião do Conselho



Estadual de Recursos Hídricos, se houver uma decisão que beneficie o meio ambiente, mas prejudica as empresas, vocês ficam de que lado? Da empresa ou do meio ambiente? Acho que as empresas têm problemas. Não faço um anticapitalismo primário, conheço bem os empresários, tenho até parente empresário, eles têm muitos problemas também. Todo mundo tem problemas. Se o empresário tem, imaginem uma pessoa como eu, que vivo de salário.

A crise do meio ambiente, a crise hídrica ocorre porque nossa mentalidade colonial, empresarial, mundial acha que o meio ambiente é um depósito de material, um depósito de insumos, para se pegar água, areia, pedra, planta, vai pegando tudo. Eles simplesmente não conhecem, não é um problema de maldade, mas de falta de conhecimento. Eles não compreendem que o planeta Terra é um ecossistema. Só existe água perto de nós porque fomos morar ali, porque havia água. Só há água perto de nós se o ecossistema é preservado. Se o ecossistema não é preservado, a água vai embora, vai para o mar, vai para a geleira. Eles mudam a lei, mudam tudo, ficam achando que só construir mais reservatórios e mais canais resolve o problema. A maioria dos reservatórios estão vazios, como Sobradinho, Três Marias, e para todo lado. Não estão faltando reservatórios, mas água, e não entendem nosso real problema, porque as empreiteiras não deixam eles pensarem direito.

Outra coisa, há duas leis magnas: a Lei nº 6.938, de 1981, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e a Lei nº 9.433, de 1997, do Sistema de Gestão de Recurso Hídrico. Dá impressão de que o recurso hídrico não é ambiental. No nome está “gestão de recurso hídrico”, que é um sistema, o outro sistema é ambiental. Ora, há como separar sistema de meio ambiente de água, de rio? E ninguém muda isso. Mudam outras coisas. Não sei por que o Eduardo Cunha não vê uma coisa dessas. Ele está querendo mudar as coisas.

A Terra deve ter 4.700.000.000 de anos, mais ou menos. A história da Terra, pela Bíblia e pelos cientistas, coincide ao afirmar que o ser humano surgiu bem depois das plantas e bem depois dos outros animais. Antes do *homo sapiens*, havia economia natural. Vocês já pensaram que toda baleia, tubarão, todo dinossauro, todos os passarinhos que existiam tinham comida? E era bem espalhado, havia melhor distribuição, não havia? E não havia o ser humano, não havia economistas. Pensamos que foram os economistas que criaram a comida para nós, a nossa roupa, mas não é verdade. A economia natural se chama ecologia, ela provê automaticamente, naturalmente o alimento e tudo o que precisamos. Já havia abelha, mel, leite, havia de tudo.

Depois que o ser humano surgiu, achou que era mais importante que os animais, tomou consciência e falou: “Eu sou um deus, tenho relação com Deus”, e teve vergonha de sua origem animal. Esse ser humano, então, formou a universidade, o mundo cultural e criou a economia.

Antes, a produção de alimentos não resultava em lixo nem esgoto. Por que o ser humano não aprendeu a produzir alimentos sem produzir lixo nem esgoto? O que temos de fazer para resolver o problema? Gostaria que o Wagner pensasse nisso. Temos de “ecologizar” a economia, seja feudal, capitalista, comunista, o que for. “Ecologizar” a economia é a única solução para a questão ambiental. Não vamos resolver a questão ambiental com pequenas iniciativas separadas. Estamos jogando dinheiro fora. Foi por isso, Wagner, que me retirei do comitê do São Francisco, não acredito mais nessas ações isoladas, porque é no atacado que a coisa acontece. Só uma profunda mudança na economia mundial, “ecologizando” os métodos, aprendendo com a natureza ecológica da Terra, aprendendo com Deus, para quem tem religião e acredita em alguma coisa, é que resolveremos esse problema. Sem isso, é conversa-fiada, papo-furado, é turismo, é viagem, é reunião, é gente ganhando dinheiro.

Trabalho com tuberculose. Uma vez estava indo para um congresso de tuberculose em Paris, pela União Internacional de Tuberculose, e um professor francês, que morava comigo na Argélia, me falou: “Apolo, tem mais gente vivendo que morrendo de tuberculose”.

Pensamos em saneamento muito na questão da água, mas temos de levar em consideração que o saneamento também envolve o solo. O que estou jogando no solo? Água são rios, lagos e reservatórios subterrâneos, mas saneamento também está relacionado com o ar e os alimentos. Tudo isso exige saneamento. Temos de conduzir a gestão de saneamento por bacias hidrográficas.



Não pude ouvir o Leo aqui na abertura, mas o conheço há muito tempo da UFMG e sempre discordei dele numa coisa: eles estão propondo saneamento por município. Concordo que tem de haver o controle social, o conselho de saneamento, mas tem de ser por bacia hidrográfica. Ninguém aguenta fazer tanta reunião. Vamos pegar as bacias hidrográficas e fazer um conselho de saneamento por bacias hidrográficas. O plano diretor também tem de ser de bacia hidrográfica. Não tem sentido haver plano diretor por município, contrariando a lógica da bacia hidrográfica. Então, os planos diretores têm de ser por bacia hidrográfica. Como o município vai resolver o problema da água se recebe esgoto do município que está rio acima, se o outro é irresponsável? Tem de ser por bacia hidrográfica.

Futuramente, deputado Iran Barbosa, você que é jovem e tem coragem de tomar atitude, vamos pensar em substituir a república das capitâncias hereditárias que criou isso que está aí e vamos criar a república federativa hidrográfica do Brasil por bacia hidrográfica, em que estados e municípios serão por bacia hidrográfica. Isso tem mais lógica para a gestão da economia, para a gestão de tudo.

Terminando, temos aqui um exemplo das bacias hidrográficas. No Brasil poderíamos ter uma divisão por bacias hidrográficas, estados, regiões, república hidrográfica do Brasil.

Trabalhei como voluntário muito tempo nos comitês, durante 15, 20 anos da minha vida. Hoje pego minha folha de pagamento da UFMG, e mal dá para viver. Tive de montar uma empresa para correr atrás. Muita gente ganhou dinheiro, ficou rico desmatando, poluindo rios, arrebatando tudo. São esses que os governadores e presidentes chamam para ser ministro. Não chamam quem lutou pelo meio ambiente e nem quem não roubou. Estamos exilados dentro do nosso próprio país. Um exílio ético. É uma vergonha o que acontece. Desculpem, deputados, mas a verdade tem de ser dita, aqui é a Casa do povo. Eu recebo meu contracheque de médico, com doutorado e mestrado. Eu nunca tinha falado, isso mas vou falar hoje. Recebo R\$10.000,00. Tenho mestrado, doutorado, três cursos no exterior, tenho livro publicado. Seriam dois auxílios-moradia de deputado e de juiz. Isso é uma vergonha, inaceitável. Como cidadão, não posso concordar com isso. Nosso ecossistema, nossa casa.

Agradeço a todos vocês e gostaria de deixar um recado para o deputado Iran Barbosa: participei da criação da Comissão Extraordinária das Águas, que você dirige, deputado. À época fui consultado pelo Canavez e pelo Almir Paraca. A comissão veio estabelecer o marco conceitual da legislação sobre água de Minas Gerais para que todo projeto que passasse pela Assembleia fosse de acordo com aquela norma conceitual, com aquelas diretrizes. Então a Comissão das Águas tem de fazer isso. Ela não pode entrar na discussão do varejo. Tem de ter uma constituição. Não vai aprovar projeto que contrarie os princípios da Comissão Extraordinária das Águas. Então vamos incluir na universalização do saneamento, Hubert e Ernani, que os animais também tenham acesso ao saneamento, *impeachment* da gestão ambiental, e, para terminar, vou passar a você uma cópia, deputado, do Projeto de Lei nº 2.436/2011. Encaminhei uma proposta ao Célio Moreira, que foi presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que, infelizmente, engavetou na época por pressão do Sr. Adriano Magalhães, tristemente famoso secretário de Meio Ambiente do governo passado. A proposta era: "Institui a Bacia Hidrográfica Comunidade Territorial de Planejamento do Licenciamento Ambiental". Não poderá haver licenciamento ambiental a não ser por referência à bacia hidrográfica, e não qualquer, à microbacia hidrográfica para ver se a soma da poluição, o efeito cinético e cumulativo vão inviabilizar nadarmos e pescarmos no rio. Tem de ser por microbacia. Todo rio tem direito à vida. Não se pode canalizar rio, isso devia ser crime ambiental. O Copam aprovou, mas ninguém respeita essa lei.

Vamos continuar o nosso trabalho. Hesitei muito em aceitar esse convite porque estou vivendo uma fase de indignação tão grande que, para me controlar e participar dessa reunião, tive de tomar uma lasquinha de Rivotril. Obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Vou aproveitar para dizer duas coisas. Quando assumi como presidente da Comissão Extraordinária das Águas, coloquei como meta este ano apresentar o que falta para Minas Gerais, que é um marco regulatório das águas, do saneamento básico e do tratamento de resíduos sólidos em Minas Gerais. A ideia é que as propostas apresentadas neste seminário consolidem isso.



Uma coisa que vai fazer ficar feliz é que a primeira ideia da comissão é realmente que todo saneamento básico seja feito por bacia e não por município. A ideia é mudar essa concepção e atrelar a isso o licenciamento ambiental. Uma foi minha iniciativa, e a outra quem me passou foi uma pessoa com quem estive no Triângulo. Esqueci o nome dele, mas vou me lembrar. Ao invés de fazermos o licenciamento ambiental por áreas geográficas, passará a ser feito por bacias hidrográficas, usando isso como conceito.

Você tocou em um assunto que fica meio no fígado da Assembleia. Depois que o auxílio foi modificado na Assembleia, de 54 deputados que usavam caiu para 21 deputados. Muita gente criticou a Assembleia depois que ele foi modificado, mas depois que o auxílio passou a ser tributado e incorporado ao salário, até para efeito de cálculo de pensão, os deputados desistiram de usar.

Mas, seguindo em frente, gostaria de agradecer aos expositores da primeira Mesa, e iniciaremos neste momento o painel de atividade minerária, indústria e energia. Com a palavra, a Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo, a Teca, representante do movimento pela preservação das terras do Gandarela e do movimento pelas terras e águas de Minas.

Palavras da Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo

Bom dia a todos, para facilitar. Agradeço o convite para estar aqui com vocês hoje. Quero começar deixando bem claro que para nós a água não pode ser simplesmente questão de números porque, conforme Manuel de Barros coloca, a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, ela envolve a questão do encantamento. Isso aqui é uma cachoeira da Serra do Gandarela, e não há como medir em números o que ela significa há milhões de anos nesse lugar. Temos aqui outra cachoeira, em Conceição do Mato Dentro, explodida pela Anglo-American de um momento para o outro. Então a temática da água realmente tem de ser vista para além de ser um recurso ou um insumo. A água é um bem e, como bem, tem várias dimensões. Como bem físico é muito claro. Uma pessoa morre se ficar sem água mais de quatro dias. Isso é um número. Em relação a nossa cultura, a água é um bem cultural. A maioria das religiões, os nossos povos em todo o planeta têm uma enorme relação cultural com a água. Estou aqui para colaborar com este seminário relativamente aos desafios da crise hídrica frente a mineração, nessa perspectiva de se construir sustentabilidade.

Trouxe um caso específico com mais dados. Minas Gerais extrai mais de 160 milhões de toneladas de minério de ferro. Quase 50% da produção nacional de ouro tem origem aqui em nosso estado. Temos mais de 300 minas em operação, e a atividade está presente em 250 municípios. Reparem que no mapa do Ibram, da distribuição da produção, as palavras são “bens minerais”, mas, quando estamos lidando com mineração, a água se transforma em recurso ou insumo. Mas o minério é visto como bens minerais.

Este é outro mapa de Minas Gerais. Cada mancha vermelha é um direito minerário. Ali só temos concessão ou requerimento de lavra. Se dermos um *zoom* em algumas áreas, como o Quadrilátero e o Norte de Minas, veremos como é assustador o que já existe de concessão e direito de lavra no nosso território.

Paracatu. Esta é uma imagem do Google. Vemos a cidade rodeada por um gigantesco empreendimento de mineração de ouro. Alguns números. Parte da mina fica a 200m da área urbana. Usa cianeto. O teor de ouro é tão baixo que 0,40g está em 1 tonelada de minério retirado. E nessa mesma tonelada há 1,143kg de arsênio. Por ano, 12.000t de arsênio não recuperado vão para barragens de rejeito. Todo esse veneno potencialmente vai para as águas correntes e os lençóis freáticos da Bacia do São Francisco. A população de Paracatu está cronicamente envenenada pelo arsênio. Imagens: mina da Kinross, barragem do rejeito, tanque de drenagem ácida. Eles não são impermeabilizados. Vocês sabem o que isso significa para a nossa água subterrânea. No nosso estado temos vários projetos de mineração de ouro. Sondagens em Rio Acima recentes da Kinross e um projeto grande da Kinross em São Bartolomeu, Ouro Preto. Existem até situações de projetos de espionagem. Temos aqui um documento – que nos chegou em *off* – em que estudaram a situação de São Bartolomeu, interesse da Kinross em realizar a mineração para ter uma visão geral das possíveis resistências. Então, quando falamos de sustentabilidade da



água no nosso território frente a mineração, também estamos falando de meios ilícitos e criminosos usados pelos empreendimentos para se instalarem no nosso território.

Congonhas. A população de Congonhas já vem vivendo situações de água e é uma questão geral do município. A própria Copasa esta semana teve uma reunião e verificou que a situação é muito grave, relacionada diretamente com o conjunto de minerações na região de Congonhas. Itabira, temos aqui uma imagem desse município com 110 mil habitantes, tem graves situações de problemas de água, derivados da atividade da mineração de ferro a céu aberto, sem sombra de dúvida.

Santa Bárbara. É o Complexo Mariana da Samarco e Vale. Foi em Santa Bárbara que começou essa loucura, essa insensatez dos minerodutos. Reparem a voracidade: na época, em 2008, a menos de uma semana da inauguração do seu segundo mineroduto, a Samarco já trabalhava para tirar o terceiro do papel. Isso é outro parâmetro importante, ou seja, a rapidez com que o setor da mineração quer implantar os seus empreendimentos à revelia de questões como a sustentabilidade da água no território de Minas Gerais. (- Palmas.) Mais recentemente, em Santa Bárbara também, a Samarco construiu um paredão, invadiu o leito do rio barrando o curso tradicional da água para manter a expansão de suas atividades naquele território. Isso tudo – dentro da questão ecossistêmica abordada pelo Apolo – tem a ver com o próprio Rio Doce, nesses impactos que vão se acumulando.

Essa é uma paisagem da Mina de Alegria, no Complexo Mariana. É necessário algum número para imaginarmos a quantidade de nascentes, cachoeiras e cursos d'água que existiam nesse território? Não, porque, ao olharmos, conseguimos imaginar isso. Essa é a barragem de rejeito, onde é colocado todo o rejeito do Complexo Mariana. Imaginem a quantidade de vales, de cursos de água e de biodiversidade que foram soterrados para atender esse modelo. A situação das barragens de rejeito em Minas não nos permite dizer que nunca mais vai acontecer um acidente. Em 2012, conforme um inventário da Feam sobre a avaliação, de maio a novembro, de 106 estruturas, somente 28 tinham declaração de condição de estabilidade. Das 78 estruturas restantes, 42 estavam em condição sem garantia de estabilidade. Essa é a nossa realidade. Houve um deslizamento em Itabirito, no ano passado, que quase comprometeu o Rio das Velhas antes da captação de Bela Fama, que abastece 70% de Belo Horizonte.

Aqui é outra grande ameaça sobre Raposos. Por quê? O Ribeirão da Prata chega a Raposos com qualidade, mas o Mina Apolo, megaempreendimento da Vale, quer construir uma gigantesca barragem de rejeitos no Ribeirão da Prata. A Vale também quer implantar outra megabarragem na Fazenda Velha, em Rio Acima. Ali está o barramento dessa megabarragem, que fica a 1.100m do leito do Rio das Velhas, antes de Rio Acima e antes da captação de Bela Fama. Num infográfico criado por nós, é uma lagoa ou uma barragem de rejeitos gigantesca. Aí estão as comparações em termos de tamanho e altura.

Outra situação no Estado, no que se refere a mineração e sustentabilidade de água, é a questão do Quadrilátero Ferrífero Aquífero. Aqui é o Quadrilátero. Chamam de Ferrífero, mas chamamos de Aquífero, com uma população de cerca de cinco milhões de habitantes. Este mapa não é veiculado pela mídia, não é mostrado em escolas nem em reuniões de conselho. Aqui estão as unidades hidrogeológicas do Quadrilátero Ferrífero. Naquela área mais escura, azul, existe maior capacidade, maior quantidade de água no Quadrilátero. Aqui, do lado esquerdo, está a Serra da Moeda, em Serrinha. Do lado direito está o Complexo de Mariana, Catas Altas e a Serra do Gandarela. Conforme o documento da CPRM, o aproveitamento para usos múltiplos das águas do rebaixamento dos níveis de água nas minerações de ferro é bastante pertinente pela qualidade natural das águas na região do Quadrilátero. O rebaixamento consiste na superexploração dos aquíferos, drenando um volume maior que a recarga. Aqui são as áreas impactadas por mineração na Serra da Moeda. Aquelas manchas pretas representam a Vale, as vermelhas são outras minas que não pertencem à Vale. São áreas impactadas para além da cava. A empresa de mineração diz que o impacto é local, só a cava, mas, se mapearmos o conjunto dos impactos de todas as estruturas, veremos que essa é a situação no Quadrilátero Ferrífero.

Esses são os direitos minerários, concessão e requerimento de lavra. Aonde foi parar a parte azul-escura, a unidade com mais capacidade de água? Ela some porque no Quadrilátero Ferrífero Aquífero o minério de ferro está precisamente onde



está a água acumulada, as cangas são as áreas de recarga. Isso significa que, se permitirmos que seja licenciado tudo o que a mineração quer no território, ficaremos sem água nos rios, nos cursos d'água de todo o Estado. Por isso Belo Horizonte está vivendo esse problema. Em 2014, a Copasa teve de apelar para a Lagoa dos Ingleses. Tenho visto matérias sobre a baixa vazão do Rio das Velhas. Admirem-se, surpreendam-se, reparem: em abril deste ano recebemos uma denúncia de uma obra no Rio Itabirito, com suporte de tecnologia para, possivelmente, levar a água mais para cima. Indagamos do CBH Velhas, que concede a outorga, o que seria aquela megaobra. O comitê disse que não havia passado por ele. É uma vazão outorgada de 302 litros por segundo, durante 24 horas, válida até 2017. Como mencionei, isso não passou pelo comitê de bacia. Sabem por quê? Porque existe uma legislação, uma norma estabelecendo que a questão da retirada de água de uma bacia não é considerada de grande porte, portanto não passa pelo comitê de bacia. Se um habitante de determinada região quer fazer algo de 2m envolvendo água, tem de apresentar no comitê de bacias. Uma outorga desse volume, que daria para abastecer, em média, 80 mil pessoas no mínimo, não passa pelo comitê de bacia. Essa é a nossa realidade concernente a água e sustentabilidade.

Serra do Gandarela. Aqui é o Alto Velhas. Vocês estão vendo ali a captação de Bela Fama. A Serra do Gandarela é essa área localizada no lado direito. No lado esquerdo estão assinaladas as áreas consolidadas, impacto de mineração. Peço desculpas, pois vou utilizar mais tempo. Preciso terminar porque é importante.

Aqui está Raposos, aonde chega o Ribeirão da Prata, ainda com classe 1, a menos de 6km da captação de Bela Fama, o qual é uma reserva estratégica e uma possibilidade de suprir Bela Fama na atual situação. Em maio, informamos à Copasa sobre isso. Nunca mais fomos chamados para participar de reuniões. Estão fazendo uma transposição no Rio Paraopeba para abastecer Belo Horizonte. A Vale quer o Gandarela. Foi criado um parque nacional, que deixou de fora tudo o que a Vale quer para minerar. Mesmo sabendo da qualidade das águas de dezenas de cachoeiras, colocaram o parque nacional em áreas que as comunidades pediram que não fossem ocupadas pelo parque, o que traz graves problemas. O estudo de impacto ambiental da Vale diz claramente que a atividade dela solicita posicionamentos, como a produção de água para a RMBH. Como vamos construir sustentabilidade para resolver a crise hídrica com essas premissas na gestão ambiental voltada à mineração? Eles colocam que têm de minerar porque ali não há alternativa técnica e locacional, o minério está ali. Onde está a alternativa técnica e locacional para a Serra do Gandarela, se for minerada? Para tudo o que foi perdido da Serra da Moeda? Para tudo o que foi perdido de todos os territórios do Estado que têm mineração? Essa questão tem de ser considerada.

Outra premissa: como continuamos aceitando que a atividade mineral seja considerada utilidade pública, baseada num decreto da ditadura, de 1941? Isso possibilita que os governadores decretem a facilitação a quem passa os minerodutos. As pessoas não têm chance de dizer que não podem vender suas terras, porque está declarado pelo governo que por ali vai passar um mineroduto. Isso é um absurdo. A Andrea vai tocar mais nisso.

Última premissa: é tudo feito por acordos entre os governos. Está aí o Aécio assinando acordo com o Eike Batista para explorar minas em Conceição do Mato Dentro. Está aí o Anastasia, que assinou o protocolo de intenções com a Manabi, para Santa Maria do Itabira e Morro do Pilar, com documentos no diário do Estado. Aqui o Anastasia está assinando o protocolo de intenções para a mineração da SAM no Norte de Minas, área que tem um histórico grave de falta de água, tem a obrigação de conviver com o semiárido. Em Minas há uma situação muito grave em função da crise hídrica.

Finalizo dizendo algo muito importante: Minas não é só mineração, como o governador Pimentel disse no congresso da Amagis. Afinal, o Estado se chama Minas Gerais, não fazendas gerais nem fábricas gerais. Tem a ver com a nossa história, com a nossa vocação e com a nossa composição socioeconômica. Somos mineiros. Aliás, é o único estado do Brasil que tem sua denominação numa profissão. Minas Gerais não é um território só de mineiros mineradores, é um território de muitas outras profissões e de muitas outras possibilidades. Carlos Drummond de Andrade disse em sua poesia *Mineirice*: "Ser mineiro é ver o nascer do sol e o brilhar da lua / é ouvir o canto dos pássaros e o mugir do gado / é sentir o despertar do tempo e o amanhecer da vida".



A água em nosso estado é um bem cultural e fundamental que devemos defender. Para terminar, uma amiga compartilhou recentemente: Ao vivenciarmos essa história, muitas vezes em consequência de uma política econômica centrada no extrativismo mineral, práticas de um Brasil Colônia sustentado por *commodities* que geram a apropriação do nosso território, concentração de renda e desigualdade social, é tempo de voltar os olhos para os bens ambientais da nossa região, de proteger os nossos territórios e mananciais de água, de promover a agricultura familiar e agroecológica. É tempo de uma cultura do bem comum, de práticas de gestão pública que possibilitem o direito às políticas públicas sociais, à informação, à participação, à transparência. Que essas práticas fortaleçam as decisões coletivas. É tempo de sonhar, reconhecendo-nos como parte de uma só comunidade, ao mesmo tempo local e global. É tempo de construir e lutar por ações plurais não só governamentais, que diversifiquem a nossa economia. Que essas ações sejam justas, ambientais, solidárias e promovam o bem-viver de todos os seres. Não podemos continuar sendo reféns da mineração no território de Minas Gerais, porque agora está claro que a questão da água é fundamental". Esse é o meu recado para vocês. Peço-lhes desculpas por haver ultrapassado o tempo.

O presidente – Teca, muito legal a sua apresentação. Com a palavra, a Sra. Andréa Zhouri Laschefski, coordenadora do Grupo de Estudos de Temáticas Ambientais da UFMG.

Palavras da Sra. Andréa Zhouri Laschefski

Bom dia. Tenho só 15 minutos, começo agradecendo, sendo breve, cumprimentando todos. Reivindico um pouco mais de igualdade na distribuição do tempo, se possível, porque não podemos elaborar uma reflexão com apenas 20 minutos. Muito foi apontado.

Quero enfatizar que a questão da água tem de ser encarada de forma mais realista. E não dá para ser realista falando apenas de certas "concertações" tecnológicas, de certas engenharias de gestão. Como já se falou aqui, além da má gestão e do mau planejamento da questão ambiental, há também má gestão e mau planejamento da economia do País. Estamos vivendo esse descuido há algumas décadas. Realmente, há um mau planejamento, mau de malvado, mau de perverso, mau de violento, mau de excludente, mau de colonial, mau de racista. Somos uma sociedade racista e temos um Estado racista. Precisamos encarar isso de frente. Quero falar de desigualdade não só nesse sentido, mas também da desigualdade socioambiental, da desproporcionalidade. Precisamos ser mais realistas e admitir que não existe uma escassez hídrica natural, ela foi construída historicamente, economicamente e culturalmente pelo racismo, pelo colonialismo e por toda a perversidade que já mencionei. Alguns têm muita água e outros têm pouca ou nenhuma água em função daqueles gulosos que tomam a água deles. Essa é a realidade que temos de encarar. Enquanto não atacarmos radicalmente – radical não no sentido extremista, mas de ir na raiz do problema –, vamos ficar falando só dos efeitos e das consequências e não efetivamente das questões de fundo. Agora, vou passar o *slide*.

Já estamos trabalhando com a questão da desigualdade socioambiental há 30 anos. Este aqui é o mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais, que faz parte do projeto do observatório que vem sendo construído desde 2008 com a participação de muitos presentes, tanto de órgãos técnicos quanto de movimentos sociais. Este mapa é o mapa que está dentro do observatório. Convido a todos a entrar na nossa página. É um portal eletrônico: Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Nele vão encontrar uma série de coisas, aliás este mapa, que tem mais de 500 casos de conflitos ambientais. Não é um mapa objetivo, representativo de todos os conflitos, mas nos revela determinados padrões de expressão espacial em que podemos identificar as atividades que geram esses conflitos. Destacamos que na maioria dos casos – são centenas de casos –, a questão da água está no cerne dos conflitos ambientais desse mapa no território mineiro. As três atividades que mais contribuem para gerar esses conflitos são justamente as de mineração, de produção energética por via de hidrelétricas e do agronegócio.

Vou partir para uma perspectiva de bacia para mostrar, com os dados, qual é a falha ou parte dela. Aqui, temos um recorte da sub-bacia do Rio Santo Antônio, que faz parte da bacia do Rio Doce. Como disse a Teca, o Rio Doce não está chegando mais a Linhares, no Espírito Santo. Quem diria, um rio historicamente importante, caudaloso, não consegue mais www.almg.gov.br Página 133 de 253



chegar ao mar? Isso é uma expressão gravíssima da doença que estamos vivendo aqui, de que algo está irremediavelmente errado. Isso é muito sério, um rio que não deságua no mar.

Aqui temos a microbacia do Santo Antônio, em que podemos ver dois projetos de mineroduto e 20 pequenas barragens hidrelétricas e duas grandes hidrelétricas. Ali, em roxo, temos o projeto do mineroduto Minas-Rio, que vai de Conceição do Mato Dentro ao Rio de Janeiro; em amarelo, o projeto da Anglo-American em Conceição do Mato Dentro, que já está em operação e pretende-se ampliá-lo, não obstante centenas de condicionantes não cumpridas. Essa é outra aberração. Ou seja, um projeto que é aprovado com centenas de condicionantes não cumpridas e ainda pleiteia ampliação da cava. Isso é um absurdo. Aqui, outro mineroduto que ainda está em fase de licenciamento, o Manabi, que sai de Morro do Pilar e vai para o Espírito Santo, nessa linha laranjinha. Ali, nas bolinhas vermelhas, estão as PCHs, que são 20, e, nos quadradinhos azuis, as duas grandes barragens já construídas. Aqui não estão aparecendo os eucaliptos, as siderurgias e o carvão que há na região. Portanto, não é de espantar que o Rio Doce esteja com esse problema. Isso é uma aberração. Como disse anteriormente, trata-se de um mau planejamento, um planejamento perverso, maldoso, excludente e criminoso também porque viola direitos, como vou mostrar aqui. Temos de encarar isso de frente. É um planejamento que vem sistematicamente e colonialmente violando direitos.

O Minas-Rio é um projeto que tem 525km de extensão, o mineroduto, fora a cava a céu aberto, e a ampliação dessa cava. É todo um complexo que passa por 32 municípios e vai desaguar no Rio de Janeiro. Ao que tudo indica, tem uma outorga de 2.500m³ de água por hora, ou seja, 2.500.000 litros por hora. Segundo o próprio *site* da empresa, ele tem um potencial por hora que dá para encher uma piscina olímpica. Isso aqui é para vocês terem ideia do tamanho das cidades que poderiam ser abastecidas com esse mesmo volume de água. Por exemplo: Montes Claros, Maringá, cidades com aproximadamente 400 mil habitantes. Estou falando de água destinada a produção de minério, a escoamento do minério em detrimento do abastecimento. É disso que estou falando. É isso que chamo de colonial, criminoso, perverso, desigual e, por que não, racista. Porque no percurso da exclusão encontramos dezenas e centenas de comunidades negras, rurais, comunidades quilombolas, comunidades indígenas e comunidades camponesas.

Aqui, uma foto do Google mostrando como era a região de Conceição do Mato Dentro em 2007, antes do empreendimento, com aquelas matas, campos de altitude etc., e a de hoje, com a devastação e com os pontos de captação de água. Já foi mostrado foto da Cachoeira Passa-Sete, que não existe mais, ela foi explodida; as fotos atuais, que são aterrorizantes. Como antropóloga, gostaria de explicar como é o modo de organização socioeconômica e cultural das comunidades, como elas vivem na dependência da água do rio, dos córregos, das nascentes limpas; como mantêm a sua economia há centenas de anos dependente dessa água, que hoje não têm mais, pois estão sendo impossibilitadas de sua reprodução social como grupo em função dessas obras, mas, infelizmente, não terei tempo. As fotos são muito claras e falam por si: a lama, a impossibilidade da agricultura da vazante. A população vive ali numa situação precária, lutam pelo reconhecimento de seus direitos, a maioria de condicionantes são relacionadas a isso, mas, efetivamente, não conseguem ser vistas e ouvidas da forma como deveriam.

Aqui, vemos a mortandade de peixes que ocorreu no ano passado e assustou todo mundo. A jusante da barragem de rejeitos, a população pedindo socorro porque, além da agricultura etc., o rio é provedor de proteína, de peixes; é usado para o lazer, para a dessedentação de animais, para a higiene da casa etc. Agora, tudo isso se faz com uma grande dose de violência. Não se constrói um projeto dessa magnitude sem cara de pau, sem conviência com o Estado, com os políticos e com uma superdose de violência epistêmica, simbólica, violência física e material. Só tenho 5 minutos e ainda não falei de hidrelétricas e do monocultivo.

Vou explicar esta foto aqui. Ali, está o policiamento do Estado, mas também, como disse a Teca, temos a vigilância e o monitoramento de um paraestado, que é paramilitar, que são milícias da empresa, que monitoram, vigiam e controlam tudo no local, impedindo a movimentação de pessoas. Estou falando isso porque pesquiso lá. Já fui perseguida por caminhonetes, por motocicletas. Houve um momento em que indaguei em que país e em que século estava vivendo. Se este é um país



democrático de direito, é vergonhoso como uma empresa como a Anglo-American domina, em todos os sentidos, o município dentro de um estado, dentro do País. É impressionante a força que essa empresa tem neste local. Já morei em vários países e nunca vi nem senti isso, aliás no meu próprio país, como estou vendo hoje. Isso é um retrocesso ou o quê?

Do lado direito, o símbolo da maior violência no local. A empresa teve a capacidade de picotar milimetricamente o cano de abastecimento de água colocado por um morador, que foi expulso da sua casa, não teve para onde ir, voltou e acampou na sua própria terra. Ele foi considerado um posseiro, um nada, pela empresa, que, na calada da noite, picotou 50cm do cano. Isso é uma crueldade, uma perversidade. É uma dominação cruel, nua e crua. Como alguns teóricos já mostraram, são formas de matar e de fazer morrer.

Aqui, um morador da Comunidade de Água Quente, comunidade que está a jusante da barragem de rejeitos uns 2km, na inconstante incerteza do perigo, se vão ou não ser realocados. Eles não foram considerados atingidos e vivem ali cotidianamente com receio de que haja um estouro. Não obstante, o abastecimento de água deles foi comprometido. O Córrego Passa-Sete, como mostrei nas fotos, já é um lamaçal. Então, perderam o acesso a água potável, e a empresa colocou essas caixas d'água aqui que não funcionam, e essa comunidade passa até cinco dias sem água, Teca. Não sei como. Peço um pouquinho mais de tempo para concluir minha exposição.

Aqui, a foto da decisão da licença de operação desse mineroduto, que foi a coisa mais assustadora que assisti dentro do Estado. Isso foi num ginásio esportivo sob o comando do Estado de Minas Gerais. Foram 13 horas de tortura planejada, planejada. Já se sabia o resultado de antemão, já se sabia que a licença seria concedida. No entanto, mantiveram a população lá por 13 horas, até à 1 hora da manhã, num ginásio, no calor, sem alimento, sem nada, com aquela *performance* de audiência pública para chegar a um resultado que já se sabia qual era e sob a mira de fuzis e cassetetes.

Na arquibancada, os policiais só ficavam ao lado dos moradores, dos senhores e das senhoras agricultores, que estavam ali reivindicando seus direitos. Do outro lado da arquibancada, os trabalhadores uniformizados, trazidos pela empresa, muitos deles filhos e sobrinhos daqueles outros, o que torna a situação ainda mais cruel, pois coloca a família, obrigada por conta do emprego, a renegar e violentar seus próprios pais e parentes. E o policiamento, repito, só de um lado da arquibancada.

Além de toda a violência, aqui vocês veem a situação de trabalhadores em condição análoga à escravidão. Segundo o Ministério do Trabalho, os empregados pela Anglo-American, em 2013, são 172. Em 2014, foram 185. A maioria deles haitianos.

Aqui temos um mapa de cinco minerodutos, alguns em operação e outros previstos para Minas Gerais. Falei de um caso de um mineroduto específico. Gostaria que imaginassem a replicação dessa situação no Estado de Minas Gerais, por esses cinco minerodutos previstos para o Estado.

O que acontece no terreno? Tive de trazer essas duas falas que, se não são violentas, expressam a ignorância hercúlea de uma pessoa que ocupa um lugar importante e é assessora da entidade mais importante de Minas Gerais. Essa senhora pulou o ensino fundamental. Na primeira frase: "Aproveita-se a água, que, naturalmente, já vai para os oceanos, dando-lhe valor". E está falando do mineroduto, que ele aproveita a água do rio que está desperdiçada. Ora, a água tem serventia, tem valor. Essa pessoa pulou o ensino fundamental. Qualquer criança do ensino fundamental sabe o que é um rio, a importância de um rio. E sabe que povoados humanos, desde a antiguidade, fizeram-se ao longo dos rios. Que desperdício de água acontece no correr do rio para o mar? Que tipo de raciocínio guia uma criatura dessas? A segunda frase: "Não existe conflito e nem falta de água em nenhum corpo hídrico onde a captação para o mineroduto é feita". A realidade contraria totalmente, por isso digo que temos de ser realistas. Essa senhora está completamente alienada do mundo, ela está fora da realidade. Ela teve uma alucinação. São duas falas alucinadas. Alucinadas. E ela ocupa um cargo importante. Ela é assessora de Meio Ambiente da Fiemg. Como a Fiemg tem a capacidade de ser orientada por uma especialista dessa magnitude? Isso é muito importante.



Peço 2 minutos, pois tenho dois casos para mencionar, porque os problemas da mineração são gigantes, como também os das hidrelétricas e dos monocultivos no Estado. Na foto, a hidrelétrica de Irapé, considerada a mais alta da América Latina, com um paredão de 540m. É uma hidrelétrica muito grande, no semiárido, onde não se consegue gerar energia a não ser construindo um monstro dessa forma, pois ali você tem um regime de chuvas irregular. No entanto, além do deslocamento compulsório de camponeses, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, que foram reassentados de forma irregular e diversa pela empresa, temos um problema das comunidades a jusante de Irapé, porque elas não são consideradas atingidas. Temos um conceito de atingido administrativo que não reconhece as comunidades a jusante do empreendimento, o que é um problema imenso.

O modo de vida deles não dá para explicar. Eles perderam a agricultura de vazante. Ali está o antes e o depois: as terras sendo preparadas para o cultivo; agora, o que aconteceu. Há uma ação na Justiça porque as comunidades estão sendo violadas em seu direito de ter acesso, no direito humano à água, declarado pela ONU em 2010. Imaginem esse caso replicado para todo o Estado de Minas Gerais. São 385 barragens planejadas para Minas Gerais, são 45 grandes e as demais pequenas, chamadas pequenas. Como ficará a replicação dessa situação também nos territórios? O caso da monocultura do eucalipto também é problemático. São milhares de hectares de terra de árvores de crescimento rápido. Não são regulamentadoras, não é a floresta. É monocultivo. Aqui está uma foto aterrorizante do Norte do Minas. O que antes era uma vereda agora são poços de água vazios, e os moradores desolados com a escassez. Essas pessoas vivem cotidianamente com a dificuldade de acesso à quantidade e qualidade de água.

Por fim, trago uma definição de segurança hídrica. Há várias definições, algumas já foram ditas, e quero lembrar essa de especialistas da Unesco, pois é muito elucidativa: segurança hídrica é a capacidade de uma população para salvaguardar o acesso à quantidade adequada de água de qualidade aceitável para manter a saúde humana e do ecossistema com base numa bacia hidrográfica e assegurar a proteção eficiente da vida e da propriedade contra os perigos relacionados à água: enchentes, deslizamentos, secas, desmoronamentos de terra.

A população a que esse trecho se refere não significa país. Não é segurança hídrica do Brasil. É de qualquer população. É do quilombola, é do ribeirinho, é do vazanteiro, é do geraizeiro, é das populações indígenas. É segurança das populações. Elas têm a capacidade de se reproduzir socialmente e, para isso, precisam de água. O que ocorre é a violação mais básica do direito humano, que é o direito à água, que está sendo canalizada para determinadas atividades industriais específicas em detrimento da vida dessa população pobre, negra, indígena e ribeirinha.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Obrigado, Andréa. Para todos entenderem, essa parte do painel tem 60 minutos, que foram divididos entre a Teca e a Andréa, com 15 minutos cada para defender um ponto de vista, e o Wagner Soares Costa se apresentará agora, com tempo de 30 minutos, para poder rebater. Foi um tempo estabelecido pelos próprios participantes que estavam aqui na organização do evento. Lembro que essa foi a estrutura escolhida bem aqui nas reuniões preparatórias por todos os movimentos sociais que vieram participar. Eu, aliás, não tive sequer a palavra final nessa questão, sim? Por favor. Esclareço, porque fica parecendo que é a equipe do Legislativo que está cerceando. Sim, sim, a todos foi permitido falar o mesmo tempo. Não estou cerceando ninguém. Apenas estou colocando a plaquinha ali. De maneira alguma. Prefiro que a informação saia com qualidade a ficarmos cerceando. Só peço paciência às pessoas porque isso induz a um estender do tempo.

Palavras do Sr. Wagner Soares Costa

Senhoras e senhores, bom dia. Canoeiro, canoeiro, o que trouxe na sua canoa? Trouxe ouro, trouxe prata, trouxe muita coisa boa! O setor produtivo é gerador de riqueza. Riqueza para que cada um de nós pudesse ter coisas boas. O setor produtivo gera riqueza para nós termos qualidade de vida. Por isso inicio falando em produção e consumo sustentável. Isso é o sistema.



Não vim aqui para fazer confronto. Fico assustado com a hostilidade do discurso, fico assustado com a hostilidade. Não vim para confrontar. Acredito que conflito não é confronto. Conflito é oportunidade de se encontrar uma solução comum para todos. Se eu partir do ambiente dessa hostilidade, deixa de ser conflito e passa a ser confronto. Eu não estou aqui representando a Fiemg para estabelecer um confronto. Não estou. Estou aqui para estabelecer uma oportunidade de encontrar um caminho comum para todos. Temos divergências, sim, mas temos muitas coisas em comum.

Da mesma forma que eles querem, nós, setor produtivo, também queremos. O setor produtivo não é alguma coisa imaterial ou única e exclusivamente material. Ele existe porque existe um ser humano em sua gestão. E o ser humano em sua gestão tem todo esse compromisso falado aqui, porque o setor produtivo só existe porque existo eu, o consumidor. Eu, consumidor, só existo porque o setor produtivo trouxe ouro, trouxe prata, simbolicamente, em termos de receita. Quem paga meu salário? Quem paga o salário de vocês para estarem aqui? O setor produtivo paga o salário. Você pode até dizer que o salário não é adequado, que poderia ser melhor, mas seriam outros quinhentos.

Não quero entrar em confronto, não quero polemizar com vocês. Quero trazer a minha visão. E eu gostaria é que não fizessem ouvidos moucos à minha visão, como não faço ouvidos moucos a discursos feitos antes do meu. Não faço. Levo para casa e discuto com meus pares o que foi dito aqui, dentro do princípio da razoabilidade. Desse princípio que está aqui, ou seja, se eu, consumidor, mudar o meu hábito de consumo, mudo a produção. Pode demorar um pouco, algumas empresas sumirão do mercado, mas este se adequará à nova condição de consumo...

O presidente – Wagner, dois segundos, vou te interromper. Tenho estrito interesse nisso. Vivemos numa sociedade democrática. O que significa? Quando alguém fala, escutamos. Se quiser manifestar, vaiar, xingar, depois que a pessoa falar você tem toda a liberdade para isso. Se você vive numa democracia, tem a obrigação de ouvir em silêncio. Por favor. Gente, volto a falar. A palavra, com quem estava antes, manteve-se da mesma forma. Todos têm o direito de se manifestar dentro da Assembleia Legislativa, defendendo a ideia que quiser. Dentro de uma casa legislativa nenhuma ideia é proibida por lei. Todas têm liberdade e proteção legal para que isso aconteça. Isso aqui é uma democracia. Se a pessoa quiser defender que se dê tiro na cabeça de deputados, aqui dentro, irá defender.

Vou ficar calado até que essa pessoa termine sua fala e, depois, vou usar o meu direito democrático de rebater, vaiar e xingar. Mas, antes disso, peço respeito a todas as pessoas que se manifestam. Isso aqui é uma democracia, não é uma ditadura em que todos têm a liberdade de pensar desde que pensem como eu. Não aceito que interrompam ninguém; não aceito que sejam desrespeitosos com ninguém. Até a pessoa terminar sua fala, ela tem todo o direito de manifestar-se de todas as formas, inclusive contra mim, contra esta Casa, contra o governo ou contra quem quiser. Então, se você não concorda com essa pessoa, acha um absurdo o que ela está falando, fique em silêncio e, ao término da sua fala, vaie, ache ruim, grite, mas deixe que ela termine sua fala. Democracia vive disso. Por favor, Wagner.

O Sr. Wagner Soares Costa – Se o consumidor mudar o hábito, o setor produtivo vai mudar. Só para exemplificar, a Copasa pediu que reduzíssemos 30% do nosso consumo de água, mas ela está dizendo que a sociedade só reduziu 13%. Quer dizer, não mudei o meu hábito de consumo mesmo percebendo a crise. A mesma coisa vemos na indústria, que está se esforçando. Hoje o material de limpeza está concentrado, no entanto as empresas estão sendo obrigadas a retirá-lo de consumo porque não há mercado para ele. A dona de casa rejeita o produto concentrado. Ela quer comprar aquele litro grande, ou então usa o produto concentrado em excesso, que vai para o esgoto e, quando chega ao rio, vai virar espuma.

Veja bem, o setor produtivo se adapta à necessidade de consumo. Se eu mudar meu hábito de consumo, mudo o meu setor produtivo. Essa é a primeira lógica que quero mostrar a vocês. O Sistema Fiemg, nas 133 unidades espalhadas por Minas Gerais, em sete meses reduziu o consumo em 32%, conforme solicitado. Como fizemos isso? Fizemos isso com definição de metas, com recursos de investimento para essa adequação. Houve mudança de hábito nas nossas unidades. Se não fizéssemos isso, não teríamos consumo sustentável e muito menos produção sustentável.

Precisamos discutir e mostrar a vocês qual é o universo de que estamos falando. Na Junta Comercial, há 130 mil indústrias cadastradas que dão 1.200.000 empregos. Como distribuo isso em classes? Com mais de 30 mil empregados, só há www.almg.gov.br Página 137 de 253



10 empresas em Minas Gerais; com mais de mil empregados, há as 10 empresas e mais 90 empresas; com mais de 100 empregados, há 1.800 empresas, daí para cima. Então, meu universo, do que vocês estão falando aqui, é tão pequeno quanto os outros. Tenho de estar preocupado com esses outros, que é esse universo de 130 menos 1.800, porque, com mais de 30 empresas, chego a 3.680. Então, vejam, com mais de 30 empregados, há 3.680 empresas e, com isso, a média de empresas neste estado é de 4 a 5 empregados, e elas estão esparramadas geograficamente por aí. Esse total de empresas é representativo de 2,8%, e essas empresas mostradas aqui respondem por 95% dos impostos, a riqueza do Estado, e 72% dos empregos.

Então, venho aqui, na atividade da indústria. O que estamos fazendo com isso? Água para nós é matéria-prima e insumo estratégico. Temos de olhar a água dessa ótica. Para olhar por essa ótica, olho os riscos que tenho com a água no meu processo produtivo. Então, tenho o risco de restrição, como estamos discutindo agora; de desabastecimento; e os riscos regulatórios. Para a indústria, trabalhar a seco é o melhor negócio do mundo, porque umidade e temperatura são focos de fungos e bactérias que prejudicam todo o meu processo produtivo. Se eu trabalhar a seco, é muito melhor. Tecnicamente o setor produtivo está em busca de reduzir drasticamente o seu consumo de água por causa dessa matéria-prima estratégica e da redução de energia elétrica, que é um insumo muito caro. Toda vez que preciso de água, tenho de ter bombeamento e, toda vez que preciso de bombeamento, gasto energia elétrica. Esse é um fator estratégico para nós. E, no setor da indústria, estamos em busca da redução da quantidade de água.

Vejam, além disso, só 2,8% dessas empresas são usuárias de água. O que quer dizer usuária de água? São aquelas que captam água da superfície ou de poços perfurados. As outras são consumidoras do abastecimento público urbano. Então, se suspender outorga, vai pegar só aquela turma de cima, a turma de baixo não será pega. Se eu suspender outorga, vou ter de suspender a outorga do consumo urbano, não de consumo humano, que é diferente. E aí vamos entrar no uso eficiente. Vejam os senhores, na fabricação de cerveja, o consumo de água caiu de 4,37 litros para 3,9 litros. Na fabricação de veículos – essa é a fábrica do veículo –, abaixou de 5,5 litros para 3,92 litros por veículo fabricado. Açúcar e álcool, abaixou de 5m³, por tonelada, para 1m³, por tonelada. A indústria química, de maneira geral, de 4,86 litros para 3,56m³ por tonelada. Estamos falando em termos de uso eficiente, de redução do consumo. Quando trabalhamos com reúso, que é tratar a água e trazê-la novamente para o seu processo, a siderurgia reusa 85% a 95% do total da água que usa. Isso quer dizer que ela está pegando só 15% de água nova. Na indústria têxtil, há 60% de reúso, o que quer dizer que ela está tomando da natureza ou da Copasa, se for o caso, 40% apenas de água nova. A indústria automobilística está com 95%. A Fiat reusa 99%. Ela só pega 1% de água e vai investir R\$13.000.000,000 para passar para 99,4%. É pouco passar para 99,4%? É uma população de 13 mil habitantes.

Aqui está a questão do conflito. Esse é o mapa do conflito em Minas Gerais. Em toda essa área verde, não há conflito. Pelo menos é o que o Igam diz.

Naqueles trechos vermelhos, estão os conflitos. Conflito não quer dizer confronto, quer dizer oportunidade de encontrar um caminho comum. Então, no Rio das Velhas, na nossa área metropolitana, temos o maior problema. Porém, graças a um indivíduo que tem competência, chamado Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, buscou-se as indústrias e foi feito um pacto com elas para atender a essa necessidade. Estamos trabalhando nisso. Está aqui o Ênio, que também é da diretoria do comitê da bacia do Rio das Velhas, um grande incentivador do trabalho do Polignano nesse sentido. Quando a coisa é bem organizada e nos é trazida organizadamente, com princípio, meio e fim, o setor produtivo não foge às suas responsabilidades. Não fogem.

Desafios. O grande desafio que temos é a obsolescência de máquinas e equipamentos nas micro e pequenas empresas espalhadas por aí. Como faço para financiar esse pessoal? Eu não posso conversar em financiamento para eles, porque vocês viram que eles têm cinco empregados em média. Tenho de pensar, deputado, em estabelecer fomento a essas empresas. Quando falo em financiamento, entro no sistema de crédito do governo federal, e esse sistema de crédito exige, para dar um



crédito no primeiro momento, capacidade de endividamento. E aí fica muito difícil para eles entrarem nesse processo em que estamos querendo que entrem.

A política de fomento e não financiamento. Financiamento para os pequenos empreendimentos industriais: uso reembolsável dos recursos do Fhidro e da cobrança pelo uso da água. Se formos ver a lei, a exceção é liberar recursos do fundo a fundo perdido, sem reembolso. Essa é a exceção, no entanto hoje é a prática. E um fundo do qual você libera recursos sem que haja retorno é um fundo com tendência de morte.

Vou passar às atividades de mineração. É essa que está na ordem do dia, muito mais que o setor industrial. Vou falar sobre algumas informações que temos de ter sobre o setor de mineração. O primeiro deles é que menos de 2% do território é ocupado pela atividade mineral. É muito pouco, se eu pegar a pecuária ou outras atividades. No âmbito do Velhas, há mais de 36.000ha de áreas de preservação, as famosas RPPNs, cuja vazão captada é de 29m³ por segundo, 11% da demanda total de Minas Gerais. Esse é um dado do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Minérios úmidos são penalizados na precificação de mercado. Não interessa à mineração vender minério ruim, caso contrário, ele tem menor valor de mercado. Então, tenho de fazer com que esse minério seque e a água fique aqui. Hoje a Vale está trabalhando com 30% do seu volume produzido a seco e está em busca de tecnologia para aumentar esse percentual; tenho de reconhecer isso, acima de 80% de reúso de água. Quer dizer, ela está pegando só 20% de água nova para exercer suas atividades. Além disso, ela tem obrigações legais. Quais são elas? Pegar 0,5% de investimento para implantação e manutenção das unidades de conservação. De todo investimento que a mineração faz, 0,5% desse valor vai para as unidades de conservação. E ainda temos o dissabor de chegar na câmara técnica de preservação ambiental do Copam, e o Estado pedir que diminua o volume dos recursos pagos pela conservação para a regularização fundiária. Quer dizer, cria-se a unidade de conservação, mas não pagam aos que estão dentro da unidade de conservação, e eles ficam lá por 10 anos ou 15 anos sem receber e poder fazer nada. O que ele vai fazer? Vai se vingar.

A Vale, de 2011 a 2014, pagou de compensação R\$45.000.000,00. A recomposição é de, no mínimo – isso é obrigação de lei –, quatro vezes a área da vegetação suprimida. Tenho a recomposição minerária, a recomposição da mata atlântica, a recuperação das APPs, e na mata atlântica é dois por um. É obrigação de lei, mas ela cumpre.

Preservar e manter nascentes em suas RPPNs. Quantas RPPNs temos por aqui? São 36.000ha na região do Alto Velhas. Quantas nascentes estão ali preservadas? E ela tem obrigação de conservá-las, porque, à medida que foi vista como RPPN, ela se torna fiel mantenedora daquela RPPN.

Recompôr a área minerada após o encerramento das suas atividades é obrigação de lei, e muitas cumprem isso. Aqui é o momento de perguntar: será que hoje o Parque das Mangabeiras seria uma unidade de conservação biológica para visitação? Lá foi uma mina, que hoje está recuperada, disponível ao público para visitação e contemplação daquela natureza.

Ela ainda tem atividade de mineração e as ações cooperativas. Então, você tem lançamento de águas de reservatório nas águas superficiais. Esse foi o acordo feito com o Polignano. A Vale está lançando 3.000m³ por hora no Rio das Velhas, motivada por esse acordo. Redução de 30% de consumo, também pelo pacto com o Polignano. Compartilhamento de brigadas de incêndio. Toda vez que ocorre um incêndio em alguma unidade de conservação, as mineradoras participam com suas brigadas de incêndio.

Quanto aos minerodutos, há três em Minas Gerais. É uma modalidade de transporte, entra no custo-benefício, faz parte da taxa interna de retorno de investimento. Se ele tiver menor taxa interna de retorno de investimento para outro modal de transporte, o outro modal será favorecido. E só 8% do volume de minério de ferro produzido em Minas Gerais são transportados por meio do mineroduto. Temos outros planos? Sim, mas adquirimos um complexo de que tudo o que é perigoso é proibido. Não, tudo o que é perigoso merece cuidado maior. Aí, sim, a sociedade terá de demonstrar quais são os cuidados maiores na montagem de um mineroduto. Se as regras estiverem estabelecidas, fixas, com segurança, o setor produtivo cumprirá com a sua responsabilidade.



Apenas 16% das vazões são outorgadas para os processos produtivos. De todos os processos produtivos dos três minerodutos, apenas 16% das vazões são outorgadas. Apenas 30% do total transportado é água, em peso, uma vazão média de 1.630m³ por hora. Mesmo assim é água que já circulou em todo o sistema, não é água nova.

Vejam ainda: a Mata do Jambreiro tem 920ha, é uma RPPN protegida por uma mineradora. Esse ponto à direita é um lago, e a sua água já está sendo tratada pela Copasa para ser utilizada no abastecimento de Belo Horizonte. É uma operação que não é de confronto, mas de conflito. E para o conflito se busca solução. Vejam a pressão urbana sobre essa RPPN. Se ela não estivesse sob proteção, garanto que já estaria invadida.

Qual é o nosso grande desafio? Reconhecer ou não a importância social e econômica da mineração. Precisamos reconhecer isso. Estamos olhando apenas pelo lado do impacto ambiental, mas precisamos olhar pelo lado do impacto social e econômico. Quanto de riqueza temos em cima disso? Se não olharmos sob esse prisma, não será desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável pressupõe meio ambiente, social e econômico.

Inovação tecnológica para o aumento da exploração a seco: esse é um desafio que as mineradoras estão procurando enfrentar. Encontrar um denominador comum para a sociedade e a mineração. Vamos abrir debate, mas sem confronto.

Agora vamos falar sobre energia, e toco em um ponto polêmico para toda a sociedade. Hoje, o sistema de energia é totalmente interligado. Não sabemos de onde vem essa luz que chega aqui, pode ser de Sobradinho ou do Sul do País. E o que diz aquele cartaz: "Gestão do rio não é gestão de reservatório". É verdade. Hoje, com a interligação, passamos a fazer gestão de reservatório para a máxima geração de energia. Isso não interessa a todos nós; interessa-nos um reservatório que tenha usos múltiplos e que tenha restrições para cada um desses usos múltiplos a fim de que todos ganhem a água e a utilizem com consciência.

E aqui mostra esse momento típico: na época da falta de água, há menor capacidade de geração. É preciso manter esses lagos cheios para manter uma curva normal de abastecimento. Quando chega esse período, estressamos o rio para gerar a quantidade de energia necessária.

E aqui é a geração de energia da biomassa da cana. A biomassa da cana coloca energia no sistema exatamente no período de seca, quando os reservatórios deveriam gerar menos energia para se manterem mais cheios.

Quais são os nossos desafios para a energia? A mudança climática está aí, períodos intensos de chuva e períodos intensos de escassez. Para isso, precisaremos quebrar o nosso paradigma, possuir reservatórios para reter a água da chuva. Há um mês, o Rio das Velhas estava com 9m³ por segundo. Caíram as chuvas do final de semana e o volume foi para 25m³ por segundo. O consumo permaneceu o mesmo, e hoje ele está com 13m³ por segundo. Para onde foi essa água? Para Sobradinho. Não ficou em Minas Gerais. Minas Gerais é a caixa d'água. Nós vamos ter de pensar como os mineiros: como vamos segurar a água para o nosso uso e ainda abastecer os outros estados. Do jeito como está hoje, não temos água para o nosso uso nem para abastecer outros estados. Estão trabalhando vários PLs para aproveitamento de água da chuva nas residências. Isso é ótimo, mas não é suficiente.

É preciso haver reservatórios de usos múltiplos. É preciso haver critérios, procedimentos claros e concisos de quanto é a restrição para cada um desses usos. Só para dar um exemplo, se eu tiver uma navegação a jusante, se no período de chuva, com abundância de água, a chapa pode transportar 400t, no período de escassez, como este, ela vai transportar apenas 200t por chata. Com 400t vai precisar de 2m de calado, e com 200t ela precisa de 1m. Ela não deixa ninguém sem usar o rio, portanto, preciso ter o reservatório. Isso que estou falando não exclui a revitalização.

Agora tenho de dizer uma coisa para a Assembleia trabalhar. A energia elétrica é ditada pelo governo federal. O Estado deve buscar o governo federal para ajustar as condições que o governo estadual tem para a geração de energia, a fim de que ela tenha o multiúso. Isso é na Aneel.

Por fim, temos outros grandes desafios. Vamos precisar de um órgão público de gestão das águas robusto, bem preparado tecnicamente, para estar presente nos CBHs e exercer o controle da legalidade, fazer uma fiscalização inteligente, porque não temos fiscalização.

Quando falamos que vamos suspender a outorga, vamos suspender de quantos? Só dos que foram lá pedir outorga? Quantos estão tomando sem ter outorga? Não sei. Vou punir o que foi buscar a regularização em benefício dos que nunca apareceram para o sistema? O Rio Manso daquele tamanho só tinha 18 outorgados, mas e os outros?

O planejamento hidrológico é o estudo robusto de demanda e oferta. Hoje não sei em virtude desse problema de cadastro. A Assembleia está fazendo o PPAG, que tem de absorver, tem de recepcionar os planos de bacias. Foi falado que os planos de bacias têm de ser obedecidos. O PPAG nunca lê o plano de bacia, que precisa ser lido. Assim a política de estado, de infraestrutura, de educação, de saúde vai estar anexa, junto, absorvendo o que o plano de bacia falou.

O que vejo em relação à revitalização da bacia? Vejo múltiplas ações de revitalização dispersas por diversos órgãos, com diversas intensidades. É um grande desafio criar um processo de governança para que sejam canalizados recursos para as áreas carentes. Tenho aqui um exemplo. Estamos trabalhando no plano de desenvolvimento das águas do Rio Doce, que é exatamente essa governança. É preciso pegar o dinheiro do Águas, da Copasa, pegar o dinheiro do pagamento pela produção de água e direcionar, estruturar e concentrar isso, pois como está sendo hoje é pingando d'água no oceano. É um atirando aqui, outro atirando ali, outro atirando acolá. Preciso de um processo de governança que reorganize todo esse processo e o dirija para um sistema único. Era isso.

Agradeço a todos pela audiência. Espero que não façam ouvidos moucos para minhas sugestões. Agradeço a interferência do deputado no momento da minha fala.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, Wagner. A Assembleia tem por obrigação, principalmente nos seminários, elaborar leis com base no ponto de vista de todas as pessoas, balanceadas pela importância social. As leis são feitas para regulamentar todos. A democracia é dessa forma.

Quero convidar o Sr. Amarildo José Brumano Kalil para abrir o painel “Agricultura, pecuária e piscicultura”. O deputado Doutor Jean Freire está aqui desde o início da última apresentação. Ele é relator da Comissão Extraordinária das Águas e fará o relatório final tanto deste seminário quanto da proposta final do marco regulatório que queremos implantar.

Palavras do Sr. Amarildo José Brumano Kalil

Boa tarde a todos. Agradeço o convite de estar aqui. Vou falar um pouco dessa questão da água e da agricultura no contexto da gestão das águas. Esse seria o nosso tema. No contexto geral, a gestão das águas tem duas linhas para serem trabalhadas: a gestão da oferta e a gestão da demanda. A agricultura está envolvida nesses dois processos em relação à gestão das águas. Como foi dito aqui anteriormente, a captação da água ocorre nas bacias hidrográficas. Quando se fala que se deve considerar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento desse recurso ou de uma forma mais ampla é porque esse é o contexto que a natureza escolheu para conduzir essa água até as fontes. Quando temos uma baixa recarga dos aquíferos, temos baixa oferta de água.

Essas duas fotos ilustram muito bem isso. A agricultura é uma das atividades que se utiliza dos recursos naturais, incluindo a água. Quando fazemos mal uso desses recursos naturais, quando esse uso não é adequado, não é de forma sustentável, vamos encontrar cenários dessa natureza. Se hoje formos procurar no Estado, vamos encontrar milhares de hectares de terras dessa forma, com pastagem degradada em profundidade, onde o solo está exposto e já não existe mais condição de a água se infiltrar nele. Portanto, lá embaixo onde havia um rio não haverá mais. Essa é a questão que temos encontrado.

Em relação à relevância do espaço rural na oferta de água. O meio rural – fizemos esse levantamento – ocupa boa parte do território mineiro. Esse gráfico demonstra isso. As pastagens ocupam 31% da área do Estado. As áreas agrícolas, ou seja, a



agricultura de uma forma geral, excetuando as pastagens, são entorno de 14%. Portanto, 45% do espaço mineiro é ocupado de alguma forma pela agricultura. Há 33% de vegetação nativa, e os outros usos ocupam 22%. Dessa vegetação nativa, há muitas áreas dentro do espaço rural, mas, considerando a atividade agrícola, ela ocupa 45% do espaço mineiro. E são esses 45% que participam na captação da água de chuva. O nosso modelo do ciclo hidrológico da água... Considerando o início, a chuva é o primeiro momento que nosso território tem com essa água. Essa água vai se precipitar nesse solo e tem vários caminhos: ou ela se infiltra ou vai ter escoamento superficial. O melhor caminho é quando ela se infiltra. Ela se infiltra e vai para o lençol, que é o melhor reservatório de água que existe. Em virtude da intervenção humana nas atividades agrícolas e em outras, essa água faz o escoamento superficial, e aí começam os problemas, como erosão, assoreamento e enchentes. Essa é a questão.

Queremos mostrar isso. Queremos demonstrar que a agricultura ocupa 45% desse espaço, portanto ela é extremamente importante na gestão da oferta de água, que pode ter dois caminhos: ser vilã ou ser heroína. Ela é vilã quando não faz esse trabalho adequadamente, ou seja, quando a agricultura não cumpre sua missão de produzir de forma sustentável. Quando isso ocorre, acontece aquele dado que mostramos, ocorre erosão, degradação e não há captação da água. Mas quando faz a agricultura sustentável, ela pode ser o grande setor para trazer soluções para esta crise hídrica que estamos vivendo no momento.

Os agro e os ecossistemas existentes nas áreas rurais, por serem impermeáveis, são mais adequados à recarga de aquíferos. O que estamos querendo dizer? Essa foto mostra o que poderia ser considerada como área ideal, onde se tem agro e ecossistemas trabalhando de forma sincronizada, adequada e equilibrada. Temos a produção do alimento, temos produção agrícola, mas também há todo um cenário. Quando olhamos para uma bacia dessa forma, percebemos claramente que ela é uma bacia de produção sustentável. A agricultura pode ser a grande contribuinte na resolução do problema da água. Aí começamos a ver a questão que foi falada anteriormente aqui: a importância de se enxergar essa questão na forma das bacias hidrográficas. Essa é a melhor maneira, a maneira como a natureza nos ensinou.

Quando a gente compara a questão da infiltração da água em um ambiente urbano, que é impermeabilizado, e em um ambiente rural, percebe-se que é um ambiente que tem condições de levar essa água para infiltração. Então, no caso, em um ambiente rural, de 100% que precipita, 40% vai transpirar. Ou seja, aquela água que chega no solo evapora ou é transpirada pelas plantas. Agora, apenas 10% serão escoamento superficial – isso em uma bacia adequadamente protegida. O restante, 50% dessa água, poderia infiltrar. Aí, sim, estaremos fazendo o trabalho correto. Estamos conseguindo captar essa água e armazená-la nos lençóis freáticos, que são os locais que a natureza reservou exatamente para fazer essa proteção da água.

Quando o ambiente é urbano e impermeabilizado, na verdade, 45% dessa água que poderia ser infiltrada vai para o esgoto ou vai gerar escoamento, vai gerar enchente. Então, ela não é captada, não é reservada. Essa água vai de uma forma acelerada para os córregos, os rios, causando esses transtornos que vemos todos os dias quando há uma chuva forte nas cidades. Essa é a diferença que tem nesse espaço rural quando recebe uma precipitação.

Em relação à oferta e à demanda, fizemos um levantamento. Todos falam que a agricultura consome 70% da água, mas temos de começar a fazer algumas contas. Quando você olha esse gráfico vê que realmente a agricultura consome aqui 55,98% das outorgas destinadas para uso consuntivo. De fato, 55% estão voltados para a agricultura, mas esse não é o volume de água total. Isso aqui é água outorgável, é o destinado a uso consuntivo, que são de 30% a 50% daqueles 7 e 10, no caso de Minas Gerais. Portanto, não é toda a água disponível, é água disponível para o uso consuntivo.

Farei uma conta rápida aqui na base da regra de três, se a precipitação média de Minas fosse 1.000mm por ano, em torno de 1m³ por m², como a agricultura naquele gráfico anterior ocupa quase 34 milhões de hectares, então, supondo que 40% dessa água infiltra, 158 bilhões, 107.320.000m³ infiltram nesse espaço rural. Então, essa seria a contribuição, obviamente em ordem de grandeza, que a agricultura oferta em captação de água para alimentar os lençóis, os rios, as nascentes, etc. E a irrigação consome 121,11m³ por segundo ou 3.850.860.000m³ por ano. Isso corresponde a mais ou menos 2,5% do total de água. Portanto, se fizéssemos aqui um balanço, a agricultura consome 3% da água que produz. Esse seria o balanço da



agricultura nessa relação. Obviamente há a questão locacional. Estou fazendo uma média onde existe um conflito pelo uso da água, mas é claro que tem de avaliar e fazer gestão – aí a questão não é de água, mas, sim, de gestão.

Os múltiplos usos têm de entrar num acordo. Se você vai produzir alimento, qual tipo de uso a sociedade quer para aquela água disponível ali? Dizer que a agricultura é a vilã e a maior consumidora de água do sistema não é uma inverdade, no entanto, ela também é a maior produtora de água. Então, há de se dar esse crédito ao setor nesse aspecto.

Algumas medidas e ações integradas para conservação, preservação e recuperação da água no espaço rural. A questão da educação ambiental seria uma ação primária, rotineira, que temos de fazer em qualquer ação. A Emater, como empresa de educação que atua também na educação de adultos, tem de haver isso aí como uma rotina dentro da sua ação. Outras questões são importantes. O ordenamento do uso e ocupação do solo, de acordo com a sua capacidade de suporte. Acho que esse aqui é o grande segredo na tecnologia que já existe. Precisamos difundir e fazer com que essa tecnologia chegue a todas as propriedades do Estado. É exatamente usar o solo, usar aquele recurso de acordo com a sua capacidade. É tão elementar isso, só que não fazemos. Não é fácil. A agricultura tem uma questão muito diferente das demais atividades porque ela é difusa. Temos mais de 500 mil propriedades no Estado de Minas. Então, não é fácil comunicar, levar esse conhecimento, essa tecnologia a todas essas propriedades, àquelas que conseguem absorver esse conhecimento e cumprir exatamente a missão de produzir alimento, energia e, ainda assim, prestar os serviços ambientais. Esse seria o grande desafio do Estado. Em um conceito mais amplo, o Estado, como um órgão de governo de implementação de política pública, deve buscar efetivamente essa agricultura sustentável. Hoje temos tecnologia para isso, temos conhecimento para isso, mas, talvez, ainda não temos a condição de chegar tão rápido em todas as propriedades.

O controle do escoamento superficial e dos processos erosivos está dentro da questão do uso, mas acho que o maior problema que temos é deixar que a água faça o escoamento superficial. E é nesse momento que a coisa complica. Então, quando se faz uma atividade agrícola, qualquer que seja, o que mais chama atenção é a questão das pastagens. A pastagem, ao ficar degradada, começa a haver o problema do escoamento superficial dos processos erosivos, e a degradação, nesse ponto, chega nessa condição e é extremamente rápido. Já o solo, depois que perde suas camadas férteis, para recuperar custa 10 vezes mais caro do que aquilo que você usufruiu daquele recurso.

Às vezes vemos alguns programas de recuperação de áreas degradadas, mas achar que, ao plantar uma árvore numa pastagem degradada, fará com que ela cresça frondosa, linda e maravilhosa. Esqueça, ela vai morrer daí a poucos dias porque não tem os nutrientes, não tem mais aquele recurso natural para ela sobreviver. Tem de ter todo um trabalho de recuperação do solo primeiro para depois vir com o florestamento ou outra atividade. Não é simples isso. Precisa de muito conhecimento e muita tecnologia. Portanto, precisamos aumentar essa cobertura vegetal do solo.

Controle dos focos de poluição orgânica e inorgânica. Aí vem a questão do uso de agrotóxico. Partir para agricultura mais agroecológica, porque é possível e a gente já conhece. Há o conhecimento e a tecnologia, então, por que não? Muitas pessoas sabem o porquê, mas é uma tendência em que temos de caminhar, mais uma vez, como instituição pública. Vamos caminhar na linha da agricultura agroecológica, no sentido de ser uma tecnologia capaz de produzir sem impactar ou impactando o mínimo possível o meio ambiente.

O uso racional da água na agricultura é uma outra forma de trabalhar. Da mesma forma que foi mostrado aqui sobre as indústrias, hoje a agricultura irrigada também já sofisticou muito o seu uso. Praticamente, se compararmos com sistemas de irrigação de 10 anos atrás, hoje na agricultura usam menos da metade da água que usavam há 10 anos. Não é apenas por questões ecológicas, mas por questões financeiras. A água é um recurso caro para quem irriga, porque ele tem de captar, tem de bombear, tem de ter o equipamento. Então, quanto menos água utilizar, mais eficiente é o sistema.

Mas, além da questão puramente ecológica, há a questão econômica. Para bombear a água gasta muita energia, e energia é caro.



Então há um outro conflito na agricultura irrigada com o setor de produção de energia. Eles competem pelo mesmo recurso, que é a água. É preciso de água para fazer energia e para fazer irrigação. Do outro lado, o próprio sistema de irrigação precisa da energia para irrigar. Então há um ciclo que tem que ser resolvido.

Aí vamos caminhando então para os sistemas de produção sustentáveis e saneamento rural ambiental. Com esse conjunto de ações conseguiríamos caminhar. Acho que é só um caminho: iniciar a busca da agricultura sustentável. Então é desenvolver todas essas tecnologias.

O que pode ser feito nas áreas rurais? Há uma paisagem dessa forma, e várias atividades poderiam ser feitas dentro de uma área rural. Por exemplo, reflorestamento no topo, que está faltando, reservas legais, curva de nível onde houver agricultura, mata ciliar. Há todo um complexo de atividades e ações, que podem ser feitas dentro de uma propriedade rural, que garantirá que essa propriedade rural produza o que tem que produzir – o alimento, a energia – e consiga, ainda assim, prestar os serviços ambientais, como eu disse anteriormente.

O que queremos é sair dessa situação de excesso de pastoreio com uma área exposta, para uma área de pastagem em integração com floresta. Sair de uma situação dessa para uma área dessa, porque essa área, além de cumprir a função da produção animal – no caso, a pastagem –, ainda cumpre a função ambiental de fazer a infiltração da água, o que buscamos. É a combinação das duas coisas.

Outro modelo de cultura de café, que é uma atividade muito importante no Estado. Essa é uma que não queremos, essa outra é a que buscamos. Vamos implementar na Emater um programa que estamos chamando de Enxurrada Zero, em que, em toda a cultura de café, não chega uma gota de água por cima, só por baixo, fazendo sistemas de contenção dessa água nas estradas, os carregadores, de forma que toda água que precipitar dentro da lavoura será infiltrada. Além disso, aumenta a produção, evita erosão e melhora a produção de água.

As estradas rurais. Queremos sair dessa estrada com erosão para essa estrada que chamamos de estrada ecológica.

Então vê-se que é possível fazer a coisa certa. Preservação e recuperação de áreas, recarga hídrica, pesquisa e inovação, adoção de tecnologias, pagamento de serviços ambientais, uso de ferramentas de diagnóstico e planejamento do espaço rural.

Foi dito aqui que a unidade de planejamento deve ser a unidade bacia, e mostrarei rapidamente uma metodologia que já temos pronta. Estou vendo aqui o Prof. Giacomini, que nos brindou com seu conhecimento na construção dessa metodologia. Apresentarei essa metodologia rapidamente, porque meu prazo já venceu, mas todo mundo teve um tempinho a mais. Acho que ela é uma ferramenta que o Estado pode utilizar para fazer o planejamento da atividade dentro de uma bacia hidrográfica. Essa, por exemplo, é a Bacia do Rio Manso, que é colocada como a bacia de abastecimento da cidade de Belo Horizonte. Então conseguimos fazer todo esse trabalho de uma forma rápida, barata, e conseguimos enxergar essa bacia em três níveis: o uso do solo, os recursos hídricos e a capacidade de uso dessa bacia.

Tenho que mostrar, mas não estou enxergando. Não estou vendo lá no cantinho. Tales, vem aqui rapidamente. Contarei a história dessa metodologia enquanto ele vem aqui. Foi uma metodologia construída entre a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente, com o fim de organizar a produção da agricultura de forma geral dentro daquela bacia, com toda a visão ambiental. Então ela consegue organizar as informações de forma a podermos planejar adequadamente aquela bacia, usando todos os seus recursos e garantindo a qualidade ambiental, olhando a questão das florestas, a questão das APPs, a questão dos recursos hídricos. Então todo esse contexto é feito usando essa metodologia.

Tales, marque alguns pontos e mostre o uso do solo, por exemplo. Tudo que vocês estão vendo de roxo ali são áreas de agricultura. Como é uma bacia muito próxima a Belo Horizonte, praticamente todas essas áreas são utilizadas com olericultura, portanto são áreas irrigadas em sua grande maioria. Então, com esse método, conseguimos identificar, localizar e medir, aferir. Podemos saber quantos hectares de olericultura há nessa região. Coloca aí o balanço hídrico. Começamos a cruzar informações de uso do solo com o uso da água, com as unidades de paisagem. Há toda a rede hidrológica.

Clique em qualquer ponto da rede, Tales. Em qualquer ponto da rede, a cada 90m conseguimos enxergar todas as informações hidrológicas daquele curso de água. Como incluímos todas as outorgas e cadastros do Igam no uso da água, conseguimos enxergar exatamente onde há conflito, onde o uso está acima do potencial daquele córrego por trecho. Não é no córrego como um todo, é por trecho. Então ele é bastante detalhado.

O meu tempo já terminou, mas só para vocês verem, todas as outorgas estão localizadas. Se clicarem na outorga, saberão quanto é e de que é. Clique em uma, Tales. Então aparece para que é, qual é a vazão outorgada, se é uso significativo, se não é. E aí vocês podem imaginar a quantidade de informações que podemos agregar nesse sistema para subsidiar o planejamento daquela bacia, para que ela, sim, caminhe para a agricultura sustentável nesse caso, e para preservar aquela represa que há lá embaixo, que é para o uso e abastecimento de Belo Horizonte. Agradeço pelo tempo. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. João Luiz Lani

Cumprimento todos e todas com um boa-tarde, e, na pessoa do deputado Iran Barbosa, a Mesa aqui presente. Gostaria de trazer algumas informações, algumas até repetitivas, em razão do que já ouvimos. Gostaria de iniciar dizendo que, às vezes, precisamos de um ponto de equilíbrio. Passamos de uma sociedade em que tudo era possível ambientalmente. Como se fosse o pêndulo de um relógio, foi para um lado, e hoje às vezes advogamos que no outro lado nada é possível. Achei que teríamos um grande divisor de uso dos recursos naturais renováveis. Estou tirando a água aqui, estou colocando um pouco mais para cima, que é sobre o que na verdade devemos refletir.

A Marina disse assim: “Passaremos para um lado o que é proibido de fazer e, para o outro, o que é possível, dentro do equilíbrio”. Para os meus alunos, denomino isso de forma muito simples: é fácil termos um farol para trás – críticas; o difícil é termos um farol para a frente. Quais são as soluções, os meios e os caminhos?

Há algo sobre o qual precisamos refletir muito. Uma coisa é opinião e outra, parecer. Às vezes, vemos pessoas que opinam sem ter os princípios e o conhecimento das leis e dos princípios naturais. Precisamos ter muito cuidado com o que estamos vendo e ouvindo, porque, às vezes, até muito bem-intencionados, ocasionamos sérios problemas ambientais. Gostaria de expor alguns desses pontos, e o primeiro é o paradigma que diz “plante árvore que dá água”. Isso não é verdadeiro em todas as situações.

Baseio-me em duas pessoas extraordinárias: Jesus Cristo e Sócrates. Por que Jesus Cristo? Porque o 10 tem conotação de nota máxima. “Quanto você tirou na prova? Dez.” Na Bíblia, vemos 10 em alguns trechos: os 10 mandamentos como a lei máxima; as 10 pragas do Egito como juízo; e, na vida de Jesus, a cura dos 10 leprosos. É aí que quero chegar: por que ele curou 10 leprosos? E uso outra pessoa, que é Sócrates, para dizer o porquê das coisas. Na verdade, o grande milagre que Jesus quis fazer na vida de cada um é nos curar da insensibilidade. A hanseníase vai corroendo os nossos sensores e nos tornamos pessoas sem sensibilidade. É isso que precisamos entender.

O ponto máximo mostro ali em relação àquelas duas figuras: alguém olhando para o espaço. Hoje estamos olhando para Marte, porque tem água, e vamos para lá. Então, pode-se detonar isso aqui. A outra posição é a do professor, aquele que se acha dono da verdade. Isso é algo livresco. Estamos fazendo muito do meio ambiente no papel e, infelizmente, pouco na natureza, no último grau. Na verdade, é a questão de termos um norte. Não adianta ficarmos, às vezes, debatendo determinadas situações, embora considere isso extremamente útil. Volto ao período da Grécia, em que se discutiam e se debatiam os assuntos. É tão bom um ambiente como esse, de debates de ideias e de liberdade para ouvir o contraditório. Aí, sim, teremos o pensamento do que é o norte para, depois, termos a ação das mãos.

Infelizmente tanto no nosso sistema acadêmico quanto no cotidiano trabalhamos muito aqui e pouco ali. Na verdade, o que nos falta é a garagem dos americanos e dos europeus. Eles têm a garagem. Aprendemos uma série de coisas, mas nunca pegamos uma chave de fenda ou um enxadão; nunca plantamos uma árvore, não fazemos nada e pensamos que sabemos.



Perdoem-me dizer isso, mas é o que sai do fundo do meu coração. Penso que é a verdade. Precisamos mudar, inclusive, o próprio sistema de ensino, para que passe a ter mais ação e ser menos pensado.

Começarei pelo fim e me limitarei aos 15 minutos. Não pedirei mais nem um minuto. Acabou, acabou. O.k.? Temos de respeitar as nossas leis e os nossos sistemas, e pronto. Do contrário, criamos uma desorganização. Esse é um princípio importante. Quinze minutos são quinze minutos. Por favor, terminou, terminou.

Qual é o fim? O pensamento moderno é a cosmologia da dominação mecanicista, determinista, materialista e racionalista. Isso quer dizer que nós pegamos, desde os nossos primórdios, uma mentalidade extrativista. Nós extraímos. Daí é muito comum você ouvir a palavra plantar, "Vamos plantar árvores". Alguém começou dizendo que plantar árvore não dá nada. Por quê? Porque a palavra é cultivar. Cultivar, você cultiva; cultivar, você cuida. Então extraímos da natureza o minério, a água, tudo. É o primeiro caso lá. Agora o que precisamos na nossa metodologia? De uma transformação. A ecologia no centro das preocupações. Quando digo ecologia, não é o "ecolouco", mas o bom senso e o relógio que precisamos entender de forma muito inteligente, não é isso?

A interdependência além do universo: por que interdependência além do universo? Nesse processo de Sócrates e Jesus Cristo, costumo perguntar aos alunos: "Por que as águas dos rios são sujas, se a água do mar é limpa?". Quer dizer, você começa a ter um processo de percepção e entendimento.

Privilegiar a biodiversidade: por que precisamos privilegiá-la? Porque moramos num país tropical. Levamos muito tempo, senão milhares de anos ou décadas, para entender isso.

Outro ponto de vista: ou se mudam os paradigmas, ou estamos fadados à insustentabilidade. Esse é um trabalho muito importante. Não existe agricultura sustentável. Observem bem o que estou afirmando. Por quê? Porque, na agricultura sustentável, há um desequilíbrio; é preciso ter cálcio, magnésio, potássio, enfim, uma série de elementos para construir o milho. Então, vejam bem que trabalhamos no paradigma, que é o caminho que precisamos pensar ao inverso.

Novos métodos de construção do conhecimento: holísticos e sustentáveis. Por que holísticos? Porque o nosso sistema é todo cheio de caixinha. Não fazemos a ligação entre as coisas. Quando estamos trabalhando com bacia hidrográfica, não tiramos aqui do bolso porque ela integra e sempre integrou. A água é como se fosse o nosso sangue e integra todo o sistema. Se o rio vai bem, a situação está bem. Mostraremos isso ao longo da nossa palestra.

Criar modos sustentáveis de vida: já comentamos isso. Considero esta expressão muito importante para reflexão: um planeta finito não suporta um projeto infinito. São princípios. Ou entendemos os princípios, ou viveremos a vida toda aí. Aqui entra aquilo que falei de Jesus Cristo, que é a percepção. Vejam bem como estamos ruins. Só fomos descobrir que dá para criar peixe na água recentemente. Quando começaram os pesque-pague? Mentalidade extrativista: vou ao rio e trago o peixe. Não estou criticando ninguém, mas fazendo uma autocrítica sobre como estamos ruins.

Lembram-se do velcro? O cara que o descobriu foi um europeu. Quando chegou aqui, um carrapicho agarrou nas calças dele, e ele achou isso interessante; pegou o carrapicho, estudou suas garras e descobriu o velcro. Como não descobrimos isso antes, com tanto carrapicho nas nossas calças? É isso que quero discutir com vocês. Ou temos essa percepção, ou ficamos copiando coisas errôneas e, às vezes, completamente fora da nossa realidade.

Plantio na palha, barraginhas, agrossilvipastoril. Na sua palestra, o Amarildo, presidente da Emater, disse: "Estamos descobrindo agora que dá para pôr árvore com boi". Vejam a falta de bom senso! Por quê? Estamos começando a entender que vivemos num país tropical, cuja grande energia é o sol. Levaremos mais 500 anos para descobrir que vivemos num país tropical. Primeiro, a percepção; depois vem a interpretação. O que é interpretação? Vou à academia. Por que posso ter isso? A árvore compete com a pastagem ou não? Em qual situação? Agora começo o bom senso da aplicação, porque, senão, em tudo quanto é lugar plantarão árvores. Não, não, não, não; não é assim, porque trabalhamos com ciência, e as coisas não são paramétricas. Profissões, ciências e conhecimentos, isso é que é importante para nós. Além disso, há a aplicabilidade do conhecimento; na verdade, pega-se o conhecimento e se vai colocá-lo em prática.



Aqui há um ponto importante. Por quê? Queremos sempre ação. Esse triângulo é maravilhoso. Por quê? Primeiro, o conhecimento; e segundo, o planejamento para que eu possa agir. Vamos lá.

Essa frase é maravilhosa; ouvi, de forma sutil, sendo repetida várias vezes. Os chineses já disseram isso. Querem governar a montanha e o rio, mas o que percebemos? Nosso olhar é para o rio, nosso olhar é para a consequência, porque vou ver a água, vou ver onde ela é gerada, e ela é gerada no morro. Por incrível que pareça, estamos lá embaixo orando, e vejam o que é foco, o que é observação. A água secou, mas secou por quê? Vejam Sócrates aí; vejam Jesus Cristo aí. Vocês têm a percepção da infiltração. Não adianta eu querer o lá embaixo, se não tenho o lá em cima. É isso que estamos querendo, e acho que devemos fazer uma reflexão. Temos de aprender aqui embaixo a manejar chuvas. Estamos aprendendo a manejar crise hídrica. Daqui a pouco começa a chover, e vamos rezar para parar de chover porque está dando enchente. Não aprendemos a lidar com chuva; estamos tentando aprender a lidar com seca, e é um processo inverso. Precisamos fazer realmente uma reflexão do que foi colocado. O que São Pedro manda não pode ir embora, mas como não mandar embora? Vou dar algumas sugestões a vocês para não ficar aquele farol de críticas.

Esse *slide* é maravilhoso e representa muito bem a nossa Zona da Mata. O que acontece? Aqui embaixo há uma gruta, e vou lá e coloco mata na nascente. Ledo engano por quê? Porque no fluxo de água coloco uma árvore que vai transpirar, OK? Onde eu teria nossa reserva? Naquela parte mais íngreme. Onde vamos colocar nossa mata ciliar? Perto do córrego, para bombear novamente.

Vou mostrar algumas fotos para vocês. Onde nosso córrego florestal manda colocar árvores? Lá em cima do morro, onde há um solo plano? Onde deixaram para que cultivássemos? Na parte intermediária, em que há declividade e erosão. Em outras palavras, legislaram completamente distante, irreal da condição de campo.

Observem bem. Isso aqui é importantíssimo, e eu gostaria de dar ênfase para os senhores. Vejam a água que está vindo da passagem. Por quê? Por um fato muito interessante. Olhem o pisoteio do gado. O gado pisoteia, forma uma camada de isolamento, que chamamos, tecnicamente, de selamento, e a água passa e vai embora: enchente. Vamos agora rapidamente ao cálculo do pé do boi. Dê uma observada, vá a campo. Cheguei a conviver com o Augusto Ruschi, e ele dizia: "Senhores, quando há chuva, vocês vão para debaixo do barraco, vão para a natureza, e vejam o que ela faz". É bem verdade isso. Poucos de nós saímos num dia de chuva para vermos os efeitos dela. Aqui está uma coisa interessante, que é importante como proposta.

Terminou? Já se passaram 15 minutos? Só para concluir, isso é importante. Nessa nossa parte montanhosa, 1ha de pastagem gera R\$15,00. Isso é verdadeiro, porque nossa capacidade animal é de 0,5 unidade por hectare. Agora perguntem: por que continuamos com as nossas pastagens? Isso é importantíssimo para nós, legisladores, porque, se deixo a pastagem virar mata, depois não posso mexer naquela área, então mantém-se a degradação. Em outras palavras, ainda que tenhamos órgãos com a mesma finalidade, há um conflito de interesses que nos leva a uma degradação, e teríamos nessas pastagens nossas um possível pastoril.

No dia em que descobrimos o sol e entendermos que devemos plantar árvores, cultivar mogno africano, cedro, angelim-pedra e muitas outras árvores – colocaram nas nossas cabeças que levaríamos 100 anos para colhê-las, e isso é uma mentira porque está na mata natural –, vamos encontrar uma riqueza fantástica, que mudará completamente o nosso ambiente. Agradeço.

Palavras do Sr. Eduardo Nascimento

Boa tarde a todos e a todas. Queria, primeiramente, deputado Iran, justificar a ausência do companheiro Vilson: ele ficou retido em uma negociação em São Paulo, mas me ligou, pela manhã, para eu representá-lo hoje. Vou falar também da agricultura, em especial, da agricultura familiar, mas eu queria partir, inicialmente, do que a companheira Andréa, pesquisadora da UFMG, falou sobre essa violência histórica.



Estava me lembrando de que, em 1987, participei da greve dos canavieiros do Nordeste, especificamente em Alagoas. A greve foi em todo o Nordeste, mas a primeira foi mais unificada; especificamente a de Alagoas durou 22 dias. No 22º dia, a negociação se deu na delegacia do trabalho, com a Polícia Militar dentro da sala. Ficaram pendentes dois pontos. Um deles foi o aumento salarial e o seu percentual. De noite, veio o usineiro para decidir, o Cel. Lira, pai da Thereza Collor. O percentual, ele decidiu, mas quanto à outra reivindicação pendente, que era fornecer água potável para os canavieiros, ele disse: “Isso é coisa do Sudeste, não daqui de Alagoas”. Isso é uma violência colonial, histórica e tal. Você citou a da Anglo, e também podemos citar a de Paracatu – inclusive, duas companheiras estão incluídas no programa de proteção -, mas também é necessário saber de onde vem essa força. Sempre digo que essa é uma parte importante, e governo tem de ter responsabilidade nela, porque, dependendo, ele pode deixar de ser só conivente e passar a ser cúmplice. Não é à toa que a Maria Teresa mostrou um decreto de 1941, que vigora até hoje e define que mineração é atividade de utilidade pública, e ninguém consegue mudar isso e produzir alimentos, não é? Isso tem consequência direta, porque, em remanescente de mata atlântica, por exemplo, a lei estabelece que, para se cultivar agricultura familiar, pode-se desmatar até 2ha.

Só que a mineração pode cortar tudo se achar necessário. Do ponto de vista de conhecimento e sabedoria, são frágeis, são folhas de papel; não valem nada; conceitualmente, são fracos. Se não considerarmos a água como fonte de vida, e sim como insumo, tudo dá errado, porque ela é vida. Não mudamos a natureza, a condição e o valor de algo mudando o seu nome. Se a água for insumo, o estudo ambiental será de quinta categoria. Se for vida, esse estudo terá de responder a outros questionamentos.

O estado brasileiro sustenta o sistema, por isso ele é forte. O confronto é histórico. Em lugar algum do mundo uma vítima busca conflito. Eu não gosto de conflito por dois motivos: o primeiro deles é por vocação – pode não parecer, mas sou uma pessoa pacífica; e o segundo é que sei que conflito no Brasil é porta aberta para a perda do mais fraco. A questão é esta: não há interesse por conflito de trabalhador, não tenho como fugir da realidade. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, nos últimos 20 anos, houve 1.565 assassinatos de agricultores. Infelizmente, a violência é parte constitutiva deste país. O governo precisa ter coragem para frear essa situação. É por isso que temos de acabar com o financiamento privado de campanha. Não tem jeito! Aliás, esse é único gasto do qual empresário não reclama, e tem de haver algum motivo.

Estou falando a respeito da agricultura, porque estamos falando de sustentabilidade. Em Minas, há 467 mil propriedades de agricultura familiar ocupando apenas 16% da terra. É território cercado. Se a pessoa tem pouco, o acesso a água é menor. É por isso que a reforma agrária continua sendo a agenda da modernidade, da civilidade, da cidadania. Temos de buscar uma agricultura sustentável. É importantíssima a diferença entre plantar e cultivar, como o professor apresentou. Cultivar pressupõe gostar; não é só mercadoria. Nós da Fetaemg, junto a outros movimentos, temos uma luta até agora inglória para expulsar da agricultura os venenos, os agrotóxicos. Isso é absolutamente necessário, se queremos falar de sustentabilidade.

Em Minas Gerais, deputado Iran, são cadastradas 465 comunidades quilombolas. Digo isso porque as conheço. A maioria não tem acesso a água de beber. É preciso garantir o preceito do direito à água. Temos de traduzir isso em propostas.

Quero dizer também que 33% da área territorial de Minas tem vegetação nativa, está mantida, sendo que apenas uma pequena parte fica dentro de unidades de conservação. A conclusão é que a maioria dos agricultores é responsável pela manutenção da vegetação nativa e da biodiversidade. Temos autoridade para cobrar do governo apoio efetivo para a assistência técnica, seja através da Emater, seja através das ONGs, seja através de quem trabalha nessa área, de forma a implantar modelos de sistemas agroecológicos. Não há como pensar nisso sem assistência técnica.

Então, o fortalecimento da Emater e da política de assistência técnica tem de estar na pauta de uma visão sustentável, assim como a pesquisa. Além disso, é preciso que haja reconhecimento. Alguns dizem que agricultura ocupa apenas uma parte do território, enquanto a pecuária ocupa muito. Concordo com esse raciocínio, mas com ressalvas. A pecuária brasileira é um desastre em termos de produtividade. O latifúndio no Norte de Minas, em propriedades médias de 2.500ha, cria uma cabeça de gado a cada 4ha. Isso é um horror! É pior que o resultado do jogo entre Brasil e Alemanha: 7 a 1. O caminho da

sustentabilidade passa também pela produtividade. Devemos ter a clareza de que segurança alimentar é fundamental para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Deputado, podemos superar algumas situações rapidamente, basta vontade política. Todos os participantes deste evento estão vendo que o governo, de forma correta, tem reprisado que há poucos técnicos no sistema de meio ambiente.

Tudo bem, tem. Entendo que os técnicos da Emater são competentes, com reconhecimento técnico, com legitimidade técnica. Então, por que eles não podem fazer os processos de licença ambiental da agricultura familiar? E que fossem aceitos pela Secretaria de Meio Ambiente. Obrigado. Concluí, porque estou morrendo de fome também.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço aos participantes para apresentação de perguntas por escrito ou oralmente aos palestrantes e também de perguntas enviadas por formulário disponível no portal da Assembleia. Para melhor organizarmos os debates, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia, www.almg.gov.br, e abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição. Repetindo, www.almg.gov.br, para os que estiverem nos assistindo de casa.

Debates

O presidente – Gostaria de dar um esclarecimento. Infelizmente, às 2 horas, temos de entregar o Plenário para a reunião Ordinária. Então, como o tempo está extremamente corrido, vocês devem ter visto que já são 1h17min, vamos fazer da seguinte forma: as pessoas inscritas para pergunta oral disporão de 1 minuto para fazê-la. Infelizmente, quem for responder terá entre 1 e 2 minutos, no máximo. Para quem fez a pergunta por escrito, peço aos convidados que tenham paciência de enviar depois à gente as respostas também escritas, que serão postadas no *site* da Assembleia, assim como todas as apresentações feitas aqui estão dentro do conteúdo e postadas no *site* da Assembleia. Então, não precisam ficar tirando foto. Quem pegou pode entrar no *site* da Assembleia e baixar todas as apresentações, assim como eu mesmo vou fazer depois da reunião.

Cadê a lista de inscritos? Adair Pereira de Almeida, Movimento Geraizeiro Guardiã do Cerrado. Qualquer um desses microfones aqui pode ser utilizado. Se quiser fazer daqui de cima, também pode. Estou falando por questão de comodidade. Quero registrar a presença do nosso querido Roberto Andrade, deputado muito votado na região de Viçosa. Ele disse que Viçosa está hoje aqui em peso. Quero reconhecer a presença dele e agradecer por prestigiar nosso debate sobre a água, até por conta das dificuldades da região. Por favor, Adair.

O Sr. Adair Pereira de Almeida – Peço repor meu tempo que perdi. Queria fazer a pergunta ao Carlos e ao deputado que abriu a reunião. Ele falou do eucalipto que plantou na cidade dele. Na minha região é um problema. Queria saber também do rapaz da federação se as empresas cumprem a obrigação delas. No Norte de Minas, eles plantaram eucalipto nas áreas de recarga, nas chapadas, destruíram tudo até no topo de morro, e nenhum deles está recuperando. Sabe onde eles estão fazendo reserva, senhor? Onde moram as famílias geraizeiras tradicionais. E colocando a polícia para perseguir o povo. Eu, que estou lá defendendo meus irmãos, estou ameaçado de morte, estou no sistema de proteção aos defensores de direitos humanos. É isso que as empresas estão fazendo. A Vale foi para lá ameaçar meu pai com jagunço, levando um coronel da polícia, um tal de tenente agrícola?. Agora o Gildo Cardoso faz a mesma coisa, todos eles. Essas empresas estão cumprindo? A Plantar faz isso o tempo todo e tem selo de qualidade de madeira. A Suzano está nos ameaçando com jagunço o tempo todo. Elas estão cumprindo o papel delas? Pedi a licença ambiental da empresa e recebi três jagunços em minha casa. Não recebi informação nenhuma.

Só um pouquinho, meu amigo. Deixe-me falar, precisamos falar.

O presidente – Lembre-se de que você está tirando o tempo dos outros.



O Sr. Adair Pereira de Almeida – Como as empresas estão cumprindo o papel delas? Não estão. Cumprir o papel é elas arrancarem os eucaliptos das nossas chapadas, reflorestar tudo de pequizeiro e mangaba, de frutos nativos que lá havia. É isso que tem de ser feito no Norte de Minas, onde o Rio Vacaria já secou, o Curral de Varas já secou, não está chegando mais ao Jequitinhonha. Que se suspenda a outorga da empresa sul-americana que tem o apoio da Fiemg para dar cursinho de cozinhar casca de abóbora para os geraizeiros de lá, para enganar o povo. Uma empresa que tira água do semiárido, um crime, está cumprindo o seu papel? Está cumprindo o papel de assassinato, de extermínio, de genocídio, isso não podemos aceitar.

O presidente – Wagner.

O Sr. Wagner Soares Costa – Não conheço essas empresas. Trabalhei numa empresa de reflorestamento em Grão-Mogol e posso dizer a vocês, testemunhar aqui: todo compromisso e o trabalho que fizemos em Grão-Mogol foi de acordo com a lei, com a legalidade. Não conheço essa empresa. O senhor citou o nome de uma dessas empresas. Vou procurar o diretor dessas empresas, pegar o seu nome, vou sentar com ele e dizer: “O senhor deve procurar o fulano de tal lá no Norte de Minas e ajustar com ele”, porque o conflito que existe está virando confronto, e isso não pode. E aí, Eduardo, acho que não posso ver conflito com a sua óptica, porque conflito, na sua óptica, é confronto. Confronto é o resultado de um conflito mal-resolvido. Então não me furto de levar ao diretor da Plantar o seu nome e pedir a ele que entre em contato com o senhor e resolva esse conflito. Na empresa onde trabalhei lá, não agimos dessa forma.

O presidente – Lusifith Chafith. Não está presente? Vamos para frente. Wilson José da Silva, CBH São Francisco. O tempo está correndo.

O Sr. Wilson José da Silva – Boa tarde a todos. Vou ser bem rápido. É tão somente para responder uma pergunta do companheiro Apolo, que perguntou por que algumas situações correspondentes à Copasa não são resolvidas. Primeiro, pelo poder econômico e político dessa empresa. E olhem que tenho problemas na minha cidade, que não é uma cidadezinha qualquer, é a maior bacia leiteira do Estado. Sai de lá 80% da genética suína do País. Estão até querendo acabar agora com a minha região, o Alto Paranaíba. Temos um problema com essa empresa que, durante 34 anos, não demos conta de resolver. Ela usou o nosso cartão-postal, a nossa represa, que é como se fosse a Pampulha, aqui em Belo Horizonte, para despejo dos dejetos dela. Ela nunca teve uma caixa de decantação para cuidar de uma cidade de 180 mil habitantes. Ela nunca cuidou disso. Então simplesmente é só por isso, Apolo: é porque ela tem um poder econômico e político muito forte. E olhem que minha cidade, Patos de Minas, já chegou a ter dois senadores ao mesmo tempo, dois deputados estaduais, e não resolvemos isso. Acho até que é pelo excesso de políticos que há lá que não resolve.

O presidente – Augusto César Soares dos Santos. Alguma coisa a declarar, Apolo?

O Sr. Augusto César Soares dos Santos – Boa tarde a todos. Vou fazer duas perguntas, uma à Andrea, outra ao Prof. Apolo. A do Prof. Apolo é a seguinte: ontem a presidente do Igam mencionou aqui que já foram aplicados R\$165.000.000,00 do Fhidro para o fortalecimento da estrutura governamental, dos órgãos estaduais, e que R\$3.000.000,00 foram aplicados para a revitalização de bacias hidrográficas. Gostaria de saber quanto o Projeto Manuelzão CBH recebeu desses R\$2.000.000,00.

Para a Andréa Zhouri, queria perguntar o seguinte. Acho que o público aqui deve ter a resposta, mas gostaria de saber a dela. Há ferrovia e mineroduto, quando o minério se exaure, o que acontece? Vira cidade às margens da ferrovia. Queria saber se às margens do mineroduto só vai ficar o oco ou se existe algum projeto para circundar os minerodutos.

O meu tempo se esgotou, mas eram duas perguntas, então tinha 2 minutos. Esse minuto a mais que vou usar é para dizer o seguinte: estou indignado porque, daqui a dois dias, daqui a 48 horas, o Rio São Francisco vai fazer 511 anos de descoberto. Existe projeto de revitalização, o próprio Fhidro poderia ser aplicado para ajudar na revitalização do Rio São Francisco.



E aí? Vejam bem. Não só a Bacia do São Francisco, mas, como mostrou o Amarildo, nosso presidente da Emater, as áreas estão degradadas no Estado inteiro. Na Zona da Mata, no Rio Doce e no Paracatu, está tudo degradado. Então como vamos fazer para que tenhamos a revitalização das nossas bacias hidrográficas? Tenho dito. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, Apolo.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa – Essa questão do Fhidro, que é um recurso de áreas inundadas por hidrelétricas, foi criado para recuperação de bacias hidrográficas. Nenhum governo o utilizou. Eles o mantêm no caixa único, contingenciaram, é uma coisa absurda, nunca usaram esse dinheiro para bacia hidrográfica coisa nenhuma. Esse dinheiro não é dinheiro orçamentário, não é para aplicar no Igam. Isso é dinheiro do orçamento para fazer isso. O Fhidro é um recurso para investir em revitalização de rios e essa coisa toda. É tão irregular, que houve uma época em que achei que havia R\$400.000.000,00 ou R\$500.000.000,00 de dinheiro preso. Na verdade, eles já gastaram esse dinheiro. Existe só o papel, e eles não podiam ter feito isso.

Todas as ações de recuperação do governo em relação aos rios não são feitas. E pior ainda: por que continuam destruindo os nossos rios? Não só não há recuperação, como a situação ambiental está piorando, viu, Wagner? A situação ambiental em Minas e no Brasil está piorando. A política econômica, a política completa do País, a forma de trabalhar a agricultura e a indústria, a forma de as pessoas trabalharem fazem com que, a cada dia, os rios fiquem mais esgotados. Rio esgotado significa o seguinte: rio desidratado e com esgoto. Os animais não têm onde beber água. Então estamos vivendo um colapso na questão ambiental. Por isso propus o *impeachment* da política ambiental brasileira.

O presidente – Está bem. Vou chamar o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, e reconhecer sua presença. Andréa, por favor, dê a resposta.

A Sra. Andréa Zhouri Laschefski – Pois não.

O presidente – Depois vou fazer o seguinte: as perguntas serão feitas em bloco e as respostas da mesma forma, para dar chance a todo mundo de falar.

A Sra. Andréa Zhouri Laschefski – Eu agradeço as perguntas. A questão sobre ferrovia *versus* mineroduto é uma escolha infernal dentro de uma mesma lógica, não é? Qual é a lógica? A lógica é uma economia centrada na exportação de *commodities*, como o minério de ferro. Então acho que o problema é uma escolha infernal dentro de uma mesma lógica. O que eu estou criticando é justamente a lógica de uma economia centrada nisso. Tanto assim, que a bolsa de *commodities* internacional de minério está em baixa, os investidores pararam de investir, que é uma questão de economia, e as mineradoras agora estão meio em *stand by*. A Vale andou demitindo vários funcionários. O Projeto Manabi está aguardando momentos melhores para se reaquecer. A gente precisa questionar se realmente o minério atende a uma necessidade ou se é uma moeda de investimento, digamos assim, ele é um nicho do mercado altamente lucrativo e suscetível a esse mercado. Então acho que o debate tem de ser um pouco mais fundo do que a gente ficar escolhendo o que fazer diante de uma mesma lógica, que é excludente, expropriadora, violenta e tudo isso que eu disse aqui. Ela não respeita a diversidade cultural e é geradora de conflitos no mau sentido, porque... Aqui vou querer uma oportunidade para esclarecer um pouquinho o conceito de conflito.

O presidente – Não lhe posso dar, Andréa, desculpe, porque preciso colocar as pessoas para falar, senão a gente não termina este seminário. Peço-lhe desculpas de verdade, mas não queria deixar as pessoas sem falar.

A Sra. Andréa Zhouri Laschefski – Posso dizer só uma coisinha muito breve?

O presidente – Muito breve.

A Sra. Andréa Zhouri Laschefski – Conflito é um tema de trabalho científico. As pessoas têm várias opiniões sobre o que é confronto, sobre o que é conflito, mas o que foi dito aqui tudo é opinião. Existem conceitos sobre conflitos. Nós mesmos, para construir o mapa dos conflitos, levamos quatro anos para chegar a uma definição. E eu sou conhecida e reconhecida pelos meus pares como especialista em conflito.



O presidente – Vamos lá, para ninguém ficar de fora. Com a palavra, Otacílio Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu. Peço para se encaminhar ao microfone a Sra. Jomagna Lemos de Souza.

O Sr. Otacílio Pereira – Eu sou de Paracatu. Ontem foi dito na abertura, de uma maneira infeliz, pelo coordenador da Mesa de debates da manhã, que aqui seria o espaço para a gente desabafar. Eu quero dizer que não vim aqui para desabafar. Vim delegado por uma plenária regional para defender as propostas da região e requerer solução de problemas. Foi apresentado aqui, pelas duas companheiras, um mapa muito triste da região de Paracatu. Ali não são só apresentações, são denúncias que eu gostaria que fossem apuradas por esta Casa. Estou aqui na condição de delegado e quero pedir que sejam apuradas as denúncias da mineradora de Paracatu, que está matando o povo, e os conflitos apontados pelo uso da água, que é uma realidade que vivem os agricultores familiar. Como eu também vivo na pele o conflito pelo uso da água, quero pedir uma solução dessa questão.

Por último, queria fazer uma pergunta ao Prof. Apolo: todos os problemas apresentados aqui, inclusive o que ele mostrou na palestra, caracterizam crime da maior gravidade. Todas as denúncias que foram apresentadas aqui em forma de palestra são crimes amparados pelo Estado, cometidos contra a população de maneira geral. Gostaria de saber do senhor a quem devemos recorrer.

Como o senhor propôs um *impeachment* do sistema de meio ambiente, quero saber se a gente vai ter de recorrer ao juiz Sérgio Moro, que estamos vendo todos os dias na imprensa prendendo empresários e bandidos, ou ao juiz do STF, para que seja instaurado um inquérito para investigar esses crimes denunciados aqui hoje, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, cometidos por empresas, mineradoras e até por vários outros entes públicos contra a população brasileira. A quem devemos recorrer para que seja cessado esse crime e punidos os culpados?

O presidente – Jomagna, pode vir. Vou responder porque essa é uma pergunta importante. Todas as denúncias podem ser protocoladas por escrito nesta Assembleia, na Comissão das Águas, que daremos provimento tanto para o Ministério Público Estadual ou Federal quanto para a Polícia Federal ou o que tiver que sair, para chegarmos a um ponto e lhe darmos uma resposta sempre. Quando puder e couber, nos casos de denúncias específicas, a gente sempre faz isso. Por favor, Jomagna.

A Sra. Jomagna Lemos de Souza – Já vou logo avisando que vou ser antidemocrática e não vou respeitar o horário. Vou fazer um comentário à Mesa em defesa das mulheres. Vejo que poucas palestrantes estão se empoderando e tendo oportunidade de estar aqui. Vou usar uma palavra do senhor ali. Um aluno meu usou a palavra “empodimento”. A gente tem que impedir, sim, implodir o perigo, tanto é que o tal Gênesis, quando falou de Eva, que Eva comeu o fruto, foi impedido o conhecimento, porque era perigoso. A mulher comeu esse conhecimento, ganhou conhecimento e foi colocada dentro de casa, porque ela era perigosa, não é? Uma vez que, se ela tivesse tido o papel do homem, nós não estaríamos passando por esta crise, porque é a mulher que cuida da casa, que sabe e convive primeiramente com a crise de água, que leva a criança ao hospital e cuida de tudo. Então, parabéns às mulheres aqui presentes e às mulheres da Mesa.

Agora quero fazer reverência às palavras do Apolo, que falou dos comportamentos ambientais. Vou me apoderar de uma palavra de uma amiga minha, Marília. Deveria haver, sim, o 11º mandamento: amar a natureza sobre todas as coisas, porque é isso que está faltando. O ser humano tem de amar a natureza.

Antes de fazer a pergunta, quero dizer que não concordo com o que o Sr. João Luís disse, porque venho de uma comunidade, de uma região onde, seja deputado, como o deputado Doutor Jean Freire, seja professora, como eu, seja qualquer ser humano, temos de colocar o pé no barro, temos de colocar o pé na poeira, temos de pegar na enxada, temos de fazer de tudo, carregar água e lenha na cabeça para sobreviver com a crise, seja ela qual for. Então, praticamos mais do que colocamos no papel.

O presidente – Jomagna, o tempo.

A Sra. Jomagna Lemos de Souza – A pergunta para todos os integrantes da Mesa...



O presidente – Em respeito às outras pessoas que estão esperando para falar também.

A Sra. Jomagna Lemos de Souza – Desculpem-me todos. Vou perguntar agora. Gente, só fiz comentário, não perguntei. Se não puder, eu me assento. Como vocês, o papel da mulher sobre a questão hídrica, o que não se falou aqui em nenhum momento.

O presidente – Só por uma questão de controle, terei de ser mais rígido. Como faltam 9 minutos para terminarmos, façam a pergunta. Se der 1 minuto e a campainha tocar, cortarei o microfone. Estou avisando e peço respeito com as outras pessoas que estão na fila. Por favor, Elson Gustavo.

O Sr. Elson Gustavo – Elson Gustavo. Muito boa tarde, companheiras e companheiros, integrantes da Mesa. Na verdade, não tenho bem uma pergunta, gostaria que o Prof. Apolo comentasse o que vou dizer. No princípio do ano, a diretora-presidente da Copasa veio a público dizer que vivíamos uma situação problemática dos nossos recursos hídricos, professor. Ela fez um apelo para que todos economizássemos água, para o bem de todos. Um dia antes do penúltimo encontro regional que houve na região metropolitana, no Sesc, em Venda Nova, foram para a imprensa dizer que não haveria racionamento de água porque não corríamos riscos de escassez. Agora o reservatório de Rio Manso está com 36%, o de Serra Azul com 20% e o de Vargem das Flores com menos de 10%. Gostaria que o senhor comentasse: é uma irresponsabilidade de uma autoridade que comete esse tipo de falta.

Só para finalizar: queria que o senhor falasse da nossa bacia da Pampulha, um suposto reservatório de água que poderíamos usar e que, infelizmente, está naquele estado de degradação por investimento errado das nossas autoridades.

O presidente – O tempo, Elson.

O Sr. Elson Gustavo – Muito obrigado.

O presidente – Soniamara Maranhão, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Depois, Hander Júnior Mendes da Silva. Por favor, posicionem-se.

A Sra. Soniamara Maranhão – Muito bem. Primeiro, quero parabenizar as duas mulheres, a Andréa e a Teca, que nos representaram muito bem. Queria dizer que todas as contradições trazidas aqui hoje são oriundas de um sistema capitalista e imperialista que está em crise pela sobra de bens produzidos hoje, pela sobra de mercadorias e também pela falta de bens naturais para continuar reproduzindo esse sistema capitalista e imperialista. Hoje o que está em disputa é quem vai coordenar e quem vai explorar a força de trabalhadoras e de trabalhadores do mundo e os bens naturais. Por isso está colocada essa guerra contra a água, o petróleo, a mineração e os nossos direitos historicamente conquistados.

Preparemo-nos. Para quem viu a Agenda Brasil, colocada pelo PMDB e defendida pelo PSDB e pelos Estados Unidos, nossos próximos dias não serão só de conflitos pequenos, serão de guerra. Não quero fazer pergunta, quero só reafirmar isso, que precisamos organizar a classe trabalhadora, porque o sistema vem para violar muito mais direitos historicamente conquistados...

O presidente – Tempo, Soniamara. Já deu.

A Sra. Soniamara Maranhão – ... e que foram retirados dos trabalhadores.

O presidente – Hander Júnior, por favor. Peço novamente: 1 minuto, gente.

O Sr. Hander Júnior Mendes da Silva – Boa tarde a todos. Quero agradecer à Teca ter mencionado Paracatu, que sofre aproximadamente há trinta anos com a mineração. A mineradora pratica esbulho possessório, consegue a outorga por meio de documentos inválidos, mata – temos histórias de pessoas baleadas no território, que foram para garimpar -, mata indiretamente com a dispersão do arsênio. Fico triste ao ver falarem em sustentabilidade na mineração. Alguns ainda defendem isso. Acho isso uma coisa absurda, assim como foi mencionado no caso da agropecuária de grandes extensões, de grandes plantações, que usam o pivô incêndio. É impossível haver sustentabilidade nisso.



Gosto sempre de deixar algo para pensarmos um pouco. No caso da Fiemg, onde termina a necessidade e onde começa a ganância? Acho que a mineração deve pensar um pouco nisso. Vamos só até onde é necessário. Para que esse ganho absurdo em cima da mineração, provocando isso tudo?

A pergunta para todos os integrantes da Mesa, para ficar aberto: como, em plena crise hídrica, as mineradoras conseguem outorga de uso de água? A mineração foi o terceiro setor, segundo o Igam, em 2014, que mais recebeu outorgas. Quem fiscalizará?

O presidente – Obrigado, Hander. Aline Ruas, do MAB. Logo depois, Luiz Paulo, que é da Campanha pelas Águas. Peço que fique perto do microfone.

A Sra. Aline Ruas – Bom dia a todas e a todos. Parabenizo as companheiras mulheres que estão na Mesa. Vocês me representaram aí. Tenho 1 minuto – menos do que isso, porque já passou o tempo. Sou Aline, sou do Vale do Jequitinhonha. Não preciso falar muito das questões, somos da região do semiárido mineiro. Temos lá as hidrelétricas Irapé e Itapebi; temos grandes projetos de mineração, como da SAM, e também de exploração de granito; e temos cultivo de eucalipto. Para nós, do MAB, isso está muito relacionado, e esses projetos fazem interlocução.

Minha pergunta vai para a Andréa, para que ela trabalhe isso, já que não deu para ela fazê-lo em sua fala: por que isso acontece? Todas essas mazelas que foram colocadas? Porque, no Brasil, não existe política econômica voltada para a Nação, o que existe é uma política voltada para fora. Agora estamos correndo risco porque a mineração é plantada aqui para escoar minério para fora. Quando há crise lá fora, cai o valor da mineração, e nós é que pagamos o pato.

O presidente – Aline...

A Sra. Aline Ruas – Não gostaria que fosse cortado o microfone, porque os integrantes da Mesa tiveram fala duradoura, e nós não estamos tendo essa oportunidade.

Outro ponto: por que isso acontece no Brasil? Porque, aproveitando que estamos nesta Casa, essas empresas financiam a maioria dos deputados, dos senadores, dos prefeitos e dos vereadores. Temos de repensar isso, em como são feitos os pactos políticos, e temos de mudar o sistema político brasileiro. Essa é minha fala. Gostaria que a Andréa Zhouri tratasse da questão da Irapé, da poluição e da contaminação da água. Realmente você tem competência para isso, para falar, porque não deixaram você fazê-lo. Então, que você possa falar. E dizer que...

O presidente – Aline, por favor.

A Sra. Aline Ruas – ...a Mesa deixou os palestrantes falarem. Agora, na hora em que o povo pode fazê-lo, está perdendo a oportunidade.

O presidente – Não é essa a questão, pelo amor de Deus. Existem pessoas que querem falar, todos querem falar, e o tempo do Plenário, infelizmente, acabou. Não posso fazer outra coisa. Todas as pessoas, até você, Aline, estão aqui com um crachá para participarem e apresentarem. Essa fala, apesar de ter impacto para as pessoas, vale menos do que o que você fará nos grupos, que é onde as propostas serão apresentadas. Lá não há ninguém limitando seu tempo para falar. Mas aqui precisamos pegar as outras pessoas – o Luiz Paulo está aí? – para fazer as perguntas, porque eles querem fazê-lo também. Preciso que seu direito não interfira no deles. Por favor, Luiz Paulo.

O Sr. Luiz Paulo – Obrigado, Aline. Foi representada. Uma coisa que temos de deixar claro: Minas Gerais está tendo suas riquezas minerais saqueadas por essas grandes corporações da mineração. Esse modelo de mineração tem características inerentes, que é a violência – viu, Wagner? Quem vem ao confronto são as mineradoras, quando se implantam nessas regiões para saquear nossos minérios, com um projeto que não tem nada a oferecer ao Brasil, a não ser um rastro de destruição ambiental e social ao povo de Minas Gerais.

Então, isso tem de ficar claro. Agora a moda é o *boom* dos minerodutos, que coloca nossos minérios junto às águas pelo cano e leva nossas riquezas, nossas memórias, nossas terras pelo cano e não tem nada a oferecer ao povo mineiro.



Precisamos dar um basta a esses minerodutos em Minas Gerais. Só pode ser piada passar mineroduto quando o povo está sem água. (– Canta:) Só, só, só, só pode ser piada passar mineroduto quando o povo está sem água.

O presidente – Com a palavra, Rodrigo Dutra Amaral Vale, depois Paulo César Teixeira de Oliveira.

A Sra. Rosa Barros – Querido, estou vendo que há uma preferência pelos homens. Eu preciso falar, eu preciso dar parabéns a todas as pessoas que falaram. Eu fiquei aqui o tempo todo...

O presidente – A senhora se inscreveu?

A Sra. Rosa Barros – Inscrevi, mas desde ontem ninguém me chama.

O presidente – Você é a Celeste?

A Sra. Rosa Barros – Não, sou Rosa Barros, lá da beira do São Francisco, defensora do rio. Quero parabenizar todas as pessoas que falaram e parabenizar também os mineiros, apesar da infelicidade com toda essa degradação ambiental.

Mas a minha importância é o seguinte: acho que o holismo precisa ser visto pelas pessoas, é preciso que as pessoas aprendam o holismo na escola. O homem, por natureza, é um ser holístico. Jesus Cristo, como se falou aqui, era holístico.

O meu livro, que vou lançar, que se chama *Um (?) país*, fala muito sobre holismo. É importante que as pessoas aprendam sobre isso. Muito obrigada.

O presidente – De nada. Com a palavra, Rodrigo Dutra Amaral, depois Paulo César Teixeira e, logo depois, Celeste Gontijo. Peço que sejam breve.

O Sr. Rodrigo Dutra Amaral – Boa tarde a todos. Privilegiando a qualidade da informação, até citada pelo deputado, a Sra. Maria Teresa citou uma informação que gostaria de corrigir. Duas questões: primeiro, a área ocupada pela mineração no Quadrilátero Ferrífero é de 2,7%. Ou seja, dos 780.000ha, a mineração ocupa 20.000ha, todas as minas do Quadrilátero; segundo, a pesquisa mineral. Ela exibiu um mapa mostrando o Quadrilátero completamente com requerimento de pesquisa. Segundo dados do DNPM, para cada mil alvos de pesquisa mineral se gera uma mina. Esse dado do DNPM é um dado factual e o dado da ocupação do Quadrilátero pela mineração é uma informação da Universidade Federal de Viçosa, do Departamento de Solos. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, Paulo César Teixeira de Oliveira.

O Sr. Paulo César Teixeira de Oliveira – Boa tarde. Meu nome é Paulo César, sou engenheiro ambiental da prefeitura de Salinas e tenho duas notícias para o seu Amarildo, uma boa e uma ruim. A boa é: se é para conhecer o ordenamento das propriedades rurais de Minas Gerais, a ferramenta está aí, é o Cadastro Ambiental Rural, uma ferramenta extremamente importante, que tem como delimitar as propriedades, a reserva, APP, nascentes. É uma ferramenta incrível. A notícia ruim é como esses dados estão sendo lançados no sistema. Nos escritórios de contabilidade, estudantes, mototaxistas, pessoas sem nenhum conhecimento técnico para tal serviço, que estão fazendo esse serviço e cobram por ele. Esse serviço vai ter de ser refeito. Talvez porque o Ministério do Meio Ambiente tivesse metas a atingir e, aí, abriu um leque para qualquer um fazer.

Então, refazer esse trabalho é mais trabalhoso do que fazer da forma correta. Na realidade, estou fazendo um pedido a esta Casa: que seja feito algo nesse sentido, que, no mínimo, seja feito por um técnico em agropecuária.

Agora outra questão. Eu tenho 2 minutos, e são duas questões. A outra é rapidinha, vou ler. É para o Sr. Hubert. A preservação e a conservação do meio ambiente são responsabilidade de todos nós, como fala a Constituição no art. 225. Certo? Só que a gente vê a Copasa captando água dos nossos recursos, dos nossos mananciais a custo zero. No entanto, não se percebe uma preocupação da parte da Copasa em relação a preservação do meio ambiente e produção de água. Na região Norte de Minas, quase todos os municípios sofrem com o lançamento de esgoto nos nossos rios, com ETEs que não funcionam e, nas que funcionam, o trabalho é ineficiente, cobrando uma taxa abusiva de 90%. Então, penso que, para resolvermos essa questão da falta de água, da crise hídrica, precisamos chamar a Copasa à responsabilidade.



Deixo a pergunta para o Sr. Hubert: a Arsae tem consciência do que está acontecendo no Norte de Minas? Se sim, o que está sendo feito? A ETE de Salinas foi projetada para 49 litros por segundo, e ela foi construída com 27 e chega a operar, em horário de pico, com 80 litros por segundo. O esgoto que está sendo lançado no Rio Salinas nem o gado bebe. O gado chega e volta. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, Celeste.

A Sra. Celeste Gontijo – Minha pergunta é para a Andréa, mas já fui atendida na anterior. Quero dizer o seguinte: esta Casa é laica, o Estado é laico, precisamos respeitar a laicidade.

Outra coisa: o princípio da paz é a empatia, que é a capacidade de se colocar no lugar do outro. Acho que está faltando um pouco disso nesta Casa, nos políticos, nos deputados. Para você, Iran, quero deixar um recadinho: o PMDB é que está com a caneta para assinar o código de mineração. Então, acho que é uma reflexão.

Andréa, ontem a Coca Cola avisou que perdeu o mercado, que já está com um novo produto, que vai ser proibido no Brasil. Então, o exemplo da Coca Cola é o mesmo do minério. Vamos parar de minerar um pouco, vamos mudar de produto, vamos tomar um suco de laranja.

O presidente – Com a palavra, Romário. Não? Vou encerrar porque não deu tempo. Vou pedir a todos os convidados que foram interpelados fazer as considerações por escrito, que vamos publicá-las pela internet em tempo hábil.

Por último, antes de terminar, quero dizer que a caneta está com o PMDB, na verdade, com o presidente, o deputado Leonardo Quintão. O outro deputado, o Gabriel, é o relator, que tem de apresentar o relatório. Respeito o trabalho de ambos, mas não entendam que pessoas do mesmo partido necessariamente precisem ser irmãos gêmeos. Ao contrário do deputado Leonardo Quintão, eu não tenho dinheiro de mineração bancando a minha campanha, não tenho sequer dinheiro de empresa. Então, o que penso é completamente diferente do pensamento dele sobre a questão do minério. Então, peço que nunca misturem essas coisas, porque duas pessoas do mesmo partido não pensam igual, e é por isso que existem conflitos internos.

Obrigado. Boa tarde. Vamos ter duas horas de almoço. Explicamos o seguinte: às 15 horas ocorrerão o Grupo 4 – Saneamento e Saúde, no Espaço Democrático José Aparecido, entre este prédio e a Praça da Assembleia; Grupo 5 – Atividade Minerária, Indústria e Energia, no Teatro da Assembleia, no andar térreo; Grupo 6 – Agricultura, Pecuária e Piscicultura, no auditório do Edifício Carlos Drummond de Andrade, na Rua Martim de Carvalho, 94, prédio do Procon, rua abaixo a esta em que estamos agora. Obrigado pela presença de todos.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 36ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/10/2015

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Palavras do Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão – Suspensão e Reabertura da Reunião – Apresentação dos Relatórios Aprovados nos Grupos de Trabalho – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Discussão e Votação das Propostas e dos Destaques – Palavras do Deputado Rogério Correia – Palavras do Deputado Federal Padre João – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Doutor Jean Freire – Rogério Correia – Sargento Rodrigues.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

– O deputado Rogério Correia, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade. Nesta manhã, daremos início à plenária final, com a aprovação e a priorização das propostas; eleição da comissão de representação; e entrega do documento de propostas ao presidente da ALMG.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Evandro Bouzada, do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região; e Antônio Giacomini, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e professor da Universidade Federal de Uberlândia; a Exma. Sra. Célia Regina Alves Rennó, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Abes – Seção Minas Gerais; o Exmo. Sr. Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG; a Exma. Sra. Helen Regina Mota, da Cemig; e os Exmos. Srs. Fúlvio Rodriguez Simão, da Epamig; deputados federais Adelmo Carneiro Leão e Padre João; e deputado Rogério Correia.

O presidente – A coordenação informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte organização: suspensão dos trabalhos para leitura pelos participantes do documento de propostas; apresentação pelos coordenadores dos relatórios dos grupos de trabalho; leitura pela Mesa do documento de propostas; apresentação oral dos pedidos de destaque; votação e aprovação, por maioria simples, do documento de propostas, salvo os destaques; discussão e votação, por maioria simples, das propostas destacadas; leitura e votação de novas propostas e moções; priorização das propostas; eleição da comissão de representação; entrega do documento final ao Presidente da Assembleia.

Esta semana tivemos a entrega da Medalha de Honra ao Mérito Legislativo. Vocês devem ter visto espalhados por aí vários cartazes sobre o Rio São Francisco. Há um projeto interessante nesta Casa que foi iniciado com o apoio do deputado Adelmo Carneiro Leão. É um trabalho com as comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco. A ideia que ele vem fomentando é tornar essa uma questão nacional, para que possamos fazer isso em todo o trajeto do Rio São Francisco e não só em Minas Gerais. Vou passar a palavra ao companheiro e amigo Adelmo para dar as boas-vindas nesta sexta-feira, último dia de trabalho deste seminário, mas espero que possamos continuar essa luta no dia a dia e que os trabalhos não parem por aqui.

Palavras do Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão

Bom dia. Cumprimento os meus companheiros e minha companheira de Mesa. Agradeço ao deputado Doutor Jean Freire pela oportunidade de estar aqui. Cumprimento todos. Há alguns amigos meus aqui com quem, há muito, participei dessa luta pela natureza, pelo meio ambiente.

O ano de 1992 foi um marco importante desta Casa. Realizamos o seminário Saneamento é Básico. Naquele tempo, já discutíamos e nos preocupávamos com a questão das águas como um tema fundamental de vida, de preservação, de sustentabilidade. Há 23 anos tínhamos a perspectiva de que, num tempo não muito longo, íamos ter a água como uma das questões mais críticas do ponto de vista da sustentabilidade. Prevíamos isso para 30, 40, 50 anos. Hoje já estamos vivendo essa situação grave.



O Doutor Jean Freire já expôs a questão do Rio São Francisco, e eu quero aqui dar um testemunho para vocês. Para mim é extremamente preocupante. A situação é inaceitável. Estamos vivendo uma concepção que considero muito positiva: o presidente Lula concebeu – e isso já era uma concepção antiga dos anos de 1830, 1835 – a necessidade de se fazer a transposição das águas do São Francisco para as regiões mais carentes, mais necessitadas, para promover a dignidade humana, para abastecer e atender às necessidades humanas. Mas o que estamos vendo hoje é que muitas regiões da Bacia do São Francisco estão ameaçadas por empreendimentos que precisam ser revistos, repensados. Estive, há menos de um mês, na Bacia do Uruçuaia, em Buritis, próximo à região Noroeste de Minas. O que vi é de nos estarrecer. Passei por mais de 10 lugares que eram rios, ribeirões, córregos. Estão todos absolutamente secos. Certamente muitos fatores causaram isso, e precisamos tratar de todos eles para que não erremos atacando somente uma variável. Aprendemos, na matemática, no cálculo diferencial integral, que não solucionamos uma equação resolvendo apenas uma variável. Quando tomamos a solução de uma variável como a solução da equação, a possibilidade de erro é de apenas 100%. Então, não podemos tratar apenas desse contexto. Mas um dos fatores evidentes na região é a formação de barragens nas nascentes desses rios, desses ribeirões, dessas nascentes, cujas consequências vamos assistir lá no São Francisco, que já não está mais navegável. Assim, um dos problemas é a formação de barragens em que toda a água está sendo utilizada para a irrigação, para a produção de grãos, para a alimentação do agronegócio. Essa é uma situação que não podemos admitir, que contrapõe a vida, que ofende a natureza, não só a condição humana, mas os animais, os peixes, toda a flora e a fauna, que ficam comprometidos naquela região. Lá ela tem influência em toda a extensão do São Francisco.

Queremos tratar da questão da água como a fonte de sustentabilidade permanente, de promoção da vida, de garantia da dignidade, do desenvolvimento humano, mas não pode ser utilizada para sustentar apenas alguns e poucos interesses. Não se admite que os bens da humanidade, que são da natureza, possam ser destinados para servir quaisquer interesses que restrinjam a possibilidade de serem compartilhadas pelo conjunto da sociedade, pelo conjunto da humanidade. Então, venho compartilhar com vocês esse momento, agradecendo a oportunidade de estar aqui neste plenário na síntese do encontro, do seminário que estão fazendo.

Acredito muito que, juntos, poderemos construir no território brasileiro, principalmente em Minas, que é considerada a caixa d'água do Brasil – prefiro berço das águas –, políticas e ações efetivas em favor do pleno desenvolvimento humano. No conjunto, essas políticas criam as condições necessárias para que todo ser humano, para que todo ser vivo, possa ser sustentado por ações efetivas de promoção de desenvolvimento pleno.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui. Vamos continuar juntos nessa luta porque, assim, podemos mais, podemos fazer do território brasileiro, do território mineiro, das águas, um espaço da cidadania. Grande abraço a todos. Vamos em frente, vamos construir esse seminário em favor da vida, da prosperidade e da dignidade humana. Muito obrigado.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender os trabalhos por 20 minutos para a leitura das propostas pelos participantes. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Apresentação dos Relatórios Aprovados nos Grupos de Trabalho

O presidente – Vamos dar início agora à apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho. Com a palavra, o Sr. Evandro Bouzada, coordenador do Grupo 1 – Crise hídrica.

O Sr. Evandro Bouzada – Bom dia a todos os presentes. Foi-nos solicitado não o relatório do grupo de trabalho mas a percepção sucinta do que aconteceu nesses três dias. Tive experiência de também participar da etapa do fórum regional em Ubá e em Belo Horizonte e achei muito tranquilo. Os participantes colaboraram e incrementaram as propostas. O documento



que chegou ao final dos trabalhos nessa etapa foi muito rico de propostas. Aliás, já foi sugerido que esse documento fique no site da Assembleia por mais 15 ou 30 dias, para que os participantes possam usufruir mais das 12 propostas prioritárias e do documento final. Nas várias etapas da organização do fórum, desde as câmaras temáticas até essas discussões dos dois últimos dias, percebemos que muitas leis relativas ao nosso tema principal do seminário legislativo já estão prontas, porém não podem ser aplicadas onde é necessário.

Nesse sentido, ficou claro que os órgãos fiscalizadores, esta Assembleia Legislativa, com o seu papel de fiscalizar as ações do Executivo e dos órgãos reguladores vinculados ao Executivo, têm de ampliar essa fiscalização. Ficou claro também que esses órgãos reguladores do Estado têm deficiência técnica e física para fazer, de fato, a fiscalização que deveriam fazer. Ainda temos muito o que fazer, há muito trabalho. Existem leis e existem os órgãos para fazer com que sejam cumpridas, para fiscalizá-las ou regulá-las, mas, infelizmente, isso não acontece lá na ponta, onde realmente é necessário o acompanhamento. Esse exercício de ampliar a fiscalização e o acompanhamento das ações que não são executadas de fato também serve para as câmaras municipais.

Agradeço essa experiência promovida pela Assembleia Legislativa, que é muito rica. Todas as etapas nos oferecem um grande aprendizado. Realmente, isso deve ser ampliado. Ouvimos aqui histórias de diversas pessoas, e isso é muito rico para todos. Agradeço à GPI, que conduziu este seminário, cuja coordenação iniciamos no final de abril, início de maio, culminando nesta etapa final. Foi um trabalho brilhante. Parabênizo todos os participantes que, pacientemente, souberam ouvir as propostas, fazer contrapontos e debater. Essa discussão no grupo foi muito rica. Todos estamos de parabéns.

Por fim, peço ao grande arquiteto do universo que nos dê força, coragem e sabedoria, porque ainda temos muito o que fazer. Como o deputado Doutor Jean Freire disse no início, essa etapa se encerra, mas abrem-se novos e grandes caminhos pela frente. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra o Sr. Antônio Giacomini, coordenador do Grupo 2 – Gestão de Recursos Hídricos, para a apresentação do relatório do grupo de trabalho.

O Sr. Antônio Giacomini – Bom dia a todos. Gestão de Recursos Hídricos, Grupo 2. Houve uma participação muito intensa dos nossos companheiros e discussões bastante acaloradas. É um tema bastante limitante, porque gestão de recursos hídricos é gestão da água apropriada pelo sistema econômico. Porém, o grupo todo teve a sabedoria de expandir a discussão para a questão da gestão das águas. Isso foi muito enriquecedor. Tanto que, das 12 propostas que foram selecionadas no final, 52% estão mais relacionadas com o aspecto ecológico da oferta da água do que propriamente a apropriação da água.

Apenas 10% das 12 propostas dizem respeito especificamente à questão do uso da água, da demanda. Houve um viés bastante forte voltado para a qualidade e a quantidade da oferta. Por outro lado, em se tratando de gestão – e a crise é de gestão –, houve um foco muito grande nas questões institucionais: 37% das propostas estão relacionadas com a organização do Estado, envolvendo principalmente prefeituras, comitês e movimentos sociais, para que encontrem, com os órgãos gestores, Igam e Conselho Estadual de Recursos Hídricos, uma solução para a formatação de uma gestão mais eficiente da água, e não do recurso.

Parabenizo o grupo, foi um trabalho árduo, mas, de certa forma, ficou devendo para sua completude aspectos mais objetivos ligados à própria segurança hídrica relacionada ao uso econômico da água e à segurança direta com obras de infraestrutura. É óbvio que são necessárias, assim como é necessária a condição ambiental para que a água da chuva seja direcionada aos reservatórios. É um trabalho que está num processo, acredito que esta Casa vai realizar outros momentos como este, para que possamos continuar esse trabalho. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Célia Regina Alves Rennó, coordenadora do Grupo 3 – Fomento, Custeio, Receitas e Destinação, para a apresentação do relatório do grupo de trabalho.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, agradeço o convite para estar nesta Mesa. Faço um agradecimento especial aos associados da Abes, que se dedicaram, se debruçaram sobre esse documento. Quatro dos



nossos associados coordenaram as CTIs. O Ronaldo, o José Antônio e o Marcos coordenaram três grupos durante os trabalhos preliminares, dedicaram-se a um processo que compreendeu mais de 10 reuniões para a formatação do primeiro documento. Como estou representando a associação, agradeço a todos vocês. É o momento de a sociedade civil estar presente, como tivemos a oportunidade de verificar durante este seminário e durante as reuniões realizadas no interior.

O meu relato é sobre o grupo Fomento, Custeio, Receitas e Destinação. Creio que foi o menor grupo formado, porque todo o mundo demanda dinheiro, mas na hora de encontrá-lo é algo complicado, ou seja, encontrar os recursos. Então, o foco do trabalho do Grupo 3 foi muito interessante. Realizamos uma discussão de mais de 4 horas, muito proveitosa, com a participação de todos. Quando terminou o trabalho, percebi que todos se sentiram contemplados nas demandas priorizadas. O que se tentou fazer foi encontrar água em pedras, ou seja, encontrar recursos para um sistema que carece deles. Muitas demandas não são atendidas por falta de recursos e de gestão. Nas 12 propostas do grupo, que serão submetidas à avaliação dos senhores, há alguns pontos – peço-lhes que analisem a sua importância – em que identificamos onde podemos encontrar recursos para investimentos maiores, a fim de reduzir a crise hídrica. Pedimos aos deputados que trabalhem isso e tragam esses recursos, a fim de que não precisemos mais falar sobre crise hídrica, mas sobre gestão dos recursos. Há também algumas diretrizes que indicam como utilizar melhor esse recurso, a fim de darmos a resposta que a sociedade merece nessa gestão. Foram priorizadas 12 propostas sem muitas discussões. Espero que os senhores as avaliem e nos ajudem a pedir aos deputados que encontrem esses recursos, porque essa crise será contínua, mas não tem de ser uma crise, e sim um processo contínuo de aprendizado, ou seja, para aprendermos a conviver com a redução da disponibilidade hídrica, além de uma convivência mais pacífica, para que esse recurso chegue para todos os usos que queremos priorizar. Era isso. Muito obrigada.

O presidente – Com a palavra, o Sr. Fernando Silva de Paula, coordenador do Grupo 4 – Saneamento e Saúde, para a apresentação do relatório do grupo de trabalho.

O Sr. Fernando Silva de Paula – Bom dia a todos. Inicialmente, agradeço o convite para estar aqui, honrosamente, representando a Arsae nesta Mesa. Agradeço também à comissão organizadora o suporte que nos foi dado no encaminhamento dos trabalhos. O grupo de que participei foi Saneamento e Saúde. Várias discussões foram travadas. Isso nos mostrou com bastante clareza que poderia ser dado outro nome ao grupo, porque saneamento é saúde e as discussões foram todas muito produtivas nesse sentido, mostrando que a participação intensa da sociedade nos encontros regionais foi uma realidade. As 12 propostas priorizadas pelo grupo estão relacionadas com a questão da saúde. A parte dos recursos que seriam destinados para alcançar a universalização e a equidade na qualidade dos serviços prestados, oferecidos à sociedade, foi muito ressaltada também. Devemos destacar a importância da participação da GPI, a quem quero agradecer, e da Consultoria da Casa, que possibilitou fossem feitas convergências entre as diversas sugestões apresentadas.

As Câmaras Técnicas Interinstitucionais – CTIs – foram norteadoras para os encontros regionais. A maior parte das propostas foi referendada ao longo dos encontros regionais. Todos os acréscimos que surgiram em cima das propostas inicialmente sugeridas por esses trabalhos das CTIs foram muito bem sintetizados e convergidos em alguns elementos, que poderiam ser considerados com mais facilidade na definição de quais seriam as propostas que priorizaríamos na etapa final.

Dentro desse contexto, espero que vocês contemplem bem essas propostas para podermos definir e votar de acordo com aqueles elementos que se fizerem mais importantes dentro das 12 propostas apresentadas. Gostaria de fazer um esclarecimento importante: houve um equívoco na consolidação dos trabalhos de ontem, quando não se contemplou um documento da proposta, um dos destaques aprovados no Grupo 4. Na Proposta nº 39, na segunda linha, deveria ter sido cortado o trecho “e a construção de fossas sépticas”. Por favor, rasurem essa passagem no documento que os senhores receberam. O texto correto dessa proposta passa a ser: “Recomendação aos poderes públicos estaduais e municipais de alocação de recursos orçamentários para a destinação adequada dos efluentes na zona rural em todo o Estado de Minas Gerais, como forma de prevenir a contaminação do solo e da água”. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Helen Regina Mota, coordenadora do Grupo 4 – Atividade Minerária, Indústria e Energia, para a apresentação do relatório do grupo de trabalho.



A Sra. Helen Regina Mota – Bom dia. Gostaria de agradecer a oportunidade. As nossas discussões foram muito acirradas, porque envolveram setores importantes como indústria, energia e mineração. Enfatizo a formação de um banco de dados, que é uma das propostas. Quanto à gestão, ou seja, visualizar o Estado como um corpo único, precisamos enxergá-lo como um todo, além dos recursos hídricos, é necessário enxergar as florestas para conseguirmos uma gestão importante. A questão socioambiental também foi bem tratada. Podemos verificar isso pelas propostas em que houve preocupação com os atingidos, aqueles que sofrem na pele os efeitos da questão industrial, da mineração e da energia. É importante que os deputados deem atenção a essas questões.

É preciso que o Estado saia na frente com o uso sustentável dos recursos. Isso é importante, falar sobre isso muitos falam, mas devemos fazer algo, porque os recursos são finitos. Estamos enfrentando uma crise hídrica importante, mas, como o Estado é rico em nascentes e corpos hídricos, há uma forma de se consertar isso por meio de gestão, de preservação. É preciso ouvir todas as partes. Isso é muito importante. Além do setor industrial, em Minas há também a importância do turismo. É muito bonito retirar dinheiro, insumos, por meio das populações que estão em regiões muito bonitas do Norte de Minas. Em muitas áreas, além do setor industrial, o turismo também pode ser explorado, porque leva riquezas para as pessoas que vivem ali. Esse foco é importante, apesar de não ter sido tratado no grupo que coordenei. É isso. Agradeço a atenção de vocês.

O presidente – Com a palavra, o Sr. Fúlvio Rodriguez Simão, coordenador do Grupo 6 – Agricultura, Pecuária e Piscicultura, para a apresentação do relatório do grupo de trabalho.

O Sr. Fúlvio Rodriguez Simão – Bom dia a todos. Agradeço aos colegas da coordenação, que nos confiaram esse desafio de organizar um grupo com tantas ideias diferentes. Contamos com a colaboração do colega Ênio, da Emater, e o apoio da Dra. Míriam, do Ministério da Agricultura, e do Guilherme, da Faemg. De todo esse processo que veio das CTIs, das regionais, foram apresentadas muitas propostas boas dentro dessa temática. No documento que nos chegou para análise havia 32 propostas. Dessas, 28 foram aprovadas, 12 foram priorizadas. Mesmo durante a plenária, foram apresentadas cinco propostas. A maioria foi aprovada. Tivemos boas oportunidades de discussão. Como as propostas novas não são abertas para destaque, então não temos condição de trabalhar a redação delas. É um ponto a se observar, porque algumas foram priorizadas.

Uma das coisas mais difíceis que achei foi a teorização. Em nosso grupo de trabalho, por exemplo, estivemos empatados em 12º. Após a votação, tivemos quatro propostas, sendo que duas vieram das CTIs e tratavam de zoneamento econômico, ecológico, ambiental e produtivo e, na votação, acabaram nem ficando, porque a proposta vencedora, com muito mérito, tratava de piscicultura, tema pouco abordado em outras discussões. Daí a ideia de deixar disponíveis as propostas aprovadas para que haja uma forma de as pessoas verem, porque há muitas ideias boas.

O fundamental é que tivemos boas discussões, realizamos um trabalho democrático. Isso é importante para a construção de novas propostas. Obrigado a todos.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A coordenação informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica em relação à discussão das propostas. A coordenação lerá cada proposta e receberá os pedidos de destaque, os quais deverão ser feitos oralmente por meio dos microfones do Plenário. Os destaques podem ser feitos para suprimir ou modificar a proposta a fim de agilizar os trabalhos. A coordenação solicita aos participantes que as alterações sejam substanciais, relacionadas ao conteúdo das propostas, evitando-se mudanças pouco significativas ou de mera correção de redação.

Aprovado o documento da proposta, salvo destaque, será concedida a palavra por até 2 minutos a cada participante inscrito para a apresentação do seu destaque, alternando-se entre um participante favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Iniciado o regime de votação, não será permitida a apresentação de questões de ordem. Será permitida a apresentação de novas propostas e moções, desde que estas sejam formalizadas por escrito, apresentadas dentro do horário estabelecido pela coordenação dos trabalhos e inscritas por, no mínimo, 20% dos votantes presentes, conforme § 3º do art.



18 do regulamento. Essas novas propostas e moções serão votadas ao final das discussões do documento de propostas. Terminado o processo de votação das propostas, serão priorizadas até seis por tema.

Informamos aos presentes que as inscrições de candidatura à comissão de representação do seminário legislativo poderão ser realizadas, encaminhando-se os nomes para as mesas até as 12 horas, impreterivelmente. Lembramos que essa comissão terá 11 membros e a seguinte composição, segundo o § 6º do art. 18 do regulamento: dois representantes do setor técnico e instituições de pesquisa; dois representantes do setor produtivo e usuários; dois representantes de sindicatos de trabalhadores e de movimentos socioambientais; três representantes de comitês de bacias; e dois representantes do poder público estadual.

Informamos que as candidaturas deverão ser registradas em formulário próprio, disponível na mesa de apoio, localizada ao lado esquerdo desta tribuna.

A coordenação lembra à plenária que novas propostas e moções devem ser subscritas por, no mínimo, 20% dos votantes e, a fim de verificar o quórum, solicitamos aos votantes que levantem os cartões de votação. Caso tenha algum votante no corredor, peço, por gentileza, que venha para dentro do Plenário. Há 116 votantes presentes. São necessárias, no mínimo, 22 assinaturas para a apresentação de novas propostas. Relembro que cada pessoa só pode votar apenas uma vez, está bem? Ontem, houve problema em algum grupo. Por gentileza! São necessárias, no mínimo, 23 assinaturas para a apresentação de novas propostas. Esclarecemos que as novas propostas e as moções podem ser apresentadas por escrito até as 12 horas. O formulário também está na mesa ao lado.

Discussão e Votação das Propostas e dos Destaques

O presidente – Passaremos à apresentação oral e ao pedido de destaque. Tema 1 – “Crise hídrica”.

1 – Elaboração de lei que imponha condições à liberação de projetos de urbanização, novos loteamentos, chacreamentos, pavimentação de vias públicas e readequação de águas pluviais e de estradas rurais, exigindo-se a construção de barraginhas de contenção e terraceamento, com o objetivo de evitar assoreamento da calha dos cursos d’água e permitir a condução de parte das águas pluviais para áreas específicas de recarga de aquíferos. Algum destaque? (– Pausa.) Por gentileza, use o microfone para que sua fala fique registrada.

A Sra. Maria Margarida – Bom dia. Sou Maria Margarida, da Fundação HidroEX. Minha sugestão sobre esse item...

O presidente – Não. É só dizer seu nome.

A Sra. Maria Margarida – Maria Margarida, da Fundação HidroEX.

O presidente – Maria Margarida. Para agilizar, na hora em que eu perguntar se há algum destaque, levantem a mão. Levantem mesmo, alto. E digam o nome em voz alta. Podem falar do mesmo local, porque é apenas para registrarmos. Por enquanto é só, está bem? Mais alguém, além dela?

2 – Estabelecimento de incentivos fiscais e de créditos para financiamento público a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água, respeitando o uso prioritário; a elaboração de lei e respectiva regulamentação que restrinja a concessão de licenças ambientais, outorgas e financiamentos públicos para projetos que demandem usos intensivos de água em situações de saturamento de usos e de níveis de poluição de recursos hídricos, enquanto persistirem as situações mencionadas. Algum destaque? (– Pausa.) Não, sem destaques.

3 – Ampliação e fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização do uso de recursos hídricos por meio da destinação de recursos orçamentários e financeiros para a implantação de um sistema de informações de recursos hídricos do Estado, com publicização dos resultados obtidos, tendo como base uma rede de monitoramento e coleta de dados primários, com capilaridade e efetividade na verificação dos dados quantitativos e qualitativos, começando pela instalação de medidores de vazão a montante e a jusante dos usuários de grande porte e alto potencial poluidor, com instalação de



macromedidores dos pontos de captação e possibilidade de revisão da vazão outorgada, a fim de permitir ao poder público e à sociedade exercerem o controle e tomarem decisões. Algum destaque? (– Pausa.) Sem destaque.

4 – Criação e regulamentação de lei para a cultura de eucalipto, limitando-a a atividades das áreas de recarga hídrica e de nascentes, mantendo a plantação a uma distância mínima de 500 metros de mananciais e córregos, aumentando as áreas de preservação permanente nessas regiões, estabelecendo, nas bacias hidrográficas de Minas Gerais, áreas livres de mineração e monocultura de eucalipto e utilização, no cerrado mineiro, das veredas e córregos como corredores ecológicos para proteção da fauna e da flora, fortalecendo esse bioma e as suas comunidades tradicionais. Algum destaque? (– Pausa.) Maria Margarida. Mais algum destaque?

5 – Elaboração de legislação e de regulação sobre o reúso da água, prevendo a fiscalização, o controle, os parâmetros de qualidade, incentivo fiscal e tributário para esse fim, e formulação de políticas públicas para a otimização e racionalização do uso da água no Estado de Minas Gerais. Algum destaque? (– Pausa.) Sem destaque.

6 – Contratação, elaboração e implementação do Plano Estadual de Segurança Hídrica de forma a estruturar as medidas necessárias para garantir a preservação e a recuperação ambiental, os adequados usos e ocupações do solo, o fomento e o pagamento da prestação de serviços ambientais, reativação do Programa Bolsa Verde, entre outros, e compensação fiscal a municípios produtores de água, assim como a identificação de áreas de conflito por demanda e uso e implementação, pelos empreendedores ou organizações responsáveis, de planos de contingência, planos com responsabilidades e procedimentos estabelecidos em uma organização ou região para atender a emergências, situações críticas, desastres naturais, etc., seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Hídrica. Algum destaque? (– Pausa.) Giacomini. Mais alguém? Sem mais destaque.

7 – Garantia de que todos os planos diretores de bacias hidrográficas estabeleçam zonas de restrição de uso e ocupação, para conservar mananciais – áreas de recarga, nascentes e aquíferos – fundamentais para o abastecimento público e a proteção da biodiversidade em consonância com os planos diretores dos municípios. Algum destaque? (– Pausa.) Gustavo. Mais alguém? Sem mais destaque.

8 – Elaboração de lei estadual, obrigando todas as prestadoras de serviços de abastecimento público de água e de saneamento a conceberem, publicarem e cumprirem um plano de redução de perdas que reduza de maneira sistemática as perdas e desperdícios de água, submetendo-o, para validação, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após parecer técnico da agência reguladora, e obrigando as construtoras a implementarem hidrometração individualizada. Algum destaque? Sem destaque.

9 – Criação de um programa de recuperação e conservação de nascentes e matas ciliares dos rios e demais postos d'água do Estado de Minas Gerais com redução de impostos a quem aderir ao programa e efetivamente implementá-lo e com destinação de recursos às organizações civis que apresentem projetos com esse fim. Algum destaque? José Valter. Mais alguém? Sem mais destaques.

10 – Consideração, no licenciamento ambiental, das práticas tradicionais dos vazanteiros, geraizeiros e populações tradicionais e da Lei nº 11.326/2006, que trata dos agricultores familiares, para que possam plantar e ter acesso à água e aos recursos naturais existentes nas veredas e várzeas. Algum destaque? Sem destaques.

11 – Declaração, por meio de lei, de que as áreas de recarga e aquíferos são de preservação permanente. Algum destaque? Giacomini. Mais alguém? Sem mais destaques.

12 – Transformação, por meio de lei, das práticas e tecnologias sociais de convivência com a seca em políticas de Estado, envolvendo incentivos fiscais e creditícios com acesso a recursos financeiros e orçamentários dos municípios, do Estado e da União, e apoio a pequenos produtores que sofreram perdas relacionadas a secas ou cheias. Algum destaque? Sem destaque.

Agora vamos ao Tema 2 – “Gestão de recursos hídricos”.



13 – Ampliação das dotações orçamentárias do Estado para o desenvolvimento de ações com aporte financeiro suficiente, com estabelecimento de parcerias e/ou convênios e participação social que tenham como objetivo a redução do desmatamento, a recuperação de áreas degradadas prioritariamente com espécies nativas, a conservação de áreas naturais, a implantação de corredores ecológicos, a prevenção e controle de queimadas e de incêndios florestais, a preservação e a revitalização ambiental dos mananciais superficiais e subterrâneos, das nascentes e das áreas de recarga, a criação, implantação e gestão de unidades de conservação e o fortalecimento das já existentes, o controle de espécies exóticas e invasoras e a retomada dos projetos de pagamentos por serviços ambientais – PSAs –, com respeito aos usos e costumes dos povos e comunidades tradicionais. Algum destaque? Sem destaque.

14 – Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs –, por meio de suporte financeiro às ações, aos estudos e planos necessários ao desenvolvimento da gestão de recursos hídricos. Algum destaque? Sem destaque.

15 – Fortalecimento orçamentário, profissional e estrutural do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com especial atenção aos órgãos vinculados, mantendo integralmente seu caráter público e sua sustentação financeira baseada em orçamento e verbas compatíveis com sua missão, que se apoia em mecanismos de controle público e social e fóruns regionais de governança. Algum destaque? Sem destaque.

16 – Estímulo à criação de consórcios e/ou parcerias para o estabelecimento de viveiros que produzam mudas de árvores nativas das suas regiões, para serem disponibilizadas para que os produtores rurais possam fazer a recomposição vegetal das nascentes existentes em suas propriedades e a arborização urbana. Algum destaque? Carlos Alberto.

17 – Especificação na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Minas Gerais de uma rubrica para o recebimento dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água, vinculada diretamente à agência de bacia, caso exista, ou ao órgão gestor de recursos hídricos nos demais casos ou quando se tratar de transferência de recursos de bacias federais e liberação dos recursos retidos nos anos anteriores. Algum destaque? Maria Margarida. Mais alguém? Sem mais destaques.

18 – Criação de lei que, em situações de saturamento de usos e níveis de poluição de recursos hídricos, restrinja a concessão de licenças ambientais dos grandes empreendimentos, outorgas e financiamentos públicos para projetos que demandem uso intensivo de água e estabeleçam justificativas fiscais e créditos para financiamento público a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água. Algum destaque? Sem destaques.

19 – Estabelecimento de políticas públicas prioritárias para a recuperação das áreas de recarga das águas subterrâneas, criando mecanismos de apoio técnico para orientação na utilização do solo, com a criação e o fortalecimento de estruturas governamentais de apoio e orientação às práticas agrícolas. Algum destaque? Carolina. Mais alguém? Sem mais destaques.

20 – Estabelecimento de um monitoramento e fiscalização efetiva do uso dos recursos hídricos com relação às outorgas já concedidas, com vistas ao controle da entrega da vazão dos rios da Bacia do Paraíba do Sul, visando à segurança hídrica e ao desenvolvimento econômico sustentável. Algum destaque? Sem destaques.

21 – Universalização do projeto Produtor de Água no Estado de Minas Gerais, com a finalidade de aumentar a quantidade de reservação e qualidade da água na rede hidrográfica do Estado condicionada à apresentação pelo governo do Estado e pela Copasa de proposta de operacionalização e financiamento. Algum destaque? Sem destaques.

22 – Realização imediata de investigação hidrogeológica no Estado de Minas Gerais, com a elaboração de diagnóstico para constituição e execução de um plano de utilização de águas subterrâneas. Algum destaque? Sem destaques.

23 – Inclusão obrigatória da educação ambiental, por meio de disciplina ou de conhecimentos transversais na grade curricular de todos os níveis de ensino, com aulas teóricas e práticas, e nas atividades de extensão, respeitadas as especificidades locais e regionais, e fortalecimento dos projetos de extensão nas comunidades. Há algum destaque? Maria Margarida. Seu nome? Carlos Henrique Fonseca. Mais alguém? Sem mais destaques.



24 – Elaboração de um plano estratégico de revitalização das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais por meio de projetos estruturadores, contemplando pequenos, médios e grandes barramentos para a perenização de mananciais, visando à gestão sustentável dos recursos hídricos da região, com flexibilização da legislação ambiental, de maneira a permitir aos produtores rurais e aos agricultores familiares a construção de pequenas e médias barragens. Algum destaque? Aline. Mais alguém?

Qual é o seu nome? O companheiro Carlos Alberto quer retornar à questão 21 para fazer um destaque. O Plenário concorda? Levante o cartão quem concorda com isso. (– Pausa.) Concordaram. Será na questão 21. E na questão 24, destaque para o Gustavo e a Aline. Mais alguém? Marcos, na questão 24.

Tema 3 – “Fomento, custeio, receitas e destinação”.

25 – Revisão da Lei nº 15.910 para que 100% da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos paga pelas hidrelétricas ao Estado sejam destinados ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro –, garantindo a destinação de 20% aos atingidos por hidrelétricas e barragens, tanto a montante quanto a jusante delas, sem possibilidade de contingenciamento desses recursos financeiros, e para que, no mínimo, 20% dos recursos do Fhidro sejam aplicados em municípios com o IDH abaixo da média estadual e naqueles localizados em áreas suscetíveis aos avanços da desertificação. Algum destaque? Gustavo. Seu nome? Adair, Nenzão e Rogério Mamão. Três destaques. Mais alguém? Sem mais destaques.

26 – Avaliação da legalidade da atual destinação dada pela Agência Nacional de Águas – ANA – aos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio do Estado pagos pelas hidrelétricas em percentual equivalente a 0,75% do valor da energia elétrica produzida, a título de CFURH – Lei Federal nº 9.984, de 2000 –, em face da determinação da Lei Estadual nº 13.199, de 1999, de que esses recursos devem ser aplicados integralmente na bacia de origem. Algum destaque? Sem destaques.

27 – Criação de uma política pública para compensação financeira e isenção de impostos para os produtores rurais que se proponham a adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades, contribuindo para a proteção e a recuperação dos recursos hídricos, a título de pagamento por serviços ambientais. Algum destaque? Nome. O companheiro que se levantou queria fazer destaque? Não. Chafith.

28 – Revisão da política tributária estadual para incentivar o desenvolvimento e a transferência de novas tecnologias para o uso eficiente de água e/ou baixo impacto ambiental e aumento dos recursos do ICMS Ecológico para os municípios de forma a premiar medidas de proteção, controle, recuperação e gestão da oferta hídrica. Algum destaque? Nome. Carlos Henrique. Mais Alguém? Ronaldo. Mais alguém? Sem mais destaques.

29 – Desburocratização e agilização na aplicação dos recursos do Fhidro para estruturação de comissões e câmaras setoriais para formulação de editais temáticos e análise de projetos e implantação de uma única instância burocrática para avaliação legal, implementação de convênios e contratação de projetos. Algum destaque? Maria Auxiliadora. Mais alguém? Sem mais destaques.

30 – Estabelecimento de regras e critérios para a aplicação das verbas arrecadadas e geridas pelo Ministério Público, em termos de ajustamento de conduta – TACs –, e em compensações ambientais, como forma de financiar projetos especificados e priorizados nos planos diretores das bacias, com a apreciação do respectivo comitê de bacia hidrográfica. Há algum destaque? Chafith. Mais alguém. Sem mais destaques.

31 – Regulamentação da Lei nº 12.503, de 1997, Lei Piau, de forma a garantir a obrigatoriedade às concessionárias de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para que promovam, com recursos próprios, a recuperação das nascentes e matas ciliares na bacia hidrográfica onde ocorrer a exploração. Há algum destaque? Destaque do Ronie Von. Mais alguém? Sem mais destaques.



32 – Garantir orçamento para o programa Bolsa Verde, instituído pela Lei Estadual nº 17.727, de 2008, e honrar o pagamento dos termos de cooperação já firmados, relativos aos editais de 2010 e 2011. Há algum destaque? Sem destaque.

33 – Maior apoio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – na capacitação dos membros dos comitês de bacia hidrográfica, visando ao aprimoramento técnico para a elaboração de projetos destinados à captação de recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro. Há algum destaque? Rogério Mamão. Mais alguém? Sem mais destaques.

34 – Difusão, fomento e financiamento com recursos do Fhidro, das práticas de agricultura de precisão e das tecnologias sociais de convivência com a seca. Há algum destaque? Sem destaque.

35 – Destinação dos recursos de autuações e multas para o município ou localidade de origem, de forma a premiar medida de proteção, controle, recuperação ambiental e gestão da oferta hídrica, sendo a gestão desses recursos realizada pelos órgãos ambientais competentes nas três esferas. Há algum destaque? Sem destaque.

36 – Classificação orçamentária dos recursos de cobrança, de forma que não incida sobre os mesmos 1% do Pasep e aproximadamente 13% da dívida pública. Há algum destaque? Sem destaques.

Tema 4 – “Saneamento e saúde”.

37 – Garantia dos recursos necessários para universalização e integralização do saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme base estabelecida no Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab – de 2013, no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos planos diretores de bacias, priorizando o uso de recursos não onerosos e não reembolsáveis ou o monitoramento e a fiscalização do funcionamento. Há algum destaque?

38 – Destinação obrigatória de um percentual de no mínimo 0,5% dos investimentos em serviços de saneamento no Estado de Minas Gerais para capacitação, qualificação e treinamento de gestores e operadores, exigindo a certificação profissional mínima de todos os trabalhos do setor antes do início da operação. Há algum destaque? Destaque do Adilson. Sem mais destaques.

39 – Recomendação aos poderes públicos estaduais e municipais de alocação de recursos orçamentários para a destinação adequada dos afluentes na zona rural em todo o Estado de Minas Gerais, como forma de prevenir a contaminação do solo e da água. Há algum destaque? Sem destaques.

40 – Implantação da vigilância em saúde ambiental em todos os municípios mineiros, dentro do prazo de dois anos, com fiscalização e apoio da Secretaria de Estado de Saúde – SES -, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS -; vigilância da qualidade da água para consumo humano; vigilância em saúde de populações expostas a contaminantes, solo, ar; químicos prioritários, desastres naturais e acidentes com produtos perigosos, garantindo a divulgação dos recursos aos consumidores, conforme mecanismo e instrumento definido no Decreto nº 5.440, de 2005, avaliando dados epidemiológicos das doenças de transmissão hídrica, em conjunto com os dados de qualidade da água, e fortalecendo o sistema. Há algum destaque? Sem destaques.

41 – Criação e execução do projeto estadual Pacto pelo Saneamento, a partir de 2015, com o envolvimento dos três poderes da sociedade civil, para atender às metas propostas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab – de 2013, devendo o projeto ser coordenado pela Câmara Setorial de Saneamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional de Política Urbana – Conedru. Há algum destaque? Ronaldo. Mais alguém? Sem mais destaques.

42 – Estabelecimento de mecanismos para que todos os municípios ou consórcios de municípios criem ou definam agências reguladoras de saneamento, no prazo máximo de dois anos, para que sejam regulados e fiscalizados por um ente regulador, com controle social. Há algum destaque? Luís Domingos. Mais alguém? Diga seu nome. Luís Mário? Mais alguém? Sem mais destaques.



43 – Garantia de transparência e clareza nas regras e nos valores cobrados pelo serviço de esgotamento sanitário, por meio da criação e da implantação de um procedimento padrão para a determinação dos volumes de esgotos coletados e tratados, sob a coordenação dos entes reguladores, estabelecendo metas de melhoria e eficiência, que deverão ser consideradas nas revisões tarifárias. Há algum destaque? É transparência e clareza. Isso está claro? Qual é, Gustavo? O Gustavo solicita seja feito um destaque no item 35. Quem estiver de acordo, por gentileza, levante o crachá.

44 – Desocupação de todas as casas e áreas irregularmente ocupadas que estiverem localizadas a menos de 100m da margem da represa Várzea das Flores, e recuperação de todas as áreas de matas nativas localizadas na bacia contribuinte à represa, transformando-as em parques. Há algum destaque? Luís Domingos. Quem mais? Ronaldo. Mais alguém?

45 – Garantia de que o serviço de água e esgoto ofertado à população de Minas Gerais seja de qualidade e de igual tratamento, sem fazer diferença entre as regiões e os prestadores de serviço, a exemplo do que ocorre hoje com a população do Norte e Nordeste de Minas, que recebe água da Copanor de qualidade inferior. Há algum destaque? Adilson, Maria Margarida e Carlos Alberto.

46 – Criação de um plano permanente de comunicação com abrangência estadual, com o objetivo de informar o cenário do saneamento básico, os planos e as metas estabelecidas para o Estado e os municípios, a legislação em vigor, as instituições envolvidas e suas respectivas responsabilidades. Há algum destaque? Sem destaque.

47 – Promoção de ações para conhecimento, disseminação e implantação do Programa Cultivando Água Boa, já adotado pelo governo do Estado de Minas Gerais por meio do Decreto nº 46.730, que obteve reconhecimento mundial, conquistando o prêmio Carta da Terra, entregue em Amsterdã, Holanda, em 2015. Há algum destaque? Sem destaques.

48 – Melhoria da qualidade da prestação dos serviços de saneamento nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, com a incorporação da Copanor pela Copasa. Há algum destaque? Sem destaque.

Tema 5 – “Atividade minerária, indústria e energia”.

49 – Disponibilização de um sistema de informação integrado, de acesso irrestrito e alimentado por organizações públicas e privadas: administração pública, empresas, instituições de pesquisa, agências de bacias hidrográficas, CBHF, ONGs, etc., sob a gestão do Igam, com dados qualitativos e quantitativos sobre os recursos hídricos disponíveis em cada bacia hidrográfica e seus respectivos usos, além do acompanhamento da contaminação das águas, do monitoramento de espécies de peixes e da publicação de relatórios semestrais para subsidiar a sociedade em geral, os municípios e os órgãos colegiados de meio ambiente e recursos hídricos e as atividades de educação ambiental, comunicação e tomadas de decisão. Há algum destaque? Sem destaque.

50 – Elaboração de plano ambiental estratégico da matriz energética do Estado de Minas Gerais, visando a sua diversificação e otimização, considerando critérios para a manutenção de bacias, rios e trechos de rios livres de barramento, e priorizando o investimento em programas e ações governamentais de incentivo à geração de energia por meio de fontes alternativas renováveis, valorizando recursos locais e tecnologias populares e sociais, com o intuito de reduzir a geração de gases causadores de efeito estufa, preservar as bacias hidrográficas, reduzir o custo da energia, incentivar a reorganização do consumo e evitar o desperdício. Há algum destaque? Sem destaque.

51 – Obrigatoriedade para os setores de mineração, indústria e energia para a adoção de tecnologias menos intensivas em uso de água, com controle e planejamento do uso territorial de longo prazo, e para a preservação, recuperação e revitalização de áreas de recarga, nascentes e matas ciliares, para a conservação e produção de água por meio de adoção, entre outras, de tecnologias sociais e de pagamento por serviços ambientais, como condição para licenciamento ambiental, com o objetivo de garantir o abastecimento público, a dessedentação animal, as funções ecossistêmicas da água e a produção agrícola, priorizando a agricultura familiar. Há algum destaque? Roberto. Mais alguém?

52 – Definição de mecanismos capazes de assegurar o uso múltiplo das águas dos reservatórios voltados para a geração de energia... Desculpem-me, isso foi para acordá-los.



53 – Criação de comissão parlamentar de inquérito – CPI – sobre os processos de licenciamento ambiental do Estado. Não foi de propósito que pulei. Vou até ler de novo. “Criação de comissão parlamentar de inquérito – CPI – sobre os processos de licenciamento ambiental no Estado. Algum destaque? Gustavo. Mais algum? Sem mais destaque.

54 – Definição de mecanismos capazes de assegurar o uso múltiplo das águas nos reservatórios voltados para a geração de energia, não permitindo que a ação unilateral defina o nível dos reservatórios, prejudicando as atividades de piscicultura, agricultura irrigada, turismo e transporte hidroviário. Algum destaque? Sem destaque.

55 – Criação de lei que estabeleça a obrigatoriedade com penalidade às empresas dos setores de mineração, indústria e energia para que ofereçam, dentro da bacia hidrográfica, especialmente na microbacia ou município onde elas atuam, apoio técnico e financeiro à execução de ações de conservação da água superficial, subterrânea e do solo, por exemplo, a construção de terraços e bacias de infiltração. A readequação de estradas vicinais, a recuperação e proteção de nascentes, o reflorestamento com espécies nativas de áreas de proteção permanente e reserva legal, o saneamento ambiental, redução da erosão, da sedimentação e da poluição difusa e aumento da infiltração de água no solo nos casos em que tais ações não se enquadram como obrigações legais das referidas empresas. Algum destaque? Sem destaque.

56 – Estabelecimento de territórios livres da ação minerária nas bacias hidrográficas do Estado, em especial em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água. Algum destaque? Roberto e Carolina.

57 – Ampliação do percentual da representação dos atingidos por atividades de mineração, indústria, energia e outras atividades impactantes e de organização socioambiental na composição das instâncias colegiadas do Copam. Algum destaque? Sem destaque.

58 – Proibição da concessão de outorgas de uso de água e da instalação de novos minerodutos no Estado de Minas Gerais. Revisão das autorizações para a instalação e funcionamento de mineroduto já concedidas e auditorias dos licenciamentos vigentes. Algum destaque? Duílio e Menção. Mais Alguém? Sem mais destaques.

59 – Criação, por lei, da obrigatoriedade de elaboração de estudos técnicos e de realização de plebiscito nos municípios impactados para análise da viabilidade socioambiental de empreendimentos que afetam áreas de matas nativas ou que estejam localizadas em até 5km de distância de nascentes ou cursos d'água, garantindo à população acesso sobre possíveis danos ambientais e medidas mitigatórias a serem adotadas. Algum destaque? Giacomini.

60 – Declaração, mediante lei, da preservação dos bens hídricos superficiais e subterrâneos como iniciativas de utilidade pública que sobrepõem a qualquer outra. Algum destaque? Sem destaques.

61 – Proibição de instalação de novos projetos de mineração na região do Quadrilátero Ferrífero e declaração de todas as áreas não impactadas pelas atividades minerárias, como territórios livres de mineração. Algum destaque? Gustavo. Carolina solicita destacar a 58. Quem concorda levante o crachá. O.k. Teca destacando o 60. Paulo César destacando o 38.

Tema 6 – “Agricultura, pecuária e piscicultura”.

62 – Efetivação de um sistema estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater – a partir do fortalecimento da Emater-MG, dos poderes públicos municipais e com envolvimento de entidades não governamentais, para difundir e apoiar a adoção de tecnologias sustentáveis de produção agrossilvipastoril, de agricultura irrigada, de reservação de águas pluviais e de baixa emissão de carbono na agricultura, a exemplo da recuperação de pastagens degradadas, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF – e Sistemas Agroflorestais – SAFs –, Sistema Plantio Direto – SPD –, Fixação Biológica de Nitrogênio – FBN –, tratamento de dejetos voltados ao reúso agrícola, florestas plantadas, agricultura orgânica agroecológica, manejo integrado de pragas e doenças, agricultura irrigada, entre outras questões de importância para o desenvolvimento rural sustentável. Algum destaque? Paulo César.

63 – Concessão de financiamento e subsídio para a implantação de sistema de irrigação de alta eficiência no uso de água para pequenos e médios agricultores e pecuaristas, visando ao uso mais racional e econômico da água e do aumento da produtividade, com a obrigatoriedade da assistência técnica e controle de uso, sendo que a dívida contraída pelo produtor rural



para implantação do sistema poderá ser abatida por meio da execução de ações de recuperação ambiental em matas e florestas dentro das propriedades rurais, em Áreas de Preservação Permanente – APPs – e áreas de Reserva Legal, ou caso já as tenha em outras áreas da propriedade. Algum destaque? Sem destaques.

64 – Simplificação de procedimentos para autorização de desassoreamento e remoção de espécie invasora de reservatórios de água. Limpeza de açudes, tanques, represas, córregos e nascentes em pequenas propriedades rurais. Algum destaque? Sem destaques.

65 – Criação, no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH -, de câmara técnica para normatizar os procedimentos de gestão de recursos hídricos para atividades agrossilvipastoris, sendo suas proposições encaminhadas para aprovação final do conselho, incluindo-se a irrigação e a reservação de águas pluviais rurais, com a garantia da perenização dos cursos de água envolvidos, a convivência com o semiárido e a preservação e recuperação de áreas de recarga hídrica, por meio da implementação de planos de ação, a exemplo de planos de reservação de águas pluviais, por bacia território, do plano de recuperação de pastagens, do Plano Diretor de Agricultura Irrigada e do Plano de Ação estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca em Minas Gerais. Algum destaque? Sem destaques.

66 – Criação, efetivação e incremento dos mecanismos para pagamento dos serviços ambientais, como Bolsa Verde mineiro, com prioridade para agricultura familiar e considerada a necessidade de ações de educação ambiental, segundo as condições socioambientais, por meio de recursos financeiros públicos ou privados, com a remuneração equivalente à expectativa de renda com atividade produtiva, segundo planejamento e necessidade técnica de cada sub-bacia hidrográfica identificada em planos de proteção de recuperação de nascentes, de áreas ciliares e de áreas de recargas hídricas. Algum destaque? Sem destaques.

67 – Apoio às Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais e ao Pronatec rural, para que se fortaleçam enquanto centros de referência em agroecologia em todo o Estado, contribuindo com o processo formativo de jovens, comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres. Algum destaque? Carlúcio e Carlos Henrique.

68 – Apoio e desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da agricultura, com vistas a estimular a produção por meio da modernização da legislação estadual e da elaboração do plano estadual de incentivo à agricultura, com foco na eficiência e na garantia do uso múltiplo dos recursos hídricos. Algum destaque? Sem destaques.

69 – Implementação de programa de adequação de infraestrutura rural para proteção dos recursos hídricos a partir de tecnologia, como estradas ambientalmente corretas, incluída a capacitação de operadores de máquinas e normatização da construção e manutenção de estradas ambientalmente corretas. A construção de bacias de captação de águas pluviais, barraginhas e de pequenas e médias barragens e demais práticas de conservação do solo e da água. Algum destaque?

70 – Estabelecimento de áreas livres, vedadas à mineração e à monocultura nas bacias hidrográficas, de forma a assegurar sua capacitação hidrográfica, especialmente em área de recarga, aquíferos e mananciais de água. Algum destaque? Giacomini.

71 – Facilitação do processo de regularização de uso da água na classe de consumo insignificante para agricultores familiares e proprietários ou posseiros com até quatro módulos fiscais. Algum destaque? Paulo César. Sem mais destaques.

72 – Instituição de programa de recuperação de pastagem degradada junto aos produtores rurais, com apoio da Emater e Embrapa. Há algum destaque? Ronaldo, Fúlvio, Míriam.

73 – Criação de cooperativas de piscicultura com eventuais subsidiárias nas regiões que ofereçam condições dotadas de suporte técnico – Emater, Epamig, Ruralminas, IMA e universidades – e suporte financeiro pelo Estado e demais parceiros com ênfase na participação de agricultores familiares e ribeirinhos e continuação da supervisão do Estado. Algum destaque? Maria Auxiliadora, Carlos Henrique. Mais alguém? Sem mais destaques. Qual o seu nome?

O Sr. José Jorge – José Jorge.



O presidente – José Jorge. Quer fazer destaque na 22. Quem concorda, por gentileza, levante o crachá. (– Pausa.) Agora está encerrado.

Em votação, o documento de propostas, salvo destaques. Vamos votar agora as propostas que não foram destacadas. Os participantes que forem favoráveis à aprovação das propostas não destacadas levantem seus cartões de votações. Fiquem firmes, não abaixem, não; não é só até a metade. (–Pausa.) Está claro que foi aprovado, não precisa nem contar. Está aprovado o documento de propostas, salvo destaques.

Daremos início à discussão e votação dos destaques. Proposta nº 1. Com a palavra, a Sra. Maria Margarida. Ao microfone, por favor.

A Sra. Maria Margarida – Bom dia. Na Proposta nº 1, minha sugestão é substituir a expressão “áreas específicas de recarga de aquíferos” pelo termo que, na hidrogeologia, se considera mais preciso e mais correto: “zonas de recarga direta de aquífero”. Na hidrogeologia, esse é um conceito bastante bem entendido e bastante bem explicado, enquanto que “áreas específicas de recarga de aquífero” pode gerar mal-entendido já que qualquer área de solo permeável à água pode ser entendida como uma área de recarga de aquífero. Para termos um maior rigor científico e para não gerar dúvidas no futuro, sugiro trocar essa expressão. Aliás, não só para essa proposta, mas para o restante do texto, sempre que possível, usar a expressão “zona de recarga direta de aquífero”.

O presidente – Todos compreenderam? Podemos colocar o destaque em votação? (- Pausa.) Ao microfone, Carolina. Sempre que fizerem uso da palavra, utilizem o microfone e informem seu nome, por gentileza.

A Sra. Carolina – Carolina. Bom dia. Por ser uma mudança bastante técnica, será que você pode explicar um pouco melhor o que significa esse “direta”?

A Sra. Maria Margarida – Carolina e demais pessoas, um aquífero é uma composição rochosa permeável, porosa, permite que a água penetre em suas fissuras e seus poros. Nessa rocha permeável à água, muitas vezes, antes da superfície do solo, já existe uma camada de solo. Então, há solo e rocha matriz. Essa rocha matriz, em alguns locais de uma bacia hidrográfica, vai aflorar à superfície. Isso significa que quando chove, quando há pluviosidade nessa área de afloramento rochoso permeável, o aquífero enche muito rapidamente. Quando há chuva, precipitação sobre o solo, a água vai ter de caminhar – é o que chamamos de percolação. Ela vai se infiltrar no solo, vai percolar através do solo até alcançar a rocha permeável. Por isso, o que é direto na rocha, chamamos de direto; e o que é através do solo até alcançar a rocha, chamamos de indireto. É a área de afloramento rochoso que permite essa rápida saturação do aquífero. Por isso ela é muito importante, mais até que a área de solo por onde a água demora a se infiltrar e alcançar a rocha. *O.k.?*

O presidente – Gente, alguém quer contrapor?

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Quero contrapor. Quando entra a questão técnica, temos de ter muita atenção, porque será que em todo território de Minas Gerais há recarga direta só no lugar onde surge a água? É a única que garante aquela água que está surgindo naquele lugar? Pode haver lugar em Minas que precise de todo aquele conjunto para que essa água realmente esteja no aquífero. Então, sou a favor de que se mantenha “áreas específicas de recarga de aquíferos”, porque, devido ao termo “específicas”, depois vão estudar como funciona cada parte de Minas Gerais. Senão votaremos dando um tiro no pé, dependendo de alguns lugares. É o que quero dizer.

O presidente – Gente, um parecer favorável e um contrário. Podemos votar? Por gentileza, quem é a favor do destaque da Sra. Maria Margarida levante o crachá. (– Pausa.) Mantenham os crachás levantados, para fazermos a contagem. Foram 45 votos a favor. Quem é contrário, por gentileza, levante o crachá. São 80 votos. Não foi aprovado. A proposta volta para o texto original.

Proposta nº 4. Com a palavra, a Sra. Maria Margarida novamente.

A Sra. Maria Margarida – Na Proposta nº 4, novamente peço que substitua a expressão “áreas de recarga hídrica” por “zonas de recarga direta”. Gostaria de fazer a defesa dessa substituição, Teca, porque a expressão geral “área de recarga



direta” significa basicamente qualquer área, qualquer coisa, qualquer superfície que não seja impermeável, que não seja rocha basal tipo impermeável, ou asfalto, ou uma canga já oxidada. Tirando isso, tudo é área de recarga. Tudo está abrangido na expressão “área de recarga”. Se tentarmos proteger absolutamente tudo, acabaremos não conseguindo proteger nada, principalmente proteger aquilo que é essencial para os aquíferos, que é sua área de recarga direta. Por isso, insisto nessa tentativa de tornar essas áreas de recarga direta especiais em relação às outras áreas de recargas gerais. *O.k.?*

O presidente – Alguém contrário à posição da Margarida, por gentileza? Informem o nome, por gentileza, porque está sendo gravado.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Teca. Se todas as áreas de recarga têm esse papel, não há razão para o destaque. Vamos manter “áreas de recarga” para que depois vejam com cuidado as características dessa situação com mais calma. Não vamos colocar da forma solicitada, porque poderemos estar incorrendo em erro. É isso.

O presidente – Esclarecidos para votar? Em votação, o destaque da Sra. Maria Margarida. Quem é favorável levante o crachá. (– Pausa.) Quem é contrário levante o crachá? (– Pausa.) Acho que não precisamos realizar a contagem. O texto original está mantido.

Proposta nº 6. Giacomini.

O Sr. Antônio Giacomini – A Proposta nº 6 diz respeito à questão do plano de segurança hídrica. O plano de segurança hídrica tem basicamente dois lados. Esse texto aqui está contemplando apenas o lado da produção de água com bastante detalhe. Por outro lado, existe a necessidade principalmente porque está na proposta: “seguindo diretrizes do plano nacional de segurança hídrica”; e o plano nacional de segurança hídrica ainda está em elaboração, e só existe um edital que uma empresa ganhou para fazer a perspectiva da reservação. Há apenas isso. O plano nacional de segurança hídrica até agora só trata de reservação, e as ideias ainda estão em elaboração pela ANA para a questão mais ampla; inclusive, contemplam a parte da oferta de água como está aqui. No meu entendimento, essa proposta está um tanto prejudicada porque não contempla o lado da infraestrutura para a reservação, ou seja, infraestrutura para segurança hídrica, que é basicamente a reservação.

É uma consequência natural. Obviamente precisamos ter condições ambientais e ecológicas para que a água seja “produzida”. Mas precisamos ter uma reserva de água imediata prontamente disponível para todos os usos da população. Penso que precisamos melhorar essa proposta no sentido de contemplar também o lado da infraestrutura hídrica.

O presidente – Giacomini, leia o destaque concreto para colocarmos no telão.

O Sr. Antônio Giacomini – Poderíamos pegar esse gancho do Plano Nacional de Segurança Hídrica que está mais atrelado à questão da infraestrutura. Ou “considerando também as infraestruturas necessárias para a segurança hídrica” ao final para não perdermos esse aspecto.

O presidente – Alguém deseja se contrapor a esse destaque?

O Sr. Marcus Vinícius Polignano – Tenho uma questão de ordem. Todas as pessoas já fizeram inscrição para seus destaques. Então minha sugestão é que elaborem desde já seu texto para, na hora devida, apresentar diretamente o destaque e, em seguida, fazer a defesa. Muito obrigado.

O presidente – Está *O.k.?* Outra coisa. Solicito que as pessoas que vão contrapor já se localizem próximos ao microfone.

A Sra. Carolina – Compreendo a colocação, acho que tem sua relevância, no entanto vimos aqui ontem nas palestras que o que a gente precisa não é de mais obras, mas, sim, de copiar a natureza e preservá-la porque é ela que nos provê de água. Nossas prioridades não são mais obras de engenharia, captações, reservatórios e outras obras, mas manter as matas ciliares, manter as áreas de recarga e conservar a natureza, que é o que nos provê, e não a engenharia, que polui e degrada mais do que contribuiu para a conservação da água.



O Sr. Antônio Giacomini – Você tem certeza de que todas essas obras já existem?

O presidente – Vamos para a votação. Quem não concorda, por gentileza levante o crachá. Quem concorda com o destaque do Giacomini levante o cartão. (– Pausa.) Quem é contrário, por gentileza, levante o crachá. (– Pausa.) Vamos ter que contar. Vamos lá. Quem é favorável ao destaque do Giacomini levante o crachá. (– Pausa.) Foram 53 votos favoráveis. Quem é contrário, por gentileza, levante o crachá. (– Pausa.) Lembro que faltam 25 minutos para encerrar o prazo de novas propostas e inscrição para a comissão. Foram 60 votos contra. Então mantém-se o texto original. Proposta nº 7, Gustavo.

O Sr. Gustavo – Acho que é outro Gustavo. Não marquei nada aqui. Se eu marquei essa... Está certo. Desculpem-me. Estou querendo propor a retirada de “em consonância com os planos diretores dos municípios”, porque acho que muitas vezes alguns planos diretores de municípios são muito ruins, e ele não necessariamente tem que estar em consonância com planos ruins. Então a minha proposta seria retirar esse trecho da proposta.

O presidente – Alguém para contrapor a proposta do Gustavo? (– Pausa.) Então vamos votar. Quem é a favor do destaque do Gustavo por gentileza levante o crachá. (– Pausa.) Aprovada. Proposta nº 9, José Valter.

O Sr. José Valter – José Valter, CBH, Verde Grande. Queria apenas acrescentar: “criação do programa de recuperação e conservação do solo, de nascentes, matas ciliares, dos rios e demais corpos d’água do Estado de Minas”. Conservando o solo estamos também conservando água. É importante somar o solo porque, além da conservação do solo, você estará também conservando e preservando água.

O presidente – Alguém é contrário? (– Pausa.) Quem é a favor do destaque do José Valter, por gentileza levante o crachá. (– Pausa.) Aprovado. Proposta nº 11, Giacomini.

O Sr. Antônio Giacomini – Esse é um assunto recorrente. É a questão de recarga que a Margarida já falou. Isso também remete à 70, que é praticamente igual. Então eu sugiro um texto aqui dizendo o seguinte: “declaração por meio de lei que as áreas de recarga e aquíferos são de preservação permanente. A edição desta lei deve ser precedida de um estudo detalhado dos sistemas aquíferos do Estado de Minas Gerais para que se definam todas as possibilidades de recarga e armazenamento de água subterrânea”.

O presidente – Alguém para contrapor? Ele fez a defesa, você pode apresentar uma posição contrária.

O Sr. Antônio Giacomini – Ela quer melhorar. Eu permito.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Tem que incluir, e não deixar quem vai fazer os estudos. Se forem as mineradoras ou os eucaliptos, não vai adiantar nada. Então tem que colocar “precedida de um estudo detalhado com a participação social”. Alguma coisa nesse sentido.

O Sr. Antônio Giacomini – E das universidades também. Isso é social. Tudo bem. Concordo.

O presidente – Concorda, Giacomini?

O Sr. Antônio Giacomini – Concordo. Melhorias são sempre bem-vindas.

O presidente – Podemos votar? Quem é a favor do destaque complementado pela Teca, por gentileza levante o crachá. (– Pausa.) Aprovado. Proposta nº 16, Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto – Bom dia a todos. Já é amplamente divulgado, inclusive por folhetos da Emater – já participei de seminários da Embrapa –, e hoje em dia não se utiliza mais a recomposição de nascentes. O trabalho feito é simplesmente o cercamento das nascentes. Faz-se um raio de 50m, cerca-se a nascente e se deixa que a natureza faça o seu trabalho. Portanto, eu sugiro a retirada de “a recomposição vegetal das nascentes existentes”. Está aqui: “estes viveiros têm a destinação seguinte”. O texto ficaria assim: “a recomposição vegetal da mata ciliar e ou áreas degradadas”.

O presidente – Alguém para contrapor? Míriam.



A Sra. Míriam – Eu proponho a manutenção da recomposição das nascentes. No ministério da Agricultura, juntamente com a Emater, a Ruralminas e o IEF, fizemos o projeto Nascentes com a recomposição, com plantio de nativas. Há situações em que isso é viável e necessário. É preciso deixar isso, e não fazer essa restrição.

O presidente – Tudo esclarecido? Carolina.

A Sra. Carolina – Manter tudo não atende? “Recomposição vegetal da mata ciliar, áreas de recarga e das nascentes existentes em propriedades...” Não tira nada, só acrescenta.

O presidente – O José Valter concorda? (– Pausa.) Míriam? (– Pausa.) Então vamos votar. Quem é a favor do destaque por gentileza levante o crachá. (– Pausa.) Mantido todo o texto. Ele concordou com a colocação da Míriam e da Carolina. Manter o texto completo, com a colocação que ele fez, a Carolina e a Míriam. (– Pausa.) Aprovada. Proposta nº 17, Maria Margarida.

A Sra. Maria Margarida – Nesta proposta eu sugiro incluir após a expressão “agência de bacias” a expressão “ou entidade equiparada”, lembrando que nós, comitês, ainda não temos agência, mas as entidades equiparadas podem muito bem receber esse recurso.

O presidente – Alguém para contrapor? (– Pausa.) Não? Então vamos votar o destaque. Quem é a favor do destaque por gentileza levante o crachá. (– Pausa.) Aprovado. Proposta nº 19, Caroline.

A Sra. Caroline – Só colocar: “fortalecimento de estruturas governamentais de apoio e orientação para implementação agroecológica”. Então seria tirar “práticas agrícolas” e colocar “implementação de práticas agroecológicas”.

O presidente – Alguém para contrapor? Podemos votar? Em votação. Quem é a favor do destaque da Caroline, por favor, levante o crachá. (– Pausa.) Aprovado. Destaque 21, do Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto – Considerando que nós pretendemos fazer a universalização do saneamento e também que a Copasa não é a única concessionária de abastecimento de água no Estado de Minas Gerais, proponho que a palavra “Copasa” seja substituída pela expressão “concessionárias de abastecimento público”. Temos outras concessionárias que operam no Estado e, se mantivermos apenas a Copasa, os outros municípios onde o abastecimento público não é realizado por concessão à Copasa ficarão desprivilegiados. Ou seja, não atenderíamos a universalização.

O presidente – Alguém para contrapor?

A Sra. Míriam – Não seria exatamente uma contraposição à sugestão, mas uma pergunta. O projeto Produtor de Água envolve uma compreensão muito profunda, e não poderíamos estar especificando e propondo sua universalização. Sou temerária a essa ideia. Era apenas isso.

O presidente – Alguma dúvida? Podemos colocar em votação? Em votação, o destaque do Carlos Alberto. Quem for favorável, por gentileza, levante o crachá. (– Pausa.) Aprovado. Destaque 22, do José Jorge.

O Sr. José Jorge – Bom dia. Considerando a interconexão entre as águas superficiais e as águas subterrâneas – elas estão em conexão direta –, proponho que esse procedimento seja usado para qualquer ação na bacia. Assim, fiz um aumento nessa frase, e isso realmente proporciona melhor aplicação nessa linha de pensamento de que comungo com o Giacomini: o princípio de tudo em relação à gestão e ao uso de recursos hídricos é o estudo do que realmente temos em termos de água nos nossos mananciais e, principalmente, dentro do perfil do solo e dos aquíferos. Então, peço que a leitura seja: “realização imediata de investigação hidrogeológica no Estado de Minas Gerais com elaboração de diagnóstico que deverá ser referência para constituição e execução dos planos de gestão e utilização da bacia e de seus recursos hídricos”.

O presidente – Por gentileza, repita.

O Sr. José Jorge – “Realização imediata de investigação hidrogeológica no Estado de Minas Gerais com elaboração de diagnóstico que deverá ser referência para constituição e execução dos planos de gestão e utilização da bacia e de seus recursos hídricos”.



O presidente – Alguém vai contrapor? Teca.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Não seria uma contraposição, mas, como no anterior, proponho que seja acrescentado “com participação social”, em razão dos mesmos argumentos que apresentei. Participação social envolve também universidades, ONGs ou o que seja.

O presidente – José Jorge concorda?

O Sr. José Jorge – Vejo que isso está no plano de gestão da bacia. A participação social é inerente ao plano, que é elaborado conforme as necessidades da bacia e até das questões sociais. Então ela está inserida nisso, e não há a necessidade de se fazer uma emenda ao texto.

O presidente – Teca.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Está escrito para constituição e execução dos planos de gestão e utilização, mas não dizem quem fará a imediata realização da investigação. Estou falando em realização imediata da investigação hidrogeológica e na elaboração de um diagnóstico com participação social. Há, então, uma diferença do que foi mencionado.

O presidente – Ele não concordou em mudar o texto e está com o destaque. Vamos colocá-lo em votação. Você concorda em manter o seu texto.

O Sr. José Jorge – Acho que ela está dizendo que as pessoas que realizarão esse trabalho deverão levar em conta a questão social. Esta já está sendo considerada. Acho que poderíamos colocar: “sob coordenação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam”. Haveria, então, um representante público para gerir isso.

O presidente – Sob coordenação do Igam. Em votação, o destaque. É contrário?

O Sr. Ênio Resende – É apenas um esclarecimento. Entendi que a proposta original tem um foco. Hoje se desconhece qual a utilização das águas subterrâneas do Estado. Para as águas superficiais as outorgas e os usos são mais ou menos conhecidos. Em relação às águas subterrâneas há um verdadeiro buraco negro, e me desculpem a expressão. Então acho que, apesar de a proposta ser boa, não deveríamos tirar o caráter da fiscalização da utilização das águas subterrâneas, que hoje para nós são um grande problema. Acho que se perde um pouquinho o objetivo da proposição.

O presidente – Então você contrapõe?

O Sr. Ênio Resende – Estou contrapondo porque estamos perdendo o significado da importância de se fazer um diagnóstico de como está a situação da utilização de águas subterrâneas no Estado.

O presidente – Então, quem for a favor da proposta do José Jorge...

O Sr. José Jorge – Deixe que eu apenas diga um outro posicionamento: não vejo razão para se colocar isso. Por quê? Porque temos o conhecimento para gerir e definir as ações naquela bacia. Então, vamos conhecer e realmente verificar o que se pode fazer na bacia para manter ou melhorar a qualidade ou a quantidade hídrica. Não tenho nada contra a parte de investigação.

O presidente – O.k. Então vamos votar. Quem for a favor de ficar do jeito que está, por gentileza, levante o crachá. Estamos votando o destaque do José Jorge. Quem for a favor, levante o crachá. (– Pausa.) Não foi aprovado.

Gostaria de anunciar a presença do companheiro, amigo e deputado federal Padre João e da amiga presidente do Sind-UTE, a Beatriz, e convidá-los a fazer parte da Mesa, por gentileza. Eles preferem ficar onde estão. Eles estão sem crachá. Destaque 23, da Maria Margarida e do Carlos Henrique.

A Sra. Maria Margarida Paiva Vieira – Bom dia novamente. Em relação à proposta da educação ambiental, gostaria de retirar “inclusão obrigatória” e “por meio de disciplina”. Ao invés disso ficaria assim: “Fortalecer e incentivar a educação ambiental como tema transversal na grade curricular de todos os níveis de ensino”. É isso que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases – LDB – da educação, ou seja, a transversalidade de temas fundamentais. Os grandes pensadores, os filósofos da educação propõem que o conhecimento e o ensino perpassem por toda a experiência humana e não se fragmentem em



caixinhas que não se comunicam entre si. Então, é errada essa velha ideia, essa antiga ideia que veio do início da Revolução Industrial: colocar o conhecimento fragmentado em uma caixinha chamada matemática, noutra caixinha chamada biologia e noutra caixinha ainda chamada língua portuguesa. Essas caixinhas não se comunicam nem interagem entre si, e isso é errado. O ideal é que todo conhecimento seja aplicado de alguma maneira e em alguma situação da experiência humana. Portanto, sou a favor da transversalidade da educação ambiental e não a transformá-la em uma outra caixinha a mais nas nossas escolas. Além do mais, a ciência ambiental não é uma ciência pura, mas um apanhado de conteúdos de outras ciências aplicadas ao meio ambiente. Então não há nada na educação ambiental em si que não possa ser visto por um aluno em formação em uma aula de uma outra disciplina afim, seja ela geografia, seja ela língua portuguesa, seja ela matemática, seja ela biologia, seja ela ciências. Acho que fragmentar é perder.

O presidente – O Carlos Henrique está inscrito.

O Sr. Carlos Henrique – Bom dia. Nesse item 23 achei muito importante incluirmos no tema de educação ambiental os indígenas, que nos ajudarão a tratar das questões ambientais. Na verdade, são eles que salvaguardam toda a questão da natureza. Eles estão muito empenhados em trabalhar a questão da educação ambiental. Reforçando a fala anterior, realmente não podemos trabalhar esse conteúdo em uma caixa fechada dentro das instituições de ensino. Isso precisa ser usado como experiência para que vire uma cultura. Então, minha proposta é que, logo depois da expressão “educação ambiental”, no início da frase, coloquemos “valorizando o conhecimento tradicional das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas”. Depois seguiria o restante da frase. Não podemos esquecer que hoje sofremos com as queimadas porque elas foram um hábito antigo. Hoje elas continuam presentes, e temos muitos indígenas que colocam fogo na mata, pois isso é uma prática que eles aprenderam. Então, como se muda isso? Com educação. Não existe outra forma. Então, peço a inclusão. Muito obrigado.

O Sr. Osvaldo – Osvaldo, da CBH Paracatu.

O presidente – É para contrapor?

O Sr. Osvaldo – Sim, contrapor. Temos a visão de que a proposta é bem abrangente, é contempladora da manutenção da distribuição do conhecimento sobre a educação ambiental de modo transversal e da constituição de disciplina para os níveis mais elevados. A proposta solicita a inclusão em todos os níveis de ensino. Nos níveis básicos, é claro, mantêm-se os conhecimentos transversais propostos na grade curricular. Nos níveis mais elevados, as disciplinas tratarão especificamente do assunto com maior aprofundamento. Não sou favorável à alteração do texto original como solicitou a colega. A inclusão do texto “valorizando o conhecimento tradicional das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas” não altera o conteúdo da proposta.

A Sra. Maria Auxiliadora – Maria Auxiliadora. Gostaria de sugerir que onde se está valorizando o conhecimento tradicional das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas seja colocado “de acordo com a regionalização”. Pode haver outro tipo de comunidade além dessas, porque Minas Gerais é um Estado muito grande. No Sul de Minas existem outros tipos de comunidades que podem ser atendidas.

A Sra. Jomagna Lemos de Sousa – Posso contrapor? Não concordo com a mudança do texto, mesmo porque já havíamos avaliado a questão da transversalidade. Nós, professores, somos obrigados a trabalhar educação ambiental, cidadania, orientação sexual, só que aqui é para fazer mais além. A educação ambiental tem de ser inserida, sim, como disciplina na escola porque a consciência ecológica ambiental tem de ser trabalhada. Então, não concordo com a mudança no texto. E já havíamos avaliado essa questão no Eixo Temático 2.

O Sr. Givanildo – Só mais um adendo para manter o texto porque, quando se fala de transversalidade nas escolas, isso fica muito à mercê das escolas e dos profissionais que estão lá. A partir do momento em que há a disciplina, torna-se obrigatório, sim, aprofundar-se nesse assunto para não ficar na mão de quem realmente quer fazer.

O presidente – Vamos votar em separado. Primeiro, a proposta da Maria Margarida. Quem com ela concorda levante o crachá. (– Pausa.) Reprovada.



Proposta nº 2, do Carlos Henrique. Quem com ela concorda levante o crachá. (– Pausa.) Reprovada. Ficou o texto original.

Proposta nº 24. Aline e Gustavo. Gente, vamos nos ater a duas pessoas para contrapor, nesse caso em que são dois os que farão propostas. Aline.

A Sra. Aline – A mudança ficaria “elaboração de um plano estratégico de revitalização das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais por meio de projetos estruturadores” – aí é que entra a alteração – “apropriados às condições geoambientais e locais para a perenização de mananciais, visando à gestão sustentável dos bens hídricos da região.”. E aí se excluiria o restante.

Isso. Depois de “locais”, para num ponto, e exclui-se “contemplando pequenos, médios e grandes barramentos”. E continua “para perenização de mananciais visando à gestão sustentável dos bens hídricos da região”. E exclui-se o restante, que é “com flexibilização... até barragem”.

O Sr. Gustavo – Minha proposta é igual à da Aline. Apoio sua proposta.

O presidente – Alguém para contrapor? Não. Em votação. Quem concorda com a mudança levante a mão. (– Pausa.) Aprovada.

Terminamos o Tema 2. Passarei a palavra ao companheiro Rogério Correia para suas saudações. Está encerrado o prazo para novas propostas de inscrição para a comissão de representação.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Serei rápido porque já vi que o almoço ganhou de lavada, o que significa que tenho de ser prudente com as palavras.

Em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas. Parabenizo e agradeço-lhes a presença. Esta Comissão Extraordinária das Águas foi criada a pedido da bancada do PT, presidida inicialmente pelo deputado Almir Paraca, que é do Noroeste de Minas, que sofre muito com o problema da água. E a comissão teve continuação com a solicitação da nossa bancada, por intermédio do relator, deputado Doutor Jean Freire, a quem parabenizo pelo trabalho, ele que é do Jequitinhonha, outra região que também sofre muito com a temática da água. Esta comissão, que hoje é extraordinária, tem tudo para se tornar uma comissão permanente, o que acho será solicitado pelo deputado Jean. Temos de ter cuidado com as águas nesta Assembleia Legislativa.

Citarei dois problemas, um deles no Noroeste de Minas e o outro no Jequitinhonha. No Noroeste de Minas, o problema tem a ver com as barragens. Estou vendo a Sônia, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Está programada a ocupação de uma barragem no Noroeste de Minas. Esta, Sônia, é uma ocupação diferente. O agronegócio, para se aproveitar do que resta de água – em muitas regiões do Noroeste, o problema hídrico está se agravando -, está fazendo uma série de barragens e utilizando a água para irrigação através de pivô. Constroem a barragem e fazem a sua irrigação. Isso significa que o curso d'água cessa e os agricultores familiares que estão depois da barragem do agronegócio não têm mais água; e assim também os assentamentos de reforma agrária. Então, os assentados da reforma agrária e os agricultores familiares começaram a fazer a ocupação das barragens para que não fossem utilizadas por pivô e eles terem condições de acesso à água. Isso para se ver a gravidade desse assunto, e o que já está ocorrendo no Noroeste de Minas. Tenho, aliás, audiência pública marcada em Burity, para tratar desse assunto. Portanto, gostaria de deixar com o deputado Doutor Jean uma solicitação de apoio a essa iniciativa porque é algo que mostra o problema hídrico e a má utilização da água. Hoje, o pivô central gasta muito dessa água, o que está impedindo que outros façam seu uso de forma sustentável.

A segunda questão é o problema que ocorre no Jequitinhonha, vocês já o conhecem bem, o famigerado mineroduto. Estão querendo fazer um mineroduto para tirar água de Irapé e levá-la até um porto em Ilhéus, na Bahia. E já existiu, aliás, um decreto do ex-governador Anastasia desapropriando as terras para a passagem do mineroduto, antes de qualquer aprovação. Mas, para mostrar serviço às mineradoras, em véspera de eleição, o decreto desapropriando terras para a passagem do



mineroduto foi feito antes da existência da licença da mineração. Apresentei, com apoio da nossa bancada, um projeto de lei revogando o decreto que desapropriou essas terras. Peço apoio para o aprovarmos.

São duas questões que levanto como simbólicas, mas que são fundamentais para fazermos o enfrentamento. O.k, depois veremos outra questão. A questão do decreto, em relação ao mineroduto de Grão-Mogol – lá da sua terra, Nenzão –, já foi apresentada.

Por fim, parabenizando vocês, parabenizo o processo democrático no Brasil. Antigamente, quando vivíamos sob o regime militar, nada disso era discutido. Foi assim que o sertão foi invadido por eucaliptos, por máquinas, tratores que tudo derrubavam a uma simples ordem dos generais. O sistema democrático pode não ser perfeito, mas é nele que discutimos e impedimos que outras atrocidades aconteçam. Falo isso no momento em que o Brasil vive uma turbulência política e não podemos permitir nenhum tipo de golpe que cesse o procedimento democrático. Àqueles que hoje falam em *impeachment* e golpe temos de responder com o aprofundamento da democracia. Aprofundando a democracia, aprofundamos também a luta pelos nossos direitos. Parabéns. Um grande abraço a todos.

O presidente – Passo a palavra ao companheiro Padre João, para suas considerações.

Palavras do Deputado Federal Padre João

Todo mundo está com fome, então vou dar somente um “oi”, parabenizando V. Exa., o Rogério e a sociedade, porque esta democracia tem de ser aprimorada; uma democracia muito além da mera democracia representativa que, infelizmente, nem representativa é, pois é o poder econômico que financia campanha. Ainda bem que as próximas eleições serão diferentes.

Mas a sociedade, sempre quando chamada, comparece – e a prova está aqui –, resistindo à fome, à viagem, a estradas etc. e participa. Então, a democracia sempre é mais participativa.

Mas não deixo de externar alguma preocupação. Acho que o código da mineração, que era um problema, foi enterrado, e agora discutirão um novo código. Ele consolidava um decreto de 1941, quando colocava como sendo de utilidade pública toda atividade minerária, sendo que esta teria primazia em relação ao abastecimento de água. Isso é um absurdo. E, naquela época, em 1941, as empresas eram todas estatais, portanto havia lógica. Mas houve um destaque que apresentou uma preocupação em relação às águas. Hoje temos a política dos poços artesianos, e isso é grave. E não é só no Jequitinhonha e no Noroeste: já temos, na Zona da Mata, poço artesiano de 136m sem água. E isso se agrava no Noroeste e no Norte de Minas. Isso é preocupante. Avançamos na política da agricultura, da pecuária, mas não há uma política específica das águas, que seriam as barraginhas, as matas de topo e tantas outras questões para garantir o abastecimento d'água.

O papa Francisco, em sua última encíclica, trata do planeta como sendo a nossa casa, de que temos de cuidar, a terra como nossa mãe, a água nossa irmã. Então, temos de ter uma relação mais humanizada, de criatura para criatura, porque é a criatura água que garante toda a vida. Não existe vida, não existe agricultura, não existe ser humano, não existe pecuária, não existe nada sem a água. Infelizmente esses setores, incluindo a mineração, acham toda ação – talvez até um seminário – um estorvo à atividade econômica. Ainda bem que isso caiu.

Cumprimento todos os que participam, sempre reafirmando o nosso compromisso. Ainda bem, deputado Rogério, porque todos os minerodutos eram uma aberração, como o do Jequitinhonha, retirando 1.600 litros de água por segundo – essa foi a liberação da ANA – de um lugar que não tem água para beber. Isso é uma coisa absurda, que não podemos admitir.

Bom apetite para todos. Parabéns. Estamos sempre à disposição.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de hoje, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 37ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/10/2015****Presidência dos Deputados Doutor Jean Freire e Iran Barbosa**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Discussão e Votação das Propostas e dos Destaques – Eleição da Comissão de Representação – Entrega do Documento Final – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Doutor Jean Freire – Iran Barbosa – Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Rogério Correia, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade. Nesta tarde, daremos continuidade à plenária final, com a aprovação e a priorização das propostas; eleição da comissão de representação; e entrega do documento de propostas ao presidente da ALMG.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Evandro Bouzada, do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região; e Antônio Giacomini, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e professor da Universidade Federal de Uberlândia; a Exma. Sra. Célia Regina Alves Rennó, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Abes – Seção Minas Gerais; o Exmo. Sr. Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG; a Exma. Sra. Helen Regina Mota, da Cemig; e o Exmo. Sr. Fúlvio Rodriguez Simão, da Epamig.

Boa tarde, enquanto as pessoas terminam de entrar, vamos começar a tarde, se me permitem, com uma poesia, está bem? Essa é uma carta do Rio Jequitinhonha ao Rio Tietê. (-Lê:) “Carta ao Tietê. Vale do Jequitinhonha, hoje. Amigo Tietê, me junto às milhares de vozes lúcidas que clamam à consciência humana em favor da purificação de suas águas. Eu cá tenho também os meus problemas! Mas, nesse instante, esqueço-me deles – como se possível fosse! – para cerrar fileiras, juntamente com os 'companheiros' que se dispõem a essa digna empreitada. Como o meu, o seu mal tem cura. Não somos, estamos doentes. Você sofre do mal de esgotos, dejetos humanos e industriais; eu sofro do mal das dragas, do mercúrio. Homens e máquinas reviram o meu ventre impiedosamente em busca de ouro e de diamante. Ambos somos vítimas dos interesses de alguns meliantes; da impunidade; do descaso público; da desmedida dos homens... A nossa dor e a consequência dela para a maioria da população atende, em contrapartida, a volúpia de uns poucos exploradores despudorados e inconsequentes. Anime-se, irmão, a gente sai dessa!... Lembra dos velhos tempos? Águas claras, aquele mundo de peixes excitando-nos aos seus movimentos de vaivem, atendendo ao chamado dos anzóis e enchendo barrigas por esse chão afora. Lembro de tudo e me dá saudades!... As crianças pulando e fazendo algazarra... As mulheres, os homens, as canoas, os pássaros, a bicharada, as árvores alegres dançando pra lá e pra cá. A gente até que era útil! E o que queremos nós agora? Não é muito. Apenas ter o direito de cumprir a nossa missão, dando prazer aos homens, às plantas, aos animais e viver



a nossa vidinha. Como disse o poeta: 'Um rio não é apenas rio, é vida. Essa água não é apenas água, é sangue – sustenta outras vidas. É vinho – entusiasmo o homem na sua caminhada. É suor de mãos calejadas'. Eu, na minha simplicidade das coisas do interior, daqui do sertão das Minas Gerais, ciente da minha debilitada condição, conclamo ao povo da cidade grande, à sabedoria paulista e paulistana: olhai com carinho e grandeza e deixai correr a água que o Tietê pede. Um forte abraço, Rio Jequitinhonha”.

Discussão e Votação das Propostas e dos Destaques

O presidente – Agora daremos continuidade à discussão e votação das propostas e destaques.

Proposta nº 25, Tema nº 3. Gustavo, Adair e Rogério, por gentileza, os três se encaminhem ao microfone. Adair está? Rogério?

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Proposta nº 25, não é? Minha sugestão é que, na penúltima frase, onde fala “do Fhidro sejam aplicados na recuperação e conservação do meio ambiente em municípios”, aí continua do jeito que está, não é? Recursos do Fhidro não são para outras coisas que não sejam essas. Ficou claro? Sejam aplicados na recuperação e conservação do meio ambiente.

O presidente – Rogério.

O Sr. Rogério Mamão – Boa tarde, desculpem o atraso. Estamos tentando uma estratégia nessa questão do fomento. Foi o que gerou o destaque. Desculpe, estou cansado, porque acabei de descer a escada correndo. Enfim, foi uma tentativa de agrupar algumas propostas que são extremamente relacionadas e que se complementam, não são conflituosas, não são contraditórias. Isso permite que, ao final do processo, não fiquem de fora das que serão priorizadas algumas que consideramos extremamente importantes e que competiriam entre si se não fossem agrupadas.

Tivemos uma conversa entre pessoas que participaram do grupo de fomento, tentando ver a possibilidade de agrupar a nº 25. Pode ser, inclusive, com o adendo que o Gustavo acabou de colocar agora, com a nº 29, com um complemento que a companheira tem a fazer. Assim, fazendo a aglutinação das Propostas nºs 25 e 29, com o complemento dela, entre os propositores e as pessoas que discutiram o tema no grupo, a proposta ficaria mais completa, e o tema seria abordado de forma que não haveria contradição interna. Ao mesmo tempo, permitiria que ficasse tudo relacionado à questão do Fhidro e às utilizações do recurso numa proposta só. É isso a grosso modo. A formulação é uma aglutinação simples, mas, na Proposta nº 29, ainda existem os termos a serem acrescentados pela companheira, que já foram vistos com a proponente original da proposta.

O presidente – Gente, farei uma sugestão. A Proposta nº 28 também tem destaque. Pulamos as de nºs 26, 27 e 28. Vamos fazer as Propostas nºs 25 e 29 para ouvir o destaque da colega. Se vocês concordam, se satisfaz à maioria a aglutinação dessas duas. A nº 29 é Maria Auxiliadora. Todos concordam? Quem concorda levante o cartão. (– Pausa.) O.k. Se concordarem com a aglutinação é preciso fazer o texto e apresentar, está bem. Reúnam, façam o texto e apresentem.

A Sra. Maria Auxiliadora – Minha proposta é que, na de nº 29, possamos separar e criar dois itens dentro dela. Em seguida, aglutiná-la com a nº 25, conforme a proposta do Rogério. Ali, está escrito “desburocratização e agilização na aplicação dos recursos do Fhidro”, abrangendo: a) Essa parte que já está escrita fica como letra “b”. Essa que já está escrita. Por favor, acrescente a letra “a”, o seguinte: “criação de câmara técnica para a intermediação do repasse de recursos do Fhidro aos comitês de bacias hidrográficas, enquanto não for regulamentado o repasse de 7,5%”.

Lembro que, de acordo com a Deliberação Normativa nº 46, do CERH, de 31/12/2014, em seu art. 1º, estabelece o seguinte: ficam estabelecidas as diretrizes para usos de recursos públicos oriundos do Fhidro e da cobrança pelo uso da água para fins de concessão de diárias, custeio de viagem, transporte e serviços de telefonia móvel aos conselheiros, titulares e suplentes dos comitês de bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais e funcionário de entidade equiparada à agência de bacia. Com base na Decisão Normativa nº 46, faça esse pedido. Perguntou-se aqui de que órgão é a câmara técnica. Bem,



como quem está coordenando todo esse recurso é o Igam, estou sugerindo que seja ele. Se houver alguma proposta que seja melhor, posso aceitar.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Posso intervir.

A Sra. Maria Auxiliadora – Estão sugerindo que seja do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que tem câmara técnica.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – É mais democrático.

O presidente – Compreendido? Essa parte do conselho entra no texto da proposta?

A Sra. Maria Auxiliadora – Sim.

O presidente – Sim, Gustavo.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – É possível fazer emenda à proposta dela, não?

A Sra. Maria Auxiliadora – Desde que não fique com outro sentido e que seja eficaz para os comitês, eu aceito.

O presidente – Pode falar, Gustavo.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Acho que não deve ser regulamentado o repasse de 7,5%, pois está claro que 7,5% é muito pouco.

A Sra. Maria Auxiliadora – Gustavo, não é o repasse que não está regulamentado, mas como vai acontecer. Ainda não chegou a nossas mãos. Está suspenso.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Deveríamos dar um indicativo de que queremos os 15% que, inclusive, os comitês estão pedindo.

A Sra. Maria Auxiliadora – Mas 7,5% não estão chegando.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – A única coisa que não concordo é aglutinar essa proposta com a nº 25. Acho que criará uma série de questões, numa mesma redação. Elas devem ficar separadas. Discordo dos 7,5%, mas, se você quer manter, não me oponho. Sou contra a aglutinação.

O presidente – Bem, então o Gustavo é quem se contrapôs à aglutinação. Em votação. Quem é a favor da aglutinação levante o cartão. (– Pausa.) Os contrários levantem o cartão. (– Pausa.) Pronto, não vai aglutinar.

Agora, retornaremos à Proposta nº 25. Quem fez o destaque foi o Gustavo, o Rogério? Só o Gustavo então. Adair, você não estava presente.

O Sr. Adair – Ao falar em recurso, vemos que muitas pessoas o querem, mas as populações tradicionais são muito prejudicadas com a implantação de grandes empreendimentos em seus territórios. No caso, por exemplo, citaremos Irapé, onde vivemos, em que as populações ribeirinhas, indígenas e geraizeiros foram impactadas drasticamente pela construção da hidrelétrica. Logo, é justo que aumente de 20 para 25 para beneficiar as populações atingidas, considerando que, desses 25, 5% sejam destinados a populações tradicionais afetadas por esses grandes empreendimentos. É justo, porque quem perde o território perde o modo de vida, perde a cultura, toda aquela história.

O Estado de Minas Gerais é devedor, pois houve grandes impactos na vida dessas pessoas. É justo que se dê 5% do Fhidro a essas comunidades. Então, eu defendo que seja aumentado para 25%, destacando que 5% do benefício do Fhidro irá para as comunidades impactadas pelos grandes empreendimentos, para as populações tradicionais: os indígenas, os quilombolas, os geraizeiros, os vazanteiros, os veredeiros, os pescadores artesanais e assim por diante.

O presidente – Gustavo, você também destacou a nº 25. Está contemplado o texto? Há mais alguma questão?

O Sr. Adair – Não. Era apenas isso.

O presidente – Então, vamos votar juntos os dois destaques. Os dois foram contemplados. Quem for a favor do destaque levante, por gentileza, o cartão. (– Pausa.) Aprovado. A Maria Auxiliadora destacou o nº 29. Você já o defendeu?



A Sra. Maria Auxiliadora – Mantenho o texto que sugeri e peço o apoio de todos para isso. Os comitês de bacias hidrográficas não são segredo para ninguém. Todos os conhecem. Somos os capilares de tudo que acontece aqui, de tudo que conversamos sobre os geraizeiros, sobre aqueles que sofreram algo em razão da mineração. Somos o órgão que ouve vocês e delibera em favor da cobrança e de tudo que acontece com as bacias hidrográficas de cada região. Contudo, estamos totalmente descapitalizados, pois esse recurso não está chegando para nós. Ele está retido, devido à configuração que recebeu no começo do ano e ao acerto da questão burocrática. Na minha região o GD2 e o GD3 não estão conseguindo operar. O GD1, ao qual pertencço, está também com grandes dificuldades para operar. Não temos recursos nem para nos deslocarmos até as reuniões. O GD1, no ano passado, atendeu a população prejudicada dos areeiros de Madre de Deus de Minas e registrou o problema em ata, que foi trazida à Assembleia Legislativa. Então, ouvimos vocês e toda a população, mas não temos recursos para manter a nós e as nossas diárias. Não as colocamos no bolso para fazer farra. Utilizamos esses recursos em favor dos nossos movimentos. Por isso, eu faço esse apelo, que é antigo. Gostaria que ficasse definido algo a nosso favor. Estão presentes vários conselheiros de comitês e gostaria de receber o apoio de todos. Obrigada.

O presidente – Alguém deseja contrapor a proposta da Maria Auxiliadora? Em votação. Quem for a favor do destaque levante, por gentileza, o cartão. (– Pausa.) Aprovado. Passarei a presidência dos trabalhos ao deputado Iran Barbosa e retornarei logo em seguida.

O presidente (deputado Iran Barbosa) – Proposta nº 27. Convido para apresentar o seu destaque o Sr. Chafith.

O Sr. Lusifith Chafith Felipe – Boa tarde. Chafith, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba. Na verdade, deputado, essa proposta para nós é extremamente importante. Se soubermos trabalhar uma política pública eficiente, teremos uma resposta mais imediata para a recuperação da qualidade e da quantidade de água. Temos o Programa Produtor de Água e o Programa Bolsa Verde, ou seja, há uma série de programas que se iniciaram e não foram concluídos. Acho que precisamos pensar em uma política pública. O texto está extremamente equivocado, ao propormos a isenção do imposto e a compensação financeira. Também não entendi isso. Acho que se referem a uma compensação ambiental. O nosso objetivo é reeducar o produtor e não o deixar mais cômodo com programas que apenas o beneficiam, sendo que ele não fica com nenhuma meta a cumprir. Então, estou propondo uma mudança no texto: “Criação de uma política pública de financiamento e qualificação para os produtores rurais, com compensação ambiental, isenções de impostos e metas a cumprir para aqueles que se propuserem a adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades e contribuir para a proteção e a recuperação dos recursos hídricos”.

O presidente – A assessoria precisa que você repita a sua proposta de redação para que eles possam incorporá-la.

O Sr. Lusifith Chafith Felipe – “Criação de uma política pública de financiamento e qualificação para os produtores rurais, com compensação ambiental, com isenção de impostos e metas a cumprir, àqueles que se propuserem a adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades, contribuindo para a proteção e a recuperação dos recursos hídricos, a título de pagamento de serviços ambientais.” Acho que podemos melhorar isso mais ainda.

Aquela compensação ambiental pode até sair, mas a compensação ambiental é exatamente pagarmos pela nascente, pagarmos pela mata nativa que existe na propriedade. Exatamente, no finalzinho? Pois é. Queremos pagar pela proteção que ele já dá, na frente dele. Essa proposta é retirar “a título de pagamento de serviços ambientais” e manter “os serviços ambientais”.

O presidente – Patrícia, você tem que falar ao microfone para que as pessoas ouçam.

O Sr. Lusifith Chafith Felipe – É isso mesmo. Com a isenção de impostos, também.

O presidente – Está pronto o texto. Alguém quer se manifestar contra o texto proposto ou sugerir alternativas? Você tem de falar ao microfone.

O Sr. Lusifith Chafith Felipe – “Com isenção de impostos e estabelecimento de metas”, senão vão pensar que estamos excluindo as metas.



O presidente – Alguém deseja opor-se ao texto proposto? (– Pausa.) Não havendo quem se manifeste, coloco o texto em votação. Quem for favorável levante o cartão. (– Pausa.) Aprovado.

Vamos, portanto, à Proposta nº 28, do Carlos Henrique e do Ronaldo.

O Sr. Carlos Henrique Fonseca – Boa tarde. Meu nome é Carlos Henrique Fonseca, da Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* em Governador Valadares.

Estou propondo modificar um pouco o texto dessa proposta, de forma que possamos atender a população prioritariamente das áreas do semiárido do Estado e das áreas do Médio Rio Doce, que não são consideradas ainda como áreas de semiárido. São áreas com um processo de desertificação intensa. A redação ficaria assim: “Revisão da política tributária estadual para incentivar a participação de instituições públicas de ensino superior e de institutos de pesquisas tecnológicas para fomentar o desenvolvimento e a transferência de novas tecnologias e equipamentos para uso eficiente da água, produção de energia limpa com baixo impacto ambiental e aumento dos recursos de ICMS Ecológico para os municípios, de forma a premiar medidas de proteção, controle, recuperação e gestão da oferta hídrica”.

A questão, aqui, é que temos regiões em que a crise hídrica está mais agravada. Temos um aporte de professores das universidades federais, não só da UFJF, mas da federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, da federal de Uberlândia e de várias outras que estão no Estado com um potencial técnico enorme que precisa ser mobilizado. Afinal de contas, todos são funcionários públicos federais e estaduais com condições de auxiliar na elaboração dos planos, junto com as prefeituras, na inserção desses estudantes nesses escritórios de projeto. Ou seja, é hora de fazer o chamamento à participação das instituições federais e estaduais para exercerem efetivamente seu papel de transformação da realidade. Acho que não existem soluções para a crise hídrica, se não pensarmos na parte técnica e de desenvolvimento de tecnologia para ajudar a resolver o problema. Esse é um problema de todos. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, o Ronaldo.

O Sr. Carlos Henrique Fonseca – Sr. Presidente, essa proposta já vai ser aprovada? Quero fazer um comentário, se for possível.

O presidente – Por enquanto temos que ouvir o outro destaque, que é do Ronaldo. Após isso, colocarei os textos sugeridos e uma discussão aberta para todos. Concedo a palavra para o Ronaldo.

O Sr. Ronaldo – Quero fazer só uma observação, não quero fazer um adendo. Quando se fala em alternativa solar, está se falando em sistema fotovoltaico. Os países de climas temperados estão adotando uma tecnologia que não é essa que estão falando no Brasil, na maioria das discussões, que é a energia renovável. Na verdade, o retorno das máquinas a vapor é que produzem energia elétrica a partir do aquecimento da água com o aquecimento solar, por sinais de grandes estações(?). É só um comentário. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, o Gazzinelli.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Quero dizer, em relação à proposta de emenda, que apoio, que estou fazendo uma proposta de emenda no nº 35, porque acho que ficaria melhor em relação ao ICMS Ecológico que está no nº 35, no qual vou fazer uma proposta de emenda...

O presidente – Gustavo, vou interrompê-lo porque seu comentário é um destaque e, teoricamente, você não poderia fazer essa alteração agora. Mas vamos ser democráticos. Aqueles que concordam que ele pode sugerir essa alteração levantem as placas de votação. Quem for contrário levante agora. (– Pausa.) Pode fazer.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Em vez de Instituto de Pesquisas Tecnológicas seria Instituto de Pesquisas Científico-Tecnológicas, porque acho que abrangeria, para fomentar o desenvolvimento e a transferência de conhecimento e de novas tecnologias e equipamentos para o uso eficiente da água e a produção de energia limpa, com baixo impacto ambiental. Porque entendo que também as novas tecnologias e equipamentos para o uso eficiente da água devem ter baixo impacto ambiental. Eu terminaria na vírgula, após a palavra “ambiental”, porque acho que são duas propostas diferentes. Uma é a questão do



incentivo às instituições, à pesquisa científico-tecnológica, voltada para a questão da água; outra é a questão do ICMS Ecológico, que acho que se aplica muito melhor na Proposta nº 35. Eu sugeriria, além dos recursos, autuações e multas, a compensação fiscal. Então aqui seria mais ou menos o ICMS Ecológico. Não sei se o proponente estaria de acordo com essa sugestão. Na verdade, estou propondo apoiar a proposta dele com essas alterações, que, a meu ver, melhoram a proposta, e tentar passar essa questão do ICMS Ecológico para o nº 35. Oportunamente, quando chegar ao número 35, leio a minuta de redação que fiz, e acatarei sugestões para melhorá-la também, se for o caso.

O Sr. Carlos Henrique Fonseca – Acato as sugestões do colega e concordo que essa questão do ICMS passe para a 35.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Carlos, eu queria fazer só uma sugestão. Tenho certeza de que essa proposta teve o objetivo de incentivar o desenvolvimento e a transferência do conhecimento e de novas tecnologias e equipamentos. Então eu inverteria um pouco a ordem para mantermos isso frisado. “Revisão da política tributária estadual para incentivar o desenvolvimento e a transferência do conhecimento e de novas tecnologias e equipamentos para o uso eficiente da água e a produção de energia limpa com baixo impacto ambiental, com a participação das instituições de ensino superior e institutos de pesquisa científico-tecnológicas.” Porque o objetivo da proposta que fizemos no primeiro momento é esse desenvolvimento, e o que você quer que seja acrescido é que essas instituições participem. Assim ficam as duas coisas atendidas. Não sei se você concorda.

O Sr. Carlos Henrique Fonseca – O.k. Concordo que ficou melhor a redação. Só uma outra alteração: “com a participação prioritária de instituições públicas”. Aí abrimos para as demais instituições que queiram se unir às outras para fazer isso acontecer. Muito obrigado.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Exatamente.

O presidente – Havendo consenso nos destaques, pergunto se os presentes aprovam. Por favor, levantem os cartões de votação. (– Pausa.) Quem desaprova levante o cartão, por favor. (– Pausa.) Aprovado o nº 28.

Vamos portanto para o nº 30. Chafith.

O Sr. Iusifith Chafith Felipe – Chafith, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.

Acho tão tímida a parceria que temos com o Ministério Público, e falo que, de dois anos para cá, o melhor parceiro que tivemos foi o Ministério Público, para garantir os nossos direitos e cumprir a lei. O Ministério Público, com uma geração nova de promotores e juízes, têm nos auxiliado muito na questão ambiental. Porque, lamentavelmente, ainda usamos de muita artimanha para burlar a lei, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente. Hoje somos o bicho-papão do desenvolvimento. Falou que é meio ambiente, o trem está pegando. Então acho que esta é uma sugestão que não sei se caberia: exatamente um projeto de lei para regulamentarmos essa parceria, com dois projetos-piloto que fizemos. Um deles é o de penas alternativas para infratores de meio ambiente. Se chegarmos em qualquer comarca hoje, veremos em seu arquivo uma pilha de infração de meio ambiente, depois vem a de crime passional, e depois ainda é que entra o narcotráfico. O meio ambiente é o primeiro no rol dos infratores. E as penas alternativas são exatamente a estratégia de, em vez de só punir, reeducar. Então há alguns pilotos que mostraram muito êxito nisso. E os TACs, termos de ajustamento de conduta, são a última trincheira de diálogo com a empresa ou com a prefeitura para fazer cumprir a lei. Acho que o texto continuou fragilizado e meio confuso.

Querida também incluir no texto o monitoramento das universidades e dos centros de pesquisa, porque o Ministério Público, os segmentos dos comitês de bacia e as universidades têm um papel primordial nisso, principalmente no que diz respeito à metodologia e ao acompanhamento dessas penas alternativas. Mas, sinceramente, eu teria de reformular o texto, porque acho que “estabelecimento de regras e critérios” fica muito vago. Então queria, de início, propor a discussão, ou a criação ou a regulamentação, se houver alguma lei, nesse sentido, junto com o Ministério Público. Quais são as parcerias que podemos fazer?

O presidente – Chafith, você tem de falar qual é o texto exato que está propondo.



O Sr. Iusifith Chafith Felipe – Então a redação que estou propondo é “criação de um projeto de lei para aplicação...”. Não tem como ser “aplicação de verbas geridas pelo Ministério Público”. Então é manter o que está aqui mesmo: “estabelecimento de regras e critérios” – não sei como e com quem – “para aplicação de verbas arrecadadas e geridas pelo Ministério Público em termos de ajustamento de conduta – TACs – e em compensações ambientais, como forma de financiar projetos de penas alternativas de infratores de meio ambiente”. Acho que “especificados e priorizados” pode ser retirado, e mantido “e priorizados no plano diretor”. Incluiria também os planos municipais de saneamento básico. No finalzinho, “com apreciação dos respectivos comitês de bacia e o acompanhamento das universidades e centros de pesquisa”.

O Sr. Osvaldo Batista de Souza – Chafith, permite-me um aparte? Sou Osvaldo, CBH Paracatu.

O Sr. Iusifith Chafith Felipe – “Projetos de penas alternativas a infratores de meio ambiente.” “Financiar projetos incluindo os projetos de penas alternativas”. “Financiamento de projetos que definam as penas alternativas para infratores de meio ambiente”. Não mudou.

O Sr. Osvaldo Batista de Souza – Chafith, conceda-me aparte. O espírito da colocação dessa questão é muito claro. Hoje em Minas Gerais não existe transferência de recursos do Ministério Público para aplicar na recuperação ambiental, mesmo eles sendo oriundos de multa por infrações ambientais. Precisamos – esse é o espírito da proposta – que seja estabelecida a transferência, a aplicação, que os recursos sejam aplicados; estabelecer a aplicação das verbas arrecadadas. Os critérios são estabelecidos pelas entidades que vão gerir esses recursos que não estão sendo repassados. Queremos que isso seja repassado. As entidades que vão gerir esses recursos, saberão aplicá-los muito bem já que está abaixo e muito bem descrito quem poderá fazer uso dele. O texto correto é: “Estabelecimento da aplicação das verbas arrecadadas e geridas pelo Ministério Público em termo de ajustamento de conduta”. Esse é o espírito da emenda, da proposta porque hoje não sabemos o que é feito com os recursos arrecadados através das multas aplicadas pelo Ministério Público.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Com licença, Rennó. Eu fui coordenadora do grupo e queria resgatar... Por favor, Iran.

O presidente – Gente, desculpem-me. Peço perdão, mas fiquei sabendo de uma notícia muito ruim agora. Parece que o governador vetou minha emenda da taxaço do nióbio. Isso é triste, mas é a realidade de Minas Gerais. Aparentemente a única pessoa que não pode pagar imposto é a empresa mais rica de Minas.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Retomando, como fui coordenadora do grupo, acho que temos de resgatar...

O presidente – Gente, com licença. Peço 2 segundos.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Eu queria fazer a defesa da proposta original.

O presidente – Gente, peço 2 segundos. Isso é uma votação, que inclui as propostas. As pessoas podem fazer propostas a favor ou contra. Vocês terão 2 minutos. Por favor, marquem o tempo.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Eu queria fazer a defesa da proposta original porque estão mudando o seu sentido.

A proposta foi realizada pelo grupo com o intuito de que fossem consultados os Planos Diretores de Recursos Hídricos da bacia no momento de definir os usos prioritários dos recursos que o Ministério Público tem e utiliza dos TACs. Aí, sim, a prioridade se daria conforme o que já havia sido priorizado pelos comitês de bacia. O objetivo da proposta realizada pelo grupo é que o Ministério Público busque informações nos planos diretores de recursos hídricos e nos comitês de bacias para saber quais são os projetos prioritários, para definir onde esses recursos seriam aplicados. Acho que com essas modificações estamos saindo dessa proposta original.

O Sr. Iusifith Chafith Felipe – Eu vou concordar e retiro minha proposta, deputado.

O Sr. Antônio Giacomimi – Quero falar contra essa proposta. Em tese o Ministério Público já tem essas regras. Obrigatoriamente, essas regras têm de definir para quem vai e o que fazer com esse recurso. A regra interna do Ministério Público tem de definir isso. Somos beneficiários disso lá em Araguari.



Em tese, eu falo contra. Ainda há o seguinte agravante: estamos vendo o Ministério Público substituir...

O presidente – O destaque já foi retirado. Assim a defesa fica desnecessária.

O Sr. Antônio Giacomimi – Está certo, mas estou falando contra o original.

O presidente – Retirado o destaque, fica aprovada automaticamente a Emenda nº 30. Vamos para a Emenda nº 31. Com a palavra, Roni Von. Ele não se encontra presente. Não há destaque. De qualquer maneira tem de haver votação. Portanto, os que estão a favor do texto original se manifestem. Quem for contrário, por favor vote. (– Pausa.) Aprovado.

Proposta nº 33. Com a palavra, Rogério Mamão.

O Sr. Rogério Mamão – Na verdade, é uma tentativa no mesmo sentido proposto pelas Emendas nºs 25 e 29: agrupar duas propostas relacionadas – a 33 com a 34 – que já foram aprovadas, de maneira a permitir que as duas possam ser consideradas em conjunto na discussão das prioridades ao final. A formulação ficaria apenas com a seguinte condição: depois de “Fhidro”...

O presidente – Não é possível aglutinar propostas já aprovadas em bloco.

O Sr. Rogério Mamão – Como o conteúdo relacionado foi aprovado, nesse sentido pedi destaque na Emenda nº 33. A Emenda nº 34 foi colocada em votação nessa condição.

O presidente – Você deveria ter aglutinado as duas. Você deveria ter destacado as duas para pedir aglutinação. Bom, posso perguntar ao Plenário. Os que tiverem...

O Sr. Rogério Mamão – Se for possível discutir assim, melhor.

O presidente – Os que forem a favor de que as duas propostas sejam analisadas, mesmo a anterior já tendo sido aprovada, o que implicará na revogação da proposta original, por favor levantem o cartão. (– Pausa.) Rejeitada.

É só esse destaque, Rogério? A Emenda nº 33 tem o destaque. Quem for favorável levante o cartão. Agora vote quem for contra. (– Pausa.) Aprovada.

Emenda nº 35. Com palavra, Gustavo Gazzinelli.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Minha proposta é iniciar escrevendo: “Elaboração de lei ou emenda à Constituição do Estado visando à destinação de recursos de autuações e multas e de compensação fiscal, entre parênteses, ICMS Ecológico, para os municípios ...”

O presidente – Gustavo, fale um pouco mais devagar, assim a assessoria conseguirá acompanhar o que você está falando.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Não tenho óculos bifocal, por isso não consigo ler. Vou tirar os óculos. Desculpe-me.

O presidente – Então fale mais lentamente.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – “...visando à destinação de recursos de autuações e multas ambientais” – suponho, pois não sei se é qualquer multa – e de compensação fiscal, entre parênteses, ICMS Ecológico para os municípios”. Tiraria “ou localidade de origem”, pois acho que o ICMS Ecológico vai para município e não para a localidade de origem. “De forma a premiar medidas de proteção, controle, recuperação ambiental e gestão de oferta hídrica.” Terminaria aí.

Estou propondo que não tenha essa vinculação ao órgão ambiental competente. Vou defender isso, porque penso que o município já fez uma ação voltada para a recuperação. Com isso, muitas vezes, ele está deixando de implementar uma outra atividade. Essa política, essa opção que ele faz pela proteção do meio ambiental deve vir para o Município como um todo, não acho que é somente para os órgãos ambientais.

O presidente – Alguém gostaria de se manifestar contra a proposta? Portanto, aqueles que forem à favor levantem o cartão de votação. Agora, os que forem contra. Aprovado.

Proposta número 38, tema 4, “Saneamento e saúde”, Adilson e Paulo Cézár.



O Sr. Adilson Ramos – Meu nome é Adilson Ramos, do Sindágua-MG. Destinação obrigatória de um percentual de, no mínimo, 0,5% dos investimentos em serviços de saneamento do Estado de Minas Gerais, para capacitação, qualificação e treinamento de gestores e operadores para o início da operação dos serviços.

Estamos pedindo a retirada, porque não existe certificação para a maioria das funções dos trabalhadores. Então, isso engessaria e deixaria numa situação complicada quem fosse implantar.

O presidente – Com a palavra, Paulo César.

O Sr. Paulo César – Boa tarde. O meu destaque é trocar, por favor, “certificação” por “qualificação”. Certo, então, retire, por favor “qualificação”. Não, não, não, exigindo a qualificação profissional. Coloca lá, por favor. Tire “certificação” e coloque “qualificação profissional mínima de todos os trabalhadores no serviço, antes do início da operação”. Por quê? Sabemos que para os técnicos que trabalham nas ETEs – escolhemos um elemento entre vários ligados a saneamentos – é exigido apenas o 2º grau. Muitas vezes eles não têm conhecimento técnico nenhum na área de tratamento de água, de tratamento de esgoto, e de resíduos sólidos muito menos ainda, porque são pouco prestados esses serviços. Então, que haja uma qualificação desse profissional, que, muitas vezes, só é orientado para abrir ou fechar uma válvula. Então, que ele tenha essa qualificação profissional para trabalhar no serviço. *O.k.*? Obrigado.

O presidente – Como são dois destaques, gostaria de perguntar ao Adilson e ao Paulo se um contempla o outro ou se vamos ter de votar um contra o outro?

O Sr. Antônio Giacomini – Só as palavras são diferentes, mas o objeto é o mesmo. A redação é diferente.

O presidente – Preciso que vocês dois cheguem a um acordo de qual texto vocês imaginam ser...

A primeira? *O.k.* Aglutinando somente a primeira proposta. Os que tiverem a favor do primeiro destaque, por favor, levantem os seus cartões. Agora, quem estiver contra. Aprovado.

Proposta nº 41, Ronaldo.

O Sr. Ronaldo – Perde até um pouco o sentido, porque já está em andamento o processo para elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico – Pesb –, que vai nortear as ações de saneamento em Minas Gerais. Mas, de qualquer forma, sugiro uma alteração que seria... Defendo o projeto ser coordenado pelo conselho e não pela câmara. O Conedru vai decidir se passaria isso para a câmara ou se constituiria uma comissão técnica interinstitucional. E ali depois “Conedru com o apoio da Sedru”, que é quem dá esse apoio técnico ao conselho. Entendeu? Vendo o projeto ser coordenado, tire “pela câmara setorial de treinamento” e coloque “coordenado pelo conselho”. Depois de Conedru, vírgula, com o apoio da Sedru. Isso, certamente, vai ser encaminhado para a Sedru e para a Conedru e lá será tomada a decisão que achar mais prudente.

O presidente – Alguém gostaria de encaminhar contra? Se alguém quiser, por favor, levante a mão. *O.k.* Em votação o destaque, os que estiverem à favor, por favor, levantem o cartão. (– Pausa.) Aprovada a proposta.

Proposta nº 42, Luiz Domingues e Luiz Naves.

O Sr. Luiz Domingues – Boa noite. Sou o Luiz Domingos Barroso, líder da comunidade de Santa Mônica e São João Batista, da nossa região, deputado. Meu contexto em relação a este tema é: para que seja aprovada e passe essa lei, ela teria de entrar de imediato, pois nosso município precisa e muito dessas cobranças. Alterando o texto, eu tiro a palavra “mecanismo” e coloco “estabelecimento de um órgão”, e que venha ter a participação da sociedade, como vigilantes. (- Intervenção foram do microfone) Mas mecanismo já retirado, não? Um órgão regulador. É isso? Essa é a minha proposta.

O Sr. Ronaldo – Na realidade, essa proposta não faz muito sentido.

O presidente – Você tem de falar o seu nome.

O Sr. Ronaldo – Porque a lei de saneamento, a Lei nº 11.445, e especialmente a regulamentação dessa lei, que é a 7.215, art. 39, já define que o contrato não tem validade no caso de se delegar o serviço para terceiros se não houver o ente regulador. O serviço tem de ser regulado. Não sendo, é acionar o Ministério Público e a Justiça para que isso aconteça, como



aconteceu em Belo Horizonte e em Juiz de Fora. A lei já existe. Não se fazendo a regulação, que se acione a Justiça. Não tem muito sentido isso.

O Sr. Luiz Domingues – Não concordando, até porque, passando com essa foz de 11,2, ela terá mais ação, influência para a sociedade. O mecanismo tem vários segmentos da palavra. Obrigado.

O presidente – Obrigado. Luiz Naves está presente?

O Sr. Luiz Naves – Sim.

O presidente – Luiz, por favor.

O Sr. Luiz Naves – Com relação à lei de saneamento, queria colocar “com a participação da sociedade civil e dos movimentos populares”. Alguém pode dizer: “o Procon.” O Procon não é representação da sociedade, ele é para dirimir conflitos. Então, deve ter assento nessa agência esse grupo.

Segundo, o mecanismo “órgão regulador” é a própria agência que será criada ou a Arsae, que será contratada. Isso é uma redundância desnecessária.

O presidente – Alguém quer defender a redação original quanto aos destaques? Você está defendendo...

O Sr. Osvaldo – Osvaldo, CBH Paracatu. Defendo o texto original, uma vez que a proposta original mantém a ideia de que é necessário o mecanismo de controle. Os agentes sociais já estão contemplados na primeira proposta, que está lá com o controle social; a participação da sociedade civil já está lá dentro com o controle social. Portanto, não vejo necessidade de alteração da proposta original.

O presidente – O.k. O senhor já encaminhou contra, entendi. É porque são duas votações. A primeira votação que precisa ser feita é quanto a quem é a favor de destaque e quem é a favor do texto original. Quem for favorável aos destaques levante o cartão. É porque são dois destaques. Quem for favorável ao primeiro destaque levante o cartão. Você quer fazer um terceiro destaque?

O Sr. Ronaldo – Esses dois destaques não têm sentido, queria fazer um terceiro.

O presidente – Mas você não pode fazê-lo, você não está inscrito.

O Sr. Ronaldo – É alternativa de alteração, para isso ter sentido.

O presidente – Você poderia encaminhar contra os destaques que você fez.

O Sr. Ronaldo – Então vou encaminhar contra.

O presidente – Está bom.

O Sr. Ronaldo – A minha proposta seria só fixar o prazo de dois anos para o estabelecimento dos entes reguladores. Porque criar órgão não tem o menor sentido, o órgão já é a própria agência reguladora.

O Sr. Fausto – Questão de ordem. Parece-me que os destaques que foram reprovados ontem... Ficamos aqui até 20 horas, exaurindo todas as propostas e os destaques. Parece que estamos querendo voltar agora para ser discutido aqui e apresentado. Acho isso uma sacanagem. Vamos ficar aqui até 22 horas.

O presidente – A única coisa que existe agora são dois destaques. Vamos lá: quem for favorável ao primeiro destaque realizado levante o cartão.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Presidente, questão de ordem.

O presidente – Fale, Gustavo.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Pediria que o senhor também colocasse em votação a Proposta nº 42, e não só os destaques.



O presidente – Mas isso será feito. A primeira coisa é escolher entre o primeiro e o segundo destaques. Depois, será escolhido entre o primeiro destaque, por exemplo, ou a proposta original. É isso que será feito. Por isso disse que são duas votações.

Então vamos fazer o seguinte: quem for favorável à proposta original levante o cartão. (– Pausa.) Portanto, os destaques estão prejudicados. Segue em frente.

Quarenta e cinco. Adilson. Para mantermos, vai encaminhar pelos destaques exatamente quem se inscreveu. Tudo bem? Se não quiser os destaques, vote contra. Se quiser encaminhar contra o texto original, ao final da votação dos destaques pode fazê-lo. Mas vou permitir que os três destaques...

Outra questão para agilizarmos: são os Destaques nºs 1, 2 ou 3. Não vai ter mais essa, ou é o 1, ou é o 2, ou é o 3. Vou perguntar sempre se a proposta original está valendo. Se não estiver, escolheremos entre os três. Tudo bem?

Enquanto estiver votando o original, vocês se reúnam e proponham isso. Está bem? Outra coisa: se você tiver sido contemplado pelo que o colega anterior falou... Adilson.

O Sr. Adilson Ramos – Adilson, Sindágua-MG.

O presidente – Perdão, pulei. Estamos na 44, Adilson. Pode se assentar. Desculpe-me.

Foram o Luiz Domingues e o Ronaldo que pediram encaminhamento. Por favor, Luiz. E quatro: desocupação de todas as casas e áreas irregulares... Quarenta e três não teve destaque. Quarenta e quatro.

O Sr. Luiz Domingues – É com muito pesar que vejo que vocês aprovaram a proposta original, porque nossos municípios são carentes de alguém para tomar consciência do que vem acontecendo.

Veja, na Proposta nº 44, como se colocam as represas e especificamente Várzea das Flores. Daqui a pouco precisaremos dos reservatórios, da Lagoa dos Ingleses. Como vão remover todos a menos de 100m da Lagoa dos Ingleses? Nem remover nem desapropriar, é desocupar. É justo, é constitucional? Isso deveria ser excluído. A minha proposta é que se retire esse texto. Exclusão.

O presidente – A supressão da proposta, que é retirar o 45. Tubo bem.

O Sr. Luiz Domingues – Exatamente.

O presidente – Ronaldo.

O Sr. Ronaldo – Inicialmente gostaria de justificar minha proposta de venda. É alarmante a construção e a proliferação de loteamentos irregulares, assim como a construção de imóveis em áreas de preservação, às margens dos Rios das Velhas, do São Francisco entre outros, com supressão da mata ciliar e intensa produção do processo erosivo. Por essa razão, faço a seguinte proposta: fazer uma alteração no texto original, estendendo essa proibição para outras formas de mananciais de água. O texto seria o seguinte: “Desocupação de todas as casas e áreas irregularmente ocupadas que estiverem localizadas a menos de 100m não só da represa, mas também de cursos d’água, de lagos de hidrelétricas e outras espécies de mananciais de interesse público” – que se distingue da proposta do companheiro – “e de sustentação ambiental”. Portanto, não incluo aqui as áreas, por exemplo, de condomínios que não são de interesse público, onde se constrói um lago para atrair a venda de imóveis.

O presidente – Vamos lá. Ronaldo, vamos devagarzinho. “A 100m da margem da represa de Várzea das Flores”. Qual mais?

O Sr. Ronaldo – A 100m da margem. Eu estenderia o objeto.

O presidente – O.k., para onde? Várzea das Flores...

O Sr. Ronaldo – “A 100m de cursos d’água – vírgula –, de lagos, de hidrelétricas e outras espécies de mananciais de interesse público e de sustentação ambiental.”

O presidente – Ronaldo, é aquele texto ali?



O Sr. Ronaldo – É. Só um esclarecimento: a companheira apresentou uma questão a respeito de indenização. Mas não há como falar em indenização pois o empreendimento está em confronto com a legislação.

O presidente – Nós estamos discutindo isso.

O Sr. Ronaldo – É só para esclarecer.

O presidente – Nesse caso então retiraria o termo “margem de Várzea das Flores”.

O Sr. Ronaldo – Deixe-me ver. “Desocupação de todas as casas e áreas irregularmente ocupadas...”

O presidente – Não. Nesse caso de Várzea das Flores está contemplado porque tem um lago...

O Sr. Ronaldo – “... a menos de 100 metros do curso d’água e outras espécies de mananciais de interesse público e sustentação ambiental.”

O presidente – O.k.?

O Sr. Ronaldo – O.k.

O presidente – Aí é a manutenção da proposta. Eu vou inverter a votação porque primeiro houve uma proposta de rejeição ao parágrafo. Aqueles que desejarem a supressão do 44, por favor levantem o cartão. Supressão do 44. Vai ter de contar. Não?

Quem for a favor da manutenção do 44, levante. Está suprimido. As outras propostas ficam prejudicadas.

Proposta 45. Adilson; em seguida, Maria Margarida; e, depois, Carlos Alberto.

A Sra. Izabella Correia – Eu entendi que a supressão não cabia aqui, cabia ao grupo de saneamento. Uma vez que existe um grupo que aprovou essa proposta entre as prioritárias, eu não entendi que na plenária havia a opção de suprimir.

O presidente – É porque a plenária é todo mundo. É igual a qualquer comissão. Se você aprova uma coisa na Comissão de Meio Ambiente, todos têm de querer. Entendo que o grupo tenha isso. É por isso que a gente vive numa democracia.

A Sra. Izabella Correia – Mas na Assembleia a questão era de prioridades. Então, se a maioria entende que deve suprimir, isso deve ficar como prioridade menor, e não se deve suprimir a proposta. Não adiantava ter reunido um grupo e escolher entre as 12 propostas se aqui seria suprimida. Acho que tem de verificar o regimento. Eu peço à assessoria da Casa para esclarecer.

O presidente – Deixa eu tentar explicar como funciona.

Quando a gente organiza o seminário, as pessoas em primeiro lugar se organizam em grupos. Os grupos fazem propostas, e essas propostas são rascunhos. Esse rascunho é solicitado para cada pessoa que estava aqui durante a manhã para, se quiser, manter esse rascunho ou não. Cada um pede por isso o destaque, que é o que estamos votando agora. Cada destaque significa que essa proposta, automaticamente, pode ser retirada, como foi definido pela maioria aqui presente.

Então, com a proposta vencida, sigamos. Por favor, Adilson, o 45.

O Sr. Adilson – Adilson, do Sindágua MG. Ficaria dessa forma – e provavelmente na apresentação dessa proposta, ao final, a última proposta do tema talvez não haja necessidade de ser votada como prioridade porque esta absorveria: “Garantia de que os serviços de água e esgoto ofertados à população de Minas Gerais tenha excelência na qualidade, sem diferença entre as regiões, a contraexemplo do que ocorre hoje com a população do Norte e Nordeste, que recebe serviço da Copanor com qualidade inferior ao da Copasa. Como ação imediata, extinção da Copanor e absorção dos serviços e dos recursos humanos pela Copasa”.

Onde está “Norte e Nordeste”, colocou-se “Norte e Nordeste do Estado”. Acrescentar “Estado” ao final.

O presidente – Maria Margarida.

A Sra. Maria Margarida – Boa tarde. A minha sugestão já está parcialmente contemplada na sugestão do colega anterior. A minha sugestão era cortar a expressão “tratamento igual”. As águas de origem geológicas de bacias hidrográficas



diferentes têm características físicas e químicas muito diferentes. Para elas atingirem o mesmo padrão de qualidade, têm de ser tratadas de maneira diferente.

Basicamente, só para exemplificar, algumas localidades do Nordeste de Minas têm grandes concentrações de flúor na água. Essa água não pode ser tratada com mais flúor, sob o risco de intoxicar a população. Águas com grandes quantidades de carbonato de cálcio, as águas duras, têm de ser tratadas de maneira diferente das águas brandas. Então a questão é tirar esse tratamento igual.

O presidente – Então a proposta seria a do Adilson com a retirada do termo “tratamento igual”. Você retirou a sua proposta?

O Sr. Adilson – Não.

O presidente – O seu destaque já contempla o dela. *O.k.*

Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto – Boa tarde. Carlos Alberto, da Copasa. Eu gostaria de lembrar a todos que cabe o ônus da prova a quem faz acusação. Está escrito no Item 45 um fato muito grave: que a qualidade da água é inferior. Para a gente falar, tem de ter análises em mãos. Eu não posso falar que a qualidade da água é inferior simplesmente pegando um copo com água e olhando. Se fosse assim, nós não precisaríamos de equipamentos, não precisaríamos de tecnologia para fazer análise de águas.

Eu não fiz a defesa dessa proposta ontem, no nosso grupo, porque eu não estava convicto, eu não tinha certeza do que vou dizer aqui, agora. Eu me certifiquei com os meus colegas da Copanor e afirmo com toda a certeza: a água que é distribuída pela Copanor segue os mesmos parâmetros de qualidade da água que é distribuída pela Copasa em Belo Horizonte, Divinópolis, Montes Claros, Ipatinga, Valadares, Itajubá e em qualquer outra localidade onde a Copasa tem a concessão. Os profissionais da Copanor, principalmente os técnicos responsáveis pelo tratamento de água, são, igualmente a nós, técnicos da Copasa, obrigados a distribuir uma água dentro dos parâmetros de qualidade estabelecido pela Portaria 2.914, do Ministério da Saúde.

Então, diante dessas afirmações, solicito a retirada das palavras “com qualidade inferior”.

O presidente – Nós temos dois destaques.

O Sr. Ronaldo – Iran, por favor.

O presidente – Espere. Você não está inscrito. Não existe mais essa possibilidade. Eu a cortei na passada.

O Sr. Ronaldo – Não existe?

O presidente – Não. Então, nós temos dois destaques. Primeiro, o do Adilson. Segundo, do Carlos Alberto. Correto? *O.k.* Primeiro, vou perguntar se talvez o texto original seja o aceitável.

Quem for a favor do texto original, contra as duas propostas de modificação, por favor, levante o seu cartão. *O.k.*

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta do Adilson. Quem for a favor da proposta do Adilson levante o cartão. (– Pausa.) Quem for a favor da proposta do Carlos Alberto levante o cartão. (– Pausa.) Venceu a proposta do Adilson. Então fica votada a Proposta nº 45.

Tema 5. Item 51. O destaque é do Roberto.

O Sr. Roberto – Roberto, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará. Nessa proposta, contra a qual não tenho nada, foi acrescentado no final “priorizando agricultura familiar”, que não tem nada a ver com o texto da proposta e não traz benefício nenhum à agricultura familiar. Então o meu pedido é para se retirar “priorizando a agricultura familiar”. A proposta não tem nada a ver com isso, foi colocado indevidamente. É só ler o texto que podemos ver...

O presidente – Então, retirar o termo “priorizando a agricultura familiar”.



O Sr. Roberto – Peço.

O presidente – Quem for a favor do destaque do Roberto, por favor, levante o cartão. (– Pausa.) Quem for contra a proposta levante o cartão. (– Pausa.) Vocês vão ter de contar. Por favor, as pessoas que são a favor mantenham-se de pé.

O Sr. Osvaldo – Questão de ordem, relator. Essa frase não figura no texto aprovado no grupo de trabalho. É isso que o Dr. Roberto explicou aqui. Está no relatório recebido por todos os senhores. Ela não aparece aqui, ela figura aí, mas não aparece no texto. Foi aprovado lá.

O presidente – De qualquer forma, para a gente não entrar num debate desnecessário, vou considerar o termo “priorizando a agricultura familiar” como um destaque ao texto original que não preveria priorizar...

A Sra. Carolina – Foi contemplado, ontem, esse pedido de destaque e aprovado pelo grupo.

O Sr. Roberto – Portanto, pede a votação para o texto original, por favor.

O presidente – De qualquer maneira, vou colocar em votação o texto original e o outro, porque senão vamos ficar em um debate formal e não chegaremos ao material.

Então, quem for a favor da frase “priorizando a agricultura familiar” levante o cartão. (– Pausa.) Quem for a favor do texto sem a frase levante o cartão. (– Pausa.) Venceu o que está com a frase “priorizando a agricultura familiar”.

Item 52. Criação de CPI. É o Gustavo. É outro Gustavo? Não é você, Gazzinelli? É o Gustavo, do Brigadas Verdes. Cadê o Gustavo? Não está? Quem for a favor do texto original, sem destaque, levante o cartão. (– Pausa.) Aprovado.

Item 55. Roberto e Carolina. Roberto, por favor.

O Sr. Roberto – Roberto, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará. A minha proposta é a seguinte. Temos aqui uma proposta muito interessante, definindo as áreas que realmente queremos como territórios livres da exploração minerária. O termo “em especial” enfraquece e tira o foco das áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água. Gostaria de pedir a retirada da expressão “em especial”.

O presidente – Retirado o termo “em especial”. Carolina, por favor.

A Sra. Carolina – O meu destaque no Item 55 é o seguinte. Há uma proposta de texto que vou unificar com outra lá na frente, tendo em vista a priorização, porque vamos ter de deixar muita coisa para trás. O texto ficaria assim... Está aqui e vou entregar à Mesa já.

O presidente – Qual é a proposta que você está unificando?

A Sra. Carolina – Vou unificar a Proposta nº 60 com a de nº 55. Ficaria assim: “Estabelecimento de territórios livres da exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado, em especial em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água, dando prioridade às regiões e bacias mais ameaçadas e impactadas, destacando-se o quadrilátero aquífero ferrífero, a Bacia do Santo Antônio/Doce, o Alto Pardo e o Alto Jequitinhonha. É a unificação da Proposta nº 55 com a Proposta nº 60.

O presidente – Coloque o texto ali em cima, porque agora a gente entra num problema formal de novo. O Gazzinelli e a Teca pediram o destaque da Proposta nº 60.

A Sra. Carolina – Gazzinelli e Teca, o destaque de vocês, na Proposta nº 60, fica contemplado nessa proposta de aglutinação com a Proposta nº 55?

O Presidente – Essa é a grande pergunta. Se ficar, melhor ainda. O que vocês queriam modificar na Proposta nº 60 fica bem aglutinada com essa aí. Cadê a Teca?

O Sr. Gustavo Gazzinelle – No meu entendimento, estamos contemplados.

O presidente – O.k. Teca.

A Sra. Teca – Quando pedi destaque era precisamente para tentar fazer uma proposta. A proposta apresentada contempla o meu motivo.



O presidente – Maravilha. Contempla, Roberto, com essa modificação?

O Sr. Roberto – Se tirar essas partes que escolhem áreas para fazer, estou de acordo, porque o nosso lá atende ao Estado inteiro sem discriminação, sem problemas. Aí você está definindo áreas onde se vai fazer, está tirando a possibilidade de fazer nos outros.

A Sra. Carolina – É porque existe esse receio de áreas ficarem de fora, mas a essência é territórios livres nas bacias hidrográficas do Estado. Aí você dá prioridade, destaca, mas não elimina nenhuma outra. São destaques, momentaneamente, que agora precisam de atenção. Mas não significa que outro projeto que surja em outra bacia não possa estar livre da exploração minerária, se avaliado que a população local, de fato, quiser isso. Então, são destaques para as localidades mais críticas neste momento. É a bacia do Santo Antônio/Doce – não é vírgula, é barra.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Completando, já que endossei essa proposta.

O presidente – A Teca pode falar porque ela tem destaque.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas – Posso porque tenho destaque. Existe uma lei federal que diz que, em caso de escassez, a prioridade é o abastecimento humano e a dessedentação de animal. Então, quando se colocou “destacando essas regiões”, isso é porque nessas regiões já está declarada a escassez de água. Talvez, para contemplar o que o colega colocou, a gente possa acrescentar “destacando-se o Quadrilátero Ferrífero, a bacia do Santo Antônio/Doce, o Alto Pardo e o Alto Jequitinhonha”, que já têm uma situação histórica de escassez de água e outras que estejam em situação de escassez de água, porque assim não deixamos de fora outros lugares em que, por acaso, não tenham sido oficializada a escassez. Tem toda uma coerência colocar esses lugares aí, a lei federal nos dá essa prerrogativa.

O Sr. Roberto – Teca, respeito muito o que você falou, mas vou dizer a você o seguinte: se eu lhe proponho uma que atenda a todo mundo, para que vamos fazer discriminação sendo que todas as bacias de Minas estão degradadas.

O presidente – Roberto, o debate já aconteceu. Quem for favorável à proposta do Roberto levante a mão. (– Pausa.) Quem for favorável à proposta aglutinada levante a mão. (– Pausa.) A primeira proposta é do Roberto. Aprovada a proposta da Carolina. Com isso, a Proposta nº 60 fica prejudicada.

A Sra. Carolina – Peço licença à Mesa para fazer uma consulta. Na hora da leitura dos destaques, processamos as propostas. Pedi o destaque da Proposta nº 58 e agora quero transferi-lo à Proposta nº 56, se todos concordarem. É uma proposta de aglutinação das Propostas nºs 56 e 58.

O presidente – A Proposta nº 56 já foi aprovada. Isso não será possível, Carolina. Agradecemos sua participação.

Proposta nº 57, Nenzão e Duílio.

O Sr. Nenzão – O texto da Proposta nº 57 ficou um pouco confuso, porque proíbe a (– Inaudível.) de água para todos. Mas não é bem assim. Queremos mudar o texto para: “Proibição da instalação de novos minerodutos no Estado de Minas Gerais e respectivas outorgas de uso de água”. (– Pausa.)

O presidente – É apenas uma inversão.

O Sr. Nenzão – E também queremos a revisão das licenças de instalação de minerodutos e auditoria nos licenciamentos existentes.

O presidente – Com a palavra, o Duílio.

O Sr. Duílio – Ajudo o companheiro sugerindo a seguinte redação: “Proibição de concessão de outorga de uso da água para minerodutos no Estado de Minas Gerais, revisão e/ou auditoria das licenças ambientais já concedidas aos minerodutos, em conjunto com os órgãos estaduais e federais envolvidos, quando couber”. “Federais” porque os minerodutos atravessam mais de um estado.

O presidente – Vamos votar os destaques. Quem for favorável à proposta do Nenzão levante o crachá. (– Pausa.) Quem for favorável à proposta do Duílio levante o crachá. (– Pausa.) O Nenzão ganhou.



Proposta nº 58, Giacomini e Carolina. Pode falar primeiro, Carolina.

A Sra. Carolina – Lerei devagar para quem está no computador. O novo texto seria: “Ampliação da participação social nas tomadas de decisão sobre a viabilidade e implantação de empreendimentos por meio de: a) aumento do percentual de representação dos ameaçados atingidos e organizações socioambientais na composição das instâncias colegiadas do Copam; b) criação, por lei, da obrigatoriedade da realização de plebiscito popular, coordenado pelas instituições e movimentos sociais e universidades públicas reconhecidos como oficiais pelo poder público, garantindo à população o acesso à informação.

O presidente – A assessoria entende que essa é uma proposta nova e totalmente divergente.

A Sra. Carolina – Na verdade, ela é uma aglutinação das Propostas nº 56 e 58. Mas fiz destaque da 58, e não da 56. Como essa aglutinação não foi permitida, propus novo texto para a 58. Ela não é completamente nova, porque mantém a essência do plebiscito e a participação social na avaliação da viabilidade e implantação de empreendimentos, do acesso à informação.

O presidente – Carolina, peço desculpas, mas esse não é o caso para encontrarmos uma brecha. Vamos votar primeiro o destaque do Giacomini. Quem for favorável levante o cartão.

O Sr. Antônio Giacomini – Não apresentei nada ainda. Na verdade, não interfere naquilo que você já colocou. É outra parte. Não há nada de novo ali, apenas uma questão da viabilidade dessa questão dos 5km. Por que não 4km, por que não 6km? No meu entender, é um número mágico, é o espírito da coisa. Então, afetam as áreas nativas associadas às nascentes ou as que estejam localizadas até 5km de distância. Seria mata nativa associada às nascentes ou cursos e tal. Um estudo técnico realmente vai definir. Se se estabelecer uma coisa rígida, isso poderá funcionar mais lá no Noroeste, onde há estruturas sedimentares. Lá a drenagem é mais rarefeita. Você até pode ter de um determinado ponto – 5km para cá, 5km para lá – ou inviabilizar qualquer empreendimento, 95% do Estado de Minas Gerais. Se você pegar o Sul de Minas, onde tem uma drenagem dendrítica toda na Zona da Mata e até no Triângulo, terá uma drenagem muito próxima e tudo fica a menos de 5km. Daí você não pode ter nada, até as nossas casas vão ter de sair de lá. É meio temerário quando a gente assume coisas assim.

Portanto, se vai ter o estudo técnico lá, vão dizer assim: “olha, aqui é assim”. É muito interessante a possibilidade de flexibilizar esse código florestal do jeito que ele está aí. É uma briga que estamos tendo. Ele deve ser flexibilizado para se adaptar a diferentes realidades – não é? Em Minas Gerais, há “n” realidades diferentes. Essa é a minha justificativa. É só tirar aqui e colocar associados a... As nascentes já estão aqui... O curso d’água. Exatamente. Não tem nada a ver com a sua, que vai ser nova ou não. A plenária que resolve.

O presidente – Vamos votar, então, o destaque de Giacomini. Quem for favorável levante o cartão. (– Pausa.). Agora levante o cartão quem for favorável à proposta original. (– Pausa.) Aprovado o destaque de Giacomini. O dela não cabe porque seria inovação.

Proposta nº 60 foi prejudicada pela aprovação da 76. Proposta nº 61, Paulo César.

O Sr. Paulo César – Boa tarde a todos. Lá embaixo, na penúltima linha, favor suprimir a expressão “agricultura irrigada”. Não tenho nada contra, mas entende-se que já está sendo citada lá em cima, ou seja, está tendo uma duplicidade da agricultura irrigada. Agora, inclua para mim, por favor, a expressão “apoio ao cadastramento do CAR, exigida a ART”. Isso aí vai ficar no local da agricultura irrigada, expressão que foi suprimida.

O CAR é uma ferramenta extremamente importante para as futuras políticas públicas no que tange à preservação e à conservação do meio ambiente. O CAR é um cadastramento obrigatório a todos os imóveis rurais. Nele você faz raios-x de toda a propriedade. Sede, reserva legal, APP, rios, áreas consolidadas, tudo isso. Ocorre que, talvez, por querer atingir metas, o Ministério do Meio Ambiente deixou um leque aberto. Qualquer pessoa, sem conhecimento técnico algum, está elaborando o Cadastro Ambiental Rural. Mototaxistas, contadores, estudantes vão na propriedade, às vezes nem vão, e apenas delimitam uma poligonal.



Recentemente um amigo me pediu que eu olhasse um cadastramento feito em um escritório de contabilidade. Para que vocês entendam, na tela do computador havia uma poligonal como se fosse um retângulo deitado. Esse era o original, quer dizer, o original da propriedade feito de ponta-cabeça. O CAR estava invadindo a propriedade de cima e a propriedade de baixo. Nenhuma dessas duas propriedades estava conseguindo realizar, porque havia sobreposição de área. Se algo não for feito nesse sentido, quando tiver 50% dos CARs feitos, ninguém mais vai conseguir porque haverá sobreposição de áreas, e ninguém mais vai conseguir terminar o CAR.

O presidente – Para concluir, por favor.

O Sr. Paulo César – É necessário que haja aprovação dessa mudança, porque, ao aprovar isso, já vai fortalecer a Emater, que conhecerá o ordenamento de todas as propriedades rurais do município e será um banco de dados para identificação dos proprietários rurais, que receberão benefícios por preservar o meio ambiente. Lá vai se sagrar a APP, a reserva. É só isso. Muito obrigado. Não, é ART. Não colocou? Apoio ao cadastramento do CAR, exigida a ART. Completa, por favor. É isso aí. Muito obrigado.

O presidente – Alguém gostaria de encaminhar contra?

O Sr. Eduardo Nascimento – Apenas gostaria de esclarecer que a proposta dele está trazendo uma questão que, felizmente, para a agricultura familiar e na própria legislação, conseguimos superar. Tudo bem o apoio ao cadastramento do CAR, mas a própria lei, a partir de uma luta nossa, dispensou a ART para a agricultura familiar porque, abaixo de quatro módulos, o cara é declaratório, além de ser muito caro. Estão cobrando por aí, de forma privada, uma média de R\$800,00 a R\$1.000,00 por hectare. Então, somos contra a exigência da ART porque prejudica.

O presidente – O.k. Em votação, então...

O Sr. Paulo César – Eu posso fazer uma defesa?

O presidente – Não, Paulo. Você já fez sua defesa. Não existe réplica.

Quem for a favor da emenda do Paulo César, por favor, levante o cartão. (– Pausa.) Não. Não vamos...

O Sr. Ênio Rezende – Desde o início, pedi o contraponto aqui. Veja bem, acho que vai favorecer, porque são duas propostas ali diferentes. Ele fez o encaminhamento solicitando que fosse tirada a expressão “agricultura irrigada” porque ela estava repetida. É boa a sugestão dele. Apoiar o CAR também é uma boa sugestão dele. Agora, quando ele coloca a ART, aí acho que ele está errado porque realmente a lei não pede isso. É possível o croqui para resolver isso. Existe o módulo de análise do CAR. O CAR não encerra com a inscrição. Esse CAR vai ser analisado pelo órgão ambiental e vai ter o programa de recuperação ambiental.

O presidente – O.k. Então vamos agilizar aqui.

O Sr. Ênio Resende Souza – A proposta que faço seria de retirar “exigida...”

O presidente – Paulo César, estão encaminhando uma proposta aqui de consenso para você, que seja mantido o seu destaque com a retirada da questão da ART. Você concorda? Só isso. São mantidas as outras e retiraria essa ART, para atender, inclusive, à legislação, que é federal.

O Sr. Paulo César – Mas o problema é que vai ficar aberto para todos fazerem. Vai continuar da mesma forma.

O presidente – Então você mantém o destaque? O.k.

Quem for favorável ao destaque do Paulo César...

O Sr. Paulo César – Espere aí. Exclua, por favor, a expressão “agricultura familiar”.

O presidente – Não. O que eles estão pedindo é que você retire “ART”, porque acham o resto do seu texto bom.

O Sr. Paulo César – Então, retira porque, pelo que estou vendo, vai ficar fora de todo jeito.

O presidente – O.k.



O Sr. Paulo César – É por isso que, infelizmente, as coisas não se resolvem. É uma oportunidade...

O presidente – O senhor tem direito de manter. As pessoas podem querer votar com você. Decida, Paulo.

O Sr. Paulo César – Já levantaram a mão aqui, infelizmente. Então deixa votar.

O presidente – Votará do que jeito que está? *O.k.* Quem for favorável ao destaque do Paulo César, ou seja, a favor do texto original, levante o cartão. (– Pausa.) Fica mantido o texto original.

Proposta nº 66, do Carlos Henrique. Estamos chegando ao final. Faltam só a 4 e a 9. Se Deus quiser, saímos daqui antes do Natal.

O Sr. Carlos Henrique Fonseca – Sou Carlos Henrique, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Proponho que, ao final da frase... Aliás, ao final não – desculpem-me. Apoio às Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, ao Pronatec rural, as escolas de Educação de Jovens e Adultos – EJA – indígenas. Na verdade, aí está no termo da lei mesmo. Escolas de jovens adultos indígenas. Qual é a justificativa? É podermos incluir essa faixa de agricultores e dar-lhes acesso às tecnologias da Emater. Então, é uma proposta para fortalecer, mais uma vez, a linha de ação da nossa Emater. Obrigado.

O presidente – Quem for favorável ao destaque do Carlos Henrique... Quem quiser encaminhar contra pode. Querem que o Carlos Henrique adicione “tradicional”. Em votação, o destaque do Carlos Henrique. Nem precisei pedir que levantem o cartão, já está aprovado.

Transfiro a coordenação dos trabalhos ao Dr. Jean. Volto a tempo da consolidação das propostas. Peço-lhes que me deem licença.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Proposta nº 69. Destaque de Giacomini.

O Sr. Antônio Giacomini – É a mesma questão em que estávamos no início dos trabalhos, expondo a situação do conhecimento hidrogeológico do Estado. Na verdade, remete ao 11, onde pusemos a questão do mapeamento do estudo. Ela já foi votada, mas o adendo seria o mesmo. É importante, então, que se restrinja – colocaram aqui “monocultura, mineração” – enfim, impactos que comprometam a qualidade da água subterrânea desde que se definam exatamente as áreas de recarga, direta e indireta, etc., para que se possa mapear e fazer um zoneamento, que é muito importante para o próprio empreendedor, o fiscalizador e a sociedade. O empreendedor pode saber onde investir e a sociedade onde ele não pode. Tem-se aí uma base concreta para fazer o antagonismo e as brigas.

Então, solicito que se ponha o mesmo adendo que foi posto no 11 a respeito dos estudos, porque é a mesma situação. Por favor, podia voltar ao 11. Está aqui: “Precedido de estudo detalhado de participação social dos sistemas aquíferos do Estado de Minas Gerais para que se definem todas as possibilidades de recarga e armazenamento de água subterrânea”. Então, seria a mesma condição para a efetivação dessa proposta. Antes de mais nada, é uma questão de coerência.

Pode ser assim, precedido e tal. Adaptar a mesma situação. Já votamos essa... Era isso.

O presidente – Há alguém para contrapor? (– Pausa.) *O.k.* Vamos votar? Quem for favorável levante o cartão, por gentileza. (– Pausa.) Aprovado.

Proposta nº 70, do Paulo César.

O Sr. Paulo César – Aqui está falando “facilitação do processo de regularização de uso de água na classe de consumo insignificante”. Penso que não tem como facilitar mais do que já é facilitado. Estou pedindo a supressão dessa questão, porque, quando necessita de um cadastramento de uso insignificante, a pessoa vai a um órgão ambiental. Em qualquer início de processo, é preciso preencher o Formulário de Caracterização de Empreendimento. Quando você faz isso, vem a listagem de documentos de que necessita. Lá exigirão apenas o documento da terra, que pode ser o contrato de compra e venda, a certidão ou qualquer coisa, os documentos pessoais do proprietário, um requerimento e um cadastro, ou seja, uma folha preenchendo os dados. Então, são apenas esses quatro documentos. Portanto é muito simples de fazer, já é muito facilitado. Por isso não vejo motivo. Peço a supressão. Muito obrigado.



O presidente – Há alguém que queira contrapor ou defender a proposta original? (– Pausa.) Em votação. Quem for favorável à supressão levante o cartão. (– Pausa.) Aprovado.

A Sra. Carolina – Com licença! É possível refazer a votação do item 69? Há uma turma grande ali pensando que não foi aberto para votar o texto original, mas somente os destaques, sem pedir quem é a favor do texto original. Então é uma solicitação para refazer só a votação do item 69 desse destaque.

O presidente – Quem votou contra o destaque está votando a favor do original. Não há necessidade.

Proposta nº 71, do Ronaldo, Fúlvio e Míriam.

O Sr. Ronaldo – Minha proposta é um adendo ao texto original: depois de se dar apoio à Emater e à Embrapa, que desse programa constem ações de introdução de espécies arbóreas, concentradas e/ou esparsas, com a finalidade de combater a desertificação verde.

O presidente – Por gentileza, repita.

O Sr. Ronaldo – Introdução de espécies arbóreas, concentradas e/ou esparsas, com a finalidade de combater a desertificação verde. Não, é porque está suprimindo. Quando se suprime a vegetação nativa, as matas, e se coloca uma pastagem, cria-se uma verdadeira desertificação verde. A justificativa é a seguinte: criar condições de proteção e sustentação à diversidade zoológica local e do entorno.

O presidente – Com a palavra, o Sr. Fúlvio Rodrigues Simão.

O Sr. Fúlvio Rodrigues Simão – Boa tarde a todos. Apesar de eu ter sido coordenador do grupo que aprovou e priorizou as propostas, somente hoje me lembrei do trabalho de alguns colegas da Epamig – a Dra. Celuta, o Domingos e o Carlos Juliano. Esse trabalho é sobre a técnica integração lavoura e pecuária – ILP –, que tem sido usada com sucesso também na recuperação de áreas degradadas por pastagens. Muitas vezes, a pastagem está tão degradada que a fertilidade é muito baixa na qualidade física do solo. Então, no processo de introduzir o componente da lavoura ou da floresta, esse trabalho pode ajudar. Há relatos de áreas tão degradadas que árvores plantadas não iam para a frente. Minha sugestão seria incluir no texto do Ronaldo, se ele permitir – porque é boa a proposta do componente arbóreo –, o seguinte: Emater, Embrapa e Epamig, incluindo-se técnicas de integração lavoura e pecuária – ILP – e de integração lavoura, pecuária e floresta – ILPF. Se o Ronaldo permitir, gostaria que se mantivesse a parte do texto dele e se agregasse essa outra a ele.

O presidente – Ronaldo, você concorda em agregar ao seu texto?

O Sr. Ronaldo – Concordo. Dou mais um esclarecimento: ando muito pelo interior e percebo que, quando se fala em desertificação verde, há áreas de pastagem tão intensas que não têm sequer uma árvore onde o inseto possa reproduzir-se ou desenvolver suas ações tão benéficas, inclusive, para a própria sociedade, como abelhas ou outro tipo de inseto na polinização.

A companheira lembrou um detalhe que ficou suprimido. Especifiquei as espécies, que são nativas. Gostaria que adicionasse espécies nativas.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Míriam.

A Sra. Míriam – Ressalto que integração lavoura, pecuária e floresta está dentro do Plano ABC, que é o Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, um dos temas financiados pelo Ministério da Agricultura. Inclui-se na Proposta 61 o plantio direto, a produção de florestas nativas ou não – está no item I, da Assistência Técnica. E também está na Proposta 64, em que pedimos – fui relatora do grupo da agricultura – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e a criação da câmara temática. E no final do parágrafo da Proposta 64, consta o plano de recuperação de pastagem, além de agricultura irrigada etc.

Na Proposta 71, que está em discussão agora, o programa é específico. O meu ponto de vista seria ficar com o que está na câmara de recursos hídricos, com o plano, para não detalharmos aqui e correremos o risco de cometer equívocos. Existem instituições de fomento, então eu poderia pedir para incluir o Ministério da Agricultura, se o grupo decidir mantê-lo, porque o



ministério acabou de fazer o diagnóstico das pastagens degradadas em Minas com o grupo gestor do Plano ABC, do qual há várias instituições presentes aqui, inclusive a formação técnica em conjunto com a Faemg. E, para fazer o plano de recuperação de pastagens, penso que está especificando muito e com erros, sendo que ela está colocada na Proposta 64.

Então, se decidirem manter, eu sugiro “com recursos da Epamig, do Ministério da Agricultura e de outros agentes de fomento”. Portanto, tenho duas proposições: ou a excluímos e a deixamos na câmara temática, ou se inclui a expressão “Ministério da Agricultura e outros agentes de fomento”. E lembro que a ILPF pode ser feita com nativas ou não nativas. O Brasil é um país que se destaca nessa pesquisa, tem muita coisa boa, assim podem ficar tranquilos. Se falar ILPF, vem com bom resultado.

O presidente – Míriam, preciso de uma definição. Qual das duas propostas?

A Sra. Míriam – Se eu falar para excluir... Não sei. Se eu a perco, tiro o ministério, que é o agente financiador do ABC junto ao Banco do Brasil, e a ILPF e recuperação de pastagens. Então, deixe ela e acrescente “Ministério da Agricultura e outros agentes de fomento”. Melhor deixar que correr o risco de perder.

O presidente – Todos os destaques serão votados juntos.

O Sr. Caio – Sugiro suprimir o termo arbóreo, porque nem todo bioma mineiro aceita a introdução de espécie arbórea. No campo de altitude, por exemplo, em uma pastagem degradada, não faz sentido inserir espécie arbórea, só espécie nativa.

O presidente – Ronaldo, você concorda? Concorda. Então vamos votar os destaques. Em votação. Quem for favorável levante o cartão. (– Pausa.) Aprovados.

Proposta 72: Maria Auxiliadora e Carlos Henrique.

A Sra. Maria Auxiliadora – Na proposta 72, estou sugerindo que, anteriormente a esse texto que já está colocado, seja acrescentado o seguinte: criação de cooperativas, de práticas agroecológicas, tais como: aquicultura, apicultura, meliponicultura, alimentos orgânicos, contemplando também as práticas dos saberes indígenas e demais comunidades tradicionais no campo. No resto continua a redação anterior. Essa é a minha sugestão.

O presidente – Carlos Henrique.

O Sr. Carlos Henrique – Sinto-me contemplado.

O presidente – Há alguém que queira contrapor-se?

Em votação. Quem for favorável levante o cartão. (– Pausa.) Aprovado.

Vamos passar, agora, às novas propostas.

Tema 1, “Crise hídrica”, 1-A: inclusão, no art. 84 da Constituição de Minas Gerais, a Serra do Gandarela como monumento natural, assim como já estão incluídas as Serras da Piedade e do Caraça, entre outros. Proposta da Teca. Quer defender? Concederemos 2 minutos para a defesa.

O Sr. Fausto – Fausto, de Araxá. Na minha opinião, não poderia fazer novas propostas ao tema a pessoa que fez parte do grupo respectivo, apenas as outras pessoas de fora dele.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Posso contrapor-me? Até agora não foi visto se os destaques era do grupo ou não. Esta é uma plenária onde estamos todos, juntos, votando, e vamos votar propostas de grupos de que não participamos.

O Sr. Fausto – Há 22 assinaturas.

O presidente – Há 20% de aprovação para acolher.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – É verdade. Grata pela assessoria. Além disso, não é uma proposta da Teca, mas sim endossada por mais cidadãos desta plenária e de acordo com o regulamento da Assembleia.

O presidente – Dois minutos para a defesa.



A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Coloquei, com quem assinou, no tema crise hídrica, porque a Serra do Gandarela está diretamente relacionada a isso. O art. 84 da Constituição de Minas Gerais diz que ficam declarados monumentos naturais, para fins de preservação, vários lugares do nosso estado, entre outros, as Serras da Piedade e do Caraça. A Serra do Gandarela, sem dúvida, deveria estar incluída aí, pois tem valor; é um bem que deveria ser incluído nesse artigo da constituição e ficar como os demais que lá estão. Portanto peço apoio a essa proposta para colocá-la em votação. Obrigada.

O presidente – Vamos votar a proposta da Teca e das pessoas que a apoiaram. Em votação. Quem for favorável levante o cartão. (– Pausa.) Aprovada.

No Tema 2 não foram apresentadas novas propostas.

Tema 3 – Fomento, custeio, receita e destinação.

3-A – Incentivo à criação de cursos de engenharia com enfoque tecnológico em cursos superiores de tecnologia, tecnólogos e cursos técnicos nas regiões do semiárido e Médio Rio Doce, a fim de atuar nas questões ambientais, de saneamento, de saúde, de infraestrutura e de desenvolvimento do conhecimento, para alavancar um parque tecnológico voltado para a população atingida pela seca, povos indígenas e agricultores atingidos pela degradação ambiental.

Essa é uma proposta do Carlos Henrique, da UFJF. Quer fazer a defesa, Carlos Henrique?

O Sr. Carlos Henrique – O objetivo dessa proposta é utilizarmos melhor a capacidade já instalada no nosso Estado, os profissionais que foram formados no nível técnico adequado para realizar os projetos de que as regiões estão precisando. Temos um aporte na região do semiárido e na região que está sofrendo com a seca que está sendo subutilizado pelos comitês de bacias, por não estarem participando dessa construção. Então, apelo aos colegas para que façamos aqui esse chamamento para as instituições participarem e auxiliarem nessa construção. As universidades e os institutos de pesquisa federais e estaduais existem para ajudar a sociedade brasileira a construir, de forma correta, e melhorar a realidade social do nosso país. O apelo que faço é esse e conto com o apoio de todos.

O presidente – Em votação, a proposta do Carlos Henrique. Quem for favorável levante o cartão. (– Pausa.) Aprovada.

No Tema 4 não foram apresentadas novas propostas.

Tema 5 – “Atividade minerária, indústria e energia”.

5-A – Vedação do licenciamento para ampliação ou instalação de novas minas de ouro a céu aberto em Minas Gerais, bem como do uso do cianeto nos processos de separação de ouro ou de quaisquer outros minerais no Estado. Proposta do Sr. Hander Júnior Mendes da Silva, da Ampara, de Paracatu. Deseja fazer sua defesa, Hander? Pessoal, essa proposta foi vencida no grupo e não pode ser apresentada de novo como nova proposta.

O Sr. Hander Júnior Mendes da Silva – Essa é diferente da outra. Presidente, quem usa dois crachás, infeliz ou felizmente, são só os minerários. Desculpe.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Presidente, questão de ordem. É o seguinte: se estamos podendo suprimir propostas dos grupos, por que não podemos apresentá-las? Se está podendo suprimir, também pode apresentar, acho que é um direito.

O presidente – Resolvido. Pode ser apresentada a mesma proposta suprimida ontem.

O Sr. Hander Júnior Mendes da Silva – Obrigado. Só para colocar para todos, ontem a gente presenciou o que há de mais baixo entre os mineradores: o uso de dois crachás, que é o mínimo que eles podem fazer aqui. Isso, a gente presenciou.

O que a gente propõe, então, representando o pessoal de Paracatu, é a vedação de novas minas de ouro a céu aberto. Existem conflitos que são velados em Paracatu, é esbulho possessório. Há casos ganhados em 2ª instância, e nem isso o Judiciário de Paracatu faz, que é olhar o povo. Há esbulho possessório e casos de assassinato de pessoas que entraram em terras da mineradora para garimpar e foram mortos. Há inúmeros casos de compras com pagamento em gado ou em dinheiro



vivo em comunidades. Invadem comunidades quilombolas nativas, e o Incra – não sei se tem algum representante do Incra aqui – não olha isso há alguns anos, e já foi solicitado.

Não queremos isso para o resto de Minas. Minas Gerais tem uma memória muito bonita, tantos ilustres mineiros, terra boa, a melhor do Brasil, e não merece mais ter mineradoras, principalmente a céu aberto e já nos limites das cidades, a poucos metros.

O presidente – Em votação, a proposta de Hander. Aqueles que concordam, por gentileza, levantem o crachá. (– Pausa.) A meu ver, foi aprovada, mas, para nos livrarmos de futuros comentários, vou pedir que aqueles que não a aprovam, por gentileza, levantem o crachá. (– Pausa.) Aprovada.

5-B – Criação de uma política estadual de tratamento aos atingidos e ameaçados por barragens e obras de infraestrutura, com a instituição de um órgão entre a sociedade civil e o governo do Estado e a criação de um fundo para o pagamento da dívida histórica com os atingidos.

Com a palavra, Soniamara Maranhão, do MAB.

A Sra. Soniamara Maranhão – Soniamara. Boa tarde, companheirada. É o seguinte: hoje não existe uma política que define os atingidos por barragens, ameaçados por infraestrutura, mineração e urbanização; quem os define são as empresas que chegam e os reconhecem ou não. Nas informações e estudos que fizemos, 70% dos atingidos somente por barragens não são indenizados. As empresas chegam e indenizam alguns, e bem, para que sirvam de exemplo, mas, em relação aos demais, não investem nas questões social e ambiental. Então hoje não temos uma política que trata da situação, do conceito dos atingidos em geral.

Está prevista, para o próximo período, a construção de mais de 300 barragens em Minas Gerais. Isso vai ser uma fábrica de atingidos que não terão o reconhecimento, uma política, um órgão ou um fundo para se pagar essa dívida histórica que o Estado e as empresas têm com essas pessoas. Por isso, defendemos a criação dessa política estadual, que tem um conceito de quem são os atingidos, para que não haja essa fábrica de atingidos, de pobres, que vão para as favelas e perdem as melhores terras hoje, que são as terras ribeirinhas de melhor produção.

Água e energia não são mercadorias.

O presidente – Em votação, a proposta da Soniamara. Aqueles que concordam, por gentileza, levantem o crachá. (– Pausa.) Aprovada.

Tema 6 – “Agricultura, pecuária e piscicultura”.

6-A – Ampliação dos recursos do critério Produção de Alimentos da Lei Robin Hood, que distribuiu o ICMS aos municípios, e alteração dos parâmetros de cálculo, de forma a financiar complementarmente a prestação de serviços de Assistência Técnica em Exceção Rural – Ater – nos municípios.

Com a palavra, Ênio Resende, por gentileza, para fazer a defesa.

O Sr. Ênio Resende de Souza – Apenas tentando esclarecer, uma parte do ICMS é destinada aos municípios. De acordo com os critérios da Lei Robin Hood, existe o critério Produção de Alimentos, que destina 1% aos municípios. Então, reconhecida a importância do espaço rural, dos produtores rurais, especialmente dos agricultores familiares, e da assistência técnica e da extensão rural como importante instrumento para que os produtores recebam orientações e apoio para preservação dos recursos naturais e de tudo que foi colocado aí, é preciso meios e recursos para que esses serviços sejam consolidados. A proposição, portanto, é que os municípios recebam uma parcela maior do recurso do ICMS, para que os serviços de assistência técnica e extensão rural, públicos ou privados, seja lá como for, sejam garantidos. Obrigado.

O presidente – Em votação, a proposta do Ênio. Aqueles que concordam levantem o crachá. (– Pausa.) Aprovada.

“Moção de denúncia e protesto. A Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha vem sofrendo ataques predatórios à sua biodiversidade nas últimas décadas, por meio da implantação de grandes projetos de barragem, mineração e monocultura,



provocando o secamento de nascentes, o envenenamento das águas e dos biomas e a expulsão das comunidades tradicionais de suas terras. Por isso, solicitamos ao governo de Minas uma nova forma de gestão, incluindo a discussão prévia e a aprovação da sociedade civil, com outros instrumentos de participação para além da audiência pública.”

Vamos votar a moção. Quem concorda com a moção, por gentileza, levante o crachá. (– Pausa.) Aprovada.

Neste momento, faremos o processo de priorização.

A Sra. Rosa Barros – Boa tarde. Eu sou Rosa Barros. Querido, já não sou tão jovem como vocês pensam. Vejo vocês falando nessas siglas brasileiras, todas elas, desde de lá do Amazonas, Emater, CAR, não sei quê, não sei quem, mas percebo que elas não têm funcionado. Agora vejo que esse rapaz, o penúltimo, falou sobre as questões que me falharam agora, e muitos não as aprovaram. Será por que esses outros não aprovaram as questões solicitadas por esse rapazinho? Por que as pessoas ainda insistem em falar de Emater e de não sei quem? Por que elas não cuidaram dessas coisas?

Fiquei aqui durante esses dois dias; chorei várias vezes, emocionei-me com aquela moça e com aquele senhor; mas vejo que são tantas falas, tantas conversas e não há uma descentralização, não há o trabalho de ir às cidades e conversar com as pessoas. A coisa é muito utópica, não é? Precisamos de algo mais consistente, muito mais consistente. Essas empresas que existem por aí, Emater e não sei quê, contratam técnicos, contratam não sei quem, e isso já sei de muito tempo. Nunca fui empregada, mas vejo que não funcionam. O que os senhores acham de tornar a falar nessas empresas, nessas coisas do governo?

Na Bahia também tem isso tudo. Já morei no Agrovila 9, meu marido foi médico lá, e pessoas foram trazidas da Barra de Sobradinho. Vi muitas pessoas morrerem na minha porta, outras ficarem descompensadas, piradas, porque tiraram seu pé de batata, sua porca, seu pé de cana ou seu pé de banana. Levaram essas pessoas para lá, e elas ficaram a ver navios. O povo brasileiro tem sofrido muito com esses governos, com esse deslocamento, e acho isso uma injustiça fora do normal. Vejo que não há muitas melhorias nem muitas perspectivas de melhoria. Obrigada.

O presidente – Neste momento, faremos o processo de priorização das propostas, lembrando que, de acordo com o parágrafo 5º do art. 18 do Regulamento do Seminário Legislativo, poderão ser priorizadas até seis propostas por tema. Para isso, faremos a leitura das propostas aprovadas, uma a uma. Aliás, eu queria perguntar para vocês se é preciso fazer a leitura ou não.

Tema 1 – “Crise hídrica”. Vamos lá. Proposta nº 1. Quem é favor da Proposta nº 1, por gentileza, levante o crachá. Está lá a proposta por escrito. Gente, vamos votar uma a uma das propostas e depois contar os votos. As seis mais votadas serão priorizadas, está bem? As que tiverem obstáculos já estarão com o texto modificado, está bem? A metodologia foi a mesma dos grupos ontem. Vamos contar novamente. Quem escolhe novamente a Proposta nº 1 como prioridade levante o crachá: 60 votos. Proposta nº 2; 78. Proposta nº 3; 37. Proposta nº 4; 76. Proposta nº 5. Em votação; 63. As prioritárias são 49, 50, 55, 57, A-5 e B-5.

Tema 6 – “Agricultura, pecuária e piscicultura”. Proposta nº 61. Em votação; 72. Proposta nº 62. Em votação; 82. Proposta 63. Em votação; 27.

Proposta nº 64. Em votação; 78. Proposta nº 9. Em votação; 51. Proposta nº 10. Em votação; 56. Proposta nº 11. Em votação; 39. Proposta nº 12. Em votação; 78. Proposta nº A-1, a nova proposta. Em votação; 74. Foram priorizadas as nºs 2, 4, 7, 8, 12 e A-1.

Tema 2 – “Gestão de recursos hídricos”. Proposta nº 13. Em votação; 89. Proposta nº 14. Em votação; 81. Proposta nº 15. Em votação; 84. Proposta nº 16. Em votação; 32. Proposta nº 17. Em votação; 66. Proposta nº 18. Em votação; 76. Proposta nº 19. Em votação; 71. Proposta nº 20. Em votação; 66. Proposta nº 21. Em votação; 34. Proposta nº 22. Em votação; 53. Proposta nº 23. Em votação; 45. Proposta nº 24. Em votação; 49. Foram priorizadas as nºs 13, 14, 15. (- Intervenção fora do microfone.) Há duas com empate, 66, então temos que votá-las novamente: as nºs 17 e 20. Foram priorizadas, então, as nºs 13, 14, 15, 18 e 19; e estão empatadas as nºs 17 e 20. Proposta nº 17. Em votação. Gente, precisamos escolher uma entre



essas duas que ficaram empatadas. Vamos votar agora as nºs 17 e 20. Proposta nº 17. As duas estão aí, a primeira e a última. Proposta nº 17. Em votação; 75.

Proposta nº 20. Em votação; 30. Priorizada a 17.

Tema 3.

Proposta nº 25. Em votação; 89. Proposta nº 26. Em votação; 37. Proposta nº 27.

Houve uma questão de ordem em relação à 28, mas estamos na 27. Vamos repetir a 27 para tirar as dúvidas. Proposta nº 27. Em votação; 42. Enquanto isso está-se levantando a questão de ordem da 28. A 28 está exatamente como foi aprovada.

Eu vou dar um tempo a mais para a leitura da 28. Podem ler que depois coloco em votação. Em votação; 66. Proposta nº 29. Em votação; 75. Proposta nº 30. Em votação; 77. Proposta nº 31. Em votação; 39. Proposta nº 32; Em votação; 80. Proposta nº 33. Em votação; 65. Proposta nº 34. Leitura. Em votação; 14. Proposta nº 35. Leitura. Em votação; 45. Proposta nº 36. Em votação; 24.

Nova Proposta A-3. Leitura. Em votação; 72. Foram priorizadas as nos 25, 28, 29, 30, 32 e A-3.

Tema 4 – “Saneamento e saúde”. Proposta nº 37. Leitura. Em votação; 93. Proposta nº 38. Em votação; 53. Proposta nº 39. Em votação; 43. Proposta nº 40. Em votação; 83. Proposta nº 41. Em votação; 58. Proposta nº 42. Em votação; 34. Proposta nº 43. Leitura. Em votação; 65. A Proposta nº 44 foi suprimida. Proposta nº 45. Em votação; 53. Proposta nº 46. Em votação; 28. Proposta nº 47. Em votação; 34. Proposta nº 48. Em votação; 16. As prioridades foram: 37, 38, 40, 41, 43 e 45. Repetindo: 37, 38, 40, 41, 43, 45.

Tema 5 – “Atividade minerária, indústria e energia”. Proposta nº 49. Leitura. Em votação; 87. Proposta nº 50. Leitura. Em votação; 59. Proposta nº 51. Em votação; 47. Essa não posso pular, senão vão falar.

Proposta nº 52. Leitura. Em votação; 50 votos. Proposta nº 53. Em votação; 48. Proposta nº 54. Em votação; 49. Proposta nº 55. Em votação; 69. Proposta nº 56. Em votação; 44. Proposta nº 57. Em votação; 83. Proposta nº 58. Em votação; 47. Proposta nº 59. Em votação; 30. A Proposta nº 60 foi aglutinada à de nº 55, e já foi votada. Proposta nova, nº A-5. Em votação; 67. Proposta nº B-5. Em votação; 63. As propostas prioritárias são as de nºs 49, 50, 55, 57, A-5 e B-5. Repetindo: 49, 50, 55, 57, A-5 e B-5.

Tema 6 – “Agricultura, pecuária e piscicultura”. Proposta nº 61. Em votação; 72. Proposta nº 62. Em votação; 82. Proposta nº 63. Em votação; 27.

Proposta nº 64. Em votação; 43. Proposta nº 65. Em votação; 64. Proposta nº 66. Em votação; 86. Proposta nº 67. Em votação; 23. Proposta nº 68. Em votação; 72. Proposta nº 69. Em votação. As propostas de números 50 a 70 foram suprimidas; Proposta nº 71. Em votação; 47. Proposta nº 72. Em votação; 49. Proposta nº A-6, a nova proposta. Em votação; 39. Foram priorizadas as propostas nºs 61, 62, 65, 66, 68 e 69.

Eleição da Comissão de Representação

O presidente – Agora passaremos à eleição dos representantes da comissão de representação. A comissão de representação terá 11 membros, de acordo com a seguinte composição: dois representantes do setor técnico e instituições de pesquisa; dois representantes do setor produtivo, usuários; dois representantes de sindicatos de trabalhadores e movimentos socioambientais; três representantes de comitês de bacia; e dois representantes do poder público estadual.

Candidaturas à representação do setor técnico, instituições de pesquisa. São duas vagas. Inscrições: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Abes –, Célia Regina Alves Rennó; Conselho Regional de Biologia, Evandro Freitas Bouzada; Universidade Federal de Juiz de Fora, Carlos Henrique Fonseca.

Candidaturas à representação do setor produtivo, usuários. São duas vagas. Inscrições: Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –, Pedro Parisi; e Vale, Roberto Coelho de Alvarenga.

Candidaturas à representação de sindicatos de trabalhadores e movimentos socioambientais. São duas vagas. Inscrições: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, Eduardo Nascimento; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua –, Adilson Ramos de Souza; Associação Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – Arpa –, Maria Auxiliadora Miguel Jacob; Movimento pelas Serras e Águas – Maria Teresa Coruja, Teca; Fórum de Mulheres do Vale e Associação Unidos Santarritense – AUS –, Jomagna Lemos de Sousa; Levante Popular da Juventude, Vinícius Vieira de Almeida.

Candidaturas à representação de comitês de bacias. São três vagas. Inscrições: Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Marcus Vinícius Polignano e Carlos Alberto Santos Oliveira; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí, Cléa Amorim; Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias, Altino Rodrigues Neto; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, Roberto Soares Nogueira; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, Antônio Giacomini Ribeiro.

Candidaturas à representação do poder público estadual. São duas vagas. Inscrições: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, Márcio Tadeu Pedrosa e Carlos Alberto de Oliveira; Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, José Jorge Pereira; Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae –, Fernando Silva de Paula; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, Ênio Resende de Souza; Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Nísio Miguel Tôres de Miranda. A 6ª inscrição, que está fora do regulamento, é a do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que será representado pela Sra. Míriam Ester Soares. Órgão do poder público federal não atende aos critérios do regulamento.

É importante esclarecer que a representação será da instituição, e não das pessoas que fizeram a inscrição.

Agora vamos chamar bloco por bloco. Candidaturas à representação do setor técnico e instituições de pesquisa: Célia Regina, Evandro Freitas e Carlos Henrique, representando, respectivamente, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, o Conselho Regional de Biologia, e a Universidade Federal de Juiz de Fora. Venham os três aqui para frente. Vamos ver se haverá acordo. Os três já estão aí? Vocês terão 1 minuto para negociação.

Vamos lá. Houve acordo? Então daremos início à votação. Cada um terá 1 minuto para fazer a sua apresentação. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Célia Regina, com a palavra.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó – Boa tarde a todos. A Associação Brasileira esteve participando com vocês durante todo o processo de elaboração das propostas para juntos construirmos este seminário. Gostaríamos de poder continuar acompanhando tudo isso para cobrar a implementação de tudo o que foi votado e priorizado aqui hoje. O nosso objetivo é dar um retorno a respeito de todas as avaliações técnicas de todas essas implementações que faremos. Temos condição de acompanhar, valorar, implementar e ajudar a Assembleia Legislativa a fazer com que isso aconteça, dentro daquilo que foi priorizado por todos vocês. Muito obrigada.

É uma questão de representação. Uma vez que foram aprovadas as propostas, o nosso objetivo é ser porta-voz de todos vocês. Vamos apoiar o que foi aprovado.

O presidente – Com a palavra, Evandro, do Conselho Regional de Biologia.

O Sr. Evandro Freitas Bouzada – Boa noite. Da mesma forma, o Conselho Regional de Biologia vem participando, desde o início, da formatação deste seminário. O nosso diferencial é que o profissional biólogo atua em diversas áreas: saúde, meio ambiente, biotecnologia e educação. Então, a partir das priorizações que foram feitas hoje, o que se propõe é que cada comissão da Assembleia possa trabalhar individualmente, seja ela a Comissão de Educação, Meio Ambiente, Saúde e Constituição e Justiça. Essas comissões desenvolverão parte das propostas que hoje priorizamos. Assim sendo, o Conselho Regional de Biologia se propõe fazer esse acompanhamento de perto para dar andamento às propostas dentro da Assembleia,



já que o objetivo do seminário é justamente esse. O Conselho Regional de Biologia está à disposição, sempre aberto a colaborações e novas sugestões de acompanhamento.

O presidente – Com a palavra, Carlos Henrique.

O Sr. Carlos Henrique Fonseca – Bem, como já havia dito em alguns momentos anteriores, a Universidade Federal de Juiz de Fora se propõe fazer essa representação primeiro porque ela está localizada em uma das áreas que mais está sofrendo com o problema da crise hídrica. Os mecanismos de acesso da nossa população são muito difíceis porque as políticas públicas para a nossa região ainda estão sendo construídas. É um desafio da universidade chamar todas as pessoas para a discussão, independentemente de corrente política ou religiosa. Pretendemos fazer essa discussão dentro da universidade, junto ao corpo de professores e aos nossos alunos, para que os alunos aprendam mais sobre isso e comecem a atuar. Realmente, a nossa inserção seria extremamente importante porque a nossa universidade tem todos os cursos da área de saúde e todos os cursos da área social. A nossa contribuição no acompanhamento das atividades seria muito importante. Obrigado.

O presidente – Estamos aqui para fazer a votação. São duas vagas. Sugerimos que o voto seja dado a duas pessoas ou que os eleitos sejam os dois candidatos mais votados.

Eduardo, por gentileza, pode fazer uso da palavra.

O Sr. Eduardo Nascimento – O meu entendimento, deputado, é com base no regimento, mas, se estiver errado, por favor, corrija-me. Em todas as situações em que existem mais candidatos ou mais entidades candidatas do que vagas, a votação deve ser feita, e é evidente que deverão ser escolhidos os dois candidatos mais votados, caso haja só duas vagas. Não há dúvidas sobre isso. A questão que não podemos perder de vista, para não prejudicar o processo, é o princípio de que, para cada delegado, um voto. Portanto, se existem três candidatas, cada delegado só poderá votar em um candidato para não alterar o resultado. Entenderam? Cada delegado votará em um candidato para chegarmos aos dois mais votados.

O presidente – Pessoal, vamos colocar em votação essa proposta.

O Sr. Eduardo Nascimento – Não estou fazendo uma proposta e foi por isso que disse que, se estiver errado, por favor, corrijam-me. Por mim, tudo bem.

O presidente – Vamos lá então. A nossa recomendação é que sejam dados dois votos já que são duas vagas. O regimento é omissivo nessa questão.

O Sr. ... – Só uma questão. É preciso que isso fique claro. Haverá, para cada processo, o número de vagas correspondente, ou seja, cada pessoa terá direito de votar de acordo com o número de vagas correspondentes? A coisa tem de ser bem objetiva. A votação poderá ser feita em duas pessoas ou poderá haver apenas um voto, caso a pessoa anule o seu outro voto. Entretanto, as pessoas terão o direito de votar em duas pessoas, embora ela possa anular o seu segundo voto. Elas têm o direito de votar em duas pessoas.

O presidente – O.k. Vamos lá.

O Sr. ... – Discordo do amigo ali. Para sermos democráticos, para cada delegado, um voto. Agora, se são 10 vagas, os 10 mais votados é que pegarão a vaga. É muito injusto votarmos apenas em dois, já que há casos em que haverá seis votos, ou seja, são seis unidades para duas vagas. Isso significa que devemos votar cinco vezes? É incoerente. Não concordo.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Presidente, deputado, por que não separamos cada setor para que eles possam se reunir com os seus candidatos e resolver esse problema? Por que sou eu que terei de votar no setor produtivo se não estou representando o setor produtivo?

O presidente – Quem for da comissão organizadora, por gentileza, venha aqui em cima. Apenas 2 minutinhos para decidirmos isso aqui. Venham aqui para cima.



O Sr. Gustavo Gazzinelli – Pessoal, enquanto isso, gostaria de informar que o jornal *Minas d'Água* já foi distribuído para várias pessoas. Para quem tiver interesse de levá-lo, fizemos uns pacotes de 50 e 100 exemplares, O.k.? Obrigado.

O Sr. ... – Presidente, deputado Doutor Jean Freire.

A Sra. ... – Aproveito a pausa para comunicar que há materiais disponíveis sobre a Serra do Gandarela e as Minas de Águas Gerais para o pessoal do interior levar e disseminar. Agradecemos.

O Sr. Nenzão – Deputado Doutor Jean Freire.

O presidente – Gente, vamos lá.

O Sr. Nenzão – Eu, como cidadão e militante de movimentos sociais, do MAB, acredito que realizamos todo um trabalho, mas a forma de escolher os representantes muitas vezes não é feita pela população, pelas comunidades participantes. Estamos vendo aqui setores particulares, com interesses particulares. Candidataram-se, mas não foram escolhidos pelo povo.

Uma questão de ordem. Precisamos ter um diálogo, porque muitas entidades e eu mesmo, como população tradicional, não estamos nos sentindo representados por esses candidatos propostos para debater temas importantes e escolhidos pela maioria.

O presidente – Deixe-me dizer: por enquanto, isso aqui é só um segmento, teremos outros. Primeiro, estamos votando entre essas três pessoas para um segmento. Todo segmento tem de estar representado.

O Sr. Nenzão – Todos têm de estar representados.

O presidente – Sim.

O Sr. Nenzão – É possível abrir vaga de candidatos para participar de outros momentos?

O presidente – Não. Mas abrimos a inscrição na parte da manhã. A inscrição ficou aberta.

O Sr. Nenzão – Mas só para 10. O Movimento das Gerais não pode participar? E o MAB também não pode?

O presidente – O MAB tem inscritos aqui, se não me engano.

O Sr. Nenzão --Não. O MAB não está inscrito.

O presidente – Está inscrito. De manhã, Nenzão, avisamos que todo mundo poderia se inscrever. Esses nomes foram dos que se inscreveram. Avisamos: “Estão faltando 25 minutos para acabar o tempo de inscrição”. Avisamos isso o tempo inteiro.

Vamos lá, gente.

A Sra. ... – Gente, quero falar que o mais importante é que essa comissão de acompanhamento nos mantenha – todos que estão aqui – informados o tempo inteiro do que está acontecendo, que tenha um portal ou alguma coisa. Isso é o mais importante.

O presidente – Gente, a definição da comissão foi a seguinte: são duas vagas e três candidatos. Se você quiser votar em um candidato, vote; se quiser votar em dois, vote; se quiser votar nos três, vote. Está bem? Os dois mais bem votados entrarão.

Vamos nos assentar. Só vamos contar os votos de quem estiver assentado. Se empatar, chamarei os dois aqui na frente para desempatar a votação. Por gentileza, os três candidatos fiquem na frente.

Quem vota na Célia Regina?

O Sr. ... – Gente, por favor, não se movam porque ficará difícil fazer a contabilidade.

O presidente – Fique assentado, Eduardo. (– Pausa.) São 45, 46 votos. Contou com o voto da Célia? Você vota em você, Célia? Está bom. São 46 votos.



Quem vota no Evandro Freitas, representando o Conselho Regional de Biologia? (– Pausa.) São 32 votos. Quem vota no Carlos Henrique Fonseca, representando a Universidade Federal de Juiz de Fora? (- Pausa.) 48 votos. Então, foram eleitos o Carlos Henrique e a Célia Regina.

Candidatura à representação do setor produtivo, usuários, duas vagas. São duas vagas, só há dois candidatos. Por gentileza, apresentem-se aqui: Sindicato da Indústria Mineral e a Vale, Roberto Coelho e Pedro Parisi. Eles estão aí? O.k. É só uma apresentação. Peça para esperarem, pois no final tiraremos uma fotografia de todos juntos.

Candidatura à representação do Sindicato dos Trabalhadores de Movimentos Socioambientais, duas vagas. Inscritos: Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Fetaemg, Eduardo Nascimento – na frente, por gentileza; Adilson Ramos, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Águas em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua; Associação Regional da Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande, Maria Auxiliadora; Movimento pelas Serras e Águas, Teca, Maria Teresa; Fórum de Mulheres do Vale e Associação Unidos Santarritense, Jomagna Lemos; e Levante Popular da Juventude, Vinícius Vieira.

Gente, dou um minuto a vocês, e não mais, para negociarem se alguém desiste da candidatura. (– Pausa.) Acabou. Alguém desistiu da candidatura? Enquanto eles estão desistindo, você fala, por 10 segundos.

A Sra. Jomagna Lemos de Sousa – Doutor, o que é isso? Vou desistir da candidatura, vou deixá-los nos representar, porque esta é a Casa do Povo e, de qualquer maneira, vou fuçar e futucar todo o tempo e acompanharei os trabalhos. Como cidadão, independentemente de participar da comissão, vou averiguar tudo e estarei bem representada assim como vocês.

O presidente – Mais alguém desistiu? A Jomagda saiu.

Para fazerem a defesa, darei apenas 1 minuto a cada. Eduardo Nascimento.

O Sr. Eduardo Nascimento – Não é propriamente uma defesa, é só um esclarecimento. Represento a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e sou membro do Conselho Estadual de Política Ambiental e do Comitê de Bacia do Rio das Velhas.

O presidente – Adilson Ramos de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água – Sindágua.

O Sr. Adilson Ramos de Souza – O Sindágua colocou o nome porque participamos, desde a construção do seminário, desde o início, da preparação, das comissões técnicas, dos encontros. Eu, representando o Sindágua, participei de oito dos nove encontros, e, do que não fui, a pessoa que estava nos assessorando participou. Ou seja, participamos dos nove encontros e ouvimos as demandas de cada região. A princípio, nós, do sindicato dos trabalhadores, defendemos essa questão do segmento, o sindicato e as questões socioambientais. Defendemos saneamento básico de qualidade, com excelência, e o meio ambiente. No que diz respeito ao meio ambiente, defendemos a manutenção e proteção das comunidades tradicionais. Estamos aqui para defender as propostas que foram apresentadas.

O presidente – Associação Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande, Maria Auxiliadora.

A Sra. Maria Auxiliadora – Boa tarde. A Associação Regional de Proteção Ambiental trabalha com a recuperação e proteção ambiental da Bacia do Alto Rio Grande, abrangemos 54 municípios. Trabalhamos com educação ambiental, com produção bibliográfica de livros temáticos, dos fatos históricos da nossa região, do Campo das Vertentes. Trabalhamos também com os mineradores de Carrancas, Nazareno e com os areeiros de Piedade do Rio Grande. Apoiamos trabalhos com a Polícia Militar e junto à Coordenadoria-Geral do Ministério Público de Meio Ambiente. Muito obrigada.

O presidente – Movimento pelas Terras e Águas. Com a palavra, Maria Teresa, Teca.

A Sra. Maria Teresa Corujo – Decidimos nos candidatar precisamente porque esse não é um movimento, mas uma articulação de pessoas e grupos que estão lutando em prol das águas, diante da questão da voracidade e do que está acontecendo em nosso território. Assim como participamos intensamente, achamos importante acompanhar o que vai ser feito



nesta Casa, a partir dessas propostas. Como vocês acompanharam, foi muito difícil que passasse a maioria delas, porque não havia interesse. Então, temos interesse de participar por causa dessa caminhada de longo tempo. Na realidade, não é a Teca, mas uma articulação de grupos em vários lugares que estão lutando pela questão das águas em Minas Gerais. Queremos que isso se transforme, realmente, de alguma forma, numa concretização dessas propostas, que são a verdadeira saída para a crise hídrica, e não o que está sendo trazido por governos, prefeituras e mídia. É por isso.

O presidente – Vinícius Vieira de Almeida, do Levante Popular da Juventude.

O Sr. Vinícius Vieira de Almeida – Boa tarde. Meu nome foi indicado por meio de uma articulação do levante, da Consulta Popular, dos movimentos sociais. Sou de Viçosa, sou formado em gestão ambiental e atualmente estudo geografia. Desde 2011, tocamos, em Viçosa, a campanha pelas águas e contra o mineroduto da Ferrous, que está por passar em Viçosa. Desde 2011 estamos nessa luta, com essa articulação na cidade. Representamos, também, a Zona da Mata, que não teve tanta adesão neste espaço. Há, também, uma participação dos jovens. Coloquei no grupo que temos de pensar na questão da paridade – se é um homem ou se é uma mulher. Coloco essa questão para as pessoas que estão votando. Conto com o voto de vocês. Obrigado.

O presidente – Agora, o sistema de votação. Quem vota na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, aqui representada pelo Eduardo? (– Pausa.) Contou o voto do Eduardo? São 44 votos. Quem vota no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviço de Esgoto do Estado de Minas Gerais – Sindágua –, aqui representado por Adilson Ramos de Souza? (– Pausa.) São 48 votos. Quem vota na Associação Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande, representada por Maria Auxiliadora Miguel? (– Pausa.) São 19 votos. Quem vota no Movimento pelas Serras e Águas, representado por Maria Teresa Corujo? (– Pausa.) São 45 votos. Quem vota no Levante Popular da Juventude, aqui representado por Vinícius Vieira de Almeida? (– Pausa.) São 40 votos. Estão eleitos o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Purificação e Distribuição de Água do Estado de Minas Gerais, – Sindágua –, com 48 votos, e o Movimento pelas Serras e Águas, com Maria Teresa Corujo, que teve 45 votos.

Candidatura à representação do comitê de bacias: três vagas. Peço que se posicionem aqui na frente, por gentileza, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias; o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. (– Pausa.) Rio das Velhas, Araçuaí e Araguari. São três vagas, três entidades inscritas, por consenso.

O Sr. ... – Parabéns. O consenso é sempre a melhor saída.

O presidente – Candidatura à representação do poder público estadual: duas vagas. Peço que se posicionem aqui na frente, por gentileza, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa; o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam; a Agência Reguladora de Serviço de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater; a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vocês têm 1 minuto para acordo. (– Pausa.)

O Sr. Ênio Resende de Souza – Deputado, quero anunciar que a Emater, que se candidatou, está abrindo mão... Não queremos ter a vaidade de forçar a barra, mas, se for uma decisão de vocês, é uma questão...

O Sr. Nísio Miguel Tôres de Miranda – Pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Observatório de Políticas Metropolitanas, estou retirando a candidatura, sentindo-me representado pelos que forem eleitos. Vou continuar a ajudá-los, pois conheço muito a Casa, onde trabalhei durante 12 anos, e é possível auxiliá-los de outra forma nos trâmites da Casa.

O presidente – Mais alguém desistiu?



O Sr. Fernando Silva de Paula – Boa tarde a todas e a todos. Agradeço a oportunidade de participarmos desse processo de construção da realização deste seminário. Por acreditarmos que estamos sendo muito bem representados pelo Igam e pela Copasa, retiro a candidatura, na certeza de que os nossos representantes vão se empenhar ao máximo.

O presidente – Ficaram, então, três candidatos para duas vagas. Quem está representando a Copasa? (– Pausa.) Peço que faça a defesa.

O Sr. Márcio Tadeu Pedrosa – Boa noite a todos. Agradecemos à Assembleia por organizar este evento e a parabenizamos. Este é um momento importante. A Copasa se candidata porque está presente em 625 municípios, e temos a maior preocupação com a questão ambiental. Eu, particularmente, tenho 36 anos de Copasa e há mais de vinte anos participo dos comitês de bacia. Vimos acompanhando todos os desdobramentos ambientais. Queremos continuar acompanhando isso, principalmente numa situação tão importante como essa que estamos vivendo aqui, na Assembleia. Muito obrigado.

O presidente – Peço que se identifique e faça a defesa.

O Sr. Ênio Resende de Souza – Sou Ênio Resende de Souza, pela candidatura da Emater – não é uma candidatura pessoal. Defendemos a candidatura da Emater pela sua capilaridade – estando presente em quase oitocentos municípios –, pelo setor da agricultura, pela importância que a água tem para a agricultura. Essa não é uma candidatura pessoal, é institucional.

O Sr. José Jorge Pereira – Meu nome é José Jorge, estou representando o Igam, um instituto que gere e por onde passam todas as decisões e ações que vão ser, de fato, implementadas. Sou engenheiro agrônomo e produtor rural, trabalhamos na parte agrícola, e acho que não há como ficarmos sem um representante do órgão que vai gerir os recursos hídricos. Tudo vai ter de passar por nós. Mais do que normal ou exigível, é importante que representantes do Sisema e do Igam participem de uma comissão que vai conduzir, ponderar e aplicar o que for decidido. Obrigado.

O presidente – Votação. Quem vota na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa? Foram 36 votos. Quem vota no Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, aqui representado pelo José Jorge?

O presidente – Quarenta e um votos. Quem vota na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, representada por Ênio Resende de Souza? Foram 47 votos. Foram eleitos Emater e Igam.

Gente, um momento, ainda não acabou. Aproveitando que a maioria dos delegados estão aqui ainda, vou-lhes dizer algo. Sinceramente, desde o início, todos os dias em que estou acompanhando a Comissão das Águas, tenho presenciado um processo de democracia muito grande. Andei por várias regiões no Estado. Até chegar aqui é cansativo, mas é o processo de democracia. Estamos aqui discutindo uma situação que é a seguinte: na questão dos movimentos sociais dos sindicatos, eu e o Iran estamos aqui discutindo, assim como o pessoal da comissão, e ficaram duas vagas para sindicatos e movimentos sociais, porque juntaram os dois. Estamos fazendo uma proposta – se vocês e as pessoas que disputaram as vagas concordarem – para aumentar uma vaga para movimento social e uma vaga para sindicato.

O presidente – Pois não.

O Sr. Pedro Parisi – Boa noite a todos. Meu nome é Pedro Parisi, sou do Sindiextra.

Eu gostaria de fazer objeção a essa proposta porque nós, que estamos participando desde o início da elaboração, em colaboração com a Assembleia e com este evento, levamos dois meses para criar um regulamento, em que as regras foram postas antecipadamente porque todo mundo tinha conhecimento disso. Então eu não acho justo estarmos aqui, no apagar das luzes, nem mesmo com aquele quórum exigido dos delegados, mais de cento e vinte delegados, para fazer uma alteração de regimento. Então eu voto contrário, justamente por achar que o regimento tem de ser respeitado, como vinha sendo espreitado até agora. Obrigado.

O Sr. Gustavo Gazzinelli – Presidente, eu gostaria de sugerir uma proposta intermediária: que houvesse a escolha de um dos movimentos sociais e sindicatos. Eu acho que o Eduardo é uma pessoa que representa todos nós e que mostrou um



trabalho aqui, em toda comissão organizadora. Eu, inclusive, não votei nele. Eu podia votar em duas pessoas. Votei no Sindágua. Tenha paciência, companheiro.

Então, não votei nele porque eu só podia votar em duas pessoas, conforme minha visão. Agora, eu acho que ele é uma pessoa que representa todo mundo que está aqui. É uma exceção? É uma exceção, mas acho que ele vai fazer muita falta nessa comissão, porque é uma pessoa que tem bom senso, é uma pessoa que ajuda a construir situações.

Proponho que, pelo menos, uma pessoa seja, e mais ninguém. Porque assim acho que podemos chegar a um termo de acordo aqui. Era isso. Obrigado.

O presidente – Pois não, Parisi. Peço para usar o microfone.

O Sr. Pedro Parisi – Se for o Eduardo, eu concordo.

O presidente – Sr. Ênio.

O Sr. Ênio Resende de Souza – Eu queria me manifestar aqui quanto ao Eduardo. Talvez não haja ninguém aqui dentro que tenha acompanhado tanto esse processo, esse seminário quanto o Eduardo. Tanto aqui, em Belo Horizonte, quanto em vários encontros regionais em que ele foi, pessoalmente. Então eu acho que não há ninguém que melhor represente este seminário do que o Eduardo e a federação. Assim, o meu voto é para que ele seja incluído, sim, com certeza.

O presidente – Votação. Quem concorda que entre a Fetaemg, aqui representada pelo Eduardo, levante, por gentileza, o crachá. Quem não concorda levante o crachá. Foi unanimidade.

Entrega do Documento Final

O presidente – Agora nós vamos fazer a entrega simbólica dos documentos.

O Sr. Eduardo Nascimento – Deputado, eu queria agradecer a confiança. Muito obrigado.

O Sr. ... – Com licença. Eu queria convidar todos os eleitos, por favor, a vir aqui na frente para tirar a foto oficial. Pode ser?

O presidente – Enquanto isso você dá o informe, Teca.

A Sra. Maria Teresa Viana Freitas Corujo – Eu quero dar o informe do que eu acho que é o nosso pontapé inicial para a nossa articulação. Hoje saiu uma matéria muito preocupante: o governo vai agilizar os licenciamentos de mineração no Estado. E ontem, na quarta-feira, pela manhã, o Eduardo, da Fetaemg, conversou com a Maria de Fátima, que estava representando o deputado Sávio, secretário de Meio Ambiente, e alertou sobre uma outra coisa muito mais grave: parece estar decidido sair um decreto do governador, e entre algumas decisões está que licenciamentos Classes 3 e 4 serão decididos pelo superintendente da Supram ou do licenciamento que está sendo votado. Estou aqui pensando. Fui confirmar com o Eduardo, primeiro para saber se poderia compartilhar. Isso é gravíssimo. Se nós concordarmos com o superintendente das Suprans decidindo licenciamentos Classe 3 e 4, isso é extremamente grave. Então nós temos de articular uma pressão para que isso não aconteça. Quem puder colaborar, vamos ver de que forma para fazermos isso juntos. Senão, deputados, tudo isso que estamos fazendo aqui, tentando colaborar na questão da escassez hídrica, vai para o brejo, porque, como será possível isso, dessa forma? Era o que eu queria informar. Obrigada.

O presidente – Antes de proceder à entrega simbólico do documento final, informamos que as atas relativas a este seminário serão publicadas na edição do dia 14/11/2015, do *Diário do Legislativo*.

Quero agradecer a presença de todos vocês. Eu gostaria de pedir palmas para todos esses servidores da Assembleia Legislativa que nos acompanharam pelo interior de Minas durante todo o trabalho desta comissão. Os trabalhos ainda não acabaram, apenas uma etapa. Palmas para essa turma. Peço a todos para vierem aqui, à frente, para a foto e a entrega simbólica do documento.

– O teor do documento final é o seguinte:



TEMA 1 – CRISE HÍDRICA

1. Garantia de que todos os planos diretores de bacias hidrográficas estabeleçam zonas de restrição de uso e ocupação, para conservar mananciais (áreas de recarga, nascentes e aquíferos) fundamentais para o abastecimento público e a proteção da biodiversidade.

2. Estabelecimento de incentivos fiscais e de créditos para financiamento público a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água, respeitando o uso prioritário; e elaboração e regulamentação de lei que restrinja a concessão de licenças ambientais, outorgas e financiamentos públicos para projetos que demandem usos intensivos de água em situações de saturamento de usos e de níveis de poluição de recursos hídricos, enquanto persistirem estas situações.

3. Elaboração de lei estadual obrigando todas as prestadoras de serviços de abastecimento público de água e de saneamento a conceberem, publicarem e cumprirem um “Plano de Redução de Perdas”, que reduza de maneira sistemática as perdas e desperdícios de água, submetendo-o para validação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após parecer técnico da agência reguladora, e obrigando as construtoras a implementarem hidrometração individualizada.

4. Transformação, por meio de lei, das práticas e tecnologias sociais de convivência com a seca em políticas de Estado, envolvendo incentivos fiscais e creditícios, com acesso a recursos financeiros e orçamentários dos municípios, do Estado e da União, e apoio a pequenos produtores que sofreram perdas relacionadas a secas ou cheias.

5. Criação e regulamentação de lei para a cultura de eucalipto, limitando a atividade nas áreas de recarga hídrica e de nascentes, mantendo a plantação a uma distância mínima de 500 metros de mananciais e córregos, aumentando as áreas de preservação permanente nessas regiões, estabelecendo nas bacias hidrográficas de Minas Gerais áreas livres de mineração e monocultura de eucalipto, e utilizar, no cerrado mineiro, as veredas e córregos como corredores ecológicos para proteção da fauna e da flora, fortalecendo esse bioma e as suas comunidades tradicionais.

6. Inclusão, no art. 84 da Constituição de Minas Gerais, da Serra do Gandarela como monumento natural, assim como já estão incluídas as serras da Piedade e do Caraça, entre outras.

TEMA 2 – GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

7. Ampliação das dotações orçamentárias do Estado para o desenvolvimento de ações, com aporte financeiro suficiente, com estabelecimento de parcerias e/ou convênios e participação social, que tenham como objetivo a redução do desmatamento; a recuperação de áreas degradadas, prioritariamente com espécies nativas; a conservação de áreas naturais; a implantação de corredores ecológicos; a prevenção e o controle de queimadas e de incêndios florestais; a preservação e a revitalização ambiental dos mananciais superficiais e subterrâneos, das nascentes e das áreas de recarga; a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação e o fortalecimento das já existentes; o controle de espécies exóticas e invasoras; e a retomada dos projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA –; com respeito aos usos e costumes dos povos e comunidades tradicionais.

8. Fortalecimento orçamentário, profissional e estrutural do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com especial atenção aos órgãos vinculados, mantendo integralmente seu caráter público e sua sustentação financeira, baseada em orçamento e verbas compatíveis com sua missão, que se apoia em mecanismos de controle público e social e fóruns regionais de governança.

9. Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – por meio de suporte financeiro às ações, estudos e planos necessários ao desenvolvimento da gestão de recursos hídricos.

10. Criação de lei que, em situações de saturamento de usos e níveis de poluição de recursos hídricos, restrinja a concessão de licenças ambientais dos grandes empreendimentos, outorgas e financiamentos públicos para projetos que



demandem uso intensivo de água e estabeleça justificativas fiscais e créditos para financiamento público a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivas em uso de água.

11. Estabelecimento de políticas públicas prioritárias para a recuperação das áreas de recarga das águas subterrâneas, criando mecanismos de apoio técnico para orientação da utilização do solo, com a criação e o fortalecimento de estruturas governamentais de apoio para implementação de práticas agroecológicas.

12. Especificação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Minas Gerais, de uma rubrica para o recebimento dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água, vinculada diretamente à agência de bacia ou entidade equiparada, caso exista, ou ao órgão gestor de recursos hídricos, nos demais casos ou quando se tratar de transferência de recursos de bacias federais; e liberação dos recursos retidos nos anos anteriores.

TEMA 3 – FOMENTO, CUSTEIO, RECEITAS E DESTINAÇÃO

13. Revisão da Lei nº 15.910 para que 100% da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos paga pelas hidrelétricas ao Estado seja destinada ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro –, garantindo a destinação de 25% aos atingidos por hidrelétricas e barragens, tanto a montante quanto a jusante das mesmas, sendo repassados 5% para as populações tradicionais, sem possibilidade de contingenciamento desses recursos financeiros, e para que, no mínimo, 20% dos recursos do Fhidro sejam aplicados na recuperação e conservação do meio ambiente em municípios com o IDH abaixo da média estadual e naqueles localizados em áreas suscetíveis aos avanços da desertificação.

14. Garantir orçamento para o Programa Bolsa Verde, instituído pela Lei Estadual nº 17.727/2008, e honrar o pagamento dos termos de cooperação já firmados, relativos aos editais de 2010 e 2011.

15. Estabelecimento de regras e critérios para aplicação das verbas arrecadadas e geridas pelo Ministério Público, em Termos de Ajustamento de Conduta – TACs – e em compensações ambientais, como forma de financiar projetos especificados e priorizados nos Planos Diretores das Bacias, com a apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

16. Desburocratização e agilização na aplicação dos recursos do Fhidro, abrangendo:

a) criação de câmara técnica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para intermediação do repasse do recurso do Fhidro aos CBHs enquanto não for regulamentado o repasse de 7,5%;

b) estruturação de comissões e câmaras setoriais para formulação de editais temáticos e análise de projetos; e implantação de uma única instância burocrática para avaliação legal, implementação de convênios e contratação de projetos.

17. Incentivo à criação de cursos de engenharia com enfoque tecnológico – com cursos superiores de tecnologia (tecnólogos) e curso técnicos – nas regiões do semiárido e Médio Rio Doce, a fim de atuar nas questões ambientais de saneamento, saúde, infraestrutura e desenvolvimento do conhecimento, para alavancar um parque tecnológico voltado para a população atingida pela seca, os povos indígenas e os agricultores atingidos pela degradação ambiental.

18. Revisão da política tributária estadual para incentivar o desenvolvimento e a transferência de conhecimento e de novas tecnologias e equipamentos para o uso eficiente de água e a produção de energia limpa, com baixo impacto ambiental, com a participação prioritária de instituições públicas de ensino superior e de institutos de pesquisas científico-tecnológicas.

TEMA 4 – SANEAMENTO E SAÚDE

19. Garantia dos recursos necessários para a universalização e a integralização do saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme bases estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab –, de 2013, no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos planos diretores de bacias, priorizando o uso de recursos não onerosos (não reembolsáveis), o monitoramento e a fiscalização do funcionamento.



20. Implantação da Vigilância em Saúde Ambiental em todos os municípios mineiros, dentro do prazo de dois anos, com fiscalização e apoio da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS: Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano; Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes (solo, ar e químicos prioritários); e desastres naturais e acidentes com produtos perigosos; garantindo a divulgação dos resultados aos consumidores, conforme mecanismos e instrumentos definidos no decreto nº 5.440/2005, avaliando os dados epidemiológicos das doenças de transmissão hídrica em conjunto com os dados de qualidade da água e fortalecendo o sistema.

21. Garantia de transparência e clareza nas regras e nos valores cobrados pelo serviço de esgotamento sanitário, por meio da criação e implantação de um procedimento padrão para determinação dos volumes de esgoto coletado e tratado, com coordenação dos entes reguladores, estabelecendo metas de melhoria de eficiência que deverão ser consideradas nas revisões tarifárias.

22. Criação e execução do projeto estadual Pacto pelo Saneamento, a partir de 2015, com envolvimento dos três poderes e da sociedade civil, para atender as metas propostas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab –, de 2013, devendo o projeto ser coordenado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Conedru, com apoio da Sedru.

23. Destinação obrigatória de um percentual de, no mínimo, 0,5% dos investimentos em serviços de saneamento no Estado de Minas Gerais para capacitação, qualificação e treinamento de gestores e operadores, para o início da operação dos serviços.

24. Garantia de que os serviços de água e esgoto ofertados à população de Minas Gerais tenham excelência na qualidade, sem diferença entre as regiões e os prestadores de serviço, a exemplo do que ocorre hoje com a população do Norte e Nordeste do Estado, que recebe água da Copanor com qualidade inferior à da Copasa; como ação imediata, extinção da Copanor e absorção dos serviços e dos recursos humanos pela Copasa.

TEMA 5 – ATIVIDADE MINERÁRIA, INDÚSTRIA E ENERGIA

25. Disponibilização de um sistema de informação integrado, de acesso irrestrito e alimentado por organizações públicas e privadas (administração pública, empresas, instituições de pesquisa, agências de bacias hidrográficas, CBHs, ONGs, etc.), sob a gestão do Igam, com dados qualitativos e quantitativos sobre os recursos hídricos disponíveis em cada bacia hidrográfica e seus respectivos usos, além de acompanhamento de contaminação das águas, monitoramento de espécies de peixes e publicação de relatórios semestrais para subsidiar a sociedade em geral, os municípios e os órgãos colegiados de meio ambiente e recursos hídricos e as atividades de educação ambiental, comunicação e tomada de decisão.

26. Proibição da instalação de novos minerodutos no Estado de Minas Gerais e das respectivas outorgas de uso da água, revisão das licenças para instalação e funcionamento de minerodutos já concedidas, e auditoria dos licenciamentos existentes.

27. Estabelecimento de territórios livres da exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado em especial em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água, dando prioridade às regiões e bacias mais ameaçadas e impactadas, destacando-se o quadrilátero aquífero-ferrífero, a bacia do Santo Antônio/Doce, o Alto Pardo e o Alto Jequitinhonha e outras que estejam em situação de escassez de água.

28. Vedação do licenciamento para ampliação ou instalação de novas minas de ouro a céu aberto em Minas Gerais, bem como do uso de cianeto nos processos de separação de ouro ou de quaisquer outros minerais no Estado.

29. Criação de uma política estadual de tratamento aos atingidos e ameaçados por barragens e obras de infraestrutura, com a instituição de um órgão entre a sociedade civil e o governo do Estado, e a criação de um fundo para o pagamento da dívida histórica com os atingidos.



30. Elaboração de Plano Ambiental Estratégico da matriz energética do Estado de Minas Gerais, visando sua diversificação e sua otimização, considerando critérios para manutenção de bacias, rios e trechos de rios livres de barramentos, priorizando o investimento em programas e ações governamentais de incentivo à geração de energia por meio de fontes alternativas renováveis, valorizando recursos locais e tecnologias populares (sociais), com o intuito de reduzir a geração de gases causadores do efeito estufa, preservar as bacias hidrográficas, reduzir o custo da energia, incentivar a racionalização do consumo e evitar o desperdício.

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

31. Apoio às Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, ao Pronatec Rural e às escolas de jovens e adultos (EJA) indígenas, para que se fortaleçam enquanto centros de referências em agroecologia em todo o Estado, contribuindo com o processo formativo de jovens, comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres.

32. Concessão de financiamento e subsídio para a implantação de sistemas de irrigação de alta eficiência no uso de água, para pequenos e médios agricultores e pecuaristas, visando o uso mais racional e econômico da água e o aumento da produtividade, com a obrigatoriedade da assistência técnica e controle de uso, sendo que a dívida contraída pelo produtor rural para implantação do sistema poderá ser abatida por meio da execução de ações de recuperação ambiental em matas e florestas dentro das propriedades rurais, em áreas de preservação permanente – APPs – e áreas de Reserva Legal, ou, caso já as tenha, em outras áreas da propriedade.

33. Efetivação de um Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater – a partir do fortalecimento da Emater-MG, dos poderes públicos municipais e com o envolvimento de entidades não governamentais, para difundir e apoiar a adoção de tecnologias sustentáveis de produção agrossilvipastoril, de agricultura irrigada, de reservação de águas pluviais e de baixa emissão de carbono na agricultura, a exemplo da recuperação de pastagens degradadas; integração Lavoura-Pecuária-Floresta – iLPF – e Sistemas Agroflorestais – SAFs; Sistema de Plantio Direto – SPD; Fixação Biológica de Nitrogênio – FBN; tratamento de dejetos voltado ao reúso agrícola; florestas plantadas; agricultura orgânica/agroecológica; manejo integrado de pragas e doenças; agricultura irrigada, entre outras questões de importância para o desenvolvimento rural sustentável.

34. Implementação de programas de adequação de infraestrutura rural para proteção dos recursos hídricos a partir de tecnologias como estradas ambientalmente corretas, incluída a capacitação de operadores de máquinas e normatização da construção e manutenção de estradas ambientalmente corretas, a construção bacias de captação de águas pluviais (barraginhas) e de pequenas e médias barragens e demais práticas de conservação do solo e da água.

35. Criação, efetivação e incremento dos mecanismos para pagamento por serviços ambientais, como o Bolsa Verde mineiro, com prioridade para a agricultura familiar e considerada a necessidade de ações de educação ambiental segundo as condições socioambientais, por meio de recursos financeiros públicos ou privados, com remuneração equivalente à expectativa de renda com a atividade produtiva, segundo planejamento e necessidade técnica de cada sub-bacia hidrográfica, identificados em Planos de Proteção, de Recomposição de Nascentes, de Áreas Ciliares e de Áreas de Recarga Hídrica.

36. Estabelecimento de áreas livres vedadas à mineração e à monocultura nas bacias hidrográficas, de forma a assegurar sua capacidade hidrológica, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água, precedido por um estudo detalhado, com participação social, dos sistemas aquíferos do Estado de Minas Gerais, para que se definam todas as possibilidades de recarga e armazenamento de águas subterrâneas.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 44ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/11/2015****Presidência do Deputado Fred Costa**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Roberto Luciano Fagundes – Palavras do Sr. José Eugênio Aguiar – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. – Celise Laviola – Fred Costa.

Abertura

O presidente (deputado Fred Costa) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Clan Turismo pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Roberto Luciano Fagundes, diretor da Clan Turismo; Lindolfo Paoliello, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas; e José Eugênio Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença neste ato dos Exmos. Srs. vereador Sérgio Moreira, do Município de Paraopeba; Hernani de Castro Júnior, vice-presidente da Federação de Convention & Visitors Bureaux de Minas Gerais; Aristóteles Atheniense, presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas; Sérgio Cavalieri, presidente do conselho do grupo Asamar; e Helbert Silva Neves, presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento Social.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Sr. Diretor da Clan Turismo, meu dileto, estimado e querido amigo Roberto Luciano Fagundes, faço questão de estender os cumprimentos a toda a sua família, também estimada. Atendi a um telefonema agora há pouco, e a pessoa insistia em delongar a conversa. Eu ainda falei: por favor, retornarei assim que acabar a solenidade, porque agora vou homenagear a empresa de um querido amigo, figura que de fato admiro e por quem tenho também gratidão, sempre me entusiasmando e me provocando a desenvolver políticas públicas ou participar de debates de interesse da coletividade. Sr. Lindolfo, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas; meu querido amigo José Eugênio Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Minas Gerais – Sindetur –, senhoras e senhores, dou a assessoria desta Casa, que nos possibilita esta reunião.



Para mim, falar de uma história de 40 anos é um desafio árduo, a partir do momento em que eu próprio não tenho isso de vida.

1975, 40 anos atrás. Talvez nenhum de nós nos lembremos de que nesse ano houve a retirada da tropa americana do Vietnã, marcando o cessar-fogo, o término da guerra. Do ponto de vista econômico, foi nesse mesmo ano que Bill Gates fundou a sua gigante Microsoft, que viria a ser uma referência mundial. E também nesse mesmo ano, três irmãos, de forma extremamente corajosa, Roberto, Abel e Flávio, se aventuraram, cada um vindo de uma experiência distinta – Roberto já há 10 anos trabalhando no setor de turismo, o Flávio era economista e corretor e o Abel, advogado que estava retornando de uma temporada em Paris. Naquele período, ainda se cultivava muito a característica de empresa familiar.

Para que possamos até entender a magnitude deste feito – perdurar durante 40 anos no nosso país com o propósito de vender passagem aérea e pacote aéreo, ou seja, estabelecer-se como agência de viagens e turismo com foco em viagens no exterior –, convido a fazermos uma pequena reflexão. Estamos em uma casa política, o Legislativo estadual. Nesses 40 anos, houve nove presidentes da República, três reeleitos. Iniciaram num processo de ditadura, vivendo a redemocratização, até chegar finalmente às eleições diretas. O negócio propriamente dito era emissão de bilhetes, de passagens manuscritas de carbono. Somente no final da década de 1970, assim mesmo nas lojas Varig e Vasp, é que as passagens eram impressas por computadores que faziam com que a impressão fosse lenta e barulhenta. Hoje emitimos e fazemos *check in* em telefone celular ou nos nossos computadores, enquanto naquele período eram praticamente cheques, o que nos demonstra o quanto esse caminho foi longo. Fiz questão de pedir a minha assessoria que imprimisse, para que pudéssemos lembrar como viajávamos.

Num país como o Brasil, sobretudo no momento em que vivemos, não poderiam passar despercebidas as inúmeras crises econômicas. Quando iniciaram a empresa, vínhamos do milagre econômico, com o PIB crescendo mais de dez por cento ao ano. Com um pouco mais de um ano de atividade da empresa, ainda no governo de Ernesto Geisel, veio o depósito prévio para viagens ao exterior.

Num país onde a carga tributária é imensa, onde nos deparamos com inúmeras surpresas, naquele momento, para ter a oportunidade de viajar ao exterior, a pessoa tinha de fazer o depósito de US\$2.000,00. E, de forma extremamente competente, de maneira a vencer aquele que seria o primeiro de vários obstáculos impostos pela incompetência, a falta de organização dos gestores públicos, Roberto e seus irmãos buscaram empréstimo junto aos bancos para poder oferecer uma taxa razoável a seus passageiros e, dessa forma, permitir-lhes concluir o sonho de fazer suas viagens.

Posteriormente a isso, conviveram também com a crise de 1999, já com característica de um mundo partindo efetivamente para a globalização. Com a Ásia e a Rússia passando muita dificuldade, o Banco Central promoveu, aqui no Brasil, uma desvalorização substancial do real, que ocasionou a quebra dos bancos e a estagnação econômica, que perdurou, praticamente, até 2004.

Hoje, depois de vermos a crise mundial de 2008, que teve início nos Estados Unidos – nosso então presidente, afirmando que aquele momento era uma marolinha e que o País venceria aquela etapa com facilidade –, deparamo-nos, sobretudo nos anos de 2014 e 2015, com uma crise cuja intensidade e cujo legado ainda não conseguimos calcular. O fato é que, nos dias de hoje, com o dólar e o euro da forma como estão, enfrentam mais um desafio aqueles atua no setor de venda de passagens e pacotes aéreos de viagens, melhor dizendo para o exterior, e que, ainda assim, conseguem se consolidar e ser um sucesso.

Chama-me a atenção, porque o produto por vocês vendido, na maioria das vezes, é um sonho, uma alegria, uma realização, e todos esses obstáculos podem ser definidos na frase do Paulo Coelho: “A possibilidade de realizarmos um sonho é o que o torna interessante”.

Assim, conseguiram ser precursores de vários desafios: o primeiro fretamento saindo de Belo Horizonte diretamente à Europa, levando aproximadamente 150 passageiros; o primeiro grupo de mineiros em direção a Acapulco, ao Havaí e a Las



Vegas, inclusive com direito a *show* do Frank Sinatra; o primeiro grupo de mineiros turistas com destino ao Taiti; e o primeiro grupo de mineiros com destino à ilha de Cuba. Isso aconteceu em um mercado que é extremamente competitivo.

Pedi que me trouxessem a atual realidade ou o último estudo do setor. Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, são 63.656 estabelecimentos do setor turístico. Em 2014, foram registrados 1.197 novas agências operadoras de turismo no Estado de Minas Gerais. De 2006 a 2014, houve um aumento de 52,7% de estabelecimentos no setor de agências de turismo no Estado, sendo que 36% desse total está aqui, na capital.

Portanto, para ter tido a coragem de fazer tanto e permanecer da mesma forma, ele teve de ser visionário e competente. Aliás, uma afirmação do direito diz que quem tem competência se estabelece. Nesse sentido, para que uma empresa perdure tanto tempo, necessita-se de pessoas, uma equipe boa e uma família ao lado. Não posso deixar de destacar, já há alguns anos, a participação e a liderança da sua filha Rafaela Fagundes, com total destaque para o Roberto.

Se falei inicialmente que 40 anos eram extremamente significativos para a história de uma empresa, ele tem 50 anos de história no setor do turismo, sendo uma referência absolutamente incontestada. Poderia aqui citar várias passagens e cargos de destaque. Vou resumir em alguns pontos: presidente do Conselho Empresarial de Turismo da Associação Comercial de Minas; coordenador do Projeto Estruturador da Estrada Real para o governo de Minas Gerais; secretário de Estado de Turismo de Minas Gerais; presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas; Presidente do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau; membro do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte; membro do Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais; entre outros tantos.

Hoje, quando você me apresentou a seu irmão, ele fez questão de dizer que era vizinho de um amigo, Jeferson Rios, que é presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Lourdes.

Na hora em que ele me disse isso, respondi não só com elogios à pessoa do Roberto, mas também utilizei uma analogia. Falei que, assim como o Jeferson está para a Associação dos Moradores do Bairro de Lourdes, o Roberto está para o *trade* turístico. Por que digo isso? O Jeferson já dedica algumas décadas ao Bairro de Lourdes, e, desde que conheci o Roberto, ele está participando intensamente de entidades sem fins lucrativos, mas com a consciência da importância transcendental da organização da sociedade civil para fiscalizar o poder público, sugerir e propor políticas públicas. Com a sua inata vocação e competência já testada, conseguiu prestar relevantes serviços.

Por isso me sinto completamente à vontade e com a certeza de que estou promovendo aqui um reconhecimento justo ao homenagear a Clan Turismo e o seu fundador, Roberto Fagundes. Seria muita pretensão da minha parte querer aqui desvendar os segredos desse sucesso. Talvez um deles esteja na definição de que não há satisfação maior do que aquela que sentimos ao propiciar alegria aos outros. Tenho certeza de que essa é uma missão precípua de vocês na atividade.

Parabéns, Roberto. Parabenizo a sua família e a todos que fizeram parte como funcionários, clientes, enfim, todos vocês amigos que hoje ainda fazem questão de prestigiar o nosso amigo Roberto. E por que não me aventurar a ver a sua história, que se mistura com a da empresa e do turismo em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e no Brasil, desvendando as fronteiras? Parabéns, Roberto. Parabéns para toda a sua família.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Fred Costa, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Roberto Luciano Fagundes e à Sra. Rafaela Simoni Fagundes Lopes Vale, diretores da Clan Turismo, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Aproximar pessoas e destinos é uma missão nobre porque contribui decisivamente para a realização de sonhos. Por acreditarem nisso, três irmãos, Abel, Flávio e Roberto Fagundes, se uniram para fundar, em 1975, uma das mais conceituadas agências de turismo de Minas e do Brasil: a Clan Turismo. A seriedade do trabalho, a diversidade dos serviços oferecidos e o compromisso com os clientes levaram a empresa a ser representante exclusiva, no Estado, da Interep Viagens e Turismo, renomada operadora de viagens terrestres internacionais, e a conquistar cada vez mais o respeito do mercado de turismo. A

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao reconhecer a importância da Clan Turismo para o Estado e o País, rende a ela justa homenagem pelos 40 anos de sua fundação”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – Ouviremos agora o Sr. Roberto Luciano Fagundes, diretor da Clan Turismo, hoje na qualidade especial de homenageado ou de representante da empresa homenageada, mas que, vale registrar, é parceiro frequente das iniciativas que a Assembleia Legislativa promove e está sempre conosco na condição de representante da ACMinas, demonstrando o seu interesse pela área política.

Palavras do Sr. Roberto Luciano Fagundes

Obrigado. Boa noite a todas e a todos. Cumprimento o Exmo. Sr. deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes. Cumprimento também o Sr. Lindolfo Paoliello, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas, meu particular amigo, a quem tive o prazer de transferir o bastão da ACMinas ao início deste ano – tenho certeza de que ele está exercendo e exercerá um mandato muito mais pródigo e melhor do que o que ele sucedeu, e é isso o que deixa a ACMinas uma casa de tanta pujança. Registro, então, a nossa alegria e satisfação em vê-lo à frente da ACMinas e, principalmente, como meu amigo, em vê-lo conosco hoje. Cumprimento também o Sr. José Eugênio Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur –, que, além de nosso amigo, aqui representa também uma figura muito especial, o Michel Tuma Ness, presidente da Federação Nacional de Turismo – Fenatur. Foi o Michel que ligou para o presidente Eugênio, pedindo que o representasse e, evidentemente, deixou-nos muito felizes com essa representação.

Acredito que todos que aqui entraram receberam um DVD que fizemos como lembrança desta noite. Se alguém não o recebeu, pode pegá-lo à porta. Vocês vão ver que fizemos uma seleção de músicas, tendo como curadora uma pessoa muito especial a todos nós e que considero uma das maiores conhecedoras de música de Minas, quiçá do País, a Ângela Alvarenga, aqui presente. (- Palmas.) Muito obrigado, Ângela. Tenho certeza de que todos vocês vão aproveitar o bom gosto musical da Ângela, porque, graças a ela, conseguimos colocar no DVD o maior número de músicas possível. Imaginem a dificuldade em selecioná-las, mas, para que vocês tenham uma ideia do que poderão degustar nesse DVD, tivemos a oportunidade de, por uma deferência muito grande, ter conosco aqui, senão o melhor, um dos melhores artistas do Brasil, que é mineiro, de Conceição do Mato Dentro: o nosso Caxi Rajão.

Caxi Rajão com a Elaine Abras formam uma dupla fantástica, que, tenho certeza, todos nós vamos aproveitar sobremaneira. Pedi a eles que, nessa seleção de músicas, no prazo que nos foi dado, conseguissem fazer um *pot-pourri* das principais. Pelo que eles informaram, acredito que vocês vão gostar muito. Começa com *Emoções*, que é tudo que queria dizer a vocês através do meu xará, depois *Imagine*, que é, hoje, uma canção mundial, do John Lennon, e termina com o *My Way*, que acho tem muito a ver com a minha vida profissional.

Quero agradecer também, se me permitem, ao cerimonial da Casa, nas pessoas da Cenira Araújo e da Clair Câmpara, que nos ajudaram e nos deram um apoio muito grande nesse trabalho.

É com imensa satisfação que recebo, esta noite, representando a Clan Turismo, esta homenagem pelos seus 40 anos de existência. Devo esta distinção à iniciativa do deputado Fred Costa, que com sua habitual generosidade e amizade lembrou-se deste aniversário e propôs que comemorássemos aqui, nesta sessão solene da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Mas confesso, senhoras e senhores, que nem eu próprio me dava conta de que a Clan completava quatro décadas de fundação. Lógico que lembrava o fato, mas sequer imaginava que isso fosse desaguar numa homenagem desta envergadura. Só quando soube o que esse grande amigo estava maquinando é que me caiu a ficha. Então vieram as recordações daqueles tempos pioneiros em que eu e dois irmãos, Flávio e Abel – Abel não mais está aqui conosco, mas tenho certeza de que, lá de



cima, está participando conosco deste momento e, sem dúvida, está nos aplaudindo –, resolvemos aproveitar a experiência do Abel e a minha própria com o turismo para, somando-a à do Flávio, homem de finanças, criar a Clan, ou o clã dos Fagundes.

Naquele mês de setembro de 1975, já trabalhava há 10 anos como agente de viagens e guia de turismo, o que, não custa lembrar, faz com que eu tenha chegado aos 50 anos dessa profissão. Abel acabava de regressar de uma temporada de dois anos em Paris, durante a qual entremeou aos estudos o trabalho como guia turístico. E Flávio, economista, atuava no mercado de capitais e como gerente de banco.

Tínhamos, assim, dois trunfos para começar: primeiro, uma carteira de clientes, acumulada por mim e por Abel em nossas andanças pelo mundo. Segundo, um profissional, o Flávio, para cuidar do dinheiro e, eventualmente, impedir que o gastássemos.

Pensando bem, esses 40 anos passaram num instante. Mas não devo ceder à tentação de rememorar-los, de lembrar as inúmeras histórias interessantes e, às vezes, muito engraçadas, os grandes desafios, o crescimento gradual da empresa, os *highlights* de sua trajetória. Afinal, o deputado Fred Costa já lhes falou sobre isso, com palavras tão generosas.

Mas não custa lembrar que tudo o que criamos, tudo o que oferecemos ao mercado, tudo aquilo em que inovamos se deu à custa de muito trabalho e, especialmente, da filosofia que nos guia até hoje: o constante aperfeiçoamento e a atualização profissional, a busca permanente pela inovação e por eficácia, a qualidade do atendimento e a absoluta transparência com nossos clientes. Esse ponto, amigos e amigas, sempre foi crucial para nós. A negociação com cada um deles, na base do olho no olho; o cumprimento rigoroso daquilo que oferecíamos; o comprometimento; a clareza e a disponibilidade.

É por isso, certamente, que nossos clientes acabam deixando de sê-lo e tornam-se fregueses, amigos. É claro que não podemos ficar à margem, nesse mundo contemporâneo, da revolução tecnológica e de tudo que ela tem proporcionado a todo tipo de atividade. A internet hoje e seus múltiplos desdobramentos, como o acompanhamento, em tempo real, de roteiros e viagens, o Mr. Google, a comunicação por inúmeros meios, as vendas *on-line* têm proporcionado ganhos extraordinários em eficiência e produtividade. Obviamente a Clan, com sua permanente busca por inovação, não poderia ficar distante de todas essas possibilidades. É evidente que nossa empresa também o faz, sem, contudo, abrir mão de sua filosofia, de seus princípios éticos e da qualidade de seu atendimento. Entendemos, como já disse, que nossos clientes são amigos cativados pela prática do olho no olho, pela presteza e pela lealdade. Por isso quero deixar claro, bem claro, que o uso intenso da tecnologia não significa para nós abrir mão de tantos conceitos que nos são caros. Para nós ela significa, acima de qualquer coisa, um aprimoramento daquilo que sempre fizemos e sempre faremos: continuar sempre a atender e a assistir muito bem os nossos clientes.

Já que dei essa pincelada de futuro, acho que devo também falar um pouco dele. O futuro da Clan, aos poucos, será protagonizado por minha filha Rafaela. Rafaela, turismóloga formada pela Fumec, com MBA em gestão de negócios, tem uma história de precocidade com a Clan. Desde pequena ela conviveu com a empresa, participou de várias viagens organizadas por nós, morou um ano nos Estados Unidos, absorveu integralmente os nossos princípios e também instituiu outros, enfim, vestiu a camisa. Rafaela, será você quem vai receber futuras homenagens à nossa empresa. Daqui a 10, 20, 30 anos, quem sabe, e esperamos, com o nosso deputado homenageando-nos na Câmara dos Deputados ou em outros postos mais altos. Será você, Rafaela, que buscará novos rumos, novas equações, novos desafios. Prepare-se.

Entretanto, senhoras e senhores, infelizmente nem tudo se passa como gostaríamos. É preciso também um contraponto que eu preferiria não fosse necessário depois das tantas boas coisas de que aqui falamos: lembrar que nosso país atravessa uma grave crise, até econômica, que se alastra pelo Brasil afora e que vem penalizando, de maneira intensa, o turismo. Em julho deste ano, ou seja, em plena temporada, 82% das empresas de agenciamento turístico do Brasil tiveram redução em suas atividades. Na comparação com igual mês do ano passado, houve queda de quase 40% nas vendas para pessoas físicas, de 25,7% para empresas e, curiosamente, de apenas 10% nas vendas para o setor público. A pesquisa, realizada naquele mês, foi feita pelo Instituto de Pesquisas, Estudos e Capacitação em Turismo, que também atribui, como causas principais dessa retração, o dólar valorizado, a alta da inflação e o clima geral de incertezas. Outro indesejável resultado desse



desempenho pífio está em quase todos os jornais: as empresas aéreas estão reduzindo o número de voos, suprimindo destinos deficitários e até mesmo arrendando aeronaves.

É evidente, caro deputado Fred Costa, que não se poderiam esperar resultados positivos num contexto em que praticamente todos os negócios vêm apresentando perdas consideráveis. Em setembro, mês da pesquisa mais recente, a indústria teve queda de mais de nove por cento em relação a agosto, o pior desempenho desde 2009. O comércio acumulou perda, entre janeiro e setembro, de 2,4%. O agronegócio, mesmo com exportações em alta e com o dólar valorizado, teve, no primeiro semestre deste ano, uma redução de 0,15% em sua receita.

Amigas e amigos, peço-lhes desculpas por ter avançado num tema talvez impróprio para esta noite de festa. Mas não poderia deixar de fazê-lo diante de um quadro que se deteriora dia a dia, mês a mês. Não poderia, também, deixar de manifestar, apesar de tudo, meu incorrigível otimismo, lembrando que depois da tempestade sempre vem a bonança. Nós, empresários, estamos empenhados em colaborar para ajudar a amainar esse vendaval, isto, é claro, se nossas contribuições forem aceitas.

Deixo e renovo um agradecimento muito especial a um parceiro de tantas jornadas, Fred Costa. Eu e minha família: minha querida Sheila, com quem me casei antes de fundarmos a Clan; minhas três filhas, Fabiana, Roberta e Rafaela – Fabiana hoje é responsável pelo nosso novo hotel, o Clan Glass Business Tower Hotel, na Gonçalves Dias, quase esquina de Avenida do Contorno, no Funcionários; a Roberta, que termina, no sábado, o curso de *coaching*, em São Paulo e, que, infelizmente não pode estar aqui conosco, e a nossa Rafaela; meu genro, Ricardo, que tanto tem contribuído para manter a Clan atuante no mercado – muito obrigado, Ricardo; meus outros dois genros, Gustavo e Rodrigo, que trabalham em São Paulo e só vêm a Belo Horizonte nos finais de semana, agradecemos aos nossos colaboradores antigos e atuais – aqui estou vendo a Vilma e a nossa Márcia querida; ao Bruno Castilho; às amigas e amigos queridos que nos prestigiam com a sua presença e nos deixam imensamente orgulhosos. A todos vocês o nosso muito, mas muito obrigado.

Palavras do Sr. José Eugênio Aguiar

Senhoras e senhores, boa noite. Caro amigo deputado Fred Costa, nosso representante nesta Casa, que tem trabalhado incansavelmente pelo turismo e pelo meio ambiente, parableno-o em nome do Sindetur, em nome do Michel Tuma Ness, presidente da Fenactur, por homenagear o nosso grande amigo Roberto Fagundes. Sr. Lindolfo, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas, é um prazer conhecê-lo pessoalmente.

Gostaria de quebrar o protocolo e pedir uma salva de palmas para o nosso amigo Abel Fagundes, com o qual todos os amigos que aqui estão conviveram, com aquele seu bigodão branco e que nos trazia muita alegria. Ele formava, ao lado do Roberto e do Flávio, a figura dos três mosqueteiros, e foi assim que criaram a Clan Turismo. Assim, juntamente a outros grandes amigos nossos que estão no andar de cima, desejamos que ele possa nos dar uma luz aqui em baixo, porque a luz no fim do túnel está acabando.

Roberto, falo de coração. Fui pego de surpresa, mas esta homenagem é merecidíssima a você e a toda a sua família, bem como aos seus dois sócios Abel e Flávio, que construíram uma empresa sólida, visionária e com os olhos voltados ao turismo. Aliás, falar de Roberto Fagundes é complicado, porque ele é presidente do Clube do Feijão Amigo de Minas Gerais, e eu sou o seu vice-presidente, por isso sou seu cúmplice. Quero desejar-lhe muito sucesso e muita saúde. Espero que a Clan Turismo continue por mais 40, 80, 100 anos. Rafaela, o futuro pertence a você porque nós já somos dinossauros no turismo, Roberto, e estamos entregando o bastão aos nossos filhos e netos.

Costumo dizer aos nossos amigos que aqui estão, como presidente de sindicato e empresário de turismo, que somos igual à aroeira, porque envergamos, mas não quebramos. Crise após crise, fecham-se agências. Aliás, este ano de 2015, 30% das agências no Estado de Minas Gerais foram fechadas. Entretanto nós, a Clan Turismo e outras grandes, médias e pequenas empresas, temos nossas gorduras que vamos queimando até que esse mercado se firme e se fortaleça. Já chegamos a vender 80% de passagens áreas nacionais e internacionais, e o Roberto sabe disso, mas hoje só estamos



vendendo 40%, entretanto não vamos quebrar porque somos aroeira e vamos lutar, com unhas e dentes, para representar as empresas e as agências de turismo, bem como as operadoras e transportadoras.

Muito boa noite, e, Roberto, mais uma vez, parabéns, parabéns e parabéns.

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Fred Costa, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes.

Palavras do Presidente

Impossibilitado de se fazer presente nesta solenidade, o deputado presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes, é uma pessoa que respeito e tenho como referência positiva em meio a tantas decepções que todos temos com os detentores de mandato. O deputado Adalclever Lopes é uma pessoa empenhada, comprometida e dedicada ao exercício do Legislativo e hoje preside esta Casa com muita competência. Ele nos enviou o seu pronunciamento para esta reunião especial em homenagem à Clan Turismo, pelos seus 40 anos de fundação. (– Lê:)

“Esta homenagem à Clan Turismo, pelos 40 anos de sua fundação, representa o justo reconhecimento a uma empresa que hoje se tornou parte importante da vida de Minas Gerais e que, desde a sua origem, tem-se destacado pelo pioneirismo e pela qualidade no atendimento a seus clientes.

A Clan Turismo atua em um setor importante para o Estado. Em 2014, por exemplo, segundo a Secretaria de Estado de Turismo, Minas Gerais recebeu um fluxo total de 24.400.000 turistas. 'Viajar é trocar a roupa da alma', disse o poeta Mário Quintana. A agência tem contribuído, ao longo dos anos, para que milhares de pessoas conheçam outros destinos e, assim, ampliem seu conhecimento do mundo.

Na pessoa de seu diretor, Roberto Luciano Fortes Fagundes, cumprimento os funcionários, cujo trabalho e dedicação ajudaram a construir essa notável agência de viagens. Muito obrigado!”

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora Elaine Abras, acompanhada por Caxi Rajão, no violão de sete cordas. Eles interpretarão as músicas: *Emoções*, de Roberto Carlos; *Imagine*, de John Lennon; e *My way*, de Paul Anka, popularizada por Frank Sinatra.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Quero parabenizar a Elaine e o Rajão, que nos brindaram com sua participação.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 6, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Finalidade: debater os impactos positivos e negativos da proposta de fusão dos cargos de investigador e escrivão da Polícia Civil, com a presença de convidados.



Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 16/11/2015, destinada a homenagear a Associação Profissionalizante do Menor – Assprom – pelos 40 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 13 de novembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.378/2015, do deputado Deiró Marra, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 575 e 576/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.450/2015, das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.470, 2.471, 2.472, 2.473, 2.475, 2.477, 2.478, 2.480, 2.481, 2.484 e 2.502/2015, do deputado Noraldino Júnior, 2.541/2015, do deputado Inácio Franco, 2.572/2015, do deputado Duarte Bechir, 2.651/2015, da deputada Ione Pinheiro, 2.677 e 2.743/2015, do deputado Paulo Lamac, 2.878, 2.879, 2.880 e 2.881/2015, do deputado Douglas Melo, e 2.889/2015, do deputado Isauro Calais, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Proposta de Ação Legislativa nº 1/2015, de iniciativa popular, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da Comissão de Administração Pública; a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 17/11/2015, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2015.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/11/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.078/2015, do deputado Sargento Rodrigues, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2015.

João Magalhães, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 602/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Centro de Convivência Espaço da Família, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 602/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Centro de Convivência Espaço da Família, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, a inclusão das famílias e o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição atende crianças e adolescentes do Bairro Canaã e adjacências, com suas famílias, em torno de propostas socioeducativas, econômicas e culturais que visem à melhoria de sua qualidade de vida, incentiva a união da comunidade na busca de seus direitos e objetivos, promove movimentos de participação coletiva, estimulando a cooperação



de todos para as obras de assistência à comunidade, e contribui para o fortalecimento das ações de programas socioassistenciais a fim de atender às necessidades básicas de seus assistidos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Centro de Convivência Espaço da Família no Município de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 602/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.102/2015

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Ubaporanga, com sede no Município de Ubaporanga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.102/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Ubaporanga, com sede no Município de Ubaporanga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Com esse propósito, a instituição coordena e executa os objetivos, o programa e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes em sua área de jurisdição, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filantrópica do movimento Apaeano, além de atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pelas mencionadas federações, coordenando e fiscalizando sua execução.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Apae de Ubaporanga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.102/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Tito Torres, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.218/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Centro Comunitário Rural da Comunidade Unida de Antunes, com sede no Município de Piranguçu.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 30/4/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.218/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro Comunitário Rural da Comunidade Unida de Antunes, com sede no Município de Piranguçu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 17 veda a remuneração de seus diretores; e o art. 18 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade registrada e em funcionamento no Município de Piranguçu.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.218/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais, relator – João Alberto – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.283/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Brasileira de Combate ao Câncer Pedro Correa – Abracce Pedro Correa –, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 7/5/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.283/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Brasileira de Combate ao Câncer Pedro Correa – Abracce Pedro Correa –, com sede no Município de Contagem.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 5º impede a remuneração de seus dirigentes e conselheiros, sendo-lhes vedado o recebimento de lucros ou dividendos, a qualquer título e sob qualquer pretexto; e o art. 6º determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a pessoa jurídica qualificada como organização da sociedade civil de interesse público – Oscip.

Cabe ressaltar que foi apensada ao processo a ata da reunião ocorrida em 28/3/2013, registrada em cartório, na qual ficou decidida a transferência da sede da entidade para o Município de Belo Horizonte. Em decorrência disso, apresentamos a Emenda nº 1, redigida no final deste parecer, com a finalidade de alterar o nome do município sede na ementa e no art. 1º da proposição.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.283/2015 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, na ementa e no art. 1º, a expressão “Município de Contagem” pela expressão “Município de Belo Horizonte”.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – Isauro Calais – Cristiano Silveira – João Alberto – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.301/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Pontes de Amor, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.301/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Pontes de Amor, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e o incentivo à adoção.

Com esse propósito, a instituição busca conscientizar e incentivar a sociedade para a possibilidade de adoção, promover o estudo, a compreensão e o aperfeiçoamento do processo de adoção, em seus aspectos legais, sociais e psicológicos, orientar e dar suporte às famílias pretendentes à adoção e àquelas que já adotaram e atuar com os órgãos e



entidades competentes na formulação e no desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a adoção e a proteção a crianças e adolescentes. Além disso, propõe-se apoiar projetos sobre adoção, em parceria com escolas e universidades.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade substituir, na ementa e no art. 1º, a palavra “associação” pela palavra “entidade”.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela entidade no Município de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.301/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.427/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Águas de Cristais – Ambac –, com sede no Município de Cristais.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.427/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Águas de Cristais – Ambac –, com sede no Município de Cristais, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento comunitário, a integração entre os moradores e a representação dos interesses coletivos.

Com esse propósito, a instituição proporciona a ampliação da organização comunitária, a fim de que a própria comunidade possa reivindicar seu direito às diversas políticas institucionais de desenvolvimento urbano, oferece dados e informações que sirvam de base para que o movimento comunitário interfira nas ações do Legislativo e do Executivo municipais, participando na elaboração de diagnósticos e projetos de leis e elabora projetos de âmbito local, contemplando o desenvolvimento sustentável e destinados a atender às necessidades dos moradores.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Ambac no Município de Cristais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.427/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.598/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Adalclever Lopes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Karatê Dojô José Geraldo – AKDJG –, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 22/5/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.598/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Karatê Dojô José Geraldo – AKDJG –, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 26 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 31 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.598/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão, relator – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.613/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Lafayette de Andrada, a proposição em epígrafe, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.488/2014, visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Balneário Água Limpa, com sede no Município de Nova Lima.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 23/5/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.613/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Balneário Água Limpa, com sede no Município de Nova Lima.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição (com alteração registrada em 29/10/2015), o art. 77 veda a remuneração de seus diretores e conselheiros; e o art. 86.4 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a pessoa jurídica qualificada, nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 1999, como organização da sociedade civil de interesse público – Oscip –, que tenha, preferencialmente, os mesmos objetivos sociais da instituição dissolvida.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.613/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – Isauro Calais – Cristiano Silveira – Bonifácio Mourão – João Alberto – Antônio Jorge.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.619/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Nova Jerusalém, com sede no Município de Monte Azul.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.619/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Nova Jerusalém, com sede no Município de Monte Azul, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, a inclusão produtiva e o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição reúne recursos materiais, humanos e assistenciais para a execução de programas de desenvolvimento, integra-se com o serviço de extensão rural, desenvolve ações de combate à fome e à pobreza, criando instrumentos que ajudem a minorar os efeitos da seca e ainda executa ações que contribuem para a proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice, além de encaminhar seus assistidos para a assistência médica e dentária.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida associação no Município de Monte Azul, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.



Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.619/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.652/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Braulio Braz, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego das Palmeiras, com sede no Município de Santa Margarida.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.652/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego das Palmeiras, com sede no Município de Santa Margarida, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, a promoção humana e o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição realiza ações de proteção da infância, da família, da maternidade e da velhice, contribui para o combate à fome e à pobreza, atua com vistas à proteção do meio ambiente e ainda colabora com a divulgação da cultura e do esporte.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Córrego das Palmeiras no Município de Santa Margarida, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.652/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.656/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Faria, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Assistencial, Social, Recreativo e Educativo de Betim – Icase –, com sede no Município de Betim.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.656/2015 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Assistencial, Social, Recreativo e Educativo de Betim – Icase –, com sede no Município de Betim, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o apoio assistencial, social, recreativo e educativo a crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Com esse propósito, a instituição apoia e defende as políticas públicas e ações sociais, os movimentos estudantis e outros de fins pacíficos que venham a contribuir para o desenvolvimento da população, efetiva trabalhos sociais de atendimento à saúde, de profissionalização, de ensino infantil, de esporte e lazer bem como promove ações que visam ao desenvolvimento e ao bem-estar social e comunitário.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Icase no Município de Betim, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.656/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.670/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Sol Nascente, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.670/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Sol Nascente, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento comunitário e da assistência social.

Com esse propósito, a instituição contribui para o desenvolvimento e a integração da comunidade, promove ações que favoreçam a diminuição de situações de risco e vulnerabilidade social, desenvolve atividades profissionalizantes, culturais, artísticas, esportivas e educacionais que possibilitem o desenvolvimento social e humano dos cidadãos e proporciona aos usuários um espaço de convivência e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.670/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.671/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube das Mães Cantinho da Amizade, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.671/2015 pretende declarar de utilidade pública o Clube das Mães Cantinho da Amizade, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, a oferta de atividades educacionais e culturais, a proteção da infância e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição propicia a participação da sociedade no exercício da cidadania, promove ações e desenvolve projetos que garantam os direitos de crianças e adolescentes, mediante ações continuadas complementares à escola formal e oficinas de socialização e formação humana, oferecendo arte, música, dança, cultura, folclore e artesanato e colabora no desenvolvimento de políticas públicas sociais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Clube das Mães Cantinho da Amizade no Município de Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.671/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.682/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Bosco, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Esportiva e Social Kadá, com sede no Município de Paracatu.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 8/8/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.682/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Esportiva e Social Kadá, com sede no Município de Paracatu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.



Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 30 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 34 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica e registro no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.682/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Antônio Jorge, relator – João Alberto – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.700/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Semente de Paz, com sede no Município de Coronel Murta.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.700/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Semente de Paz, com sede no Município de Coronel Murta, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento comunitário, a assistência social e a representação dos moradores.

Com esse propósito, a instituição assessora e estimula os associados ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda, representa a comunidade perante órgãos públicos e privados, garante e defende os direitos socioassistenciais das famílias e da comunidade por meio de encaminhamentos a serviços, projetos, programas e benefícios sociais e cria e mantém comunidade terapêutica para tratamento e reinserção social de pessoas em situação de dependência química, álcool e outras drogas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Coronel Murta, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.700/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.707/2015**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Escolinha de Futebol Gol de Letra – EFGL –, com sede no Município de Nova Ponte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Escolinha de Futebol Gol de Letra – EFGL –, com sede no Município de Nova Ponte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento do desporto.

Na consecução desse propósito, a instituição mantém time de futebol amador e fomenta a prática dessa modalidade esportiva.

Cabe ressaltar que a prática de atividades físicas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens estão sujeitos a problemas psicológicos e podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade na promoção do desporto e do lazer no Município de Nova Ponte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.707/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Geraldo Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.715/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Organização da Sociedade de Interesse Público de Matipó – Lar Bom Jesus, com sede no Município de Matipó.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 13/8/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.715/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Organização da Sociedade de Interesse Público de Matipó – Lar Bom Jesus, com sede no Município de Matipó.



Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 36 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, registrada no Conselho Municipal de Assistência Social, ou de utilidade pública; e o art. 45 veda a remuneração de seus conselheiros, associados, voluntários, benfeitores ou equivalentes.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.715/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.754/2015

Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Escola de Treinamento de Missionários – Desafio Jovem – ETM –, com sede no Município de Pouso Alto.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.754/2015 pretende declarar de utilidade pública a Escola de Treinamento de Missionários – Desafio Jovem – ETM –, com sede no Município de Pouso Alto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar assistência a dependentes químicos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Com esse propósito, a instituição mantém e incentiva a implantação de estabelecimentos destinados ao tratamento, à recuperação e à reabilitação de pessoas que fazem consumo abusivo de álcool e outras drogas, estimula o trabalho do dependente químico por meio de exposições, cooperativas, oficinas protegidas e outras medidas e capacita recursos humanos para o atendimento na assistência e educação desses dependentes.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade em prol dos dependentes químicos no Município de Pouso Alto, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.754/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Leandro Genaro, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.756/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Assistencial Pão da Vida, com sede no Município de Passos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.756/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Pão da Vida, com sede no Município de Passos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição promove a unificação das ações de todas as entidades locais e regionais que buscam apoiar famílias carentes do município e da região, mantém creches ou concede auxílio necessário ao funcionamento daquelas que não possuem condições de subsistência, promove debates e simpósios, cursos e seminários sobre os direitos e as garantias dos cidadãos, estimulando-os a participar efetivamente das decisões governamentais em todas as áreas, e incentiva manifestações folclóricas, artísticas, culturais e desportivas.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida associação no Município de Passos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.756/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.758/2015**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Motoclubes de Ipatinga – Amipa –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Motoclubes de Ipatinga – Amipa –, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do motociclismo e o zelo pela imagem dessa atividade.



Na consecução desse propósito, a instituição representa os motoclubes e motogrupos a ela filiados; presta assessoria na constituição de novos motoclubes, auxilia a resolução de problemas de postura, conduta ou disciplina de seus associados, promove eventos e viagens com motocicletas no Brasil e no exterior e incentiva atividades filantrópicas e de auxílio a pessoas carentes.

Tendo em vista as relevantes atividades desempenhadas pela entidade no Município de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.758/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Geraldo Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.769/2015

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Passos – Reintegrar, com sede no Município de Passos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.769/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Passos – Reintegrar, com sede no Município de Passos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo congregar as pessoas com deficiência e atuar na representação de seus interesses.

Com esse propósito, a instituição defende e ampara as pessoas com deficiência perante as autoridades públicas, apresentando medidas de ordem geral que venham a beneficiá-las, e promove campanhas por sua inclusão na sociedade.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto constitutivo.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Passos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.769/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Duarte Bechir, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.970/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Tavares – ACT –, com sede no Município de Pará de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.970/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Tavares – ACT –, com sede no Município de Pará de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento comunitário e da assistência social.

Com esse propósito, a instituição contribui para a melhoria da qualidade de vida de seus associados, defendendo-os e organizando-os, e desenvolve trabalho social com idosos, jovens e crianças, distribuindo a eles benefícios alcançados nos órgãos municipais, estaduais, federais e na iniciativa privada.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária de Tavares no Município de Pará de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.970/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.976/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Gilberto Abramo, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Sport Club Giotto, com sede no Município de Guaxupé.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 15/10/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.976/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Sport Club Giotto, com sede no Município de Guaxupé.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.



Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 65 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, legalmente constituída e declarada de utilidade pública estadual; e o art. 76 veda a remuneração de seus dirigentes, conselheiros, associados e instituidores.

Embora não haja óbice à tramitação da matéria em exame, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que substitui a expressão “Associação” pela expressão “entidade”, com a finalidade de adequar o nome da instituição ao consubstanciado ao art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.976/2015 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, na ementa e no art. 1º, a expressão “Associação” pela expressão “entidade”.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão, relator – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.978/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Mãos Amigas – AMA-MG –, com sede no Município de São Lourenço.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 15/10/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.978/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Mãos Amigas – AMA-MG –, com sede no Município de São Lourenço.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 4º veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e colaboradores; e o art. 27 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade assistencial congênere, com os mesmos objetivos da instituição dissolvida.



Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.978/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais, relator – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.981/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Faria, a proposição de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a entidade Projeto Construindo em União – Pro-Céu –, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 15/10/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.981/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade Projeto Construindo em União – Pro-Céu –, com sede no Município de Contagem.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 28 impede a remuneração das atividades de seus diretores, conselheiros e associados, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem; e o art. 32 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica e registro no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.981/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto, relator – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.986/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório



De autoria da deputada Arlete Magalhães, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Casa Recomeçar, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 15/10/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.986/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Casa Recomeçar, com sede no Município de Belo Horizonte.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 11, parágrafo único, veda a remuneração de seus dirigentes; e o art. 30 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo da instituição dissolvida.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.986/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Cristiano Silveira, relator – João Alberto – Antônio Jorge – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 13/2015

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Doutor Wilson Batista, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.630/2013, proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e foi analisada preliminarmente pela primeira delas, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Por semelhança de objeto, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 2.662/2015, dos deputados Antônio Jorge e Glaycon Franco, conforme determina o art. 173, § 2º, do Regimento Interno.

Vem, agora, a proposição a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, em cumprimento ao disposto no art. 188 combinado com o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem como objetivo obrigar os médicos que trabalham nas unidades públicas de saúde e nas unidades privadas contratadas ou conveniadas que integram o Sistema Único de Saúde – SUS – a disponibilizarem



atendimento aos pacientes que dele necessitem. Visa, ainda, determinar que a utilização das dependências dessas unidades pelo médico para atendimento exclusivo a paciente particular configura falta de disponibilidade de atendimento. Na justificção do projeto, o autor da proposição relata que alguns médicos que trabalham nas unidades públicas de saúde e nas unidades privadas contratadas ou conveniadas que integram o SUS se recusam a atender os pacientes, direcionando-os para sua clínica ou consultório particular.

De acordo com a Constituição da República de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, cujas ações devem ser organizadas em um sistema único de saúde com rede regionalizada e hierarquizada. O sistema é descentralizado, com direção única em cada esfera de governo, atendimento integral e participação da comunidade. Ainda segundo a Constituição da República, o acesso às ações e aos serviços do sistema deve ser universal e igualitário, ou seja, o atendimento no SUS, seja pela rede própria, seja pelas unidades integrantes da rede privada contratada ou credenciada, é obrigatório, é um direito fundamental do indivíduo.

A Portaria nº 1.820, de 13/8/2009, dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde e estabelece que toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde. Por sua vez, a Lei nº 16.279, de 20/7/2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado, estabelece que as ações e os serviços públicos de saúde serão realizados de forma a garantir aos seus usuários acesso universal e igualitário ao atendimento integral.

A obrigatoriedade de que trata o projeto em análise já está prescrita na Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM – nº 1.931, de 2009, que contém o Código de Ética Médica, e está prescrita, também, no art. 316 do Código Penal. A desobediência a essa obrigação é caracterizada como abandono de paciente e denominada crime de concussão.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça afirmou que é de competência concorrente entre União, estados e municípios legislar sobre proteção e defesa da saúde. Esclareceu também que o projeto não afronta normas relativas à iniciativa do processo legislativo. Entretanto, a comissão anterior apresentou o Substitutivo nº 1 à proposição em estudo, a fim de adequar o texto da norma à técnica legislativa.

No entendimento da Comissão de Saúde, a proposição carece, ainda, de alguns reparos. A fim de deixar o texto da norma mais claro e conferir-lhe maior eficácia, sugerimos a retirada do termo “privadas” para restringir a vedação em comento às instituições públicas e contratadas ou conveniadas com o SUS. Além disso, é preciso evidenciar que o tratamento gratuito não poderá ser negado para os pacientes oriundos do sistema, em situação de emergência ou hospitalizados. Apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 2, que consubstancia essas alterações no texto do projeto em análise.

Por determinação da Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 6/4/2003, esta comissão deve também se pronunciar a respeito das proposições anexadas ao projeto de lei sob comento. Todos os argumentos aqui apresentados se aplicam também ao Projeto de Lei nº 2.662/2015, tendo em vista a semelhança que guardam com a proposição em análise.

Por fim, consideramos que as medidas ora propostas serão oportunas para garantir a concretização e a eficácia plena dos direitos de acesso igualitário às ações e aos serviços de saúde no sistema público ou conveniado ao SUS, proporcionando qualidade de vida e bem-estar à população.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

**SUBSTITUTIVO Nº 2**

Dispõe sobre o serviço prestado ao usuário do Sistema Único de Saúde – SUS – nas unidades públicas de saúde e nas contratadas ou conveniadas com o sistema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É vedado ao médico plantonista que componha equipe de unidade de saúde pública, contratada ou conveniada com o Sistema Único de Saúde – SUS –, deixar de prestar atendimento de urgência e emergência ao usuário do sistema.

Art. 2º – As unidades públicas de saúde e as contratadas ou conveniadas com o SUS entregarão ao usuário ou ao seu responsável, no ato de saída do estabelecimento, documento comprobatório informando que a assistência foi prestada de forma gratuita pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente.

Art. 3º – Compete à unidade de saúde apurar denúncia de cobrança indevida por serviço de saúde contratualizado com o SUS prestado na unidade.

Art. 4º – O órgão competente do Estado fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei, em especial nas auditorias assistenciais realizadas nas unidades de saúde públicas, contratadas ou conveniadas com o SUS, conforme o disposto nos arts. 96-C e 96-D da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado.

Art. 5º – O disposto nesta lei aplica-se às instituições que integrem a rede pública de saúde do Estado ou que recebam recurso público, subvenção ou subsídio do Estado por meio do SUS para a manutenção de suas atividades.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Carlos Pimenta, presidente e relator – Doutor Jean Freire – Glaycon Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 51/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre a implantação do selo Amigo do Idoso, destinado a entidades que atendem idosos nas modalidades asilar e não asilar e dá outras providências”.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 28/2/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame pretende instituir no Estado o selo Amigo do Idoso, a ser conferido a entidades que atendem idosos nas modalidades asilar e não asilar. Estabelece, ainda, que o selo terá prazo de validade de um ano, sendo renovável a critério do órgão encarregado de sua concessão, e que a empresa agraciada poderá utilizá-lo na divulgação de seus produtos ou serviços.

Cumprido dizer que o Projeto de Lei nº 1.181/2011, com conteúdo idêntico ao do projeto em tela, tramitou nesta Casa na legislatura passada, ocasião em que a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer sobre a matéria. Como não houve alterações no sistema jurídico-constitucional que acarretassem mudança no entendimento consignado naquele parecer, passamos a reproduzi-lo a seguir.

“A proposição em epígrafe visa a instituir o selo Amigo do Idoso, destinado às instituições que cuidam de idosos.



Cumpra esclarecer, inicialmente, que, segundo o art. 2º da proposição, 'o selo Amigo do Idoso destina-se a avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades que atendem idosos (...)'. Pretende o parlamentar que os serviços oferecidos aos idosos no Estado sejam certificados por meio da concessão de um selo, que denominou Amigo do Idoso. Sabe-se que a palavra 'selo' é utilizada, normalmente, para certificar que um produto ou serviço atende a um determinado padrão de qualidade e, assim, é adequada aos propósitos da proposição em tela.

É importante dizer que nosso ordenamento jurídico contém uma série de disposições voltadas para o atendimento dos chamados hipossuficientes, entre eles os idosos. O art. 230 da Carta Maior prescreve que o Estado, em ação conjunta com a família e a sociedade, tem o dever de ampará-los. Nesse dispositivo, a palavra 'Estado' abrange os quatro entes da Federação: a União, o Distrito Federal, os estados federados e os municípios. Assim, trata-se de competência comum dos entes políticos nacionais. Consoante o ensinamento do Prof. Raul Machado Horta, 'a competência comum opera a listagem de obrigações e deveres indeclináveis do Poder Público'.

Por sua vez, a Constituição mineira, no art. 225, prescreve como dever do Estado a promoção de condições que assegurem a dignidade e o bem-estar dos idosos. No dispositivo subsequente, estabelece prazo até 15/3/1993 para a instituição do Conselho Estadual do Idoso, o que, cumpre ressaltar, só ocorreu em 1999, com a edição da Lei nº 13.176, que criou o citado conselho. Antes, porém, em 1997, fora editada a Lei nº 12.666, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências. No âmbito federal, inserido também no rol das medidas estatais relevantes para a formulação de políticas públicas nessa seara, temos o Conselho Nacional do Idoso, criado por meio da Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Feito o histórico legislativo sobre a matéria, ressaltamos que as políticas voltadas para a área – seja a federal, seja a estadual – são pautadas por uma atuação centrada no Estado como principal ente responsável pela proteção do idoso. Por outro lado, a proposição em análise reconhece o papel de outras entidades na promoção do seu bem-estar, distinguindo-as e incentivando-as, por meio da concessão do selo.

Assim, não há dúvida de que a proposição reforça a ideia de que todos, órgãos e entidades estaduais, bem como a sociedade civil, devem atuar em prol da proteção dos idosos, de acordo com os expressos mandamentos constitucionais. Não podemos, entretanto, ignorar que o sucesso da proposição em exame, isto é, a eficácia da lei eventualmente dela originária, exigirá o concurso da vontade do Executivo, que detém competência privativa para as providências indispensáveis ao sucesso da medida. Nada impede, no entanto, que as linhas mestras que deverão orientar o trabalho da administração nessa seara sejam estabelecidas pelo Legislativo.

Nesse aspecto, é preciso dizer que o projeto em análise, em seu art. 4º, impõe ao Poder Executivo que mantenha, no âmbito das unidades regionais da Secretaria de Estado de Saúde, equipes permanentes para avaliação das entidades, as quais serão compostas por, no mínimo, um médico geriatra, um psicólogo e um assistente.

Note-se que o art. 90, inciso II, da Carta Estadual estabelece que cabe ao governador do Estado, auxiliado por seus secretários, exercer a direção superior do Poder Executivo. Entre essas atribuições, compete ao chefe do Executivo avaliar a conveniência e a oportunidade da criação de órgão ou entidade, assim como sua organização e estrutura. Para tanto, deve ter em conta as prioridades políticas, os fatores técnicos, o planejamento administrativo estabelecido para a área e os interesses da comunidade.

Assim, é de ressaltar que a organização de órgão na administração pública direta ou indireta envolve matéria compreendida no campo de responsabilidades inerentes à função administrativa, e seu exercício pressupõe a competência do chefe do Poder Executivo para, em caráter privativo, deflagrar o respectivo processo legislativo. São de iniciativa do governador as leis que cuidem da criação, estruturação e organização de órgãos ou entidades da administração direta do Estado, nos termos do art. 66, inciso III, alíneas 'e' e 'f', da Carta Mineira. Portanto, a proposição em tela usurpa competência legislativa privativa do chefe do Poder Executivo para iniciar o processo legislativo referente à matéria em questão.



A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não destoa do entendimento acima esposado: “Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei do Estado de São Paulo. Criação de Conselho Estadual de Controle e Fiscalização do Sangue – Cofisan –, órgão auxiliar da Secretaria de Estado da Saúde. Lei de iniciativa parlamentar. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade reconhecida. I – Projeto de lei que visa a criação e estruturação de órgão da administração pública: iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, ‘e’, CR/88). Princípio da simetria. II – Precedentes do STF. III – Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei estadual paulista 9.080/95. ADI 1275 / SP – São Paulo; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Relator(a): Min. Ricardo Lewandowsky; Julgamento: 16/5/2007; Órgão Julgador: Tribunal Pleno”.

Destarte, por pretender organizar e estruturar um órgão administrativo do Poder Executivo, a proposição em análise não poderia prosperar nesta Casa.

Saliente-se que o Decreto Estadual nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a composição de conselhos de políticas públicas do Estado de Minas Gerais, em seu art. 11, estabelece a composição do Conselho Estadual do Idoso. Tem-se de dizer que a composição prevista no citado instrumento regulamentar é bastante diversificada e inclui várias secretarias de Estado, entidades não governamentais e profissionais de diversas áreas e da sociedade civil, tais como profissionais que atuam na área de gerontologia (que estuda os fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados com o envelhecimento do ser humano) e geriatria bem como instituições que prestam atendimento ao idoso, entre outros. Reputamos que o citado conselho seria, dada sua constituição diversificada, o órgão estadual mais apto a conceder o selo em questão. Entretanto, não podemos indicá-lo no texto legal sem incorrer no vício de iniciativa a que nos referimos anteriormente.

Ainda reputamos oportuno mencionar que a instituição do selo Amigo do Idoso deve ser feita no âmbito da política estadual de amparo ao idoso, por meio de alteração da Lei nº 12.666, de 1997, cabendo ao Executivo definir o órgão estatal competente para sua concessão. Assim, fica assegurada a observância das diretrizes e prioridades dessa política, figurando o selo Amigo do Idoso como um instrumento de que o Estado poderá valer-se para o alcance dos objetivos nela previstos.

Pondera-se, também, que não se coaduna com a boa técnica legislativa a exemplificação das entidades que estarão aptas a receber o selo, tal como figura no art. 2º da proposição em epígrafe, pois, segundo dispõe a alínea ‘a’ do inciso I do art. 9º da Lei Complementar nº 78, de 9 de julho de 2004, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado, na redação dos textos legais, devem ser evitadas ‘construções explicativas, justificativas ou exemplificativas’.

Por todo o exposto, entendemos pertinente a apresentação, ao final deste parecer, do Substitutivo nº 1 ao projeto em epígrafe.”

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 51/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, o seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A – O Estado, por meio do órgão competente, certificará, anualmente, com o selo Amigo do Idoso as instituições que se destacarem pela qualidade dos serviços prestados no atendimento a idosos nas modalidades asilar e não asilar.



Parágrafo único – Os critérios relativos à certificação e à aferição de que trata o *caput* serão estabelecidos em regulamento.”.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 56/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 56/2015 dispõe sobre sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou terceiros e dá outras providências.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/2/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta comissão, para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foram anexados à proposição os Projetos de Lei nº 525/2015, 1.142/2015, 1.172/2015 e 1.889/2015.

Fundamentação

A proposição em epígrafe tem por objetivo primordial proibir as seguradoras, no caso de reparação de veículos sinistrados, de impor aos segurados ou a terceiros a relação das oficinas reparadoras credenciadas ou referenciadas como condição para o conserto (art. 1º), cabendo às centrais de atendimento das seguradoras informar aos segurados e a terceiros, quando do atendimento do sinistro, o direito de escolha da oficina reparadora, sem que isso implique por si só a negativa da indenização ou reparação (§ 1º do art. 1º).

O § 2º do art. 1º estabelece as condutas que não poderão ser praticadas pela seguradora a partir da escolha da oficina reparadora pelo segurado ou terceiro, sob pena de aplicação de multa (§ 3º), após regular processo administrativo em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa (§ 4º).

Além disso, a proposição estabelece que as seguradoras e oficinas reparadoras que utilizarem peças não originais ou usadas, sem a expressa autorização dos segurados ou terceiros, terão a inscrição estadual cassada por até cinco anos, sem prejuízo das sanções próprias previstas em outras legislações aplicáveis ao contrato de seguro (art. 2º).

Prevê, ainda, que as seguradoras, quando da indicação e utilização de sua rede credenciada ou referenciada, deverão emitir e entregar aos segurados e terceiros o certificado de garantia por escrito, nos termos da lei (art. 3º), bem como determina a afixação de placas indicativas informando aos consumidores quais são seus direitos no conserto dos veículos sinistrados, nos locais de atendimento das seguradoras, corretoras de seguros, reguladoras de sinistros, oficinas de reparação e quaisquer outros de acesso ao segurado ou terceiro (art. 4º).

Por fim, estabelece que as seguradoras não poderão comissionar nem gratificar empresas ou profissionais na área de investigação de sinistros, seja para autorizar, seja para negar o pagamento do seguro, sob pena de pagamento de multa (*caput* do art. 5º e parágrafo único).

Na justificação do projeto de lei, o autor afirma que a proposta tem como objetivo proteger os direitos dos segurados e terceiros em relação às seguradoras, que têm imposto uma série de condições para cumprir com a sua parte nos contratos de seguro.



Analisando a matéria, verificamos que o disposto no inciso V do art. 24 da Constituição da República confere aos estados a competência para legislar concorrentemente sobre direito do consumidor e, no inciso VII do art. 22, a competência privativa da União para legislar sobre seguros. Também é de competência do Congresso Nacional dispor sobre as matérias de natureza financeira, cambial e monetária, bem como sobre as instituições financeiras e suas operações, conforme se observa pelo disposto no inciso XIII do art. 48 da Constituição da República; contudo, na proposição em exame, embora seja louvável a intenção do proponente na defesa dos direitos dos consumidores, percebemos que a matéria predominante envolve o direito securitário, razão pela qual se infere a competência legislativa da União para legislar sobre o assunto.

No exercício da competência que disciplina a atividade securitária no País, atribuiu-se à Superintendência de Seguros Privados – Susep – a competência para fiscalizar as empresas do ramo que operam no mercado e para editar os atos normativos que regulamentam a atividade.

Assim, não obstante a competência concorrente constitucionalmente prevista entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios para legislar sobre a defesa do consumidor, não resta ao estado federado espaço para que possa editar regras sobre política de crédito, câmbio e seguros.

De qualquer modo, o segurado, na qualidade de consumidor, tem à sua disposição o direito consumerista, cuja normatividade se encontra predominantemente no Código de Defesa do Consumidor, de forma a defender seus direitos na relação com as seguradoras de veículos.

Por força do disposto na Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 4 de junho de 2003, esta comissão estende os argumentos ora expendidos às proposições apensadas (Projetos de Lei nºs 525/2015, 1.142/2015, 1.172/2015 e 1.889/2015), em virtude das similaridades existentes.

Diante dos argumentos apresentados, não vislumbramos a perspectiva de tramitação do projeto principal e dos correspondentes projetos apensados nesta Casa, a despeito de seu mais alto alcance quanto à proteção dos interesses dos consumidores.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 56/2015.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Cristiano Silveira, relator – João Alberto – Antônio Jorge – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 196/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, a proposição em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.101/2014, “dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência de efetuar a compra de ingressos na internet”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 6/3/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Preliminarmente, vem o projeto a esta comissão para ser analisado quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende impedir que os sítios eletrônicos que realizam a comercialização de ingressos na internet para *shows*, espetáculos, peças teatrais, exposições de filmes e outras atividades recreativas e culturais limitem, de



alguma forma, a venda *on-line* de ingressos às pessoas com deficiência. No art. 2º, estabelece que a comprovação da deficiência, para qualquer fim, somente poderá ser exigida no momento do acesso aos locais de realização das atividades mencionadas no art. 1º.

Na justificativa que acompanha o projeto, o autor afirma que “atualmente, as pessoas com deficiência sofrem com indevidas limitações quando buscam efetuar a compra de ingressos pela internet para atividades culturais e recreativas, uma vez que muitos *sites* não permitem que essa comercialização se faça no próprio ambiente virtual. Verifica-se que, em inúmeras situações, a pessoa com deficiência só consegue efetuar a compra através de telefone indicado no próprio *site*, o que, sem sombra de dúvida, viola seu direito de ser tratada da mesma forma como os demais cidadãos”.

É importante ressaltar que a proposição em tela é resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.101/2014, que foi arquivado sem a análise desta comissão.

Sobre o assunto, verificamos que o inciso XIV do art. 24 da Carta Federal faculta aos estados membros, pela via da competência concorrente, legislar sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência. Observamos que a matéria não está entre aquelas consideradas de iniciativa legislativa privativa.

A União, no uso de sua competência para estabelecer normas gerais, em 6 de julho de 2015, editou a Lei nº 13.146 que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.”.

A mencionada norma, no seu art. 4º, estabelece que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. No §1º do mesmo artigo prevê, ainda, que “considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas”.

O art. 42, inciso III, da Lei nº 13.146, de 2015, determina que “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.”.

Por sua vez, a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. O seu art. 17 determina que “o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.”.

O Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Federal nº 10.098, de 2000, confirma os conceitos estabelecidos pela referida lei. Podemos citar o art. 8º, inciso I, que conceitua acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Ainda, na alínea “d” do mesmo dispositivo, conceitua como barreiras nas comunicações e informações “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.”.

O art. 47 do Decreto nº 5.296, de 2004 prevê, ainda, no seu art. 47, que “no prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.”.

Apesar do decreto federal apenas se referir à administração pública, entendemos que a legislação federal acima mencionada impõe uma obrigação geral, que deve ser observada por todos, qual seja a acessibilidade à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhes garantido o acesso a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

Dessa forma, no intuito de adequar a proposição à legislação vigente e à técnica legislativa, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1. Podemos afirmar que, com as adaptações propostas no substitutivo, a medida representa um passo importante para a inclusão das pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais.

Por último, ressaltamos que esta comissão realiza a análise da proposição quanto aos seus aspectos formais, relacionados à constitucionalidade e à legalidade, razão pela qual deixamos para a comissão competente a análise do mérito da medida e de sua viabilidade.

Conclusão

Ante o exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 196/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência de efetuar a compra de ingressos na internet.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É vedada a imposição de qualquer limitação na comercialização, pela internet, de ingressos destinados a pessoas com deficiência.

Art. 2º – A comprovação da deficiência somente poderá ser exigida no momento do acesso ao local de realização da atividade para a qual se comercializou o ingresso.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Antônio Jorge, relator – Cristiano Silveira – João Alberto – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.753/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em tela, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.370/2013, “concede prêmio à pessoa que comunicar às autoridades competentes a prática de crime contra a administração pública do Estado”.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 29/5/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 1.948/2015, de autoria do deputado Léo Portela, que “concede prêmio à pessoa que comunicar às autoridades competentes a prática de crime contra a administração pública do Estado de Minas Gerais de que resulte o efetivo ressarcimento de valores ao erário”.



Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa, nos termos de seu art. 1º, garantir à pessoa física que comunicar às autoridades policiais ou administrativas a ocorrência de crime contra a administração pública do Estado de Minas Gerais, inclusive de natureza tributária, de que resulte recuperação de valores ao erário estadual, o direito ao recebimento, em dinheiro, de quantia equivalente a 10% do valor efetivamente recuperado.

No caso de mais de um informante, caberá ao primeiro 70% da quantia e aos demais, em partes iguais, 30% da quantia. O direito ao recebimento dos valores será garantido apenas nos casos de previsão legal de apuração da infração mediante ação penal pública.

O art. 2º do projeto dispõe que não farão jus aos benefícios as pessoas envolvidas na condição de autor, coautor ou partícipe.

Primeiramente, cumpre ressaltar que, conforme consta na justificção do autor, o projeto em exame se assemelha a projetos que estão em tramitação em outras casas legislativas. O Projeto de Lei nº 664/2011, do Senado Federal, altera o art. 5º do Código de Processo Penal, para prever que "qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito, sendo assegurado ao comunicante, nos casos de crimes tributários ou contra a Administração Pública, 10% (dez por cento) do valor que vier a ser recuperado."

No âmbito da Câmara dos Deputados, tramitam os Projetos de Lei nºs 1.701/2011 e 3.506/2012. O primeiro "institui o Programa Federal de Recompensa e Combate à Corrupção por meio do qual o informante que contribui para a elucidação de crime contra a Administração e Patrimônio públicos, bem como para a recuperação de valores e bens públicos desviados, recebe recompensa pecuniária, e dá outras providências". A recompensa é fixada em 10% sobre o total apurado dos valores e bens apreendidos. O segundo, por sua vez, dispõe que a pessoa ou o grupo de pessoas que delatar a prática de crime contra a administração pública receberá, como recompensa pela colaboração na elucidação desse delito, o valor correspondente a 1% do ressarcimento do prejuízo causado ao erário, previsto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, pago pelo autor do ilícito. O referido projeto foi anexado ao Projeto de Lei nº 5.900/2013.

Além desses projetos, foi aprovado, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Projeto de Lei nº 857/2012, com conteúdo idêntico ao da proposta em análise. O referido projeto gerou inúmeras discussões a respeito de sua constitucionalidade e acabou por ser vetado pelo governador. O veto foi mantido pela Câmara Legislativa.

De acordo com o veto do governador, "não se afigura razoável para o Poder Executivo premiar quem comunica a existência de crime. A comunicação de crime pelo cidadão já está regulada no Código de Processo Penal (art. 5º, § 3º), e essa atitude deve ser decorrência de uma obrigação cívica e não da possibilidade de auferir vantagem financeira. O crime é nocivo a toda a comunidade. Não pode ser causa de lucro para absolutamente ninguém, nem mesmo os que denunciam."

Além dos argumentos expostos nos motivos do veto, entendemos que a proposição em exame esbarra em óbices de natureza legal relativos à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso porque, ao determinar o pagamento de prêmio em dinheiro, a proposta acarreta aumento de despesas para o Estado e não atende aos requisitos previstos no art. 16 da referida lei complementar, que determina que "a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa serão acompanhados de:

- I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."



Por força da Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 2003, esta Comissão também deve manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 1.948/2015, anexado à proposição. Sendo assim, ressaltamos que, por se tratar de matéria análoga à principal, a ela se aplicam os mesmos argumentos até aqui expostos.

Conclusão

Dessa forma, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.753/2015.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – João Alberto – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.027/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Elismar Prado, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 193/2015, “dispõe sobre o detalhamento das contas de telefone das operadoras de telefonia fixa do Estado e dá outras providências.”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 18/6/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Em cumprimento ao disposto no art. 173, §2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 2.234/2015, de autoria do deputado Fred Costa, que dispõe sobre as concessionárias de serviços de telefonia e dá outras providências.

Cabe agora a esta Comissão, nos termos do art. 102, III, “a”, combinado com o art. 188 do Regimento Interno, analisar a matéria quanto aos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

A proposição em estudo pretende obrigar as empresas operadoras de telefonia fixa no Estado a discriminar pormenorizadamente os seguintes dados das chamadas que compõem o valor da cobrança: data da ligação; hora, minuto e segundo do início e do término da ligação; duração da ligação; número discado e sua localidade de origem ou número e localidade de origem da ligação, em caso de ligação a cobrar; valor cobrado pela chamada; modalidade e descrição do serviço prestado.

Determina, ainda, que a conta de telefone deverá vir acompanhada de uma tabela informando os valores das tarifas utilizadas na cobrança e que a inexistência dessa tabela desobrigará o usuário do pagamento da conta.

Impende salientar que na legislatura passada o Projeto de Lei nº 193/2011, que deu origem à proposição em estudo, foi anexado ao Projeto de Lei nº 27/2011, por conter matéria semelhante a este. Como não ocorreram mudanças constitucionais que propiciassem uma nova interpretação da matéria, ratificamos o entendimento adotado anteriormente com relação ao Projeto de Lei nº 27/2011 e reproduzimos a argumentação jurídica apresentada na ocasião.

“Em que pese à relevância do projeto, sua tramitação encontra óbice de natureza constitucional, como veremos a seguir.

Os serviços de telecomunicações são de competência privativa da União e podem ser explorados por meio de autorização, concessão ou permissão, segundo dispõe o art. 21, XI, da Constituição da República.

Por sua vez, o art. 22, IV, da Carta Constitucional estabelece que a competência para legislar sobre telecomunicações é privativa da União.



Por fim, o art. 175 do diploma constitucional determina, para a hipótese da prestação de serviços sob o regime de concessão, conforme ocorre no caso em tela, que a lei disponha sobre o regime das empresas prestadoras dos serviços, o caráter especial dos contratos e da prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão, como também sobre os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigatoriedade da manutenção de serviço adequado, sendo a norma a que se refere o texto constitucional lei federal, já que a prestação do serviço de telefonia é atribuída à União.

Sobre o tema, citamos a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF –, na Adin nº 2.615/SC, sendo Relator o Ministro Nelson Jobim, a qual suspendeu a eficácia da Lei nº 11.908, de 2001, do Estado de Santa Catarina, que disciplina a forma e as condições de cobrança pelas empresas de telecomunicações, por entender ter havido ofensa ao art. 21, XI, da Constituição da República.

E, ainda, na Adin nº 3.322/DF, sendo Relator o Ministro Cezar Peluso, a qual contestava a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.426, de 2004, que trata da obrigatoriedade de discriminação de informações na fatura de cobrança do serviço de telefonia, a citada corte declarou a referida lei inconstitucional, em virtude de invasão da competência exclusiva da União e de ofensa aos arts. 21, XI, 22, IV, e 175, parágrafo único, I, II e III, da Carta Constitucional.

Diante do exposto, não vislumbramos a possibilidade de ser acolhido o projeto em análise, uma vez que cabe ao Poder concedente – no caso, a União –, mediante lei e demais normas regulamentares, instituir os parâmetros para atuação das concessionárias de serviço público.”

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.027/2015. Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais, relator – João Alberto – Antônio Jorge - Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.951/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado João Alberto, o projeto de lei em epígrafe “confere ao Município de Dores de Campos o título de Capital Estadual da Selaria e dá outras providências”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 8/10/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Preliminarmente, compete a esta comissão a análise dos aspectos jurídico-constitucionais da proposição, com respaldo no art. 102, III, “a”, combinado com o art. 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto sob comento pretende conferir o título de Capital Estadual da Selaria ao Município de Dores de Campos. Segundo o autor da proposição, o referido município “surgiu na metade do século XIX à margem esquerda do Ribeirão do Patusca. Eram, por volta de 1856, apenas cinco casas. O povoado chamava-se Povoado do Patusca, nome inspirado pelo ribeirão local. Quando o distrito foi anexado ao Município de Prados, foi-lhe dado o nome de Dores de Campos. A selaria foi criada em Prados, mas migrou para Dores de Campos pelas mãos de trabalhadores com raízes no tropeirismo. Foram os tropeiros que mais contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico da cidade”. Conclui o autor que “as selarias são a base da economia local, e, desde tempos remotos, grande parte da população economicamente ativa esteve atrelada a essa atividade. Praticamente toda a população vive da indústria de arreios, selas e congêneres ou da atividade tropeira, movimentando a indústria e o comércio do couro entre 65% a 80% da economia local”.



O art. 1º do projeto confere ao Município de Dores de Campos o título de Capital Estadual da Selaria.

O art. 2º, por sua vez, estabelece que “cabe ao Poder Executivo, no âmbito de sua competência constitucional e legal, proceder a estudos e tomar as providências necessárias para a efetivação da titularidade prevista no art. 1º”.

No que concerne aos aspectos constitucionais, os quais compete a esta Comissão analisar, não vislumbramos óbice jurídico quanto à iniciativa parlamentar para dar partida ao processo legislativo, uma vez que o art. 66 da Constituição do Estado não impõe nenhuma restrição a tal procedimento.

No que diz respeito à competência para legislar sobre o tema, cumpre-nos esclarecer que o princípio fundamental a orientar o legislador constituinte na divisão de competências entre os entes federativos é o da predominância do interesse. Segundo este, competem à União as matérias de predominante interesse nacional e aos estados as de predominante interesse regional, restando aos municípios as de predominante interesse local. Sob este aspecto, também, não vemos empecilho à disciplina do tema por lei estadual, uma vez que, sobre o tema, prevalece o interesse regional para sua disciplina. Ademais, segundo dispõe o § 1º do art. 25 da Carta Mineira, “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Entretanto, a fim de retirar vício de iniciativa, sugerimos, ao final, a supressão do art. 2º.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 2.951/2015 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 2º.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Isauro Calais – Cristiano Silveira – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão – João Alberto – Antônio Jorge.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 12/11/2015, a seguinte comunicação:

Do deputado Felipe Attiê em que notifica o falecimento do Sr. Paulo Eduardo Almeida Mello, ocorrido em 11/11/2015, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 53º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/9/2015, em Araguari, que resultou na apreensão de drogas, balança de precisão e quantia em dinheiro e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 2.396/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/9/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas, aparelho celular, arma de fogo e quantia em dinheiro e na prisão de um homem (Requerimento nº 2.397/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sindicato dos Produtores Rurais do Serro pelos trabalhos realizados em prol dos produtores rurais da região (Requerimento nº 2.433/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a Sra. Maria Aparecida Lucchese Araújo por sua eleição para conselheira tutelar no Município de Coronel Fabriciano (Requerimento nº 2.682/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Samila Mirele por sua eleição para conselheira tutelar no Município de Coronel Fabriciano (Requerimento nº 2.683/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Simone Garcia por sua eleição para conselheira tutelar no Município de Coronel Fabriciano (Requerimento nº 2.686/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Kátia Regina Mantovani por sua eleição para conselheira tutelar no Município de Coronel Fabriciano (Requerimento nº 2.687/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Flávia Lilian da Paz por sua eleição para conselheira tutelar no Município de Coronel Fabriciano (Requerimento nº 2.688/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Clodesmidt Riani por seus 95 anos (Requerimento nº 2.689/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Município de Lagoa Grande pela realização da 28ª edição da Festa do Leite (Requerimento nº 2.700/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com a Sra. Cleoni Pereira Rodrigues por sua eleição para conselheira tutelar no Município de Contagem (Requerimento nº 2.701/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de aplauso à Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Campolina – ABCCCampolina – pelo apoio concedido ao Sr. Leonardo Letra, escritor e folclorista idealizador do Projeto Brasil Campolina Marchador, cujo objetivo é levar arte e educação às crianças e aos jovens e promover a raça campolina (Requerimento nº 2.733/2015, do deputado Fabiano Tolentino);

de aplauso ao Sr. Leonardo Letra, escritor e folclorista idealizador do Projeto Brasil Campolina Marchador, cujo objetivo é levar arte e educação às crianças e aos jovens e promover a raça campolina (Requerimento nº 2.734/2015, do deputado Fabiano Tolentino);

de aplauso ao Colégio Santa Catarina, de Juiz de Fora, que obteve a 64ª colocação no Enem (Requerimento nº 2.821/2015, da Comissão de Educação);

de congratulações com os participantes da Folia Velha do Logradouro, do Município de Cordisburgo, pelos seus 95 anos de atividades (Requerimento nº 2.826/2015, da Comissão de Cultura).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/11/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 15/11/2015, Daniele Monique da Silva Moura, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Cristiane Cherubino Ferreira, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro.



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 82/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 159/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/11/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de câmaras frigoríficas e *freezer*, com instalação.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.